

# .CAMPO.MINADO.

Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

Revista Campo Minado • nº 1 • Niterói • 1º semestre de 2021

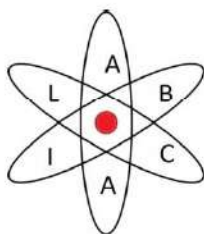
Foto: Bruno Mibielli



Dossiê

Práticas, saberes e sensibilidades no campo da Segurança Pública

**uff**  
Universidade  
Federal  
Fluminense



**INCT**  
**InEAC**

**uff** DEPARTAMENTO  
SEGURANÇA  
PÚBLICA  
**dsp**

**Comitê Editorial:**

Andrea Soutto Mayor  
Betania Almeida  
Bruno Mibielli  
Dylla Neves  
Hully Guedes  
Johana Pardo  
Joice Brum  
Josie Lessa  
Marcos Veríssimo  
Monica Garelli Machado

**Comissão Editorial:**

Ana Paula Mendes de Miranda  
Daniel Misse  
Danieli Machado  
Douglas Leite  
Edilson Márcio Almeida da Silva  
Fábio Reis Mota  
Flavia Medeiros  
Frederico Policarpo  
Glaucia Mouzinho  
Jacqueline Muniz  
José Colaço Dias Netto  
Juliana Vinuto  
Lenin dos Santos Pires  
Lucia Eilbaum  
Luciane Patrício  
Ludmila Antunes  
Marcial Suarez  
Marco Aurélio Ferreira Gonçalves  
Maria Pita  
Nalayne Pinto  
Rodrigo Gheringhelli  
Rolf Malungo de Souza  
Ronaldo Lobão

## Editorial

A *Revista Campo Minado: estudos acadêmicos em segurança pública* é um periódico semestral que pretende contribuir para a produção crítica acerca do campo das políticas institucionais e não institucionais de administração de conflitos e seus efeitos nas sociedades. É destinada a estudantes e pesquisadores das ciências sociais, do direito, das políticas públicas, da historiografia, bem como para estudiosos das instituições que realizam os controles sociais dos comportamentos em diversificados contextos. Destina-se também aos demais interessados na construção do conhecimento sobre as tecnologias sociais e representações atuantes nas concepções de segurança pública.

É uma grande alegria para a equipe editorial, formada pelos pesquisadores do Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (LABIAC), a realização deste primeiro número, trazendo ao público sua proposta inaugural. Consiste o LABIAC em um núcleo de pesquisa formado por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Foi criado para fomentar a socialização acadêmica e a prática de pesquisa junto aos estudantes do Tecnólogo em Segurança Pública e Social da UFF, graduação na modalidade semipresencial, oferecida por meio do Consórcio CEDERJ-CECIERJ/UFF, exclusivamente para profissionais da área da segurança pública.

Por meio de leitura de textos, organização de seminários, lançamentos de livros etc., atividades regulares promovidas desde o ano de 2018 em polos regionais do CEDERJ na Região Metropolitana do Rio de Janeiro através dos Grupos de Estudo em Segurança Pública (GESPs), o LABIAC vêm cumprindo seu papel de promover a produção e difusão do saber acadêmico no campo da segurança pública. Participam de tais processos os estudantes do curso EAD de *Tecnólogo*, mediadores presenciais e à distância do curso, professores da universidade e outros pesquisadores convidados. No âmbito desta interessante experiência, surgiu a ideia de produzir uma revista, de caráter acadêmico, que pudesse funcionar no sentido de acolher os resultados de pesquisas nesta nossa área de interesse – qualitativas, quantitativas, etnográficas e reflexões teórico-metodológicas – de caráter multidisciplinar, desenvolvidas por pesquisadores do Brasil e do exterior.

Neste número, trazemos a proposta de estrutura que, pensamos, deve ser mantida nas próximas edições, formada por 1) Dossiê temático; 2) Artigos avulsos; 3)

Monografias de conclusão de curso do Bacharelado em Segurança Pública da UFF; 4) Resenhas; 5) Tradução; e 6) Entrevista. Neste primeiro número, trazemos a Carta aos Leitores escrita pela professora Regina Moreth, matemática, coordenadora de Educação à Distância da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal Fluminense.

Nosso dossiê inaugural traz trabalhos apresentados por ocasião da XIII Jornada do PPGA UFF, ocorrida em novembro de 2019, na qual os pesquisadores do LABIAC organizaram um GT, intitulado “*Por uma antropologia das práticas, dos saberes e das sensibilidades no campo da segurança pública*”. Com o intuito de reaver textos já publicados, de alguma forma tornados referência no campo dos estudos da Segurança Pública e com potência para ainda suscitar debate qualificado nos dias atuais, a Revista Campo Minado publicará um texto não inédito em cada edição. Neste número inaugural, republicaremos o artigo intitulado “*Direitos Civis, Estado de Direito e Cultura Policial*”: a formação policial em questão”, de autoria de Roberto Kant de Lima, e originalmente publicado no Número 41 da Revista Brasileira de Ciências Criminais, no ano de 2003.

A tradução deste número - “As formas de protesto. Violência policial e familiares de vítimas *de gatillo fácil*” - é um texto da antropóloga Maria Pita, da Facultad de Filosofia y Letras da Universidad de Buenos Aires e pesquisadora associada ao INCT-InEAC, baseado em seu trabalho etnográfico, sobre os ativismos realizados em seu país pelas vítimas e familiares de vítimas de abusos policiais. A entrevista foi realizada junto ao cientista político Pedro Heitor Barros Geraldo, professor do Departamento de Segurança Pública da UFF.

*Campo Minado* está institucionalmente vinculada ao Departamento de Segurança Pública da UFF, ao Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da UFF, ao INCT-InEAC ([www.ineac.uff.br](http://www.ineac.uff.br)). Com base na premissa de que é necessário conhecer a natureza dos conflitos e dilemas do campo da segurança pública para que estes possam ser administrados com justiça, eficiência e em acordo com o Estado Democrático de Direito, esperamos francamente contribuir para a produção de futuras políticas públicas de segurança, atentas mais com os anseios da sociedade do que com os imperativos do Estado. O desafio é grande, e esperamos contar com o interesse de autores e leitores para o estabelecimento de parcerias que visem à difusão dos saberes necessários às nossas pretensões.

Boa leitura!

## REFLEXÕES EM TEMPO DE PANDEMIA

Regina Célia Moreth Bragança<sup>1</sup>

Chegamos em 2020, como todo novo ano, ele chega recheado de novos sonhos, novas determinações. Quem nunca pensou: no próximo ano eu vou... mudar alguma coisa. Claro que nem sempre os nossos sonhos viram realidade. Porém, por mais que pudéssemos imaginar como seria ou como deveria ser o ano de 2020, ninguém podia prever essa loucura que estamos vivendo.

Em dezembro de 2019 foi dado o primeiro alerta pela Organização Mundial da Saúde (OMS). As autoridades chinesas alertaram para o surgimento de uma série de casos de pneumonia – síndrome respiratória – de origem desconhecida na cidade de Wuhan. Todos os jornais e telejornais noticiaram, mas era notícia da China. Não era motivo de preocupação ainda para grande parte da população.

Porém, a partir daí, novos casos apareceram fora da China: Alemanha, Japão, Rússia. A princípio os casos eram de pessoas que tinham estado na China, mas logo depois apareceram casos de pessoas que não viajaram.

Em 11 de março a OMS declarou pandemia do Coronavírus – identificado como COVID-19, doença causada pelo SARS-COV-2. Segundo o órgão o número de países atingidos por este vírus deveria aumentar.

Rapidamente, o mundo parou, o vírus atingiu 188 países e territórios. A maioria das pessoas pararam, tiveram as rotinas modificadas. Porém, parte importante da população, ou seja, os médicos, enfermeiros, profissionais ligados à saúde e profissionais ligados à segurança pública tiveram também sua rotina alterada, mas estes não puderam ficar em casa. Estes profissionais fazem parte do grupo que atua de frente nesta pandemia.

Nesta reflexão que estamos fazendo não levaremos em conta as ações dos governos. O que nos importa agora é pensar na nossa rotina modificada por esta pandemia.

---

<sup>1</sup> Professora Dra. da Faculdade de Matemática e Coordenadora de EaD da Universidade Federal Fluminense.

Na Universidade Federal Fluminense, o semestre letivo para os cursos de graduação presenciais, não começou. O Calendário foi suspenso. A colação de grau dos formandos foi online. Nós, que estávamos acostumados a sair de casa para o trabalho todo dia, fomos informados que faríamos o nosso trabalho em casa (home-office). Alunos selecionados pelo SISU para começar o seu primeiro semestre letivo na Universidade – os calouros- ficaram na expectativa de começar os estudos e o convívio dentro do ambiente universitário.

Os cursos de graduações semipresenciais que ofertamos junto com as instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro, dentro do consórcio Cederj, já estavam indo para o segundo mês de atividades. Mas por conta desta pandemia os Polos foram fechados. Os mediadores presenciais ficaram em casa, atendendo aos alunos também pela plataforma assim como os mediadores a distância. Os laboratórios fechados, as bibliotecas fechadas. As provas presenciais modificadas para serem aplicadas também via plataforma, mas com várias regras relativas ao tempo para resposta. Porém, alguns alunos não conseguiram “entregar” as provas pois não tinham computador, internet ou impressora em casa e as *lan houses* estavam fechadas.

As creches fecharam, as escolas de ensino fundamental e médio também fecharam. Crianças em casa. A maioria dos pais em trabalho remoto. Perdemos toda interação social.

Podemos perguntar como no poema do DRUMMOND:

*E agora, José?  
A festa acabou,  
a luz apagou,  
o povo sumiu,  
a noite esfriou,  
e agora, José?  
e agora, você?*

E agora cada um de nós com suas dificuldades? Que ano é este? Não podemos fechar os olhos e não ver que vivemos num mundo de desigualdade social imensa, de fragilidades. Percebemos que a desigualdade social no Brasil está cada vez maior quando as escolas fecharam e começaram as aulas remotas. Os mais pobres são realmente os mais afetados. A maioria precisa ir à escola para merendar. Muitas vezes a

refeição na escola é a única do dia. Além disso, eles também não têm acesso à internet, computador e, em alguns casos assistem aulas com a internet do celular dos pais.

Não podemos ignorar que apesar de já termos várias ferramentas digitais usadas até como marketing das escolas, nossas crianças não têm autonomia para estudar. De forma geral, não fomos educados para o ensino não presencial.

Nas escolas de ensino fundamental e médio ficou resolvido que os alunos teriam aulas remotas. A meu ver, de forma geral, os professores estão fazendo um ótimo trabalho com suas aulas remotas. Os professores estão usando várias tecnologias de comunicação para reunir alunos e apresentar conteúdos de sua disciplina. Muitos dizem que essas aulas remotas são ensino a distância. Mas, sinto informá-los que não são Educação a Distância não, é outro modo de fazer a mesma coisa que é feita em sala de aula.

Educação a Distância também foi visto como uma metodologia de educação para quem não tem tempo. Isto também não é verdade. Não dá para se inscrever num curso a distância se você não tem tempo para estudar, entrar na plataforma, fazer exercícios, tirar suas dúvidas online (ou presencialmente de acordo com curso), frequentar os Polos, usar os laboratórios. Educação a Distância é para aquelas pessoas que querem investir em educação. É para as pessoas que vão renunciar a várias coisas, no seu dia a dia, para que tenham tempo para estudar.

Temos que diferenciar “Educação a Distância” do “USO de algumas metodologias de Educação a Distância”. Hoje os professores estão USANDO as tecnologias, USANDO os ambientes virtuais de aprendizagem, USANDO os serviços de comunicação por vídeo que já foram desenvolvidos para “dar suas aulas remotas”.

Vamos pensar.... o que está faltando? Em primeiro lugar, esses alunos e seus pais do ensino fundamental ou médio não escolheram esta metodologia de ensino. Os alunos não foram educados a serem autônomos. Professores não foram capacitados também para esta metodologia de ensino. Eles estão transpondo suas práticas presenciais para suas aulas remotas. Com isso, de uma hora para outra os alunos do ensino fundamental e médio trocaram a escola pelo ensino em casa. Porém, nem sempre os pais estão preparados para ajudar os filhos nas tarefas por vários motivos, um deles e talvez o mais importante é que na maioria das vezes os pais estão em home-office e não têm tempo para acompanhar os filhos no estudo.

Porém, este tempo despertou em nós, algumas certezas. É necessário urgentemente uma mudança na metodologia educacional no século 21. Quando esse

tempo de reclusão passar, será necessário que os alunos voltem para escola e encontrem uma escola diferente. Encontrem o professor usando mais tecnologia na sala de aula com o intuito de aprimorar a prática docente e otimizar o processo de ensino aprendizagem. Precisamos ter aluno mais autônomos. Precisamos sair do quadro negro para dar espaço à pesquisa, o aluno precisa explorar o mundo mesmo que dentro da escola.

O artigo de Giani Peres – Tecnologia ou Metodologia? O grande desafio para o século XXI – Revista Pitágoras 2013, fala sobre isso. “Faz-se mister incorporar no cotidiano escolar as modernizações, as inovações e o que se tem de mais atual no mundo contemporâneo. Hoje, mais do que nunca, o profissional do futuro necessita ter a competência de saber utilizar as novas tecnologias em seu favor.”

As crianças, ao longo dos anos, mudaram, os alunos mudaram de maneira geral eles não têm mais um perfil passivo. Porém ele deve ser levado a desenvolver um perfil ativo dentro do processo educativo e não só nos jogos eletrônicos. A pandemia fez com que os professores mudassem quando preparam suas aulas remotas, porém falta ainda para os professores entenderem que o seu papel não pode ser mais só transmissor do conhecimento. O conhecimento deve ser construído, em sala de aula junto com seus alunos.

Terminando essas reflexões deixo as palavras do ex-presidente OBAMA, numa formatura de alunos “Se o mundo vai ser melhor daqui pra frente será responsabilidade de vocês”. Será que temos essa certeza? Vamos continuar refletindo...

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

PIROZZI, Giani Peres. **Tecnologia ou Metodologia? O Grande Desafio do Século XXI**. Revista Pitágoras, v.4, n.4, dez/mar 2013



## **Dossiê “Práticas, saberes e sensibilidades no campo da Segurança Pública”**

Em novembro de 2019, no campus do Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense, aconteceu a XIII Jornada do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, com o tema “*Reflexões Antropológicas: Contribuições e Desafios na Construção de Saberes*”. Na programação, o GT 17, intitulado “*Por uma antropologia das práticas, dos saberes e das sensibilidades no campo da segurança pública*”, foi proposto e organizado pelos pesquisadores do Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (LABIAC). Nosso intuito naquela ocasião era propiciar um ambiente acolhedor, no contexto da Jornada, para receber e discutir artigos elaborados por mediadores pedagógicos e estudantes vinculados ao curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF, graduação à distância oferecida por meio do Consórcio CEDERJ-CECIERJ, e cujas vagas no corpo discente são exclusivamente reservadas para membros das instituições de Segurança Pública.

Contudo, este GT não era restrito a estudantes e mediadores do curso, e sim aberto para a apresentação também de outros pesquisadores (consagrados ou novatos) do campo de estudos da Segurança Pública, dispostos a colaborar com o debate proposto. Desse modo, acreditávamos estar realizando com sucesso a razão de ser da criação do LABIAC, que sempre foi a promoção da socialização acadêmica e da produção do conhecimento no âmbito do *Tecnólogo*, objetivos para os quais vínhamos nos dedicando desde 2018, especialmente através dos Grupos de Estudo em Segurança Pública (GESPs) em alguns polos regionais do CEDERJ.

O presente dossiê reúne alguns trabalhos apresentados naquela ocasião. O primeiro artigo, intitulado “*‘Agora é a Minha Vez!’: Curso de Tecnologia em Segurança Pública, inclusão social através do EAD*”, foi escrito por Thayná Moreira, mediadora acadêmica do polo regional da cidade de São Gonçalo e integrante do GESP correspondente. Na sequência temos o trabalho intitulado “*Linguagem e “saberes” em comum: continuidades e relações morais em contextos sociais conectados à prisão*”, trabalho coletivo de autoria de Gabriel Borges da Silva (professor da Universidade Estadual de Mato Grosso), Jaider dos Santos Costa (mediador pedagógico do polo regional de Três Rios), e Johana Pardo (integrante do LABIAC). O terceiro artigo deste

dossiê, sob o título de “*O processo administrativo disciplinar policial militar no Estado do Rio de Janeiro e suas desigualdades: dois pesos, duas medidas*” foi escrito por Carlos Eduardo Campos Barcelos, que integra o GESP do polo regional da cidade de Três Rios, além de atuar como articulador acadêmico do curso. Finalizando o dossiê, temos o único artigo que não foi escrito por um membro do LABIAC ou dos GESPs, intitulado “Sobre os ‘nós’ dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: entre a lógica da periculosidade e procedimentos de avaliação psicossocial para desinstitucionalização de pessoas internadas nos Hospitais de Custódia do Rio de Janeiro”, de autoria de Monique Torres, que é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.

**Comitê Editorial**

• CAMPO • MINADO •  
Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

## **“Agora é a Minha Vez!”: Curso de Tecnologia em Segurança Pública, inclusão social através do EAD.**

Thayná Moreira Cardoso de Carvalho Grandin<sup>1</sup>

**Resumo:** O avanço das tecnologias de ensino proporcionaram novos métodos de aprendizagem, assim tem sido grande a procura por cursos na modalidade de Educação a Distância – EAD, principalmente por aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho e não dispõem de tempo para locomoção diária em horários fixos até uma Instituição de Ensino Superior. Nesse sentido, desde 2014, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública – UFF é oferecido pelo Consórcio CEDERJ, e proporciona ensino de qualidade a centenas de profissionais da área de Segurança Pública tendo inclusive recebido, em 2016, o reconhecimento da Universidade através do Prêmio de Excelência Acadêmica em Inovação para o Desenvolvimento Social. Mais do que novos saberes, o Curso oferece a estes profissionais uma chance de retornar aos estudos, a experiência de um convívio universitário, a capacitação para a vida acadêmica e o tão sonhado diploma. Como Articuladora Acadêmica deste processo de aprendizado, realizei um estudo com base nas observações etnográficas feitas a partir do lugar que ocupo no Curso, colhendo relatos e experiências de interações sociais junto aos alunos, que antes se viam limitados ao ambiente militarizado e hoje se encontram com a oportunidade de alcançar a realização pessoal na busca de novos conhecimentos. Assim, através da EAD, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública promove uma verdadeira inclusão social desses alunos e profissionais, em prol da democratização do ensino em nosso país.

**Palavras-Chave:** Segurança Pública; EAD; Inclusão Social; Democratização do Ensino; Tecnologias de Ensino.

**Abstract:** The advancement of teaching technologies has provided new learning methods, so there has been a great demand for distance learning courses, especially for those who are already in the labor market and do not have time for daily commuting in hours to a College. In this sense, since 2014, the Curso de Tecnologia em Segurança Pública - UFF has been offered by the CEDERJ Consortium, and provides quality education to hundreds of professionals in the Public Safety system, having even received, in 2016, the University's recognition through the Academic Excellence in Innovation for Social Development. More than new knowledge, the Course offers these professionals a chance to return to studies, the experience of a university life, the training for academic life and the long-awaited diploma. As Academic Coordinator of

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em Justiça e Segurança – UFF. Articuladora acadêmica do Curso de Tecnologia em Segurança Pública no Polo de São Gonçalo.

[thaynagrandin@id.uff.br](mailto:thaynagrandin@id.uff.br)

this learning process, I carried out a study based on the ethnographic observations made from the position I occupy in the Course, collecting reports and experiences of social interactions with the students, who before were limited to the militarized environment and today are with the opportunity to achieve personal fulfillment in the search for new knowledge. Thus, through EAD, the Curso de Tecnologia em Segurança Pública promotes a true social inclusion of these students and professionals, in favor of the democratization of education in our country.

**Keywords:** Public Safety; Distance Learning; Social inclusion; Democratization of Education; Teaching Technologies.

## 1. Introdução

Este texto apresenta como o Curso de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF) proporciona a entrada de agentes de segurança pública na vida acadêmica. E aborda a Educação a Distância (EAD) como tecnologia de ensino primordial para que essa inserção ocorra, haja vista que muitos desses profissionais, em razão das escalas de trabalho, não possuem tempo para se deslocarem diariamente até uma Instituição de Ensino Superior.

Início o trabalho com a descrição da trajetória de vida de um aluno que iniciou os estudos no curso no segundo semestre de 2019. A coleta de informações foi realizada através de uma entrevista, sob a orientação do Professor Marcos Veríssimo, que coordena o Grupo de Estudos em Segurança Pública do Laboratório de Iniciação Acadêmica e Científica (GESP/LABIAC-UFF).

Em sequência continuo a narrativa com outros dois casos marcantes de alunos que identificaram no curso uma desafiadora forma de aprendizado, já que além dos textos de estudo, também tiveram que se adaptar ao uso de tecnologias digitais e superarem suas dificuldades pessoais para alcançarem o diploma.

Na segunda parte do trabalho apresento a importância da utilização da EAD como ferramenta tecnológica de ensino facilitadora do processo de aprendizagem para os agentes de Segurança Pública. E mais especificamente como o curso de Tecnologia em Segurança Pública – UFF, através da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ/CEDERJ, contribui para o acesso destes profissionais ao ensino superior público de qualidade.

Em última análise trago a reflexão do curso como um fator de inclusão social, já que proporciona a socialização desses agentes com as regras do ambiente acadêmico. E sob essa perspectiva destaco o termo “choque cultural” como categoria nativa, trazida reiteradamente pelos alunos em suas falas, de modo a explicar o conflito de ideias e diferentes moralidades percebidos entre a vivência militarizada e o universo dos estudos científicos que encontram nos textos trabalhados pelo Curso.

## 2. “O Preto Metido”

A narrativa que descrevo aqui ocorreu no início do segundo semestre de 2019, em uma sessão de tutoria da disciplina Introdução Educação a Distância (EAD) na qual sou tutora presencial<sup>2</sup> do Consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), no Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF.

Ao tecer comentários sobre a importância do curso na modalidade semi presencial para que profissionais da área de Segurança Pública tivessem oportunidade de cursar uma faculdade, o Calouro que chamarei<sup>3</sup> de João, iniciou uma narrativa descrevendo sua trajetória até aquele momento, a qual passo a descrever.

João tem 49 anos de idade, é policial militar há 23 anos e entrou na polícia escondido, sem o consentimento de sua família, pois segundo ele, na época, a profissão não era vista com bons olhos pela sociedade, devido ao fato do agente de segurança pública ser considerado um elemento cerceador de direitos, um indivíduo repressor em cumprimento as ordens do Estado.

Na maior parte do tempo trabalhou na equipe de Radio Patrulha, que ele explicou ser a representação do coronel na rua, pois junto com mais um colega de trabalho em uso de uma viatura, ao ser acionado o policial vai ao encontro da pessoa solicitante para compor e solucionar o conflito, e assim ele possui a responsabilidade de

---

<sup>2</sup> A Lei Estadual 8.030/2018 apresentou implicações pra profissionais que atuam com o ensino a distância, inclusive tendo vedado a utilização do termo “tutor”. Desde então, por orientação da Procuradoria Geral do Estado, o “tutor” passou a ser chamado de mediador, o “tutor coordenador” passou a ser chamado de “articulador acadêmico”. Tendo em vista não se tratar de determinação oficial, pois houve recurso com alegação de inconstitucionalidade, continuarei neste trabalho utilizando os termos tutor e tutor coordenador para me referir a estes educadores.

<sup>3</sup> Informo que alterei os nomes dos alunos citados a fim de preservar a identidade dos mesmos.

prestar um bom serviço pois é o primeiro contato de atendimento para a prestação do serviço público.

Atualmente, devido problemas de saúde, foi designado para atividades internas, mas demonstrou verdadeira paixão pelo contato com o público, tendo inclusive, administrado diversos conflitos e até mesmo adquirido amigos ao longo dos anos de atendimento na rua.

Em relação ao âmbito familiar, João é casado, e sempre se preocupou em prover o melhor para seus 4 filhos. Tanto que, em certo período da vida, deixou de cursar faculdade para poder investir nos estudos de suas crianças. Mas agora com a vida equilibrada, os filhos crescidos, estudantes de faculdade pública, João percebeu que era a hora de investir no seu próprio futuro, expandir os horizontes, e disse a si mesmo: “agora é a minha vez!”.

João contou que no batalhão onde trabalha, começou a perceber que alguns policiais estavam levantando assuntos diferentes, fundamentando os seus posicionamentos nas rodas de discussões e aquele seletor grupo lhe chamou atenção pela maneira de pensar diferente da “caserna”<sup>4</sup>. E assim foi instigado a se inscrever para o Vestibular CEDERJ para o curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense, para saber de onde vinham tais ideias.

Mesmo estando no primeiro período, o aluno já reconheceu a importância de observar o contexto “de fora”, tomando distanciamento do conflito, enxergando os dois lados da moeda, e disse que se tivesse entrado para a faculdade antes, teria identificado alguns fatos em sua carreira de forma diferente.

O Calouro narrou suas dificuldades iniciais com o forte ritmo de estudo, acesso ao conteúdo da plataforma *online*, mas com o incentivo dos mediadores presenciais vem conseguindo organizar suas horas diárias para intensificar a leitura aos conteúdos didáticos e cumprir com as atividades. O aluno encara esse desafio como oportunidade de adquirir cultura e esticar as mãos para o conhecimento, que como ele já percebeu é um conhecimento bem diferente de tudo que ele conhecia até então.

---

<sup>4</sup> Termo utilizado na dissertação de Robson Rodrigues da Silva em referência a Academia de Polícia Militar, seus os valores e saberes. In SILVA, Robson et al. Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. 2011.

Hoje, após entrar para a faculdade, João se sente um ser humano melhor, e seu crescimento pessoal também já é observado pelos que estão ao seu redor. No âmbito familiar, ele já participa de mesa redonda com os filhos, conversando sobre diversos assuntos que antes não eram postos em pauta por falta de argumentos científicos. E no batalhão onde trabalha, ele passou a ser chamado de “Preto Metido”, pois passou a fazer parte daquele seleto grupo de profissionais com posicionamentos fundamentados nos estudos que vem conhecendo através do curso.

### 3. Outros Relatos

A fundação CECIERJ (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, e através do consórcio CEDERJ reúne as Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro a fim de propiciar cursos de Graduação a Distância de qualidade, na modalidade semipresencial, através de Plataforma *online* e atividades em polos universitários distribuídos em diversas regiões do estado.

Neste contexto, em 2013, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social surgiu através de uma demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado aos Professores e Pesquisadores da Universidade Federal Fluminense que já atuavam no curso de Bacharelado e Especialização na área. E seguindo as regras do MEC, o curso é exclusivamente oferecido aos profissionais da carreira de segurança pública.

Assim, desde 2014, atuo no Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social como Tutora Presencial, e desde 2015 também exerço a função de Tutora Coordenadora<sup>5</sup> no Polo Universitário de São Gonçalo/RJ. Em ambas atividades, tenho a oportunidade de acompanhar a trajetória de muitos alunos e ouvir seus relatos de vida.

Pedro entrou na primeira turma do curso, tinha 46 anos de idade, e encontrou no curso de Tecnólogo uma oportunidade de alcançar o tão sonhado oficialato na carreira de Policial Militar. Nas primeiras tutorias, o calouro já assumia sua dificuldade em utilizar o computador, justificava que por estar afastado dos bancos escolares há bastante tempo nunca utilizou a tecnologia para o estudo e menos ainda para o trabalho

---

<sup>5</sup> Idem ao 1

que era efetuado na rua. Assim, desde os primeiros semestres, Pedro já se inseriu em grupos de estudos, construiu laços de amizade que foram auxiliando na adaptação com a nova metodologia de ensino e buscava em sua filha frequentes orientações para utilizar o computador.

Seja para ligar o aparelho, digitar e formatar um texto até anexá-lo na Plataforma Moodle<sup>6</sup>, ele sempre solicitava ajuda, era esforçado e não tinha vergonha em assumir essa ausência de conhecimento, pelo contrário, para tentar se incluir digitalmente de forma mais rápida ele comprou um *tablet* para acompanhá-lo nos momentos de estudo e forçá-lo ao mecanismo digital. Podendo assim ser considerado um “imigrante digital”, na terminologia adotada por PRENSKY (2001):

O autor chama de “imigrantes” as pessoas provenientes de uma cultura que se organizava basicamente em torno de materiais impressos, como livros e jornais, e que agora precisam se adaptar, “migrar” para as novas tecnologias de interação e comunicação digital. (PRENSKY, 2001 apud GEWEHR, 2016, p.35)

Por ele fazer parte da primeira turma do curso, assim como seus colegas de classe, havia a perspectiva que o Curso fizesse parte do projeto de reforma da carreira do Policial Militar, passando a integrar a formação de Oficiais. Todavia, tal planejamento foi quebrado devido à mudança de planos do Governo do Estado, como explica Erika Ferreira (tutora coordenadora do curso no Polo de Nova Friburgo/RJ), em sua dissertação:

O Curso foi criado a partir de uma demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro em 2012. No início de 2015, a Coordenação foi procurada pelo Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para que o Curso integrasse o projeto de reforma da carreira da Polícia Militar, que visa criar uma formação unificada para Oficiais e Praças. O Curso faria parte dessa formação unificada para todos os ingressantes na PMERJ. Assim, foi solicitado um aumento na oferta do número de vagas de 500 para 950 ainda em 2015. Em janeiro de 2018, o governador do estado do Rio de Janeiro sancionou a lei estadual 7858, que passa exigir o título de bacharel em direito nos quadros de oficiais da Polícia Militar. (...) Nesse caso, a reforma inicial propunha uma formação unificada entre Oficiais e Praças oferecendo um curso técnico-profissional (da Polícia

---

<sup>6</sup> A Plataforma Moodle é um Ambiente Virtual de Aprendizagem, com ferramentas de apoio ao ensino a distância para promover a interação entre alunos e professores.



Militar) e outro voltado para a administração institucional de conflitos articulado com a Universidade, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF (FERREIRA, 2019, p. 22-23).

Certamente essa mudança desestimulou muitos alunos que entraram no curso com o objetivo de progressão na carreira Policial Militar, provocando até mesmo a evasão de alguns. Mas Pedro encarou de forma diferente, afinal em anos de carreira militar ele não havia encontrado nenhum curso institucional que lhe trouxesse o ritmo de leitura e aprendizagem que o Curso lhe oferecera, e assim permaneceu com sua presença constante nas tutorias e dedicação nas atividades.

Até que em seu último ano, eu percebi sua ausência e como Tutora Coordenadora era meu dever procurá-lo para saber o que estava acontecendo e se de alguma forma poderia auxiliá-lo. Foi, então, que ele me explicou que para alcançar a progressão na carreira, havia se inscrito em um Curso de Formação de Oficiais que estava tomando o tempo dele e, por isso, a ausência nas tutorias, e acrescentou que o encorajamento para se desafiar nesse novo caminho veio a partir do apoio que teve no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, visto que ele reaprendeu a estudar.

Ou seja, o aluno criou rotinas de leitura, desenvolveu a escrita e argumentos através dos conhecimentos transmitidos pelo conteúdo didático do curso universitário; e assim se sentiu capacitado a continuar em busca de seu sonho, mesmo que precisasse ir por outro caminho.

E assim ele fez, terminou o curso de Tecnologia em Segurança Pública no primeiro semestre de 2016, e meses depois ele me enviou as fotos de sua conquista ao Oficialato na Carreira Militar, me agradecendo pelo apoio na sua vida acadêmica. Logicamente, que o mérito foi todo dele, mas fiquei feliz por sua realização, pois antes de iniciar o Curso de Tecnólogo, ele não tinha nem sequer familiaridade com o computador, e aos poucos teve que aprender a lidar com o ambiente virtual de aprendizagem e intensificar a leitura para alcançar o aprendizado. E todo esse processo serviu para mostrá-lo que era capaz de buscar seu objetivo de progressão na carreira, ainda que não fosse pelo curso inicialmente planejado.

\*\*\*

Outro caso que me marcou foi do Aluno Paulo, agente da Polícia Federal, que com 43 anos prestou o vestibular para o segundo semestre do ano de 2014, mas não iniciou os estudos. E somente em abril de 2016, após ter recebido diversos *emails* (com mensagens para incentivar a participação do aluno no curso) me procurou no Polo para esclarecer a sua situação. Ele me narrou que estava passando por problemas psiquiátricos, depressivos, me apresentou laudos e caixas de remédios, para justificar não ter conseguido cursar até aquele momento; ele disse que estava pensando em desistir dos estudos, mas que sua filha o aconselhou a conversar comigo (em referência a pessoa que enviava os *emails* motivadores via plataforma) sobre o que poderia ser feito para ele não perder a matrícula até uma possível recuperação, pois considerava que o ambiente acadêmico serviria como uma ferramenta para auxiliá-lo neste processo.

Diante daquela situação, eu fiz contato com o departamento responsável e prontamente me responderam que diante do laudo médico estavam efetuando o trancamento especial de matrícula, e que posteriormente o aluno poderia retomar os estudos. Assim, eu repassei ao Paulo o procedimento que atendera sua solicitação, e aconselhei que, nesse período até se sentir apto a retornar ao Curso, ele já fosse lendo o material didático que já tinha em mãos (pois todo calouro recebe o livro no dia de matrícula) como forma de habituá-lo aos textos propostos pelo Curso; disse que tínhamos uma equipe de tutores presenciais para auxiliá-lo nas disciplinas e que estaria torcendo por seu restabelecimento.

Então, no segundo semestre de 2016, ele me procurou na aula inaugural para dizer que estava disposto a tentar, que já havia conversado com seu médico e que se sentia apto a retornar as atividades da vida acadêmica. De certo, percebi que seu comportamento estava melhor do que no primeiro contato, mas ainda apresentava sinais de alterações psicológicas, como uma postura curvada, olhar cabisbaixo, e fala envergonhada; mas o que importava naquele momento era a vontade dele de ativar sua vida e contar com o Curso para essa virada de mesa.

Logicamente, assim como ocorre com a maioria dos alunos no primeiro período de curso, ocorreram alguns embates nas tutorias, principalmente àquelas que propõem discussões sobre estudos científicos que comprovam fatos diversos do que é relatado nas academias policiais. Nas primeiras semanas de participação, um dos tutores fizera contato comigo, pois estranhara o modo como o Paulo se apresentou para turma e os

levantamentos que fazia em sala de aula. Mas expliquei a situação, para demonstrar que a ambientação de Paulo não era apenas com o material didático do curso, mas com a vida social da qual ele fora afastado por problemas psiquiátricos.

Enfim, Paulo conseguiu acompanhar a turma, participou de diversos eventos no Polo e se formou no último semestre de 2018, tendo me solicitado informações quanto a reingresso, pois pretendia manter os estudos. Com o decorrer do curso, foi visível a mudança de postura, tanto na tratativa com os colegas e tutores como fisicamente, já estava com a cabeça erguida, sorriso no rosto e andar leve. E no evento de colação de grau, acompanhado de sua esposa e filha, que fez questão de me apresentar, dava pra sentir o orgulho que rondava aquela família pela conquista alcançada.

\*\*\*

Nota-se nos 3 (três) relatos, que apesar da fala ter sido dita expressamente apenas pelo João, nas outras narrativas também é possível incluir o “Agora é a minha Vez” na utilização do Curso para trilhar um novo caminho, seja para se recuperar de uma depressão e se reinserir socialmente, seja para a inclusão digital, seja para realizar o sonho do diploma em nível superior, seja para reaprender as técnicas de estudo e alcançar objetivos ditos “impossíveis” até então.

Assim como estes, muitos outros estudantes, em sua maioria com idade acima dos 40 anos, chegaram ao Curso apresentando pouca familiaridade com o uso da internet, tecnologias digitais, e sem ritmo de estudo; haja vista que alguns deles estavam afastados dos bancos escolares por 15 ou 20 anos. E todos, de maneira geral, se assustam com a quantidade de textos para leitura e confecção das atividades.

Esse contexto só demonstra o quanto esses indivíduos precisam de oportunidades conforme a promovida pelo Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social/UFF, em conjunto com o CEDERJ/CECIERJ, para retornarem aos estudos e alcançarem o diploma de nível superior.

#### **4. A Educação a Distância para profissionais da Segurança Pública**

O avanço das tecnologias possibilitou o surgimento de diferentes formas de interação entre os indivíduos. Hoje, as pessoas se conectam por *tablets*, *smartphones*, *notebooks*, e assim otimizam o seu tempo para práticas diárias como por exemplo: efetuar uma compra, pagar uma conta, ler o jornal.

Nesse sentido, as práticas de ensino também passaram por mudanças na medida em que foram inseridas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ambiente educacional. Como exemplo disso, podemos citar a internet, que há 20 anos era no modo "discado" e de uso limitado aos computadores, hoje com a banda larga e avanço dos aparelhos tecnológicos possibilita o acesso na "palma da mão" com um simples *smartphone*. Assim, adultos e crianças passaram a ter acesso a diversas informações de forma imediata, sem precisar visitar uma biblioteca ou adquirir enciclopédias haja vista que, atualmente, basta um toque para o conhecimento se exibir nas telas *online*.

Dessa forma, é crescente a procura por cursos à distância principalmente para aquelas pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho, e que possuem dificuldade de tempo e locomoção diária até um centro de ensino, tendo que buscar uma faculdade com modelo de ensino a distância para cursarem o nível superior.

Tal modalidade tem se apresentado como uma alternativa para os profissionais de Segurança Pública que, na maioria das vezes, trabalham em regime de escala e não conseguem estabelecer horários e dias fixos para comparecerem as aulas presenciais do modelo tradicional de ensino. Logo, optam pelo ensino a distância como forma de alcançar um diploma de nível superior.

Assim, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF), é ofertado no Estado do Rio de Janeiro através do consórcio CEDERJ, com regime semipresencial; utilizando os polos universitários (escolas públicas municipais) para as tutoriais presenciais, avaliações periódicas e eventos acadêmicos.

Com exceção as Avaliações Presenciais (APs), que ocorrem duas vezes no semestre e uma terceira vez se o aluno não alcançar a média de aprovação, o aluno não está obrigado a comparecer nas outras atividades, apesar de ser notório que quanto mais o aluno participa dos encontros semanais de tutorias presenciais e eventos acadêmicos

(visita acadêmica, palestras e etc), mais fácil é a sua adaptação com o modelo de ensino e metodologia aplicada pelo curso.

No que tange a organização pedagógica do curso, Erika Ferreira brevemente resume:

Por se tratar de um Curso semipresencial, os alunos se utilizam de uma plataforma que lhes permite ter acesso a todo o material didático, vídeos, fóruns, entre outras ferramentas. O material didático de algumas disciplinas também é fornecido gratuitamente em módulos impressos que são retirados na secretaria do polo. O conteúdo presente no material didático e no ambiente virtual apresentam referências significativas sobre áreas interdisciplinares essenciais a compreensão do tema segurança pública em uma perspectiva comparada, diferente do que é encontrado nas academias de polícia, faculdades de direito ou curso de formação instrucional e operacional das agências de segurança (FERREIRA, 2019, p. 47).

Enquanto Tutora Coordenadora do Polo Universitário São Gonçalo/RJ (UAB/CEDERJ), acompanho todos os alunos do curso, em especial os recém-chegados, por entender que os calouros necessitam de uma atenção maior para se adaptarem com a nova didática, pois a maioria nunca estudou na metodologia EAD. Neste contexto, entre o dia de matrícula, aula inaugural e primeiras semanas, ao estabelecer o primeiro contato com o aluno, realizo uma conversa de acolhimento na qual através de um breve questionário é realizada a seguinte pergunta: *“Por que optou por um curso a distância?”* e dentre outras opções a maioria responde: *“Pela falta de tempo de cursar o ensino superior nos horários das faculdades presenciais tradicionais”*.

Em análise aos 81 questionários aplicados no primeiro e segundo semestre de 2019, verifiquei que 73 calouros optaram por essa resposta para justificar sua escolha. Um universo de 90% de alunos que consideram a modalidade de ensino a distância como real possibilidade para conciliarem seus compromissos e escalas de trabalho com a oportunidade de estudar.

Tal resposta está em consonância com o objetivo metodológico descrito no site do CEDERJ:

Ao implementar a metodologia de educação a distância, o Consórcio Cederj permite o acesso ao ensino daqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários

tradicionais de aula (<https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/metodologia/>, acesso 8/10/2019).

Assim, a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ, através do consórcio CEDERJ, possibilita a inserção de agentes de segurança pública em um ambiente acadêmico com ensino superior público e de qualidade. Promovendo a oportunidade de inclusão social daqueles que em função das escalas de trabalho não possuem condições de acompanhar as aulas em Universidades presenciais.

## **5. A Inclusão Social e o Choque Cultural.**

Utiliza-se o termo “inclusão social” para demonstrar a inserção de indivíduos ou de certos grupos, até então, excluídos da sociedade; ou seja, ao utilizarmos o termo “inclusão”, estamos remetendo ao seu inverso: a “exclusão”. Atualmente, é difícil identificar grupos que estejam totalmente excluídos de toda a sociedade, geralmente, isso ocorre sobre parte da sociedade, por diversos fatores impeditivos que limitam o alcance a direitos básicos como educação, lazer, saúde.

Em geral, políticas públicas inclusivas voltadas a camadas sociais de baixa renda e questões envolvendo etnia, gênero, pessoas com necessidades especiais, dentre outros, são facilmente identificadas em nossa sociedade. Todavia é um pouco mais difícil enxergar a aplicação do termo para agentes da segurança pública.

Isso ocorre porque se pressupõe que tais profissionais já estejam totalmente inseridos socialmente, até mesmo em razão da função que exercem, do salário que recebem e do status que possuem frente à sociedade. Assim, ao adentrarem na faculdade já levam consigo o conhecimento corporativo que vai de encontro ao conhecimento científico transmitido pelos professores, o que gera o chamado “choque cultural”, termo frequentemente dito pelos alunos como definição ao estranhamento auferido na leitura dos textos disponibilizados pelo curso e em situações vivenciadas no ambiente acadêmico.

Conforme explica o Professor Marcos Veríssimo (Doutor em Antropologia e Professor do Curso de Segurança Pública UFF):

[...] o discurso da “inclusão social” do CEDERJ parece não lhes dizer respeito. Ao contrário, como vimos, o “choque cultural” decorre, não da “exclusão social” do aluno, e sim de sua inclusão social, pessoal, psíquica e corporativa, na categoria de Policial. E quanto mais visceral foi e é o seu processo de inclusão nas lógicas e sociabilidades policiais, maior será o “choque cultural”. (VERÍSSIMO, 2015, p.19)

A questão do “choque cultural” explicada pelo Professor Veríssimo e recorrentemente trazida nos discursos dos alunos do curso, como categoria nativa, diz respeito aos conflitos gerados, inicialmente, pelo fato do aluno querer impor seu saber policial através da descrição de sua prática profissional como um saber legítimo sobre aquele tema (ARAGON, 2018) para responder as atividades propostas pelo curso, ao invés de utilizar os conteúdos abordados no material didático das disciplinas. Daí o “choque”, o aluno apresenta seu conhecimento prático como hierarquicamente superior e substituto do conhecimento científico, inferindo a lógica do contraditório, explicada pelo Prof. Dr. Roberto Kant de Lima (Idealizador do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública UFF):

(...) lógica do contraditório. Trata-se de uma técnica escolástica medieval, cuja característica mais importante, em nosso caso, é a criação de uma infinita oposição entre teses, necessariamente contraditórias, que só se resolve pela intervenção de uma terceira parte, dotada de autoridade externa à disputa e às partes, e que se responsabiliza pela escolha de uma das posições que se opõem, para interromper o processo que, sem esta intervenção, tenderia ao infinito. (KANT DE LIMA, 2012 apud ARAGON, 2018, p. 38)

Deste modo, os alunos, principalmente os iniciantes, tendem a travar inúmeras disputas ao trazer os argumentos de autoridade arraigados na prática profissional na tentativa de desqualificar as reflexões teóricas trazidas pela Universidade; até compreenderem que o curso se fundamenta na autoridade do argumento, com base nos estudos empíricos auferidos por pesquisadores da área e ministrado nos textos e livros didáticos abordados no curso. Até porque, se fosse se pautar pela experiência do aluno, não seria possível a formação de um material didático, visto que cada um possui uma experiência e opinião diferente do outro.

O curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social está inserido em uma sociedade hierárquica com intermediários detentores de um poder oriundo de um saber particularizado. A Educação à Distância se

insere dentro de uma tradição hierárquica que precisa de mediadores para transmitir o conhecimento, é preciso uma autoridade, nesse caso, os tutores, para a transição desse conhecimento. Nesse caso, o conhecimento é poder e o que prevalece é a autoridade do argumento. As referências em termos de conhecimento dos policiais militares, maioria entre os alunos do curso não estão pautadas no conhecimento científico e, sim, na hierarquia militar onde os fatos são determinados pela autoridade. Nesse contexto, é que vai se discutir essa diferenciação do saber científico e do saber prático, além de, se instaurar o processo de socialização acadêmica (FERREIRA, 2019, p. 57).

Por isso a importância de fazer o aluno ultrapassar a barreira do “choque cultural”, o quanto antes, para compreender que o curso explicita dados auferidos com base em pesquisas e estudos de campo através dos quais são elaboradas as questões de avaliação, na intenção de verificar se o estudante compreendeu o material didático, o que só é possível se o aluno elaborar sua resposta fundamentada neste conteúdo; tudo isso em conjunto com a perspectiva de que os calouros ainda estão se adaptando a forma de estudar, escrever e utilizar as ferramentas do EAD. Conforme descreve Luiza Aragon (Doutora em Antropologia e Tutora a Distância do Curso):

O uso da linguagem escrita é um recurso tecnológico não-humano que fundamenta cursos de graduação presenciais e semi presenciais. Este último delega muito mais à linguagem escrita e aos recursos oferecidos pela internet a sustentação das relações entre professor e aluno, procurando, no caso desta disciplina, através dos fóruns, *traduzir* em responsabilidades *equivalentes* à formação de vínculos no ensino presencial. Daí a importância que se atribuiu na disciplina Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública aos fóruns e à maneira como os alunos demonstravam, nos seus discursos, refletir (ou não refletir) sobre o conteúdo do curso. Neste contexto, procuramos entender o confronto entre duas perspectivas da segurança pública, onde os calouros que, em sua maioria, não tiveram uma experiência prévia de educação à distância, ainda estão aprendendo a importância que se dá à forma e ao conteúdo das aulas tratado nos fóruns (ARAGON, 2018, p. 37, grifos meus).

Ressalto que grifei os trechos acima, para demonstrar que dentro do Curso temos uma parcela de alunos afastados a bastante tempo dos campos acadêmicos, alguns sem a prática da escrita acadêmica, alguns sem experiência com o uso da tecnologia (excluídos digitalmente), a maioria sem experiência em curso na modalidade



semipresencial, mas que encontraram através do EAD a possibilidade de ingressarem em uma faculdade pública com ensino de qualidade.

Conjuntamente aos casos narrados no início do texto, trago a reflexão de que não seriam esse agentes de segurança pública excluídos socialmente do meio acadêmico? E que a partir do Ensino a Distância encontraram a oportunidade de conciliar as escalas de trabalho com os estudos? E que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública, por estar relacionado à área de atuação, trouxeram-lhe o interesse em um aprendizado diverso do conhecido na “*caverna*”<sup>7</sup> ?

Dessa forma, pode-se considerar que o projeto do Curso juntamente com o consórcio CEDERJ/CECERJ promovem a inclusão social, através do EAD, dos agentes de segurança pública que se interessam em aprender os estudos produzidos pela Universidade; os quais até então possuíam dificuldades, em razão da escala de trabalho que são submetidos, de frequentar presencialmente o ambiente acadêmico.

## 6. Conclusão

Através do presente trabalho, procurei demonstrar um pouco da experiência que acumulei ao longo dos últimos 5 anos como tutora presencial e articuladora acadêmica do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF/CEDERJ. A cada semestre que se iniciava percebia a necessidade dos alunos em aprender a lidar com as novas tecnologias de ensino, com a rotina forte de leitura e escrita, como forma de socialização acadêmica.

Assim, ao entender que o CEDERJ busca, através do EAD, promover a inclusão social de seus estudantes através do oferecimento de ensino público e de qualidade a aqueles que por motivo da distância ou em razão de trabalho, não tiveram oportunidade de cursar nível superior; entendo que os agentes de Segurança Pública que buscam o Curso também se inserem nesse contexto de inclusão social. Isso porque, por mais que esses alunos tenham a peculiaridade de já estarem inseridos no mercado de trabalho,

---

<sup>7</sup> Brevemente, trata-se de uma metáfora criada pelo filósofo Platão, que consiste na tentativa de explicar a condição de ignorância em que vivem os seres humanos e o que seria necessário para atingir o verdadeiro “mundo real”, baseado na razão acima dos sentidos. Inferindo que o verdadeiro mundo só conseguiria ser atingido quando o indivíduo percebesse as coisas ao seu redor a partir do pensamento crítico e racional, dispensando apenas o uso dos sentidos básicos.

isso não promove facilidade na sua inserção no meio acadêmico. Pelo contrário, a rotina das escalas de trabalho dificulta, e até mesmo impedem, esses agentes de frequentarem faculdades no modelo de ensino presencial.

Analisando os três casos, inicialmente, por mim relatados somados a todo o contexto aqui descrito, o que percebo é que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública proporciona inclusão social principalmente aqueles profissionais que já estão afastados dos bancos escolares há algum tempo, e, portanto já estão na faixa dos 40 anos, constituem responsabilidades familiares e profissionais que impedem sua participação em um curso 100% presencial, e veem no Tecnólogo uma chance de alcançar um diploma que traga satisfação pessoal, profissional e experiência ao ambiente acadêmico.

Logo, pode-se considerar que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF juntamente com o consórcio CEDERJ/CECERJ, promovem a democratização do ensino ao oportunizarem, através do EAD, a inclusão social no espaço acadêmico de indivíduos que antes não possuíam facilidade em acessá-lo.

## 7. Referências Bibliográficas

ARAGON, Luiza A. **A memória que não leva à justiça: uma etnografia das moralidades e dos discursos presentes no Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense. 2018.** Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Antropologia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, Erika G. **Na faculdade a gente aprende a pensar. Uma análise da socialização acadêmica dos alunos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF. 2019.** Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019.

GERALDO, P. H. B. e KANT DE LIMA, R.. Conflitos em formação: A experiência da convivência civil-militar no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública a distância da Universidade Federal Fluminense. *In:* GT01 “Administração de conflitos em perspectiva comparada” 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais,; Outubro, 2015.

GEWEHR, Diógenes. **Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (tdicS) na Escola e em Ambientes Não Escolares**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ens Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, Rio Grande do Sul, , 2016.

KANT DE LIMA, R. “Antropologia Jurídica”. In: SOUZA LIMA, A. C. de. Antropologia e Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/Brasília, 2012. P.35-51

KANT DE LIMA, Roberto; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. **Anuário Antropológico**/2013, Brasília, UnB, v.39, n .1, p .9-37, 2014.

NEVES, Dylla de M. C. **Hierarquia e Disciplina**: análise da relação de ensino-aprendizagem no curso de tecnólogo em segurança pública e social. Trabalho de conclusão do Curso (Bacharelado em Segurança Pública) - Universidade Federal Fluminense, Niterói / Rio de Janeiro, 2016.

PLATÃO. **A República**. (trad. Enrico Corvisieri), Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SILVA, Robson Rodrigues da. et al. **Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI**. Niterói/Rio de Janeiro: Ed. UFF. 2011.

VERÍSSIMO, Marcos. *et. al.* Quando a polícia vai à Faculdade: “inclusão social” ou “choque cultural”? In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2015, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

Sites consultados:

CEDERJ em: <https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/metodologia/>, acesso em 8 de Outubro de 2019.

## Linguagem e “saberes” em comum: continuidades e relações morais em contextos sociais conectados a prisão<sup>1</sup>.

Gabriel Borges da Silva<sup>2</sup>

Jaider dos Santos Costa<sup>3</sup>

Johana Pardo<sup>4</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa pretende relacionar dados obtidos em trabalhos de campo que seguem a temática da prisão. Destaca-se que foram promovidas pesquisas de cunho etnográfico na APAC de Minas Gerais, em uma cadeia pública da zona metropolitana do Rio de Janeiro, bem como em determinados lugares classificados como *favelas* na cidade do Rio de Janeiro. Tal movimento possibilitou verificar que apesar de se apresentarem como diferentes em seus campos empíricos, na fala dos interlocutores, muitas questões e complementariedades podem ser suscitadas pelo contraste. Nesse mote, aqui pretendemos dar continuidade a problematização da questão da linguagem que repercute em práticas, éticas e moralidades nos grupos sociais alvo do sistema penal. Como no caso do “Visão”, figura que aparece no contexto do encarceramento, como um cargo presente na hierarquia dos detentos que se encontram no “seguro” e fazem parte de uma organização prisional denominada como “Povo do Israel”. Por outro lado, as ideias de “passar a visão” e “pegar a visão” fazem parte da representação a respeito de moralidades em outros contextos “fora da prisão”, mas que remetem ao exercício do cargo do “Visão”. Quando se recomenda “pegar a visão”, procura-se passar uma mensagem a partir de saberes disponíveis para resoluções de situações conflituosas. Pretendemos compreender tais relações e explicitar saberes que circulam nos campos abordados, como forma de contribuir nas análises que observam fluxos, continuidades e relações morais em contextos sociais conectados a prisão.

**Palavras-chaves:** Linguagem. Saberes. Segurança Pública. Visão.

**Abstract:** The present research intends to relate data obtained in fieldwork about the prison theme. It is noteworthy that researches of an ethnographic nature were promoted at APAC in Minas Gerais, in a public prison in the metropolitan area of Rio de Janeiro, as well as in certain places classified as favelas in Rio de Janeiro. The movement made it possible to verify that despite presenting themselves as different in their empirical fields, in the speech of the interlocutors, many questions and complementarities can be raised by the contrast. In this sense, we intend to continue to problematize the issue of language that has repercussions on practices, ethics and moralities in the social groups targeted by the penal system. As in the

---

<sup>1</sup> GT17. Por uma antropologia das práticas, dos saberes e das sensibilidades no campo da segurança pública coordenado por: Marcos Verissimo (UFF); Astrid Johana Pardo (CEDERJ-CECIERJ); Betania Almeida (UFF)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense – PPGSD UFF.

<sup>3</sup> Mestrando em Justiça e Segurança pela Universidade Federal Fluminense – PPGJS-UFF.

<sup>4</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

case of “Visão” [vision], it appears in the context of incarceration, as a position present in the hierarchy of detainees who are in the “seguro” [security] and are part of a prison organization called “Povo de Israel” [People from Israel]. On the other hand, the expressions like “passar a visão” [pass the vision] and “pegar a visão” [catch the vision] are part of the representation regarding moralities in other contexts outside of the prison system. But which refer to the exercise of the “Visão” position. When it is recommended to “pegar a visão”, an attempt is made to send a message based on the knowledge available to solve conflicting situations. We intend to understand these relationships and make explicit knowledge that circulates in this field, as a way of contributing to the analyses that observe the flows and moral relationships in social contexts connected to prison.

**Key-words:** Language. Knowledges. Public Security. “Visão”.

## 1. Introdução:

A ideia inicial do presente artigo, surgiu a partir dos diálogos realizados nos encontros do Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (LABIAC). O objetivo do grupo de pesquisa é fomentar as práticas de investigação e reflexão nos alunos e mediadores do Curso Tecnólogo em Segurança Pública da UFF, oferecido através do consórcio CEDERJ/ CECIERJ. Esse trabalho é realizado a partir de diferentes eventos como simpósios, reuniões, encontros de pesquisa, seminários e eventos realizados nos Polos Universitários.

Dentre as atividades propostas pelo LABIAC, nós autores, partilhamos um encontro de pesquisa com os alunos do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública do Polo Universitário da Cidade de Três Rios/RJ. A proposta consistia em uma mesa composta por nós, organizada como uma reunião de pesquisa. Os alunos e mediadores do Polo trouxeram suas questões e ideias de pesquisa, bem como apresentaram seus trabalhos em andamento e foram promovidas práticas de socialização com a pesquisa. Então, sugerimos textos, recortes, estratégias e questões de modo a dar orientações as pesquisas, conforme a proposta do LABIAC. Ao longo das orientações também trouxemos nossos trabalhos de pesquisa e percebemos que havia categorias em comum em relação a atores que passaram no contexto prisional e atores que em seu cotidiano são foco das práticas punitivas dos agentes do sistema penal.

A linguagem nesses contextos compunha o campo de estudos de Johana Pardo (2017), que promoveu uma reflexão a respeito do que chamou de *gramáticas emocionais* presentes nas experiências de humanização de um modelo prisional brasileiro, com olhar antropológico

na relação entre as emoções e a conformidade de cada indivíduo com as normas sociais (COELHO & PARDO, 2018). O paradoxo entre a punição e a humanização encaminhou as questões desenvolvidas a respeito da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que propunha um modelo de valorização humana em relação a punição. Da análise das *gramáticas emocionais*, em sua pesquisa desenvolvida na APAC em Minas Gerais, Pardo (2017) identificou formas específicas de sujeição ao programa de humanização, ao interpretar e enxergar essa relação da punição e humanização.

Com a percepção dos circuitos e práticas cotidianas que a linguagem pode explicitar, percebemos que a categoria “visão” expressa um didática que compõe em determinados contextos morais, ideias e percepções de como se deve ou não agir em relação as moralidades e normas disponíveis. Como no exemplo do “Visão”, que encerra um cargo de respeitabilidade e exercício de práticas de administração de conflitos dentro da ala do “seguro” de uma cadeia pública da zona metropolitana do Rio de Janeiro. Ou, na ideia de “pegar a visão”, que explicita uma relação de saber e aprendizado de como se comportar e agir entre aquele que “passa a visão” e aquele que recebe a “visão”.

Em nossos diálogos, nos intrigou a questão a respeito das continuidades e descontinuidades das fronteiras aparentemente impostas pelo sistema prisional. Nesse sentido Pardo (2015; 2017) chamou atenção sobre a ideia de *fronteiras porosas*, categoria analítica empregada por Cunha (2018) para questionar o olhar da prisão como uma instituição separada do bairro. Conforme tal perspectiva percebemos conexões que permitem, como objetivo desse artigo, seguir a relativização a respeito da representação dicotômica que a figura do presídio parece trazer entre as fronteiras do “dentro” e “fora”. Aqui, utilizaremos a categoria “visão” e os sentidos que ela engloba, para refletir sobre práticas que parecem explicitar a porosidade dessas fronteiras.

Afinal, “pegar a visão” era uma atitude necessária para os jovens interlocutores de Gabriel Silva (2019), como prática de respeitabilidade entre os mesmos e os mais velhos, que ocupavam a esquina do Timor Leste, no Vale<sup>5</sup>. Lugar chamado de *favela* na cidade do Rio de Janeiro e que a relação com o sistema penal é intensa, desde ações policiais que repercutem em uma produção sistemática de mortes até o encarceramento de jovens supostamente envolvidos com o tráfico de drogas ilícitas (SILVA, 2019). Enquanto o cargo do “Visão” era uma posição na hierarquia da organização denominada “Povo de Israel” (“Rael” ou “PVI”),

---

<sup>5</sup> Nomes criados pelo autor para não identificar o local.

que Jaider Costa tomou conhecimento no desenvolvimento de sua pesquisa, quando entrevistava homens já em situação de liberdade que cumpriram pena em uma cadeia pública da zona metropolitana do Rio de Janeiro (COSTA & COLAÇO, No Prelo<sup>a</sup>). Nessas conversas/entrevistas, em sua maioria, no seu escritório de advocacia, os interlocutores sabedores da pesquisa e na condição de clientes ou amigos de clientes, passaram a relatar as experiências vividas junto ao “Rael”.

Apear de termos construídos nossos campos de pesquisa em separado, o trabalho no LABIAC e os diálogos, leituras e partilhas de caderno de campo permitiram que formulássemos em conjunto o presente artigo. Evidente que sabemos das questões e dinâmicas próprias dos nossos campos de pesquisa, reflexo da singularidade de cada experiência de pesquisa. No entanto, percebemos que práticas relacionadas com a agência do Estado via o sistema penal, em específico a polícia e agentes penitenciários, parecem repercutir na produção de saberes e moralidades.

Para apresentar nossa ideia, promovemos um pequeno recorte da pesquisa de cada um, assumindo os dados e reflexões em conjunto, como característica adotada no processo de escrita e que permeou o desenvolvimento do presente trabalho. Neste sentido, a presente pesquisa dará continuidade a questões percebidas nos diferentes campos estudados em momentos distintos e, inicialmente, separadamente. Assim, pretendemos apresentar desdobramentos e novas observações dos pontos de convergência entre as percepções acerca dos discursos utilizados no estabelecimento prisional em que se encontra o chamado “Povo de Israel” (“Rael” ou “PVI”). De modo a refletir, como moralidades podem circular via linguagem e produzir saberes a respeito de ações repressivas e práticas punitivas de agentes do Estado. A ideia de “visão” ganhará destaque de acordo com as nossas pesquisas, ao apresentar um extrato moral de condutas de sujeitos socializados com a ação repressiva e punitiva dos agentes do sistema penal.

## **2. O “Povo de Israel”: quem passa a “visão”.**

Durante as observações nas audiências de custódia foi acompanhado o caso de Paulo, que havia sido preso em flagrante pela suposta prática do crime de lesão corporal no âmbito doméstico. Ao conseguir sua liberdade provisória, Paulo retornou da cadeia de custódia transitória em que se encontrava, narrando a respeito do que ele chamou de “Rael”. A partir da curiosidade a respeito dessa “organização” conforme as palavras de Paulo, foi seguido um

movimento de pesquisa de modo a conversar com ex detentos que conheciam ou teriam feito parte desse grupo. Em meados de 2019, foi feito contato com João, que também por conta de um processo de lesão corporal em âmbito doméstico, havia passado sete dias em uma cadeia de custódia transitória e, cerca de um mês e meio em uma cadeia pública da zona metropolitana do Rio de Janeiro. Após conversas com ambos interlocutores, bem como diálogos e observações das audiências de custódias, foi possível conhecer melhor aquilo que era chamado de “Povo de Israel”. Uma organização dos detentos, com a partilha de um estatuto e de posições hierárquicas, como as figuras do “Primeira-voz”, “Comissões”, “Visões”, “Monitores dos Visões”, dentre outros. No entanto, para o presente artigo, receberá destaque a figura do “Visão”.

O principal interlocutor da pesquisa desenvolvida nas audiências de custódia foi João, que esclareceu que cada cela possui dois “Visões” (COSTA & COLAÇO, No Prelo). Essa classificação chamou a atenção nas nossas reflexões. Afinal, o que representa essa classificação e quem são os chamados “Visões”? Segundo João, são sujeitos que “exercem lideranças e respondem pela cela”, ou seja, detém a última palavra quando se instauram conflitos, até então, irremediáveis pelos detentos. João explicou que, se alguém se sentiu ofendido ou lesado com algo da cela, pode pedir a “solução” que seria uma julgamento exercido com base nas moralidades dos detentos para resolver o “desenrolado”<sup>6</sup>. E, após a solução dada pelo “Visão”, a parte que estiver errada, recebe uma “coça” como pena. No entanto as penas só podem ser aplicadas pelos “Visões” ou pelo “Ligação”<sup>7</sup> – que se trata de outro posto na hierarquia do “Povo de Israel”.

A “coça” consiste em uma surra como fruto da “cobrança”. Após “ser cobrado” (ou seja, após receber sua pena), “coloca-se uma pedra sobre o seu erro”. Ou seja, a moralidade corrompida se reestabelece via tal reprimenda, sendo vedado há qualquer um da cela retornar ao assunto que deu azo a “cobrança”. Interessante que a mesma pessoa que aplica a pena, estará incumbido de fornecer remédios para atendimento e recuperação de quem recebeu a “coça”, isto é, as punições somente podem ser aplicadas pelos “Visões” ou pelo “Ligação” e os mesmos são aqueles que também auxiliam na recuperação dos “irmãos” que receberam a

---

<sup>6</sup> O *desenrolo*, por sua vez, é uma forma de diálogo que é construída para resolver questões do dia a dia. Saber *desenrolar* é importante para administração de conflitos no Vale. Permite, inclusive, a construção de respeito com demais moradores. Isso é ensinado pelos mais velhos aos mais novos na rua, pelos pais a seus filhos. (SILVA, 2019, p. 121)

<sup>7</sup> Conforme os relatos o “Ligação” seria uma posição ocupada pelos presos que são incumbidos de circular pela galeria, supervisionando e reproduzindo comunicados dos demais postos da organização.



“coça”. A moralidade, neste caso, corresponde ao conjunto de regras criadas pelo “estatuto do Povo de Israel”. No estatuto, segundo João, estão estabelecidas regras que regulam, em sua maioria, questões monetárias e normas de convivência, bem como as punições em relação a seu descumprimento. Como exemplo, a regra que explicita uma moralidade coletiva de não adquirir dívidas sem poder pagá-las como essencial para as relações de trocas entre os detentos. Segundo João, caso alguém descumprisse tal regra, “não pagando o que pediu emprestado a um irmão”, poderia ser “cobrado”.

Para João, o “Estatuto do PVI”, apresenta uma série de regras de comportamento considerado adequado a convivência nas celas. Outra que nos chamou a atenção é a que “não se pode levantar defunto e nem desmerecer (julgar) o crime praticado pelo irmão”. Aliás, como veremos essa regra consubstancia uma “visão” passada aos membros do PVI e caso seja descumprida merece a punição. Ou seja, caso o detento não tenha “pegado a visão” a “cobrança será acionada”. A “visão”, neste caso, explicita a moralidade em torno da proibição de se mencionar os conflitos já “superados”, assim considerados aqueles que já passaram pelo processo de julgamento cujas punições já foram estabelecidas e cumpridas. Esta regulamentação parece cimentada numa moral religiosa de expurgo dos pecados, que revela a expiação de um erro cometido contra os “irmãos”, assim chamados os colegas de cela, que participam do “Povo de Israel”. O caráter religioso também está ligado ao mito de origem do “PVI” que retrata de uma rebelião no presídio Ary Franco, em que um dos detentos jogou uma bíblia para o alto. A bíblia teria caído aberta na página que fala do *povo de Israel* em sua trajetória para a salvação. E daí haveria sido atribuído ao grupo que se organizara pós esse evento o nome de “Povo de Israel” (CALDEIRA, 2007, p. 17). Paulo e João disseram que não conheciam a história a respeito da criação do “PVI”, mas João contou algumas histórias que envolviam a figura do “Visão”.

Ressalta-se uma passagem em que um dos “Visões” de determinada cela tirou uma *selfie* e postou em seu *status* do *WhatsApp*<sup>8</sup>. Segundo João, um erro grave para os membros do “Rael”, uma vez que expunha o “esquema de permissão de utilização de celulares”. Fato que poderia chamar a atenção de autoridades, bem como por em risco as relações estabelecidas entre detentos e funcionários do presídio. Nesse sentido, foi necessário chamar a “solução”. De acordo com o julgamento promovido pelos detentos de outra cela, que

---

<sup>8</sup> Aplicativo utilizado para comunicação via celulares.

compunham a “solução”, ficou determinado o “rebaixamento” do detento, que não poderia mais exercer seu posto de “Visão”.

A figura do “Visão” parece direcionada ao exercício de uma função no convívio dos detentos, que remete à posição daquele que dará uma palavra final em relação a conflitos que se instauram no dia-a-dia carcerário. Na hierarquia do “PVI”, os “Visões” estariam abaixo apenas dos “Comissões” (responsáveis pelas galerias) e do “Primeira-Voz” (responsável pelo presídio). Então o “Visão” no contexto carcerário é aquele sujeito que “passa a visão”<sup>9</sup>, ou seja, aponta, dentro das normas e moralidades ali construídas, para a resolução do conflito de forma considerada justa. Interessante a aproximação daquilo que Geertz (1997) chama de *sensibilidade jurídica*, em sua relação com as regulamentações que produzem o *saber local*. Este por sua vez é composto de significados normativos que cobram sentido em contextos determinados e que oferecem a legitimidade às moralidades necessárias para a produção de ordem. De fato, a aplicação e representações, dessas categorias parecem ser dotadas de conteúdo semântico próximo a suas expressões nos lugares chamados de *favela* (SILVA, 2019), bem como em seus usos e representações no contexto carcerário (PRADO, 2017) (COSTA & COLAÇO, No Prelo<sup>a</sup>; No Prelo).

A questão do “seguro” aparecia sempre nas conversas dos jovens que tinham contato com outros rapazes que estavam presos por tráfico na equina do Timor Leste, no Vale (SILVA, 2019). Segundo esses jovens o “seguro” é um lugar para quem tem dificuldades de se enquadrar nas “facções” responsáveis pela venda de drogas ilícitas, que nos presídios do Rio de Janeiro emplacam nas divisões das galerias prisionais<sup>10</sup>. Se você se identifica com a “facção x” ou a “facção y” sua prisão será efetuada em celas correspondentes àquela galeria que se identifica como pertencente. Então o “seguro” é o lugar para os detentos que não pertencem a nenhuma “facção”. Seja por questões morais em relação a sua prisão, pelo crime cometido não se relacionar com o tráfico de drogas ilícitas, por terem cometido alguma “vacilação” nas perspectivas das “facções” ou como uma possibilidade para quem pretende “mudar de vida”.

---

<sup>9</sup> “O *papo de vacilação*, o *papo de mancada* e o *papo torto* operam as moralidades disponíveis em um *desenrolo* que se opõem as moralidades disponíveis para se ser possível *mandar um papo de visão* ou um *papo reto*. Aqueles desqualificam aquele que deu tal *papo* da condição de *sujeito homem*. Então aquele que der um *papo de vacilação*, dependendo do contexto pode perder sua vida no Vale.” (SILVA, 2019, p. 121)

<sup>10</sup> Em São Paulo, como aponta Dias, a “facção” denominada PCC tem importante papel na organização e manutenção da ordem no sistema penitenciário (2011, p. 213-233).

No entanto, o “seguro” para fazer jus ao nome, não resta desorganizado. Como foi percebido nos relatos dos ex detentos, na mencionada cadeia pública da zona metropolitana do Rio de Janeiro, há a organização chamada de “Povo de Israel”. Então ela serve para gerir a organização que fora criada por detentos do “seguro”, que seguiam essa característica conflituosa em relação as “facções” com o propósito declarado de manter a organização e gestão dos conflitos entre os presidiários e também entre estes e os agentes prisionais. Com isso, a “Rael” por meio de seus atores hierárquicos consolidados a partir de representações e moralidades, parece ter firmado normas de convívio entre detentos e agentes penitenciários. Como na representação do posto de “Visão”, ator que detém o poder de “passar a visão” estabelecida em uma norma a respeito do conflito deflagrado. Nesse sentido, caberá ao receptor da mensagem “pegar a visão” de modo que a “visão” consubstancia o extrato moral que irá “por uma pedra” no conflito. A seguir descreveremos como se constrói a ideia de “passar” e “pegar” a visão no contexto do Vale (SILVA, 2019).

### 3. “Pega a visão”!

Na pesquisa feita por Silva (2019) no Vale a categoria “pega a visão”, saltou aos olhos. A esquina do Timor Leste, fazia parte de uma rota de jovens moradores do Vale (SILVA, 2019, p. 46-65). Eles se reuniam naquele ponto de encontro, que ficava embaixo de uma cobertura de telhas de amianto de um estabelecimento comercial que estava fechado. Em uma de suas incursões ao campo Silva presenciou uma conversavam a respeito da oportunidade de ingressar na “boca de fumo”, assim chamado o local onde se estabelece a venda de drogas ilícitas no Vale (2019, p. 131-138). A conversa se dava a respeito do que fariam caso tivessem o poder de um policial para matar alguém, relacionando o contexto de violência policial no Vale a um filme de ação policial que passara na TV, na tarde anterior. Um deles, considerado “mais empolgado” afirmou que “não teria coragem de se pá picotar alguém, mas dar um *tirão no vacilão* eu ia ter!”.

Os outros ficaram se entreolhando, enquanto um homem mais velho, que chamaremos de Marcos, provavelmente com mais de quarenta anos, que tinha parado naquela esquina para fumar um cigarro enquanto tomava um copo de café, exclamou o seguinte: “- tá maluco moleque! Tá pensando que tirar a vida das pessoas é assim? “*Pega a visão*”! Cada vida que você retira é cobrada, tudo tem seu preço! Uma hora volta, quando sua mente não pira antes...”.

O emprego dessas palavras fez os jovens, que deveriam ter entre doze e dezessete anos repensarem as suas conversas de modo a concordarem com a “visão que foi passada”. O “mais empolgado”, se desculpou dizendo que “não é que eu queria matar alguém... só tava falando mesmo... tipo como, *peguei a visão* uma vida é uma vida!”. Quando todos saíram, o Marcos se virou e afirmou o seguinte,

“aqueles moleques não sabem de nada ficam com esse “papo de mancada”... eu já fui assim, puxei cadeia, aprendi muito nessa vida, mas é essa correria deles que eles tem... a gente tenta passar “*a visão*” os exemplos tão aí, mas é muito complicado toda hora um morre ou vai preso, torço pra que não aconteça com eles...”.

Aprender a “desenrolar” tem relação com aquilo que você pode conquistar ou pode perder. Uma forma de se pedir ou conseguir razão ou direitos nas demandas do dia a dia. Como complementou Marcos: “- tem hora que você precisa saber ser otário, pois como diz o ditado o malandro demais se atrapalha...”. Portanto, ao iniciar um “desenrolo” o que se pretende é que alguém “abraçe seu papo<sup>11</sup>”. Se isso for alcançado, significa que a “visão” que foi passada, fora compreendida por quem é o destinatário do “papo”.

Então quando você é proponente do “desenrolo”, como no caso acima do “papo dado” por Marcos, é importante que o *papo* que seja dado, tenha a consideração de um “papo de visão” (SILVA, 2019, p. 119-122). O que sugere para o interlocutor do “desenrolo” a respeitabilidade do “papo” e o alcance da postura exigida, de modo que não seja recebido como um “papo de mancada”, como aquele proferido na fala do mais jovem.

O “papo de vacilação”, o “papo de mancada” e o “papo torto” operam as moralidades disponíveis em um “desenrolo” que se opõe às moralidades disponíveis para ser possível mandar um “papo de visão” ou um “papo reto”. Aqueles desqualificam aquele que deu tal papo da condição de sujeito homem. Então aquele que der um papo de vacilação, dependendo do contexto, pode perder sua vida no Vale. Pois dar um papo de vacilação pode ser considerado dar um mole na desenrolo de um conflito. (SILVA, 2019, p. 121)

---

<sup>11</sup> “(...)Para isso precisam ser vistos por seus companheiros como *sujeito homem* (retidão de caráter), ou seja, alguém que honra seus acordos e não está ali de brincadeira. (...) Com o *papo reto* (direcionamento do diálogo) não é diferente, uma vez que este sempre advém de um *sujeito homem* e por vezes, é colocado como legitimador do discurso. Não só o utilizado nas relações contratuais, mas também na resolução dos conflitos. É comum ouvir frases do tipo: “- Mano, já te dei o *papo reto*, de que essa tua placa “tá” atrapalhando meu espaço, e se tu não se ajeitar vai se *atrasar no papo*...”. Ou ainda, é utilizada como “*enforcement*” para o cumprimento de um acordo: “- Se liga que *tô* te dando o papo reto, pra tu ficar ligado, que o nosso trato é de sujeito homem”. O *papo* precisa ser sempre *reto*, para que seja de confiança e ganhe força dentro do círculo em que o discurso é empregado. Vale lembrar que, não existem contratos por escrito entre os comerciantes, pelo menos eu nunca soube de nenhum, então a figura do *papo reto* vem para garantir a seriedade do que está sendo pactuado. Por fim, no desenrolar do conflito pelo mediador (figura que representa a Associação), ele se utiliza destas duas ferramentas para a apreciação do objeto e para o cumprimento da decisão acordada, que só merece ser cumprida uma vez que foi resolvida por *sujeitos homens* e o seu proceder se deu através de um *papo reto*.” (SILVA, 2014, p.68-69)

O “papo de visão” nesse sentido, estava associado ao saber disponível em relação a como se deve portar em relação à preservação da vida humana, por isso o mais novo correu o risco de ser considerado um “vacilão” por argumentar de forma irresponsável, segundo o mais velho, a respeito do fim da vida. Desse modo é possível perceber uma dimensão didática da “visão” com base numa experiência de vida, uma competência adquirida pela interação em diferentes situações sociais que coloca em perspectiva a questão geracional. Demarcando uma hierarquia entre a “visão passada” pelo mais experiente e aquele que deve “pegar a visão”.

#### 4. *As fronteiras porosas*<sup>12</sup>: os fluxos sociais e a “visão”.

Manuela Cunha (2018) em seu trabalho discute sobre novas perspectivas observando os diálogos que se estabelecem entre a prisão e o bairro, uma janela para entender certas regularidades e características em comum dos bairros de onde as reclusas provêm. Com a observação de formas simultâneas das experiências prisionais do *dentro* para *fora* foi possível entender a constituição mútua desses domínios. Esta análise questiona os olhares já clássicos que recaem sobre o universo prisional como instituição total, inspirados em Goffman (1974) e sua visão própria de uma década atrás. O autor havia considerado que os limites materiais destes estabelecimentos pareciam delimitar inequivocamente um mundo de relações sociais temporariamente autônomo cortado do exterior.

Desta forma Manuela Cunha (2018) mostra que a pessoa presa não é totalmente extirpada de seu universo social, pois partes deste acabam sendo deslocados para a prisão e encontrando-se com outros universos. Tais como, redes de conhecimentos que não constituem ruptura de experiências nem de trajetórias de vidas e são entendidas pela autora como continuidade com o exterior. A prisão é vista como o prolongamento do bairro, pois aspectos como o estigma, por exemplo, parece se instaurar antes da reclusão, já dado pela pertença ao bairro. Assim, o mundo exterior parece permear a vida prisional. Isto ocorre, segundo Cunha (2018), na medida em que as carreiras morais passam a ser moduladas pelos laços de amizade, vizinhança, parentesco e interconhecimento, disputas e conflitos onde o “mundo exterior” participa ativamente.

---

<sup>12</sup> No presente trabalho, usaremos Além do proposto enquanto metodologia, que segue no próximo tópico, as ideias de “vasos comunicantes” de Godoi (2015) e também de “fronteiras porosas” de Manuela Cunha (2018), além do próprio trabalho inicialmente desenvolvido por COSTA, SILVA e PARDO.

Nesta mesma linha, Rafael Godoi (2015) realiza um estudo comparativo entre o sistema penitenciário de Catalunha e São Paulo, a partir dos relatos de vida de pessoas ligadas ao presídio, que não estejam encarceradas (enfermeiras, agentes penitenciários, parentes de presos). A partir da experiência de três mulheres que costumavam visitar parentes presos, o autor analisa os diferentes fluxos penitenciários, que denomina como “vasos comunicantes”. Estes, que estão representados nos jumbos (sacola com alimentos e higiene pessoal), nas visitas e nas diferentes viagens que realizavam para chegar aos locais prisionais. Espaços que mobilizam uma vasta teia social que comunicam os sinais de violência, privação e de poder próprios do ambiente prisional. Tal questão também se verifica a partir do mapeamento realizado sobre o campo do sistema prisional nos últimos dez anos feito por PARDO (2017), relacionado os fluxos interior/exterior.

Com os dados postos em diálogos neste artigo podemos confirmar o questionamento a respeito da representação do presídio como espaço “fechado” (PARDO, 2017). Aliás, a didática da “visão”, por meio da linguagem, explícita saberes em comum, nesse caso em continuidades e relações morais em contextos sociais conectados a prisão. Com isso a partir da relativização das representações sobre fronteiras, Pardo (2017) demonstra que a prisão é uma realidade presente inclusive antes da reclusão, que é manifesta, por exemplo, nas relações de parentesco e de amizade, pré-construídas em ambientes conectados com o sistema prisional. Tais vínculos nos mostram que igualmente a prisão torna-se uma instituição “hipertotal” que incorpora física e simbolicamente o bairro (PARDO, 2017). Isso é possível de se verificar a partir da didática da “visão” que aparece em contextos diferentes, cuja a relação com o sistema penal seja no encarceramento ou na produção de mortes produz saberes que perpassam a *porosidade* das *fronteiras* e os *vasos comunicantes* do sistema prisional. Com isso, de acordo com a perspectiva de Pardo (2017) foi possível verificar que a experiência de jovens ao “pegar a visão” em um lugar chamado *favela* (SILVA, 2019), se comunica com a figura do “Visão”, que “passa a visão” que estabelecerá a resolução de um conflito. Ou seja, aquela “visão” que colocará “uma pedra” no problema acontecido. A percepção desses *vasos comunicantes* contribuiu com a relação proposta de categorias encontradas tanto na prisão, quanto em contextos marcados por sua relação com o sistema prisional. Assim, nos parece evidente que a didática da “visão” expõe moralidades que circulam no sistema prisional e seguem seus fluxos por suas *fronteiras porosas* e *vasos comunicantes*.

## 5. Considerações Finais:

Ao promovermos diálogo sobre as pesquisas, pudemos perceber que havia pontos em conexão e reflexões possíveis desse movimento a respeito dos dados já produzidos. Portanto, como se tratam de pesquisa de ordem qualitativa, promovemos um pequeno contraste dos dados, conforme o recorte já apresentado, para reflexões de acordo com os objetivos suscitados.

Na pesquisa, segundo os relatos do interlocutor João, foi possível observar que o “Visão”, por ocupar posição hierarquicamente privilegiada no âmbito do “PVI” em uma cadeia pública da zona metropolitana do Rio de Janeiro, seria o responsável por “passar a visão” aos colegas de celas. Expressando uma sabedoria que, durante um “pedido de solução” de um conflito, seria externada acerca de quem estaria dando o “papo reto” ou quem estaria de “vacilação”. Como no exemplo do “Visão” que tirou uma foto na cela e postou nas redes sociais. Que por ter agido na “vacilação” perdeu seu posto de “Visão” junto aos membros do Povo de Israel da sua cela. Esse detento apesar de ser um “Visão” do “PVI”, não “pegou a visão” em relação as regras para utilização de celulares no presídio, ao passo que ao postar a foto nas redes sociais rompeu com as moralidades disponíveis, expondo um “esquema” de comunicação dos detentos. Por outro lado, o caso de Marcos, nos serviu para refletir a respeito de uma “visão” passada em relação a um “papo de mancada”, atribuído a juventude e a desvalorização da vida humana. Nesse caso, os mais jovens “pegaram a visão” e entenderam a “empolgação” que valorizava o poder de matar e não percebia as consequências relacionadas a esse poder.

A análise empírica serviu como base para observar movimentos linguísticos e morais que se comunicam em um fluxo que não se encerra com os “muros da prisão”. Foram descritas praticas aplicadas tanto no contexto prisional, quanto na realidade de pessoas cujas vidas estão conectadas de alguma forma com a prisão. Com esse movimento, ao colocarmos os dados obtidos em diálogo, foi possível verificar que apesar de arvorarem-se como diferentes em seus campos empíricos, na fala dos interlocutores, muitas questões e complementariedades podem ser suscitadas. Percebemos que a categoria da “visão” expressa um comportamento explicativo e que deve ser seguido em contextos urbanos em que se relacionam agentes de segurança e pessoas com convívio carcerário. Então quando se recomenda “pegar a visão” para o interlocutor que escuta uma mensagem, esta “visão” pode

ser considerada como de sabedoria, como no contexto descrito no Vale ou pode explicitar saberes em relação a posições hierárquicas para resolução de conflitos, como no caso do “PVI”.

Com isso, nos parece que todo esse movimento poroso nas fronteiras dos presídios indica para moralidades e sociabilidades com linguagens e formas de se viver. A curiosidade dos pesquisadores em relação à categoria “visão” se deu exatamente a partir de que as representações em relação a “chamar o Visão” e “pegar a visão” se apresentam dentro de um mesmo campo semântico de linguagens que expressam normas e suas moralidades para a resolução de conflitos e explanação de saberes comuns. No primeiro, temos a ideia de que o “Visão” seria chamado a dar a palavra final, administrando um conflito eventualmente existente e/ou aplicar uma punição após o “desenrolar” da “solução”, tudo conforme as regras de moralidade estabelecidas, principalmente, pelo “estatuto do Povo de Israel”. E, no segundo, percebemos que “pegar a visão” se trataria de uma recomendação baseada na sabedoria adquirida durante a experiência de vida de um interlocutor. A partir de moralidades apreendidas em relação a situações de violência nos lugares chamados de *favela* (SILVA, 2019).

Por fim, a didática da “visão” parece englobar um conjunto de práticas que se apresentam em categorias (como “pegar a visão”) que expressam esse sentimento de ampliar os saberes locais dos sujeitos a partir das moralidades e representações disponíveis. Interessante é refletir como tais relações seguem por esses *vasos comunicantes* passando por tais *fronteiras porosas*. De fato, a presente proposta talvez não de conta de esgotar o tema, mas entendemos que permitiu a reflexão a respeito das fronteiras, sociabilidades e aplicações linguísticas (PARDO, 2017), percebidos a partir do uso da categoria “visão”. Com o desenrolar da pesquisa fomos capazes de verificar conexões que permitiram relativizar a representação dicotômica a respeito do presídio composta por uma rigidez fincada no “dentro” e “fora”. Aqui, utilizamos a ideia de “visão” que, de acordo com as nossas pesquisas, apresenta um extrato moral de práticas de sujeitos socializados com a ação repressiva policial e punitiva dos agentes do sistema prisional, que parecem explicitar a porosidade dessas fronteiras.

## 6. Referências bibliográficas



BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **A pesquisa empírica no Direito: obstáculos e contribuições.** Conflitos, Direitos e Moralidades em perspectiva comparada, v. 2, p. 127-152, 2010.

CALDEIRA, Coelho. **“Segurança pública e política penitenciária no Rio de Janeiro: estudo do caso do Presídio Ary Franco”.** Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro - UERJ, vol. 1, nº 1, set.-dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **O “Povo de Israel” e o “milagre” da multiplicação do crime.** Rio de Janeiro: Revista Insight Inteligência, Anox X, nº 38, 2007. p. 12-18.

COELHO, Maria Claudia; PARDO, Johana. **O pátio do recreio: Interação, 'bullying' e gramáticas emocionais da vitimização.** Rio de Janeiro: Dilemas, Revistas de Estudos e Conflitos de Controle social, v. 11, n. 3, 2018.

COSTA, Jaider dos Santos; COLAÇO, José. **A “Caixinha” do Povo de Israel: esboço de um princípio de reciprocidade, circulação de renda e favores entre detentos de um presídio em São Gonçalo-RJ.** Resumo submetido a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2020, No Prelo<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. **“Não fazer dívida sem estar calçado”:** reflexões sobre a caixinha, o caveirão e as relações monetárias em um presídio em São Gonçalo-RJ. Resumo submetido ao 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, No Prelo.

CUNHA, Manuela Ivone **Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos.** Lisboa: Etnográfica Press, 2018.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões.** São Paulo: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 23, n.2, 2011. p. 213-233.

DA MATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo, ou como ter “Antropological blues”.** In: A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ERVING, Goffman. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 7ª ed., 1974.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: fatos e leis em perspectiva comparada.** In: \_\_\_\_\_. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 8. ed., 2009. p. 249-356.

GODOI, Rafael. **Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo.** São Paulo: Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 46, 2015.

KANT DE LIMA, Roberto; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **O desafio de realizar pesquisa empírica no direito: uma contribuição antropológica.** ENCONTRO DA ABCP, v. 7, 2010.

PARDO, Johana. **Mapeando o campo dos presídios no Brasil.** Niterói, Confluências, 2015, v.17, pp.61–82.

PARDO, Johana. **Paradoxos na humanização da punição: uma análise das gramáticas emocionais na APAC.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) PPCIS-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Gabriel Borges. **Entre precariedades e os “direitos” que delas advém: uma etnografia do Mercado Popular da Uruguaiana.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Faculdade de Direito, 2014. Orientador: Roberto Kant de Lima. Coorientador: Lenin dos Santos Pires.

\_\_\_\_\_. **“Quantos ainda vão morrer eu não sei”: o regime do arbítrio, curtição, morte e a vida em um lugar chamado de favela.** Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Faculdade de Direito, 2019. Orientador: Lenin dos Santos Pires; Coorientador: Rômulo Bulgarelli Labronici.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar.** In: \_\_\_\_\_. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

## O processo administrativo disciplinar policial militar no Estado do Rio de Janeiro e suas desigualdades: dois pesos, duas medidas

Carlos Eduardo Campos Barcelos<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa analisa a partir de casos concretos o processo administrativo disciplinar policial militar no Estado do Rio de Janeiro e sua aplicação, que ocorre de forma diferenciada, a depender de quem seja julgado. Em alguns momentos por previsão legal, e por outras vezes pela práxis na aplicação dessas normas. Existem três processos disciplinares distintos: Conselho de Justificação para Oficiais; Conselho de Disciplina para Praças com estabilidade; e Comissão de Revisão Disciplinar para Praças sem estabilidade. Percebe-se que as desigualdades começam na gênese da legislação regulatória de cada processo, na medida em que o primeiro deles foi criado por uma lei, que foi discutida, votada e aprovada pela Assembleia Legislativa, e sancionada pelo chefe do Poder Executivo. Já quanto aos processos dos Praças, foram estabelecidos respectivamente por Decreto do Governador e Portaria do Comandante Geral, sem passar pela Casa Legislativa. Discute-se também sobre as classificações atribuídas aos processos que parecem estar permeados pela hierarquização: com os Oficiais se utiliza da expressão “justificação”, dando a ideia de declarar justo, dar razão, absolver; já com os praças é utilizada a expressão “disciplinar”, com o significado de punir, corrigir, castigar. A pesquisa apresenta alguns casos em que Oficiais e Praças, submetidos a conselhos por mesmos fatos, praticados conjuntamente, os Praças foram rapidamente excluídos da corporação, mas os Oficiais foram justificados, permanecendo na corporação. Dessa forma, conclui-se pela existência de diversas desigualdades no processo administrativo disciplinar da PMERJ, não compatíveis com o Princípio Constitucional da Igualdade, consagrado pela Constituição Federal de 1988.

**Palavras-chave:** Processo disciplinar, policial militar e desigualdade.

**Abstract:** This article analyzes, from specific cases, the military police disciplinary administrative process in the State of Rio de Janeiro and its application, which occurs differently, depending on the rank of the defender. At times due to legal provisions, and at other due to the practice in applying these rules. There are three distinct disciplinary processes: Justification Council for Officers; Disciplinary Council for Squares with stability; and the Disciplinary Review Commission for Squares without stability. The inequalities begin in the genesis of the regulatory legislation of each process, as the first one was created by a law, which was discussed, voted and approved by the Legislative Assembly, and sanctioned by the Head of the Executive Branch. As for the processes of the Squares, they were established respectively by Decree of the Governor and Ordinance of the Commander General, without going through the Legislative House. It also discusses the classifications attributed to the processes that seem to be permeated by the hierarchy: with the Officers, the expression “justification” is used, giving the idea of declaring fair, giving reason, absolving; the term “disciplinary” is used with the squares, with the meaning of punishing, correcting. The research presents some cases in which Officers and Squares, submitted to advice for the

---

<sup>1</sup> Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ. Articulador acadêmico do Tecnólogo em Segurança Pública da UFF no polo regional da cidade de Três Rios

same facts, practiced together, the Squares were quickly excluded from the corporation , but the Officers were justified, remaining in the corporation, thus concluding that there are several inequalities in the disciplinary administrative process of PMERJ, which are not compatible with the Constitutional Principle of Equality, enshrined in the Federal Constitution of 1988.

**Keywords:** Disciplinary process, military police and inequality.

## Introdução

Em agosto de 2011, alguns policiais militares passaram e responder pela morte da Juíza Patrícia Acioli, sendo todos submetidos a Conselhos. Entretanto, dos onze condenados, nove praças já haviam sido excluídos desde 2014, e embora condenados a penas menores que as dos dois Oficiais, estes somente em 2019, oito anos após a ocorrência do fato é que foram condenados a pena de demissão *ex officio*, com a consequente perda do Posto, por decisão unânime da 4ª Câmara Criminal do TJRJ. Contudo, até a presente data permanecem no serviço ativo, em decorrência dos recursos judiciais impetrados por seus advogados, ainda pendentes de julgamento.

Em Julho de 2013 tivemos o chamado “Caso Amarildo”. Dos treze condenados, onze foram excluídos, exceto os dois que são oficiais. Apesar de terem recebido as maiores penas, continuam até hoje no serviço ativo.

Em 2007, uma equipe de policiais militares comandada por um Capitão, alvejou com disparos de arma de fogo um casal de Oficiais da Aeronáutica, ocasionando a morte de uma Tenente, e lesões corporais em seu esposo, também Tenente da FAB. O carro constava como roubado, mas era do casal, que, de acordo com o que se ventilou a época, teriam acabado de pagar um resgate para traficantes de drogas liberarem o veículo. Todas as praças foram excluídas, exceto o Capitão que ainda não teve seu Conselho de Justificação julgado. Ambos ainda respondem a processo criminal no Tribunal do Júri, ainda pendente de decisão.

No mesmo ano de 1997 tivemos o que a mídia chamou de Muro da vergonha, envolvendo outro Major. Este foi filmado juntamente com mais cinco policiais militares, agredindo cerca de onze pessoas que eram abordadas em um muro na Cidade de Deus. Na ocasião as Praças foram excluídas da corporação, e o Oficial permaneceu no serviço ativo, sendo promovido até o posto de Coronel, chegando inclusive a assumir interinamente o cargo de Comandante Geral.

O presente artigo resulta da observação e análise de diversos casos concretos noticiados pela mídia brasileira, como os que foram acima descritos, dando conta de que se teria deferido tratamento desigual em Oficiais e Praças.

Ao longo dos quase vinte e cinco anos que passei na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, até passar para a reserva remunerada, pude observar diversos casos como estes, onde se deferiu tratamento diferenciado entre as duas “categorias” de policiais militares: Oficiais e Praças.

Em 1999 fui designado para trabalhar em um órgão civil do Estado do Rio de Janeiro, o DETRAN, onde permaneci por oito anos, e lá tive a oportunidade de exercer minhas funções na Corregedoria Geral, onde pude atuar como Sindicante em processos administrativos disciplinares. Ali pude perceber de forma latente a grande diferença que havia entre os processos administrativos disciplinares a que são submetidos os servidores civis do Estado do Rio de Janeiro, e os processos a que são submetidos os policiais militares.

Atualmente estou advogando na área do Direito Militar, e com isso tenho tido a oportunidade de analisar processos disciplinares e judiciais envolvendo o assunto, o que vem contribuindo imensamente para a presente pesquisa.

### **Dois pesos, duas medidas**

Ao longo de minha passagem pela Polícia Militar, por vezes ouvia de policiais a expressão “*dois pesos e duas medidas*” para indicar um ato injusto e desonesto, sem o uso de imparcialidade ou isenção de juízos pessoais, e geralmente está relacionada com situações similares que foram tratadas de maneiras totalmente avessas.

Alguns defendem que o mais correto seria utilizar a expressão “*um peso e duas medidas*”, pelo fato desta última aparentar ser mais lógica. Pelo ponto de vista da interpretação moderna da frase, entretanto, a expressão oficial é “*dois pesos e duas medidas*”, registrada inicialmente na Bíblia Sagrada, no livro de Deuteronômio 25:13-16, que deu origem ao uso da expressão:

Não levem na bolsa dois pesos diferentes, um maior do que o outro, nem tenham em casa duas medidas diferentes, uma maior do que a outra. Usem pesos e medidas certos, para que vocês vivam muito tempo na terra que o Senhor, nosso Deus, lhes está dando. Ele detesta todos aqueles que fazem essas coisas desonestas. (A BÍBLIA, 2000).

A expressão se refere ao sistema de pesos e medidas da época, e visava proteger os negócios jurídicos referentes à compra e venda de mercadorias, exigindo-se que fossem utilizados sempre os mesmos pesos e medidas para todos os negócios, não importando quem fosse. Não se poderia utilizar um determinado peso ou medida para uns, e outro peso ou medida para outros, como se fossem os mesmos.

No decorrer da pesquisa se observou que essa locução demonstra exatamente o que acontece com o processo administrativo disciplinar da PMERJ, que utiliza um peso/medida para os Oficiais, e outro peso/medida para os Praças.

A pesquisa proposta pretende analisar o processo administrativo disciplinar policial militar no Estado do Rio de Janeiro e a sua aplicação; se haveria algum tratamento diferenciado entre Oficiais e Praças. Para tanto, pretende-se analisar a legislação estadual que trata do assunto, a partir de casos específicos ocorridos nos últimos anos, como os exemplos citados no início.

Em uma análise preliminar, verifica-se que em alguns momentos o tratamento diferenciado se dá por meio de previsão na própria legislação infraconstitucional, bem como também em normas administrativas, e por vezes na práxis da aplicação dessas normas.

Percebe-se com isso se tratar de uma estrutura social “hierárquica, atribuindo diferentes graus de cidadania e civilização a diferentes seguimentos da população, embora a Constituição brasileira atribua direitos igualitários a todos os cidadãos, indiscriminadamente”. (KANT DE LIMA, 1989).

De antemão, verifica-se a existência de três modalidades de processo administrativo disciplinar, um para cada “categoria” de policial militar. Para julgar Oficiais, temos o Conselho de Justificação, instituído pela Lei Estadual nº. 427, de 12 de junho de 1981; para julgar Praças sem estabilidade assegurada, foi editado o Decreto Estadual nº. 2.155, de 13 de outubro de 1978, criando o Conselho Disciplinar; já para as Praças sem estabilidade, temos a Comissão de Revisão Disciplinar, instituída pela Portaria PMERJ nº. 0168, de 06 de janeiro de 1995.

### **Conselho de Justificação, Conselho de Disciplina e Comissão de Revisão Disciplinar**

O Conselho de Justificação, o Conselho de Disciplina, e a Comissão de Revisão Disciplinar, têm por finalidade julgar quanto à permanência dos Policiais Militares no serviço ativo, perquirindo se estão ou não capazes de permanecer no serviço ativo, após haverem praticado algum crime, por exemplo, ou mesmo uma transgressão da disciplina de natureza grave.

A diferença básica entre esses procedimentos é que o Conselho de Justificação julga Oficiais, o Conselho Disciplinar julga Aspirantes a Oficial e demais Praças com estabilidade

assegurada, já a Comissão de Revisão Disciplinar é utilizada para o julgamento das Praças que não possuem estabilidade<sup>2</sup> no serviço.

Em uma observação preliminar já se constata que os conselhos são compostos apenas por Oficiais da corporação, não sendo permitida a participação de Praças como membros dos conselhos, mesmo que o acusado seja um Praça.

Os Conselhos são formados pelo número de três Oficiais, sendo o de maior posto ou o mais antigo o Presidente do Conselho; o que lhe segue na escala hierárquica o Interrogante e Relator; e o de menor posto ou mais moderno, figura como Escrivão, não podendo compor o conselho aquele que formulou a acusação, quem tenha parentesco consanguíneo ou afim com o acusador ou acusado, nem o oficial que tenha interesse particular na decisão.

Analisando de forma mais minuciosa os dispositivos que normatizam o assunto, podemos constatar outra desigualdade, já na gênese das normas, no que se refere ao tratamento que foi dado a Oficiais e Praças.

O Conselho de Justificação, que julga os Oficiais foi criado através de uma Lei em sentido estrito, ou seja, submetida ao controle preventivo da constitucionalidade nas Comissões de Constituição e Justiça, discutida, votada e aprovada pela Assembléia Legislativa, e referendada pelo chefe do Poder Executivo.

No referente aos Praças não se deferiu o mesmo tratamento. Para àqueles que possuem estabilidade adquirida após o decurso de dez anos de efetivo serviço, foi criado o Conselho de Disciplina, contudo não foi através de uma Lei em sentido estrito, mas sim por meio de um Decreto, editado por ato unilateral do Governador do Estado, sem submissão ao devido processo legislativo.

Pior ainda se observou no que acontece em relação aos Praças que não possuem estabilidade assegurada, para estes foi criada a Comissão de Revisão Disciplinar, através de uma Portaria da PMERJ, editada por ato unilateral do próprio Comandante Geral da Corporação.

Outro fato que se observou é que por uma simples leitura dos nomes atribuídos a esses processos administrativos, percebe-se novamente a diferença de tratamento dado a Oficiais e Praças. Para Oficiais foi criado um Conselho de Justificação. De acordo com o dicionário Aurélio justificação significa: “Declarar justo; provar que não podia deixar de ser; dar razão plausível de; demonstrar a inocência de; proceder à justificação de; provar a sua inocência”

---

<sup>2</sup> De acordo com o art. 48, inciso V, item 1, da Lei nº 443/81, para os Praças da PMERJ a estabilidade ocorre ao se completar dez anos de efetivo serviço. A estabilidade traz algumas garantias, como por exemplo, não poder ser demitido do serviço ativo, a não ser que seja comprovada falta disciplinar através de processo administrativo disciplinar, onde seja garantido o direito a ampla defesa e ao contraditório.

(FERREIRA, 1999); o que nos faz remeter a ideia de ter sido criado não para julgar, mas sim para justificar os atos dos Oficiais.

Já nos Conselhos instituídos para o julgamento de Praças se utilizou o termo “disciplinar”, que de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa significa: “*Sujeitar à disciplina; corrigir; ensinar; castigar com disciplinas; submeter-se a uma disciplina; açoitar-se*” (FERREIRA, 1999), denotando que fora criado não para julgar, mas sim para punir.

Tal entendimento fica cristalino, ao se realizar a leitura do primeiro artigo de cada uma das normas instituídas, *in fine*:

Lei Estadual nº. 427/81

Art. 1º- O Conselho de Justificação é destinado a julgar, através do processo especial, da incapacidade do Oficial da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, para permanecer na ativa, criando-lhe, ao mesmo tempo, condições para se justificar. (Rio de Janeiro, 1981). (grifo nosso)

Decreto Estadual nº. 2.155/81.

Art. 1º - O Conselho de Disciplina é destinado a julgar da incapacidade do Aspirante-aOficial PM ou BM e das demais praças PM ou BM do Estado do Rio de Janeiro com estabilidade assegurada, para permanecerem na Ativa, criando-lhes condições para se defenderem. (Rio de Janeiro, 1981). (grifo nosso)

Portaria PMERJ nº. 0168/95.

Art. 1º - A Comissão de Revisão Disciplinar (CRD) é destinada a julgar a capacidade de as Praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, sem estabilidade assegurada, permanecerem na ativa, bem como da necessidade de serem submetidas a reciclagem profissional, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem. (Rio de Janeiro, 1995). (grifo nosso)

Observe-se que a norma que trata dos Oficiais utiliza a expressão “*criando-lhe, ao mesmo tempo, condições para se justificar*”. Já a que trata das Praças, fala em se criar “*condições para se defenderem*”. A ideia que o texto passa é que, para Oficiais devem ser criadas no processo condições para justificarem suas faltas, deve-se garantir que sejam justificados; já para os Praças, apenas devem ser criadas condições para que possam se defender, não se garantindo a justificação do seu ato.

Outra gritante diferença que foi percebida entre os institutos em análise é no que se refere ao processamento de ambos os procedimentos, existindo ainda para o Conselho de Justificação, por previsão constitucional, uma fase judicial ao final do processo administrativo, concedendo-se aos Oficiais a chamada vitaliciedade, uma vez que só podem perder o cargo por decisão judicial.

No caso das Praças, caso o conselho decida que o policial militar foi julgado incapaz de permanecer na corporação, a decisão final será do próprio Comandante Geral. Já no caso



de ser Oficial, a decisão final não será nem do Comandante Geral, nem do Secretário, nem tão pouco do Governador do Estado, mas sim de uma Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do RJ, composta por um colegiado de Desembargadores que decidirá se o Oficial é digno ou não de permanecer na instituição.

Verifica-se, com isso, que os Oficiais possuem um tratamento melhor, inclusive em relação ao que a lei defere aos servidores civis. Exemplificando, um Delegado de Polícia só pode ser exonerado por ato do Governador do Estado, ou pessoa por ele delegada, não tendo a garantia da vitaliciedade.

Como bem disse Da Matta (1997), que no Brasil “todos convergem para a mesma dicotomia básica, ou seja, a oposição que marca e revela um mundo dominador de pessoas (e ser isso já é um sinal de privilégio) e uma massa impotente de indivíduos subordinados à letra da lei”; e como se percebe, uma lei também desigual.

Já os Praças possuem um tratamento mais gravoso, inclusive em relação aos servidores civis, uma vez que não é necessário que seu processo seja submetido ao Governador para que haja sua exclusão. Esta é decidida pelo próprio Comandante Geral da corporação, não necessitando sequer de delegação.

Outro fato observado foi que as punições de Praças são publicadas em Boletim ostensivo da PM, já as dos Oficiais em Boletim reservado, os quais somente Oficiais possuem acesso, e um ou dois praças que atuam na confecção do boletim, os quais não possuem autorização para divulgar nenhuma informação publicada. Tal prática, dando sigilo aos processos, é característica do sistema inquisitorial (KANT DE LIMA, 1989).

### **Princípio Constitucional da Igualdade ou da Isonomia**

Por certo, um dos mais importantes princípios constitucionais é o Princípio da Igualdade, também conhecido como Princípio da Isonomia, que abarca todos os ramos do direito, sobretudo o Direito Administrativo, que envolve a atuação da Administração Pública em todos os seus atos, os quais não podem privilegiar a uns, em detrimento de outros.

Tal princípio possui seu fundamento no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal, no qual se exige uma atuação sem distinção de qualquer natureza, devendo ser todos tratados de forma igualitária. Por esse princípio, deduz-se que todos devem receber o mesmo tratamento da Administração Pública, não importando o seu patamar na sociedade.

No entanto, importante ressaltar que o Princípio da Isonomia não tem caráter absoluto, sendo possível em situações específicas criar requisitos ou estabelecer, como medida

excepcional, algum tratamento diferenciado visando alcançar a igualdade material nas relações que se estabeleçam.

O ideal de igualdade remonta aos filósofos antigos, como Platão, Aristóteles, Locke, Rousseau e outros, somados aos ideais de igualdade e fraternidade pregados pelo Cristianismo. Para Aristóteles nem todos eram considerados cidadãos, uma vez que muitos nem possuíam ou exerciam direitos, e eram vistos como seres inferiores, e não podiam sequer ocupar cargos públicos.

O Estado Liberal trouxe uma concepção formal desse princípio, que foi superado posteriormente pela ideia de uma igualdade material ou jurídica, no Estado Social, sobretudo quando havia conflito de interesses de pessoas com posições distintas naquele modelo de sociedade.

Houve então uma releitura do instituto, dando efetividade ao princípio da igualdade, que no modelo anterior era apenas no sentido de que todos seriam iguais perante a lei e ponto final. Já no novo formato do conceito é superada essa ideia de igualdade formal, passando a se defender uma igualdade material, onde todos são iguais perante a lei, devendo-se, contudo, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades.

Nesse sentido, temos as lições do professor Rogério Greco:

É o princípio da legalidade o pilar fundamental que sustenta o chamado Estado de Direito: todos serão tratados de maneira igual perante a lei; ricos e pobres, cultos e analfabetos, independentemente de raça, cor, religião, sexo, serão tratados igualmente, de acordo com suas desigualdades. (GRECO, 2017).

Por esse ideal de igualdade material, se procurou buscar a criação de mecanismos que deixassem os menos favorecidos em condições de competir com os demais. Dessa concepção é que surgiram leis trabalhistas; leis de defesa do consumidor; cotas para deficientes físicos etc.

Em sua Oração aos Moços, assim discursou Rui Barbosa:

“Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem. Esta blasfêmia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria, proclamada em nome dos direitos do trabalho; e, executada, não faria senão inaugurar, em vez da supremacia do trabalho, a organização da miséria.” (BARBOSA, 2007)

Cabe ressaltar que esse tratamento desigual seria para se igualar as partes, nunca o contrário. Todavia, verifica-se que no sistema disciplinar da PMERJ, o que ocorre é

justamente o contrário; sequer é aplicada a igualdade formal, que dirá a material. Parece-nos uma igualdade material às avessas, pois se trata com desigualdade, não para igualar, mas sim para se desigualar mais ainda.

### **O exemplo de Minas Gerais**

Buscou-se também realizar o estudo e a análise comparada do sistema disciplinar da PMERJ com outros Estados da Federação, e pôde constatar que no Estado de Minas Gerais, diferentemente do Rio de Janeiro, existe um único processo administrativo-disciplinar para todas as categorias de policiais militares, sejam Praças, sejam Oficiais, isto por previsão da Lei nº 14.310, de 19 de Junho de 2002, que criou o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais.

Observe-se que o aludido Código de Ética foi criado através de uma Lei em sentido estrito editada posteriormente a promulgação de nossa Carta Magna, sendo discutida e votada na Assembléia Legislativa; e por essa razão entendemos que o processo disciplinar que foi criado (Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar – CPAD), serve como um bom parâmetro para a PMERJ, uma vez que se encontra totalmente consoante aos preceitos trazidos pela Constituição Federal de 1988.

Ademais, em Minas Gerais, a única diferença de tratamento que existe é quanto aos militares sem estabilidade, que lá é adquirida com três anos de serviço, como manda a Constituição, e não com dez, como acontece no Rio de Janeiro. Estes são submetidos a um processo sumário, bem mais célere e com menos garantias processuais, mas isso acontece tanto para Oficiais como para Praças. Nesse sentido, a lei não contraria a Constituição, pois ela mesma estabelece regras diferenciadas para os servidores com menos de três anos de serviço, por se encontrarem ainda no chamado estágio probatório, que se trata de um período de provas, onde o servidor nomeado vai ser avaliado quanto a sua capacidade e aptidão para o exercício do cargo público.

Observou-se também que no sistema disciplinar da PMMG, o colegiado poderá ser composto tanto por Oficiais como por Praças, devendo, contudo ser presidido por um Oficial. E quanto à punição de reforma, ela é prevista para àqueles que possuem mais de quinze anos de serviço, não importando também se são Oficiais ou Praças, ao contrário do que ocorre no Rio de Janeiro, em que, por previsão do art. 15 da Lei Estadual nº. 427/81, todos os Oficiais, independentemente do tempo de serviço, possuem essa garantia.

## Considerações finais

O presente trabalho se dedicou a analisar o sistema processual administrativo disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a partir de casos concretos que davam conta da prática de tratamento desigual quando dos julgamentos dos policiais militares, prestigiando-se Oficiais em detrimento de Praças, quando do cometimento das mesmas condutas.

Por previsão expressa do art. 5º da Constituição Federal de 1988, o princípio da igualdade é forma republicana de tratamento entre os iguais, não podendo o legislador, nem tão pouco o Poder Executivo, na edição de leis e atos normativos criar tratamento abusivamente diferenciado a pessoas que se encontram em idêntica situação.

A concepção moderna trouxe a ideia de uma igualdade material, onde os desiguais devem ser tratados desigualmente, mas com a finalidade de deixá-lo em posição de igualdade com aquele que está em posição mais privilegiada, mas nunca para ampliar essa desigualdade, como se observou que acontece no sistema jurídico disciplinar da Polícia Militar Fluminense, que promove tratamento diferenciado entre Oficiais e Praças, de uma forma que amplia ainda mais as desigualdades já existentes.

Desse modo, percebe-se que o processo administrativo disciplinar da PMERJ foi concebido de forma a dar tratamento desigual aos policiais militares, prestigiando Oficiais em detrimento de Praças, em total afronta ao Princípio Constitucional da Igualdade, havendo uma premente necessidade de se rever todas as normas que tratam do assunto, por serem anteriores a Constituição Federal de 1988, e com ela conflitantes. Verifica-se ainda que o Estado de Minas Gerais já editou norma a respeito do assunto posteriormente à 1988, atendendo aos ditames de nossa Carta Magna, em total consonância com os princípios por ela trazidos, servindo como um bom parâmetro para o Estado do Rio de Janeiro.

## Referências Bibliográficas

BARBOSA, Rui. Oração aos moços. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

BÍBLIA. Português. A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento. Nova tradução na linguagem de hoje. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DA MATTA, Roberto; BRASIL. Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distingção Entre Individuo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 26ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

DE MELLO, Celso Antonio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 20ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

DE MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 19ª ed. Niterói: Impetus, 2017.

KANT DE LIMA, Roberto. "Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial", Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ANPOCS, 4 (10), p. 65-84, 1989.

LENZA. Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

Minas Gerais. Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002. Dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais.

NOVELINO, Marcelo. Direito Constitucional. 2ª Ed. São Paulo: Método, 2008.

Rio de Janeiro. Lei nº 427, de 12 de junho de 1981. Dispõe sobre o Conselho de Justificação para Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e dá outras providências.

Rio de Janeiro. Decreto nº. 2.155, de 13 de outubro de 1978. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e dá outras providências.

Rio de Janeiro. Portaria PMERJ nº. 0168, de 06 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a constituição e funcionamento da Comissão de Revisão Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

• CAMPO • MINADO •  
Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

# Sobre os "nós" dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: entre a lógica da periculosidade e procedimentos de avaliação psicossocial para desinstitucionalização de pessoas internadas nos Hospitais de Custódia do Rio de Janeiro

Monique Torres Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo é um recorte da minha pesquisa de mestrado realizada entre 2016 e 2017, período em que acompanhei os atendimentos jurídicos da Defensoria Pública da Vara de Execuções Penais aos presos provisórios e em cumprimento de medida de segurança nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo (localizado no município de Niterói) e Roberto de Medeiros (em Bangu, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro). Nestas linhas, analiso as dinâmicas e disputas entre agentes da Justiça Criminal, da Rede de Saúde Mental e da Defensoria Pública sobre a categoria "periculosidade" nas perícias psiquiátricas, consideradas pelas profissionais da defensoria e das equipes técnica dos HCTPs como o "rabo da lagartixa do manicômio judiciário" que sustenta as internações de pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei. Utilizei como método a observação direta das reuniões mensais realizadas no HCTP Henrique Roxo, intitulada "Caminhos da Desinstitucionalização" e dos atendimentos da Defensoria Pública nas unidades. Interessa-me analisar as percepções que circulam entre os profissionais sobre segurança, controle e cuidado, que informam lógicas individualizantes da pessoa em sofrimento mental como essencialmente perigosa por um lado e, por outro, a ênfase na consideração de uma vulnerabilidade socialmente compartilhada e pela demanda do tratamento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em substituição à privação de liberdade. Essas lógicas por vezes estão enredadas. Meu foco será percorrer alguns desses enredamentos, explicitando as sensibilidades morais e formas de administrar conflitos que surgem a partir das interações e práticas desses profissionais.

**Palavras-chave:** Saúde mental; Justiça Criminal; Perícia Psiquiátrica.

**Abstract:** This article is an excerpt from my master's research carried out between 2016 and 2017, a period in which followed the legal services of the *Defensoria Pública da Vara de Execuções Penais* to prisoners and in compliance with safety measures in Custody and Treatment Hospitals Psychiatric Hospital Henrique Roxo (located in the city of Niterói) and Roberto de Medeiros (in Bangu, neighborhood of the West Zone of Rio de Janeiro). In these lines, I analyze the dynamics and disputes between agents of the Criminal Justice, the Mental Health Network and the Public Defender's Office on the category "dangerousness" in psychiatric expertise, considered by HCTP advocacy professionals and technical teams as the "tail of the gecko of the judicial asylum" that sustains hospitalizations of people in distress mental conflict with the law. I used as a method the direct observation of monthly meetings held at HCTP Henrique Roxo, entitled "Paths of Deinstitutionalization" and the assistance of the Public Defender in the units. I am interested in analyzing the perceptions that circulate among professionals on safety, control and care, which inform individualizing logic of the person in distress mental as essentially dangerous on the one hand and, on the other, the emphasis on considering a socially shared vulnerability and the demand for treatment in the Care Network Psychosocial (RAPS) replacing deprivation of liberty. These logics are sometimes entangled. My focus will be to go through some of these entanglements,

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Bolsista CAPES. Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: moniquetorresf@gmail.com

explaining the moral sensibilities and ways of manage conflicts that arise from the interactions and practices of these professionals.

**Keywords:** Mental Health; Criminal Justice; Psychiatric Forensic Assessment.

## Introdução

O Instituto de perícias é uma janela importante antes da sentença. O instituto de perícias pode induzir o próprio juiz de que o sujeito precisa de um tratamento. Tem perito que não quer nem olhar pra Tássia que acha que vai contaminar a “neutralidade” da perícia, como se a neutralidade existisse em algum lugar. Num outro modelo eu não precisaria desses psiquiatras de cessação de periculosidade porque tem uma equipe multi para cuidar, acompanhar a pessoa, dizer o estado de saúde do paciente. É assustador que fique em um só mecanismo. Temos que desconstruir a perícia neutra, que não conhece o paciente, mobilizar a RAPS<sup>2</sup> para o juiz entender que existe um suporte e que a pessoa tem garantido um tratamento.

O trecho destacado registra a fala de uma psicóloga durante uma das reuniões realizadas mensalmente no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo, nomeada “Caminhos da Desinstitucionalização”<sup>3</sup>. Nessas reuniões, eram debatidas categorias e procedimentos de desinstitucionalização de pessoas internadas nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro (O Henrique Roxo, localizado no município de Niterói, e o Roberto de Medeiros, localizado no bairro de Bangu, Zona Oeste do Rio), em regime de Medida de Segurança, na condição de internação provisória ou em razão de sentença penal condenatória. Cabe ressaltar que a Medida de Segurança é prevista pelo Código Penal (BRASIL,

---

<sup>2</sup> Segundo portaria nº 3.088 de 2011 do Ministério da Saúde, a Rede de Atenção Psicossocial tem como finalidade a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no Sistema Único de Saúde (SUS).

<sup>3</sup> Para os profissionais da rede de saúde mental, a desinstitucionalização é feita de caminhos. Isso significa que a saída de um HCTP, ou seja, a desinternação, não está relacionada apenas à saída física de uma instituição total (GOFFMAN, 2011) mas à construção de redes relacionais e de atenção psicossocial que possibilitem à pessoa desinternada manter vínculos sociais, de moradia e realizar o tratamento em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). No caso das políticas públicas de saúde mental, como aponta Martinho (2005) “dividir, negociar e delegar encargos pelo cuidado entre profissionais, familiares, vizinhos e usuários tem-se transformado numa constante no cotidiano dos serviços de saúde mental, à medida que se procuram construir redes sociais de suporte ao louco” (p.129). Um desafio se constitui para a RAPS e para a equipe técnica dos HCTPS quando falta um dos elementos dessa equação, a família (geralmente pensando a categoria família como um vínculo de parentesco consanguíneo), ou quando o retorno familiar não é visto como possível. Nesse caso, a desinternação de um HCTP é condicionada a espera de uma vaga em Residência Terapêutica (uma moradia para pessoas desinternadas que não possuem vínculos ou possuem vínculos familiares precários).



1940) como um dispositivo aplicado quando se trata de um crime praticado por um indivíduo considerado inimputável ou semi-imputável<sup>4</sup>. Nesses casos, não é prevista uma pena, em que o acusado é privado de liberdade em um estabelecimento penal comum, mas uma medida, que, segundo a legislação, pode ser aplicada na forma de tratamento ambulatorial ou internação.

A equipe multidisciplinar dos HCTPs é orientada para a construção das possibilidades de vida fora dessas instituições que, apesar de nomeadas como hospital, são administradas pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e revelam em sua infraestrutura características prisionais e asilares<sup>5</sup>.

As possibilidades de vida fora desse espaço de confinamento são compostas na relação entre pessoas e documentos públicos. As pessoas que aparecem nas narrativas em destaque são agentes dos processos voltados para a desinstitucionalização. Isso que chamam de caminhos, trata-se de um percurso burocrático que se realiza na interação entre equipe técnica dos HCTPs (psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais), a Defensoria Pública da Vara de Execuções Penais, as pessoas internadas, que são assistidas por esses profissionais, promotores e juízes na administração do processo penal.

Na impossibilidade de dar conta da complexidade dessa rede de atores em poucas linhas, estabeleço como recorte os relatos da equipe multidisciplinar dos HCTPs no processo de construção de definições sobre categorias próprias das políticas públicas de saúde mental, com marco legal na Lei 10.216/2001. Especialmente, como acontece sua articulação com a Defensoria Pública e o judiciário na disputa pelo fechamento das “portas” de entrada e abertura das “portas” de saída dos Hospitais de Custódia.

---

<sup>4</sup> Essas categorias são preenchidas no chamado laudo de insanidade mental, em que o perito psiquiátrico responde aos seguintes quesitos: O sujeito era, ao tempo do fato, totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e orientar-se conforme esse entendimento? Ou: O sujeito era capaz de entender o caráter ilícito do fato, mas incapaz de orientar-se conforme esse entendimento? A incapacidade, nesse caso, aparece como uma categoria chave que determina a classificação de inimputabilidade ou semi-imputabilidade. Desenvolvo a centralidade desse exame para a aplicação de Medidas de Segurança de internação ao longo do texto.

<sup>5</sup> Apesar de não ser tipificado como uma pena, os HCTPS são administrados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e a estrutura das unidades é comum ao sistema prisional. Como aponta Goffman (2013) há um conjunto de características que aproximam o hospital psiquiátrico e a prisão que convergem em sua definição de instituição total. Dentre elas, a privação compulsória da liberdade e as barreiras físicas com o mundo social mais amplo. Cabe destacar que a imposição de uma barreira física não implica em uma ausência absoluta de contato entre o dentro e o fora das instituições prisionais. Como aponta Godoi (2017) essas fronteiras são porosas, compostas por vasos comunicantes (ibidem) que fazem circular fluxos de bens, pessoas e mercadorias entre o dentro e fora da prisão. A título desta análise, trato do fechamento como “definição puramente denotativa da categoria como um ponto de partida concreto” (GOFFMAN, 2013, p.17) para articular a privação de liberdade em HCTPs como violação a direitos de pessoas com transtorno mental, bem como das moralidades punitivistas e segregadoras de profissionais do campo do direito e da psiquiatria que ainda privilegiam o encarceramento em detrimento do tratamento nos serviços de saúde mental.

Essas categorias que articulam nos espaços de reunião, que orientam a ideia de vínculo social fora da instituição como família e território, vão sendo preenchidas de sentido e pautadas como desafios de trabalho ao processo de desinstitucionalização de pessoas em sofrimento mental que passaram pelo Sistema de Justiça Criminal. Discussões sobre o estigma do louco infrator, a elaboração de projetos terapêuticos singulares<sup>6</sup> e o consenso sobre a prioridade do fechamento dos HCTP's eram pautas dessas reuniões, definindo direções de trabalho das profissionais no cotidiano dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Trago alguns desses registros como forma de mapear essas categorias locais, que “adquirem seu significado em contextos locais enlaçados, por sua vez, com processos históricos particulares que são aqueles que dão forma, também local, às instituições, práticas, memórias e atores (TISCORNIA, 2000, p.52 apud EILBAUM, 2010, p. 408).

Partindo desses eventos realizados no HCTP Henrique Roxo como “processos dinâmicos de fabricação de unidades e antagonismos relacionalmente definidos” (VIANNA E FARIAS, 2011, p.86), invisto na análise das dinâmicas por meio das quais as demandas por desinstitucionalização dos pacientes são organizadas. Atento para o preenchimento de sentidos de desinstitucionalização e para a maneira como constroem as alternativas para o desafio de desfazer os “nós”<sup>7</sup> dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Colocar em jogo esse desafio significa, para as profissionais da equipe, reconhecer a construção dos sentidos da política pública enquanto uma trajetória que ainda está por ser mapeada e percorrida na produção de formas de acolhimento na rede de saúde mental e projetos desinstitucionalizadores. Olhar para os “nós”, nesses termos, implica colocar no centro da discussão moralidades sobre a loucura, especialmente sobre o louco infrator, e sobre uma cultura jurídica que atualiza os mecanismos de controle e sustentam a permanência dos HCTPS.

Para construir essa análise, escolho a observação direta e registro das reuniões como forma de acompanhar as tramas institucionais, as formas alternativas de administração de conflitos elaboradas pelas profissionais da equipe técnica dos HCTPs e da defensoria pública para a desinternação de pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico através das “categorias empregadas para classificá-los, os dispositivos institucionais, as crenças e sensibilidades a que recorreram” (VILLALT, 2006, p. 142).

Divido o texto em dois tópicos. No primeiro tópico tratarei de analisar as chamadas portas de entrada dos HCTPs. Esta porta é configurada pelo Incidente de Insanidade Mental, um procedimento previsto pelo Código de Processo Penal (BRASIL, 1941) caso se tenha dúvida sobre

---

<sup>6</sup> Segundo a página da Rede Humaniza SUS, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) consiste em “um conjunto de propostas e condutas terapêuticas articuladas em discussão coletiva interdisciplinar” e configura-se como um “dispositivo potencial para o planejamento das ações em saúde na Estratégia de Saúde da Família, especialmente nos serviços onde o trabalho está organizado na lógica de Apoio Matricial e Equipe de Referência”. Em: <http://www.redehumanizasus.net/tags/projeto-terapeutico-singular#sthash.1AFC62yA.dpuf>.

<sup>7</sup> “Nós” e “portas” são termos colocados entre aspas por se tratar de categorias nativas, metáforas usadas pelas profissionais para se referir aos obstáculos à desinstitucionalização.

a sanidade do acusado e sua capacidade de compreender o caráter ilícito do ato praticado. Também é composta pelos entraves de acesso aos serviços de saúde mental, analisados pelas profissionais como indícios da ausência de conhecimento, por parte de atores do judiciário, da existência dos CAPS e da Rede de Atenção Psicossocial, que priorizam “o atendimento comunitário do paciente psiquiátrico em detrimento da internação asilar” (MARTINHO, 2005, p.131).

No segundo tópico, tratarei de analisar os obstáculos da “porta de saída”, que são os Exames de Cessação de Periculosidade. Estes, são entendidos pelas interlocutoras como o grande entrave da desinstitucionalização de pessoas privadas de liberdade em HCTPs. A própria nomenclatura do exame informa a lógica a que está vinculado: da “periculosidade”. Essa associação da pessoa em transtorno mental à representação de um perigo para a sociedade é uma operação construída na associação entre os campos e agentes do direito e da psiquiatria que, como aponta Diniz (2013, p.14), produz violações cotidianas ao direito de “estar no mundo”, como um direito humano, dos indivíduos que sofrem transtorno mental em cumprimento de medida de segurança. As estratégias que as profissionais organizam para o “desmonte” da categoria periculosidade e da descentralização desse exame a um único avaliador, o perito psiquiatra, bem como o desdobramento desses debates na formulação de novos procedimentos burocráticos sobre esse exame, é tema que será exposto no segundo tópico.

### **Mapeando as “portas” de entrada e de saída dos Hospitais de Custódia: sentidos e moralidades na construção da “periculosidade” pelas perícias psiquiátricas**

Entre 2016 e 2017 acompanhei as reuniões organizadas pela equipe técnica dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Estado do Rio de Janeiro, nomeada pelas profissionais como “Caminhos da Desinstitucionalização”. Essas reuniões ocorriam com frequência mensal no Centro de Estudos do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo, localizado no Município de Niterói. A reunião era frequentada por psicólogas e terapeutas ocupacionais do Henrique Roxo, a psicóloga do Instituto de Perícias Heitor Carrilho, psicólogos do Roberto de Medeiros. Também frequentava as reuniões a Defensora Pública da Vara de Execuções Penais, seus estagiários e servidora, membros do Observatório de Saúde Mental e Justiça Criminal da UFF, a Supervisora de desinstitucionalização dos municípios do Rio de Janeiro, estudantes de psicologia, membros da Comissão de Prevenção e Combate à tortura do Estado do Rio de Janeiro e profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial<sup>8</sup> de diferentes territórios.

---

<sup>8</sup> Segundo definição formal da Portaria 3.088 do Ministério da Saúde: “Art. 7º. O ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial. § 1º O Centro de Atenção Psicossocial de que trata o caput deste artigo é constituído por equipe multiprofissional que atua sob a ótica interdisciplinar e realiza atendimento às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e às pessoas com

As pautas debatidas eram definidas coletivamente por esses profissionais ao final de cada reunião, conforme as demandas que identificavam ser mais urgentes, tendo como foco a desinstitucionalização e a desospitalização<sup>9</sup> das pessoas internadas nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo e Roberto de Medeiros.

Como principal temática condutora do debate nesses eventos, as “portas” configuram uma metáfora do arranjo institucional que sustenta o fluxo de entrada e saída dos internos nos HCTPS, ou seja, o processo de institucionalização e desinstitucionalização.

Para as profissionais, olhar para a porta de entrada significa tratar de dois movimentos. Primeiro, a importância do fortalecimento da rede de saúde mental, que compreende os CAPS distribuídos por bairros e municípios. Uma rede de saúde mental forte significa ampliar o acesso e a possibilidade de tratamento para pessoas em sofrimento mental. Discutir porta de entrada, nesta linha, implica na disputa de sentidos das políticas públicas de saúde mental, colocando como prioridade o tratamento na RAPS em substituição à medidas de internação. Também implica no debate sobre obstáculos materiais como investimentos públicos na infraestrutura desses serviços.

Outro ponto de conexão, além do debate sobre a acessibilidade no sentido literal aos serviços de saúde mental, diz respeito ao conhecimento dos serviços. Isso porque, existe um distanciamento que as profissionais identificam por parte dos atores do Sistema de Justiça Criminal, que não conhecem o funcionamento desses serviços, e por parte da sociedade de maneira mais ampla sobre a existência de espaços de assistência psicossocial gratuitos nos territórios<sup>10</sup> do Estado do Rio de Janeiro e dos Municípios.

Esse segundo conjunto de questões é elencado em torno dos chamados Incidentes de Insanidade Mental. Trata-se de um exame médico-legal ordenado por um juiz “ou a requerimento do Ministério Público (MP), do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado” (BRASIL, 1941, art.149) caso haja “dúvida sobre a integridade mental do acusado” (ibidem).

Nesta perícia, o psiquiatra deve responder se o réu era, ao tempo da ação, “inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento” (BRASIL, 1940, art. 26). Em caso afirmativo, o perito deve responder se o tratamento indicado é ambulatorial ou de internação. O foco desta questão, segundo a defensora pública e as profissionais

---

necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo, e não intensivo. Disponível em:[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html).

<sup>9</sup> Segundo meus interlocutores, a desospitalização consiste na saída do hospital psiquiátrico, de forma literal, enquanto que a desinstitucionalização é entendida enquanto processo que é construído, projetando a saída das pessoas em regime de internação através do projeto terapêutico e acolhimento nos serviços públicos de saúde mental.

<sup>10</sup> Território, no sentido exposto, é uma categoria do campo da saúde mental sobre os estabelecimentos e serviços de assistência psicossocial disponíveis, que tem como base as divisões regionais por bairros onde são distribuídos os Centros de Atenção Psicossocial.

da rede de saúde mental, está no fato de que as perícias vêm indicando, em grande parte dos casos, medida de internação provisória em HCTP, quando o tratamento indicado pela rede de saúde mental seria de tratamento ambulatorial em um CAPS.

Por outro lado, a porta de saída está associada ao Exame de Cessação de Periculosidade. Este exame é realizado por um perito psiquiatra sempre que a execução da medida de segurança, ou mesmo a prisão provisória, atinge o prazo mínimo<sup>11</sup>. Nesse caso, o exame era realizado por um perito psiquiatra no Instituto de Perícias Heitor Carrilho<sup>12</sup> e resultava na produção de um documento público que era anexado ao processo penal, que buscava responder, como o próprio nome sugere, se cessou ou não a “periculosidade” da pessoa internada que está sendo avaliada. Responder se “cessou” a periculosidade era até então a questão central desse exame que atribuía o destino do interno, a manutenção ou não da privação de sua liberdade, a um único perito responsável por essas avaliações que, de acordo com meus interlocutores, eram realizadas em um tempo de cerca de quinze minutos.

A ideia de periculosidade aparece, então, como uma justificativa chave para manutenção da internação nos HCTPs. O obstáculo da porta de saída se complexifica pois, segundo as profissionais, a lógica da periculosidade atravessa não só os peritos, mas também o judiciário na figura de promotores e juizes. Ao juiz é atribuída a competência de decidir se aceita ou não as indicações do perito no exame de cessação de periculosidade. Uma crítica das interlocutoras aos agentes do judiciário é que estes operadores têm reiterado, nas sentenças judiciais, o laudo dos peritos favoráveis à continuidade da internação em detrimento dos relatórios produzidos pela equipe multidisciplinar das unidades.

Esses relatórios são formalizados como Projetos Terapêuticos Singulares e consistem na produção de um documento pela equipe técnica de saúde mental das unidades em que consta a avaliação psicossocial de pessoas internadas. A elaboração do PTS tem como critério o preenchimento de uma série de requisitos elencados pela Portaria 3.088 de 2011 como fundamentais para o processo de desinstitucionalização de pessoas dos Hospitais Psiquiátricos e HCTPs: Vínculo com o território, vínculo com um CAPS<sup>13</sup>, vínculo com a família ou a possibilidade de uma vaga

---

<sup>11</sup> Segundo o código Penal, Art. 97§ 1º “A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm).

<sup>12</sup> O Heitor Carrilho foi o primeiro manicômio judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Em funcionamento desde 1921, o Heitor Carrilho teve suas portas fechadas para internação psiquiátrica em fevereiro de 2016. Atualmente funciona como Instituto de Perícias formado por uma equipe de psiquiatras que produz os laudos de insanidade mental e os exames de cessação de periculosidade. Esses documentos compõem o processo penal e atribuem fundamento do ponto de vista jurídico para internação em Hospital de Custódia, em caráter provisório, ou, no caso do exame de cessação de periculosidade, ainda servia de base para decisões judiciais pela desinternação ou pela manutenção dos indivíduos em regime de internação nos HCTPs.

<sup>13</sup> Os CAPS são divididos por município e a pessoa em sofrimento mental deve buscar tratamento no CAPS mais próximo de sua residência. Em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html).

em Residência Terapêutica<sup>14</sup>, Este documento indica as possibilidades de vida das pessoas que estão em internação, demonstrando condições materiais para que seja desinternado, e é anexado ao processo penal, por parte da defesa no processo, para fundamentar a saída de pessoas internadas dos HCTPs.

Para as profissionais, o fato de juízes e promotores considerarem o laudo da perícia em detrimento do relatório produzido pela equipe que acompanha o cotidiano das pessoas em regime de internação, revela que os processos de decisão são baseados em um julgamento moral sobre o louco infrator que resulta em uma seletividade da escuta e leitura propriamente dita desses relatórios.

A lógica da periculosidade, portanto, que informa moralidades sobre pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei, figura como obstáculo à porta de saída dos HCTPs. Ao decidir quem deve continuar privado de liberdade apesar do trabalho construído pela equipe técnica para desinstitucionalização, atuam como “empreendedores morais” (BECKER, 2008). Definem os termos do “perigo” e do “desvio” construindo interacionalmente, em suas rotinas burocráticas, a distinção entre desviantes e não desviantes, sujeitos “normais” e sujeitos “perigosos”. Na função de promotores e juízes, os agentes fundamentam suas decisões com base em uma representação sobre o louco infrator como se, aquele que atravessou os limites das regras de conduta criminais pelo código penal, passassem a adquirir o status de sujeito do qual pode se esperar que volte a praticar crimes, um perigo em potencial. Esse atravessamento por uma perspectiva patológica do desvio, orientada pela analogia médica, fundamenta dois séculos<sup>15</sup> de internações psiquiátricas (CARRARA, 1998).

Dessa forma, atualizada no cotidiano de instituições psiquiátricas e dos tribunais através de práticas profissionais, a periculosidade é sedimentada e vista pelas interlocutoras da equipe técnica de saúde mental dos HCTPs como um entrave de acesso à justiça. Acesso à justiça, nessa perspectiva, significa o acesso a resultados em benefício à saúde mental que não impliquem em uma internação psiquiátrica, que contemplem as demandas por tratamento e considerem mecanismos disponíveis das políticas públicas de saúde mental (os CAPS e a RAPS). Está fundado, nesse sentido, no reconhecimento não só de um direito legal, mas sobretudo do “direito moral” que, segundo Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2011), implica no acesso ao direito de ser ouvido. Em

---

<sup>14</sup> Segundo as diretrizes do Ministério da Saúde dispostas na Portaria Nº106/2000: Entende-se como Serviços Residenciais Terapêuticos moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte social e laços familiares e que viabilizem sua inserção social”. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/Matriz%20esConsolidacao/comum/4437.html#:~:text=%5BArt.,ao%20portador%20de%20transtornos%20mentais>.

<sup>15</sup> Segundo Carrara (1998, p.27), “através desse processo, em que se empenharam médicos, juristas e outros profissionais, generalizou-se a idéia de que existe uma diferença de essência entre as transgressões realizadas por sujeitos considerados “alienados” – que não teriam controle nem consciência de suas ações – e aquelas provenientes de indivíduos considerados “normais” – que teriam controle sobre suas ações e plena consciência de seu caráter delinquente ou desviante”.

outros termos, significa a consideração, pelos agentes do Sistema de Justiça, das narrativas das pessoas privadas de liberdade e da rede de saúde mental nos processos decisórios. No próximo tópico, analiso os efeitos dessa lógica da periculosidade nas perícias psiquiátricas, aprofundando a insatisfação das profissionais da equipe em relação a seus resultados. Destaco, ainda, as alternativas de ação criadas por elas para definir uma outra linguagem nos documentos públicos e criação de novos procedimentos burocráticos com o objetivo de substituir os exames de cessação de periculosidade.

### **Entre “periculosidade” e “vulnerabilidade”: alternativas em disputa pelas definições das portas de saída dos HCTPs**

É um trabalho árduo para construir o PTS, tem que ser reconhecido pelo MP, pelo juiz, pela Defensoria. A gente faz o PTS para desinternar, aí vem o perito que não conhece e diz que tem que internar e o juiz acata, isso aqui é um presídio, só tem nome de manicômio. Aí tem uma sentença absolutória imprópria e o juiz sentencia pela internação, e a pessoa já tava desinternada, já tava bem! Não adianta o perito colocar “de acordo com a Lei 10.216” pedindo tratamento ambulatorial porque o juiz, o promotor, não sabem aonde, não tem informação[...]A coisa mais grave disso tudo é a mentalidade, eles esquecem da rede [...]ele vai ser tratado na rede, por que um Hospital de Custódia? Esse é um grande entrave que a gente tá lidando, a gente tem que dar confiança para o juiz de essa pessoa vai ser tratada na rede, o juiz precisa de um nexos causal.

A fala de Sônia<sup>16</sup>, psicóloga do Henrique Roxo, explicita o descontentamento em relação ao resultado de uma perícia e uma sentença judicial considerada injusta, pois desconsidera a escuta como parte do processo de decisão. A lógica do judiciário, conforme o exposto, está ancorada na categoria periculosidade, informada pela ideia de que pessoas em sofrimento mental representam um perigo para a sociedade e, portanto, devem ser objeto da intervenção médico-psiquiátrica. Para aprofundar essa discussão, destaco a fala de Nara, psicóloga do Henrique Roxo: “Tem aqueles 15 minutos de fama pra comprovar a um perito, que é o mesmo que fez aquele primeiro laudo, que agora é uma pessoa casta, que não vai mais ofender, cometer crime nenhum [...] a gente não responde nem pela gente”. Nara coloca em perspectiva a limitação do tempo da perícia psiquiátrica e como ela se mostra insuficiente enquanto um instrumento de resposta sobre o estado de saúde mental das pessoas internadas que passam por essa avaliação.

O uso da categoria prova sugere o caráter inquisitorial que atravessa o processo de construção da perícia, tal como a função que a prova assume no processo penal. Assim como para a defesa no processo criminal cabe “provar” a inocência do réu, na perícia psiquiátrica cabe ao preso

---

<sup>16</sup> Todos os nomes atribuídos aos interlocutores citados são fictícios.

provar ao perito a “cura”, ou seja, que não sofre mais de transtorno mental grave e que, portanto, não representa “perigo” para a sociedade.

Como demonstra Kant de Lima (2009, p.32), o processo de produção da verdade jurídica, sustentada no sistema de prova legal, é fundado em uma “revelação divina e na qual não interessam os fatos, mas apenas aquele que demonstra que tem razão, através de testes ou provas que solicitam a intervenção sobrenatural”. Característica descrita também por Vargas (2012, p.252) sobre o processo penal brasileiro em que “a “verdade” das partes deve ser abandonada em proveito da “verdade real”. Do mesmo modo, os códigos em vigor no Brasil abraçam uma concepção de verdade “a ser descoberta” e não de verdades socialmente produzidas”. Dessa maneira os indícios de provas são construídos de modo a criar o mundo dos fatos “e ao mesmo tempo apresentam esses fatos como se fossem propriedade de algo e não produzidos por alguém”(ibidem, p.250).

Esse processo de produção da verdade também se encontra na “medicina, com o espaço que lhe é conexo, o hospital” (FOUCAULT, 2014, p.197). Conforme a descrição do autor, o hospital, a partir do século XVIII, configura uma “aparelhagem complexa que devia, ao mesmo tempo, fazer aparecer e produzir realmente a doença” (FOUCAULT, 2014, p.198), como lugar de “constatação para uma verdade escondida e de prova para uma verdade a ser produzida” (ibidem, p.197) É nessa ambiguidade que se insere o exame psiquiátrico forense. Ao mesmo tempo que o perito se encarrega de “descobrir” um transtorno mental, na fala e nos gestos da pessoa que está sendo avaliada, e, portanto, descobrir a periculosidade (visto que a doença mental está acoplada a essa categoria), produz, pela sua própria posição de poder e saber, os termos que conferem o estatuto de verdade sobre o perigo que a pessoa representa. Nesse sentido, apresenta a periculosidade como característica inerente do louco infrator, não como categoria produzida socialmente e em contextos institucionais específicos.

Nesses termos, determinar se a periculosidade foi cessada significa provar que o indivíduo não “carrega” mais consigo a possibilidade de cometer um crime. O ponto que Nara critica é que o próprio conceito sugere um grau de previsibilidade sobre o futuro que não é possível de mensurar, não só em relação à vida e às ações de pessoas em sofrimento mental em regime de internação, como à vida de qualquer pessoa. Uma das frases em destaque “a gente não responde nem pela gente”, dá ênfase ao fato de que a complexidade da vida não cabe em projeções pré-determinadas de futuro, e destaca que a imprevisibilidade sobre ações e resultados não é um elemento que se pode atribuir exclusivamente a pessoas que sofrem transtorno mental.

Ao fazer essa associação, busca desentrelaçar a doença mental da ideia de imprevisibilidade e perigo, assim como destaca Ana, também psicóloga do Henrique Roxo:

O critério do perigoso não pode ser um critério, não pode existir, é uma mácula no trânsito de possibilidades da pessoa no mundo social [...]ainda tem um referencial



teórico da criminologia positivista do início do século passado, de que o centro do crime é o réu, tanto da categoria periculosidade tanto do exame de sanidade.

As interlocutoras evidenciam o que o embricamento entre direito e psiquiatria nesse campo produz de efeito para as pessoas privadas de liberdade, as “consequências da engrenagem médica e jurídica que os mantêm em restrição permanente de direitos” (DINIZ, 2013, p.14). Como aborda a autora no Censo<sup>17</sup> produzido sobre os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no Brasil:

Não há evidências científicas na literatura internacional que sustentem a periculosidade de um indivíduo como uma condição vinculada à classificação psiquiátrica para o sofrimento mental. Periculosidade é um dispositivo de poder e de controle dos indivíduos, um conceito em permanente disputa entre os saberes penais e psiquiátricos. É em torno desse dispositivo, no meu entender antes moral que orgânico ou penal, que o principal resultado do censo se anuncia. Diagnóstico psiquiátrico e tipo de infração penal não andam juntos. (ibidem, p.15).

Enquanto empreendimento moral, o processo de classificação de um indivíduo como perigoso passa pelas sensibilidades jurídicas (GEERTZ, 2014) e psiquiátricas dos profissionais que o classificam e fundamentam critérios próprios de aplicação desse dispositivo de controle social através da perícia e das decisões judiciais. Esses critérios que, na fala que destacarei a seguir, podem parecer improváveis pela ausência de validade científica, produzem resultados concretos na vida das pessoas internadas submetidas a esses exames. “Entre a lei e a psiquiatria é que os indivíduos transitam: são internados, vão e voltam, recebem alta ou desaparecem” (DINIZ, 2013, p.14). Segue o relato de uma das psicólogas:

Durante a perícia o perito perguntou: Você gosta de vinho? e o paciente respondeu: “eu gosto”, daí o perito constatou que ele era perigoso pois podia beber e cometer um novo delito! O resultado foi uma sentença de mais de um ano de internação! [...] Em audiência a juíza disse que eu e Mônica éramos muito boazinhas e bem-intencionadas e por isso nós achávamos que ele podia ser desinternado[...]nos sentimos desrespeitadas.

As psicólogas exemplificam em suas falas a injustiça enquanto violação de um “direito moral” (OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de, 2011). Como exemplifica a fala de Sônia que abre este tópico, ao relatar o caso de um paciente em que a rede produziu um projeto terapêutico fundamentando sua desinternação e indicando tratamento ambulatorial e o juiz, orientado

---

<sup>17</sup> O Censo mapeou dados sobre internações por medidas de segurança em 26 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no Brasil. Até o momento de produção e levantamento de dados do Censo, eram “3.989 homens e mulheres internados em hospitais ou alas psiquiátricas de presídios” (DINIZ, 2013, p.13).

exclusivamente pela perícia, decide pela manutenção da internação, segundo ela, “esquecendo” da Rede de Saúde mental. Isso que traduzem como esquecimento e falta de confiança de juízes e promotores em seu trabalho é interpretado como um “*ato de desconsideração*, que caracterizaria um insulto moral” (OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de, 2011, p.19) ao trabalho realizado por elas no cotidiano, uma vez que é percebido como “um ato ou atitude que agride direitos de natureza ético-moral” (ibidem). Ressaltam, nesse sentido, uma dimensão de acesso a direitos que ultrapassa a conquista formal de um direito legal, mas diz respeito sobretudo a um direito moral, onde o que está em jogo é a “consideração à *pessoa* de seus interlocutores” (ibidem, p.38).

Nesse cenário, conquistar a confiança desses agentes consiste em uma reivindicação ao reconhecimento do próprio trabalho, ou seja, em sua capacidade enquanto profissionais qualificadas, que possuem o poder de falar de forma “autorizada” e “com autoridade” (BOURDIEU, 1996, p.57) sobre o tratamento e a elaboração de um projeto terapêutico para o paciente.

Outra questão em relação a ausência de reconhecimento do trabalho da rede consiste no fato, como abordam as psicólogas, terapeutas e assistentes sociais dos HCTPs, de que estas realizam um trabalho contínuo com as pessoas internadas dentro das unidades, participando de seu cotidiano. Elas possuem, portanto, um conhecimento sobre o quadro clínico e o histórico de vida e constroem esse conhecimento através de um trabalho diário nas unidades. Por isso, quando o judiciário atribui mais peso ao parecer do perito, que tem um contato muito breve e restrito com as pessoas internadas, o que está em perspectiva é a desvalorização de seu trabalho.

As falas que destaco apontam para a relevância que as equipes técnicas dos HCTPs atribuem ao diálogo com agentes do judiciário (principalmente juízes penais e promotores) no sentido de transmitir informação e reivindicar o tratamento na rede de saúde mental. Como indica a fala de Ana: “a gente não vai conseguir avançar muito sem conversar com o judiciário[...] nós da rede de saúde mental temos que dialogar com o MP”. Nas suas falas, mencionam a Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/2001) como um dos motes para pensar a desconstrução da categoria periculosidade, mas ultrapassam as definições normativas ao afirmar que os rumos das políticas públicas acontecem através das ações das próprias profissionais em suas práticas cotidianas e no contexto das reuniões e eventos da rede de saúde mental onde os sentidos das políticas públicas são definidos e operados.

Quando reivindicam a Lei da Reforma Psiquiátrica como pauta do debate, ressaltam os dispositivos legais que tratam das internações compulsórias com caráter de excepcionalidade, ou seja, como última alternativa quando “os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes”

(BRASIL, 2001, art.4º)<sup>18</sup>. Outros documentos como o Parecer do Ministério Público sobre Medidas de Segurança<sup>19</sup>, a Portaria 3.088 de 2011 de e a Resolução nº 5 de 2004 do Conselho Nacional de Política Criminal e penitenciária<sup>20</sup> (que vincula a medida de segurança aos preceitos da Lei 10.216/2001), são reivindicados como fundamento para desinstitucionalizações e o progressivo fechamento dos HCTPs. As profissionais mobilizam esses dispositivos normativos como estratégia de diálogo para tensionar o judiciário no sentido de reconhecer que os Hospitais de Custódia não possuem os recursos necessários<sup>21</sup> ao tratamento, uma vez que agregam características de um sistema prisional. Como aponta Carrara (1998, p.27) o HCTP “chama a atenção justamente para a diferença que existe entre as duas “espécies” (de confinamento, o hospital psiquiátrico e a prisão) e isso por sobrepô-las em um mesmo espaço social”, caracterizando-se fundamentalmente “por ser ao mesmo tempo um espaço prisional e asilar, penitenciário e hospitalar” (ibidem).

<sup>18</sup> Ao reivindicar o tratamento na rede de saúde mental e as incongruências entre a Lei 10.216 e as práticas de internação compulsória nos HCTPs, as profissionais mobilizam como argumento o texto do art. 4º da Lei que dispõe: “Art. 4º. A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. § 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio. § 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm).

<sup>19</sup> O parecer é formulado por: “uma comissão multidisciplinar constituída por reconhecidas autoridades em atenção psicossocial foi convocada a realizar uma análise da legislação penal, processual penal e da Lei de Execuções Penais (LEP) no tocante ao cumprimento de medidas de segurança, tanto ambulatoriais, quanto em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), à luz da lei n. 10.216/2001, da qual resulta este parecer sobre o tratamento jurídico-legislativo dispensado à pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, cumprindo medidas de segurança no país” (p. 10).

<sup>20</sup> Dentre os dispositivos de adequação dos HCTPs à Lei 10.216, destaco: “5. A medida de segurança deverá ser cumprida em hospital estruturado de modo a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer etc. (art. 4º, § 2º). 6. A atenção deverá incluir ações dirigidas aos familiares e comprometer-se com a construção de projetos voltados ao desenvolvimento da cidadania e à geração de renda, respeitando as possibilidades individuais. 7. Os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico deverão estar integrados à rede de cuidados do SUS, adequando-se aos padrões de atendimento previstos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares - PNASH/ Psiquiatria e aos princípios de integralidade, gratuidade, equidade e controle social”. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnppc/resolucoes/2004/resolucao05de04demaiode2004.pdf>.

<sup>21</sup> Ao falar sobre esses recursos, as profissionais reivindicam um direito legal do paciente, conforme os seguintes preceitos da Lei 10.216. Art. 2º: “Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo. Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental: I-ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; II-ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; III-ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; VII-receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; VIII-ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; IX-ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental”.

Segundo Sônia, uma das formas de falar e se fazer compreender para os atores do judiciário começa pela mudança nas categorias de entendimento sobre a pessoa em sofrimento mental. Tirar a categoria periculosidade desses exames e atribuir-lhe uma outra forma foi a pauta que, a partir dos debates descritos, passou a orientar as reuniões seguintes voltadas a pensar as estratégias de diálogo com o judiciário para a desinstitucionalização. A intervenção de Sônia ilustra a sugestão sobre essas mudanças e aponta para seus significados do ponto de vista da saúde: “O que a gente introduziu no lugar da periculosidade para o juiz é o conceito de vulnerabilidade, é um sujeito vulnerável a si mesmo e ao meio, que pode ser provocado; é muito mais amplo do que a categoria periculosidade, que coloca toda a questão no indivíduo”.

Se a periculosidade tem como foco o indivíduo e o perigo potencial que representa para a sociedade por “carregar” a doença mental e a possibilidade de desvio, a ideia de vulnerabilidade retira o foco sobre a pessoa para pensar no “meio”, na sociedade enquanto produtora de vulnerabilidade. Nesse sentido, redireciona também o foco do perigo, que não se encontra no indivíduo “portador”<sup>22</sup> de uma doença mental, mas no ambiente externo de maneira mais ampla, aos perigos que fazem parte da condição de vulnerabilidade compartilhada por todos como condição de estar no mundo.-Destaco a fala de Ana:

• CAMPO • MINADO •  
Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

• Não é perigoso, é vulnerável: é isso que a gente coloca nos nossos textos. A vulnerabilidade não tá na pessoa; não podemos substituir uma etiqueta por outra.[...]a gente coloca em pauta fazer esse mapeamento da história anterior e familiar do sujeito, e que possa fundamentar o PTS [...]a ideia de vulnerabilidade cria uma obrigação das pessoas em relação aquele sujeito. Nesse sentido, chama atenção para a obrigação da sociedade em relação à vida desta pessoa.

Essa ideia de vulnerabilidade que as profissionais trazem às reuniões evoca as discussões de Butler (2015) sobre vida precária. A ideia de precariedade articulada pela autora implica no reconhecimento de uma condição compartilhada da vida humana sobre a qual viver socialmente implica em depender de outros:

Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a “vida em si mesma” ou, melhor dizendo, nossas obrigações surgem da percepção de que não pode haver vida sustentada sem essas condições de sustentação, e que essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e matéria de nossas decisões éticas mais árduas. (BUTLER, 2015, p. 43)

---

<sup>22</sup> Carregar e portar uma doença mental são categorias que circulam em instituições jurídicas e psiquiátricas, como se o transtorno mental fosse algo que se acoplasse ao indivíduo, atribuindo-lhe um estigma (Goffman, 1988) que restringe todos os outros dados de sua biografia a uma única informação: o diagnóstico da doença mental.

Ao atribuir centralidade à categoria vulnerabilidade no lugar da periculosidade, os atores reconhecem a precariedade da vida, e que sua “sobrevivência depende do que poderíamos chamar de uma “rede social de ajuda”. É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver” (Ibidem, p.32).

Informadas por esses sentidos da condição de vulnerabilidade partilhada, as profissionais da saúde evocam a responsabilidade de todos os atores implicados na rede e nas políticas públicas de saúde mental em relação as pessoas em sofrimento mental. Chama à responsabilidade também os agentes que operam o sistema de justiça, como parte de uma estrutura social mais ampla, para compreender as questões de saúde e os mecanismos das políticas públicas de saúde mental disponíveis.

Segundo elas, é urgente que o judiciário reconheça as demandas e os conflitos sociais que ensejam as situações que atravessam a saúde mental e a justiça criminal de forma a descentralizar a noção de culpa individual, produzindo, dessa maneira, decisões mais justas. Propõem, portanto, uma desconstrução da ideia de perigo que incide sobre as pessoas que sofrem transtorno mental em conflito com a lei e reivindicam o acionamento do corpo social, que nas suas falas envolve mais diretamente família e relações sociais mais próximas. Evocam também a responsabilidade do Estado para a garantia da promoção da saúde através da gestão e investimento de recursos financeiros para operacionalizar as políticas públicas, tomando para si “o dever de cuidar dessa população e proteger seus direitos fundamentais” (DINIZ, 2013, p.16).

É nesse contexto que as interlocutoras localizam o tensionamento de categorias como a periculosidade como um pressuposto estratégico no trabalho de abertura das portas de saída dos Hospitais de Custódia. Uma vez que estabeleceram consensos sobre a necessidade de dar fim aos exames de cessação de periculosidade, as profissionais elencam como pauta a produção de um documento substitutivo a esse exame.

O evento organizado para debater a porta de saída se encaminhou na direção de propor uma mudança no procedimento burocrático que sustenta a manutenção das internações psiquiátricas em HCTPs. As provocações da equipe técnica dos Hospitais de Custódia resultaram na proposta da Defensora Pública de substituir o exame de cessação por um “Laudo de Avaliação Psicossocial” (LAP): Esse laudo consistiria em um documento que seria produzido e assinado por todos os profissionais da equipe multidisciplinar atuantes nos HCTPs que acompanham as pessoas em internação. Dessa maneira, retiraria a centralidade da perícia, voltando a atenção para um documento que seria produzido pela equipe técnica dos HCTPs.

A partir desses eventos e da exposição dos conflitos em relação às categorias de entendimento próprias do judiciário e da saúde mental, foram produzidos ajustamentos entre a equipe de saúde e a defensoria pública e, posteriormente, entre estes e uma promotora do Ministério Público e o diretor do Instituto de Perícias Heitor Carrilho. A promotora e o diretor estiveram

presentes na reunião seguinte à configuração LAP no auditório do Henrique Roxo a convite da defensora pública, que apresentou a proposta do novo exame e retomou os pontos em relação à perícia psiquiátrica.

Na última reunião que acompanhei em ocasião da pesquisa, houve um debate em torno da necessidade do perito avaliar as condições de internação junto com a equipe técnica. O acordo final entre estes profissionais deu origem ao Exame Multiprofissional de Avaliação Psicossocial (EMPAP) que seria um documento produzido com base em um laudo médico pericial e a avaliação psicossocial da equipe técnica de referência. Este exame, nesse sentido, é resultado de disputas dos saberes médico, judiciário e da assistência psicossocial e define consensos entre os agentes sobre o novo procedimento burocrático a ser administrado no processo de desinternação dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Essa mudança produziu um diálogo mais amplo sobre os procedimentos de desinternação e desinstitucionalização. Sobre os desdobramentos dessa mudança do “fazer burocrático” e o que ela produz, na prática, como contribuição para o esvaziamento dos Hospitais de Custódia no Estado do Rio de Janeiro e para a produção de sensibilidades antimanicomiais é um outro processo que cabe ser desdobrado em novas pesquisas.

Este artigo escrito a partir de uma pesquisa de campo realizada entre os anos de 2016 e 2017 encontra, pelo marco temporal estabelecido, a limitação de não abarcar todos os desdobramentos que se desenrolaram nos anos seguintes. Por outro lado, apresento esses dados registrados e analisados em um cenário diferente do atual para dar conta em alguma medida de abordar parte da história de mobilização da defensoria pública junto à rede de saúde mental e outros atores da sociedade civil nesse período. Desde então, o investimento na luta antimanicomial vêm sofrendo ataques<sup>23</sup> por parte do Governo Federal, Estadual e Municipal. Desde 2018 houve uma série de contingenciamentos de recursos da Rede de Atenção Psicossocial. No dia 18 de Maio de 2020, dia da Luta Antimanicomial, o Ministro da Saúde interino “extinguiu o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas aplicáveis a pessoa com Transtorno Mental em conflito com a Lei (EAP)” (ABRASCO, 2020) e estabelece um prazo de 180 dias para finalizar repasses aos

---

<sup>23</sup> Dentre esses ataques à Reforma Psiquiátrica, refiro-me, dentre outras medidas à Portaria nº 3588, de 21 de dezembro de 2017, que insere os Hospitais Psiquiátricos na Rede de atenção Psicossocial (RAPS), prevê o aumento de leitos psiquiátricos em Hospitais gerais de 15 para 20% e que estes estejam 80% ocupados como condicionante para recebimento de recursos de custeio; também retira investimentos na área da atenção psicossocial para aplicar em novos leitos psiquiátricos. A portaria é considerada pelos profissionais como um retrocesso, no campo da gestão pública, das conquistas do Movimento Antimanicomial. Outro ataque foi o contingenciamento de recursos de cerca de 30% do orçamento da Rede de Atenção Psicossocial desde o início da gestão do prefeito Marcelo Crivella. Em 2018, o Governo Federal, por meio da Portaria nº 3.659 de 14 de novembro de 2018 suspendeu o repasse de recursos à RAPS (Incluindo os CAPS, as Residências Terapêuticas e as Unidades de Atendimento) e de leitos de saúde mental em Hospitais gerais, integrantes da Rede de Atenção Psicossocial. Essa suspensão de repasses foi de cerca de 77 milhões e afetou diretamente os profissionais da rede e a estrutura dos serviços.

Estados e Municípios que possuam EAP.<sup>24</sup> Esse processo de precarização da RAPS e esvaziamento dos serviços de saúde mental das unidades prisionais, incluindo os HCTPS, estão colocados como desafios para serem debatidos coletivamente por profissionais, usuários dos serviços e pesquisadores desse campo.

## Considerações finais

Neste artigo analisei alguns enquadramentos (GOFFMAN, 2012) de sentidos que as profissionais da equipe técnica dos HCTPs e da defensoria pública articulam sobre as “portas” de entrada e de saída dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Nas reuniões periódicas realizadas no auditório do HCTP Henrique Roxo, esses profissionais identificaram como principais obstáculos para desinstitucionalização de pessoas internadas em HCTPs as perícias psiquiátricas, na forma dos incidentes de insanidade mental e dos exames de cessação de periculosidade que serviam de instrumento para atribuir legitimidade e manutenção das internações compulsórias.

As profissionais também elencam como obstáculo de acesso à justiça de pessoas que sofrem de transtorno mental em conflito com a lei a ausência de conhecimento por parte do judiciário das políticas públicas de saúde mental e apontam, ainda, a desconsideração por parte de juízes e promotores dos argumentos da defesa e da equipe técnica dos hospitais de custódia nos projetos terapêuticos construídos por elas. O resultado dessa ausência de reconhecimento e consideração do trabalho da rede de saúde mental é a produção de sentenças judiciais que concluem, enfim, que o sujeito deve permanecer internado mesmo com projeto terapêutico estruturado, pois sua “periculosidade” supostamente não foi cessada. Esse horizonte em que juízes e promotores são orientados ainda por uma lógica manicomial, representa, segundo minhas interlocutoras, um entrave de acesso à justiça.

Nessa perspectiva, o acesso à justiça aparece atrelado ao reconhecimento dos direitos das pessoas que sofrem transtorno mental, como o direito a serem tratadas na rede de saúde mental, e não privadas de sua liberdade mediante internação compulsória em uma instituição com características asilares como os HCTPs. Identificados esses obstáculos da desinstitucionalização, as profissionais definem como estratégia a desconstrução da categoria periculosidade e propõem sua substituição pelo conceito de vulnerabilidade, retirando o foco sobre a pessoa para pensar no “meio”, na sociedade enquanto produtora de vulnerabilidade. Compartilhando desse conceito,

---

<sup>24</sup> A reportagem publicada no site da ABRASCO em que consta a íntegra da Nota Técnica elaborada pelo Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEG) encontra-se disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias>

[/nota-tecnica-critica-extincao-do-servico-a-presos-com-transtornos-mentais-feita-pelo-ministerio-da-saude/49133/](https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-tecnica-critica-extincao-do-servico-a-presos-com-transtornos-mentais-feita-pelo-ministerio-da-saude/49133/)

transmitem para os juízes, promotores e o diretor do Instituto de Perícias presentes na reunião, chamando à responsabilidade desses profissionais para o conhecimento dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial.

A explicitação dos conflitos através do debate de ideias e categorias que envolvem saúde mental e justiça criminal resultou na modificação de um procedimento burocrático. Os exames de cessação de periculosidade foram substituídos por um novo tipo de exame, o EMPAP (Exame Multiprofissional e Pericial de Avaliação Psicossocial), no qual as profissionais da equipe técnica poderiam preencher os caminhos da desinstitucionalização das pessoas internadas nos HCTPS, desatrelando, dessa forma, este documento que fundamenta a saída do Hospital e Custódia do ponto de vista exclusivamente de um perito psiquiatra. Por fim, o contato com as categorias e práticas da defensoria pública e da equipe técnica de saúde mental através dos atendimentos jurídicos e dos eventos organizados por essa rede de profissionais, revelaram a importância de se fomentar o debate sobre as moralidades e categorias de pensamento que orbitam e incidem sobre a loucura, especialmente sobre os casos que atravessam saúde mental e justiça criminal.

Olhar para a desinstitucionalização revelou tanto impasses da política pública como da administração jurídica e burocrática em relação aos presos que cumprem medida de segurança. Percebi, da observação dessas interações, que o “nó” que sustenta as internações psiquiátricas é evidenciado no domínio da linguagem e do pensamento, ainda orientados por uma lógica de encarceramento da loucura. No domínio da linguagem, em relação aos significados que as palavras assumem através do discurso de médicos e juristas e que ativam procedimentos burocráticos que configuram um obstáculo à desinstitucionalização dos pacientes dos Hospitais de Custódia, contribuindo para reproduzir formas de violência institucional (EILBAUM, 2006).

De pensamento, na perspectiva de que os sentidos dessas palavras ainda são orientados por uma lógica manicomial, também observáveis nos debates sobre definições das políticas públicas que, conforme as profissionais da equipe e as pessoas internadas compulsoriamente enunciam nos atendimentos jurídicos, muitas vezes não abarcam a complexidade das demandas em relação aos seus projetos desinstitucionalizadores.

Estes são reconhecidos como os desafios da rede de saúde mental em relação aos caminhos da desinstitucionalização. Colocar essas classificações em perspectiva, bem como os contextos em que as categorias de entendimento sobre doença mental, justiça criminal e políticas públicas são definidas e ressignificadas enunciam trajetórias possíveis de análise sobre os dispositivos de controle de pessoas em transtorno mental em conflito com a lei e como esses dispositivos são operados pelos profissionais que atuam entre a saúde mental e a justiça criminal. Os desdobramentos desses percursos ainda estão por serem mapeados visto estarem em processo constante de construção através das dinâmicas de trabalho cotidiano desses profissionais.



## Bibliografia

ABRASCO. Nota técnica crítica extinção do serviço aos presos com transtornos mentais feita pelo Ministério da Saúde. **Site Oficial**, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-tecnica-critica-extincao-do-servico-a-presos-com-transtornos-mentais-feita-pelo-ministerio-da-saude/49133/>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

A CLINICA AMPLIADA E O PROJETO TERAPEUTICO SINGULAR. **Rede Humaniza SUS**. 03 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.redehumanizasus.net/tags/projeto-terapeutico-singul> lar#sthash.1AFC62yA.dpuf. Acesso em: 30 de junho de 2020.

BECKER, Howard. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A sociedade como realidade subjetiva**. In: A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. 2. ed. São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941. Institui o Código de Processo Penal. DF, Congresso Nacional [1941]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 11/06/2019.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. DF, Congresso Nacional [1940]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 30 de junho de 2020.

BRASIL. Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000. Criar os Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para o atendimento ao portador de transtornos mentais. Ministério da Saúde. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/4437.html>. Acesso em: 29 de junho de 2020.

BRASIL. Lei nº 10.216 de 06 de abril 2001. Dispõe sobre a proteção de direitos de pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Congresso Nacional [2001]. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm). Acesso em: 30/06/2020.

BRASIL. Portaria 3.088 de 23 de dezembro 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html). Acesso em: 29 de junho de 2020.

BRASIL. Portaria nº 3588 de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ [2017]. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html). Acesso em 30 de junho de 2020.

BRASIL. Portaria nº 3.659 de 14 de novembro de 2018. Suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Unidades de Acolhimento (UA) e de Leitos de Saúde Mental em Hospital Geral, integrantes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/50486628/do1-2018-11-16-portaria-n-3-659-de-14-de-n](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/50486628/do1-2018-11-16-portaria-n-3-659-de-14-de-n). Acesso em: 30 de junho de 2020.

BUTLER, Judith. **Introdução: Vida precária, vida passível de luto**. Em: Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto? Editora Civilização Brasileira, 2015.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. EdUFRJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Resolução nº 5 de 4 de maio de 2004 Dispõe a respeito das Diretrizes para o cumprimento das Medidas de Segurança, adequando-as à previsão contida na Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnppc/resolucoes/2004/resolucao05de04demaiode2004.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2020.

DINIZ, Débora. **A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011**. [recurso eletrônico] / Debora Diniz. Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2013.

EILBAUM, Lucia. **O corpo do acusado: Escrita, oralidade e direitos na Justiça Federal Argentina cidade de Buenos Aires**. In: GROSSI, Miriam Pillar (Org.). Antropologia e Direitos humanos, vol. 4. Blumenau: Nova Letra, 2006

EILBAUM, Lucía. **"O bairro fala": conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense**. Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 2010

FOUCAULT, Michel. **A Casa dos Loucos**. In: Microfísica do Poder. 28ª edição. Paz e Terra, 2014.

GODOI, Rafael. **Fluxos em Cadeia: as prisões de São Paulo na virada dos tempos**. Boitempo; Edição: 1, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da identidade deteriorada**. Editora LTC, 1988.

\_\_\_\_\_ **Introdução.** In: Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise. Editora Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_ **Manicômios, prisões e conventos.** Editora Perspectiva, 2013.

KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro e uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico.** 2009-2, 2010; 25-51

SILVA, Martinho Braga Batista e. Atenção psicossocial e gestão de populações: sobre os discursos e as práticas em torno da responsabilidade no campo da saúde mental PHYSIS: **Rev. Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, 15(1):127-150, 2005.

Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Parecer sobre Medidas de Segurança e Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico sob a perspectiva da Lei 10.216/2001. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/saude-mental/docs-publicacoes/parecer\\_medidas\\_seguranca\\_web.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/saude-mental/docs-publicacoes/parecer_medidas_seguranca_web.pdf). Acesso em 30 de junho de 2020.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011. – (Coleção Direitos, conflitos e segurança pública).

VARGAS, Joana. Em busca da “verdade real”: Tortura e confissão no Brasil ontem e hoje. **Revista Sociologia e Antropologia,** V. 02. 03: 237-265, 2012.

VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. A guerra às mães: dor e política em situações de violência institucional. In: **Cadernos Pagu (37),** julho-dezembro de 2011:79-116.

VILLALTA, Carla. *La apropiación de «menores»:* entre hechos excepcionales y normalidades admitidas. In: **Revista Estudios,** nº 16, año 2005, CEA-Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba: 2005.

# Uma reflexão sobre a qualidade do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social na modalidade à distância

Monica Garelli Machado<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa a situação dos alunos ingressantes no período de 2014 a 2017 no curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, na modalidade a distância da Universidade Federal Fluminense. O recorte do período considera o tempo médio em 6 (seis) semestre para conclusão do curso. No ano de 2017 o curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação, obtendo perfil Muito Bom e conceito 4 (quatro). Na modalidade de tecnólogo a distância, o curso apresenta, entre os demais cursos integrantes do Consórcio CEDERJ, o menor índice de evasão e a maior diplomação. Na análise dos ingressantes no referido período, a média do índice de evasão foi de 33% e de Diplomados 49%. O artigo aborda que a capacitação dos recursos humanos – articuladores acadêmicos, mediadores presenciais e a distância, contribui indiretamente no trabalho de mediação entre tutor – aluno, que pode ser percebida no desempenho do curso.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Educação a Distância; avaliação institucional.

**Abstract:** This article analyzes the situation of students entering the period from 2014 to 2017 in the Technology course in Public and Social Security, in the distance modality at Universidade Federal Fluminense. The period of the period considered is 6 (six) semesters to complete the course. In 2017, the course was recognized by the Ministry of Education, obtaining a Very Good and Concept 4 (four) profile. In the distance technology modality, the course presents, among the other integrated courses of the CEDERJ Consortium, the lowest dropout rate and a higher degree. In the analysis of newcomers in the referred period, the average dropout rate was 33% and 49% graduated. The article addresses the capacity of human resources - academic articulators, face-to-face and distance mediators, indirectly contributing to the mediation work between tutor - student, which can be perceived in the course performance.

**Palavras-chave:** Undergraduate Studies; Distance Education; Institutional Assessment.

## Introdução

A década de 1990 foi marcada pelas tecnologias de informação, em especial, destacamos o avanço da internet, com infraestrutura acessível a um maior número de pessoas. Esse avanço oportunizou o surgimento da modalidade de estudo a distância, um modelo de aprendizagem mais flexível, com maior interação entre os agentes

---

<sup>1</sup> Coordenadora de Tutoria do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social (UFF/CEDERJ). E-mail: monicagarelli@id.uff.br

envolvidos: professor, tutor e aluno. Essa modalidade permite ao aluno gerenciar o seu próprio aprendizado de acordo com sua disponibilidade de tempo e lugar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 9394 de 20/12/1996 legitima a educação a distância no Brasil, ao incluir no artigo 80 que o poder público incentivará o desenvolvimento de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

Em 2007, a Secretaria de Educação a Distância SEED/MEC, apresentou os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, um documento norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade a distância.

Nos Referenciais de Qualidade, o compromisso institucional para garantir o processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão, envolve aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura que devem estar expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância.



Em 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica lançou o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, com informações sobre o perfil de competências do tecnólogo, a carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso. O catálogo organiza e orienta a oferta de cursos

superiores de tecnologia, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, com a dinâmica do setor produtivo e as expectativas da sociedade.

## **A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO CONSÓRCIO CEDERJ**

A Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro – Fundação CECIERJ, Consórcio CEDERJ – Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro é formado pelas universidades e instituições de ensino superior (IES) públicas com o objetivo de levar educação superior pública, gratuita e de qualidade para todo o Estado do Rio de Janeiro, através de cursos na modalidade EaD (Educação a Distância).

O Consórcio é constituído pelas IES: CEFET/RJ, o IFF, o IFRJ, a FAETEC, a UENF, a UERJ, a UEZO, a UFF, a UFRJ, a UFRRJ e a UNIRIO.

As universidades são as responsáveis por toda a formação acadêmica do estudante, desde a sua entrada até a diplomação, cabendo à Fundação CECIERJ a gestão do Consórcio.

A Educação a Distância do Consórcio é gratuita e na forma semipresencial. O aluno estuda em local e horários de sua preferência ou no polo ao qual está vinculado. No polo regional que funciona de 3ª a 6ª feira de 18h/21h e sábados de 8h/17h, o aluno tem apoio pedagógico com o atendimento de profissionais especializados (mediador), que sob a orientação dos coordenadores de disciplina, prestam atendimento e acompanhamento dos estudantes, bem como outras atividades de tutoria.

No Consórcio CEDERJ/CECIERJ, esse profissional especializado (mediador) é denominado mediador presencial, sua atuação é direcionada para as disciplinas obrigatórias até a metade do tempo mínimo do curso, além de participar de atividades propostas pelo curso.

O Consórcio CEDERJ oferece aos discentes:

1. Livro didático CEDERJ, em linguagem apropriada para a educação a distância;



Aula 1 • Conflito: um processo de construção social

### Metas

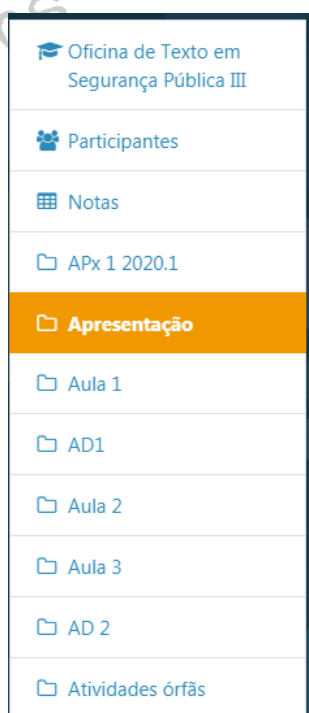
Expor a relação entre o conflito, a violência e a competição presentes na sociedade. Apresentar a dinâmica do conflito como inerente à construção social e mostrar que ele pode se apresentar como positivo para a nossa sociedade, não só vendo-o como um antecedente da violência, mas como um processo que pode gerar aprendizado e diálogos.

### Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. articular as noções de conflito, violência e competição na nossa sociedade, compreendendo o conflito como uma possibilidade de amadurecimento e reflexão das partes envolvidas e destituindo-lhe o caráter negativo;
2. identificar o conflito em relações de cooperação, expressão de divergências, de opiniões e disputa de interesses, reconhecendo a possibilidade de mediação e negociação.

2. Ambiente Virtual de Aprendizagem na Plataforma Moodle. Permite ao estudante o acesso a versão digital do livro didático CEDERJ e recursos multimídia, sala de tutoria, ferramenta de videotutorias;



3. Tutoria presencial (nos polos regionais) e a distância (na plataforma online) que são exercidas no Consórcio CEDEJ/CECIERJ pelos mediadores presenciais e a distância;

# A noção de comunidade e modelos de polícia

Painel / Minhas Disciplinas / A noção de comunidade e modelos de polícia / Participantes

## Participantes

× Papel: Mediador(a) a distância

Procure por palavra-chave ou selecione um filtro ▼

Número de participantes: 4

Nome  A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

Sobrenome  A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

#### 4. Infraestrutura de apoio pedagógico nos polos regionais:

- 4.1. Biblioteca e sala de estudos;
- 4.2. Salas de tutoria;
- 4.3. Auditório;
- 4.4. Laboratório de informática com acesso à internet;

#### 5. Sistema de Avaliação:

A avaliação de aprendizagem nos cursos de graduação é um processo de acompanhamento contínuo, composto por:

- a. Avaliações a Distância (ADs), aplicadas ao longo do período letivo. A soma das avaliações a distância poderá corresponder a 20% ou 30% e, excepcionalmente, 40% (quarenta por cento) da nota final do aluno, dependendo do que for estabelecido na ementa e conteúdo programático de cada disciplina que compõe o currículo do curso;
- b. Avaliações Presenciais (APs), aplicadas em duas ocasiões (AP1 e AP2) ao longo do período letivo. A soma das avaliações presenciais poderá corresponder a 80%, 70% ou 60% (oitenta, setenta ou sessenta por cento) da nota final do estudante dependendo do que for estabelecido na ementa e conteúdo programático de cada disciplina que compõe o currículo do curso;
- c. Demais instrumentos de avaliação, conforme critérios adotados pela coordenação de cada curso.



## **O CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL**

A proposta do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, foi aprovada em 2013 pelo Conselho Universitário da Universidade Federal Fluminense para oferta na modalidade a distância, em parceria com a Fundação Cecierj – Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – Consórcio CEDERJ.

O Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social (SPU/UFF) é uma das importantes iniciativas de políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Pós-Graduação dos últimos anos, criada a partir de 2008 pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, através da iniciativa do Programa “Institutos de Ciência e Tecnologia” – Edital 15/2008. Em 2009 foi aprovado o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC – [www.ineac.uff.br](http://www.ineac.uff.br)), sediado na UFF, coordenado pelo antropólogo Roberto Kant de Lima (UFF). O SPU/UFF é uma iniciativa da rede de pesquisadores do INCT-InEAC, que em uma década criou, além do Tecnólogo em Segurança Pública e Social a distância, um bacharelado presencial em Segurança Pública e um curso de mestrado acadêmico em Justiça e Segurança.

Esses cursos representam os primeiros esforços em interferir diretamente na formação em nível de graduação e pós-graduação de pesquisadores para atuarem na formulação e implementação de políticas públicas setoriais, indicando o esforço contínuo em institucionalizar as pesquisas e as atividades do INCT-InEAC. A Universidade Federal Fluminense reconhece em 2017 a relevância do INCT-InEAC, criando uma unidade acadêmica exclusiva para abrigar as iniciativas e ações desse grupo de pesquisadores, que recebe o mesmo nome: Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (IAC/UFF).

O Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, em consonância com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, é destinado exclusivamente para “profissionais da carreira de segurança pública” para atuação nas funções de gestão, planejamento, avaliação e execução de políticas públicas, envolvendo os

processos institucionais de administração de conflitos, da violência e da criminalidade público em consonância com os princípios de um Estado Democrático de Direito.

O Projeto Político Pedagógico do curso propõe um currículo com duração mínima de 1605 horas, organizado em 5 semestres contendo 30 disciplinas obrigatórias e 2 disciplinas optativas, com flexibilidade curricular e atividades acadêmicas.

Na parte avaliativa, especificamente para o curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, os estudantes são submetidos a:

1. Avaliações presenciais (AP), valendo 60% e realizadas nos polos regionais.
2. Avaliações a distância (AD), valendo 40% e realizadas por meio do ambiente virtual de aprendizagem (plataforma).

### **A TUTORIA PRESENCIAL E A DISTÂNCIA NO CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL**

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, de acordo com os Referenciais de Qualidade, possui compromisso institucional garantindo o processo de formação que contemple as dimensões técnico-científica e política para a formação do cidadão, envolve ainda os aspectos pedagógicos (as práticas educacionais dos professores e mediadores, interação; evasão e atitudes; sistema de orientação docente e da tutoria), recursos humanos (professores e mediadores) e infraestrutura (ambiente virtual de aprendizagem, material didático).

A diferença entre a modalidade presencial e a distância que influenciam a interação professor – tutor e alunos, foram identificadas por Sá (1998), detalhados no quadro 1.

<b>Educação presencial</b>	<b>Educação a distância</b>
Conduzida pelo professor	Acompanhada pelo tutor
Predomínio de exposição em todo o tempo	Atendimento ao aluno individualmente ou em grupo. O tutor mais ouve do que fala.
Processo centrado no professor	Processo centrado no aluno
Processo como fonte central da informação	Diversificadas fontes de informações (material didático impresso e multimeios)
Convivência de professores e alunos em um mesmo ambiente físico durante todo o tempo	Interatividade entre aluno e tutor através de tira-dúvidas, chat, fórum

Ritmo do processo ditado pelo professor	Ritmo determinado pelo aluno
Contato face-a-face entre o professor e o aluno	Múltiplas formas de contato, incluído o face-a-face no encontro presencial.
Elaboração, controle e correção das avaliações pelo professor.	Avaliação de acordo com parâmetros definidos no Projeto Político Pedagógico
Atendimento pelo professor nos rígidos horários de orientação e sala de aula.	Atendimento pelo tutor em horários flexíveis, lugares distintos e meios diversos.

**Quadro 1:** Paralelo entre as Funções do Professor e do Tutor.

Fonte: SÁ, Iranita. Educação a Distância: Processo Contínuo de Inclusão Social. Fortaleza: CEC, 1998, p. 47.

As habilidades e competências, condições essenciais para realizar a tutoria, foram apresentadas por Machado (2013), descritas no Quadro 2.

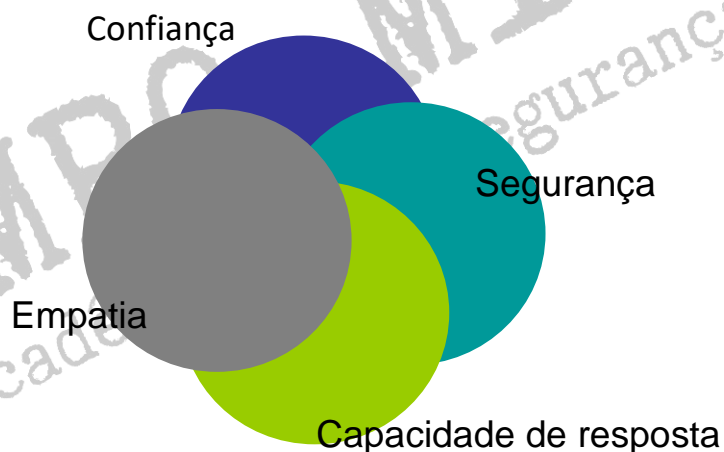
Habilidades e competência do tutor
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Colocar perguntas no fórum ou chat de modo a estimular o estudante a se tornar um ator ativo no processo;</li> <li>▪ Ter conhecimento da disciplina;</li> <li>▪ Orientar o conteúdo da disciplina com conhecimento pedagógico;</li> <li>▪ Esclarecer aos estudantes as competências a serem desenvolvidas na disciplina;</li> <li>▪ Cumprir o prazo das tarefas pertinentes ao seu trabalho na tutoria da disciplina;</li> <li>▪ Evitar tomar atitudes autoritárias ou excessivamente permissivas;</li> <li>▪ Saber se relacionar, comunicar e conversar pela Internet com facilidade de forma pertinente, clara e objetiva;</li> <li>▪ Oferecer suporte técnico aos participantes direcionando para o setor competente;</li> <li>▪ Compartilhar conhecimentos e experiências em relação ao tema da disciplina;</li> <li>▪ Comunicar-se de forma habilidosa, sem usar palavras ofensivas;</li> <li>▪ Conseguir administrar os conflitos que ocorrem nos cursos;</li> <li>▪ Criar “presença” e “visibilidade” no ambiente virtual;</li> <li>▪ Estabelecer com os estudantes um ambiente propício para aprendizado e troca de informações;</li> <li>▪ Estabelecer comunicação de forma adequada mantendo uma postura simpática e de respeito</li> <li>▪ Interagir com os participantes através das ferramentas disponíveis na plataforma (tira-dúvidas, mensagem e e-mail).</li> </ul>

**Quadro 2 :** Habilidades e Competências do Tutor.

Fonte: MACHADO, Monica G. **Percepção do aluno sobre a qualidade de disciplinas oferecidas na modalidade a distância: construção de um modelo baseado na Servqual**. 100 p. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão - Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense, 2013, p.37.

Logo, é possível perceber a importância do tutor no contexto da Educação a Distância, um profissional completo em suas habilidades, competências e atitudes profissionais, além de “facilitador” no processo de aprendizagem dos estudantes.

No desenvolvimento da tutoria, Machado (2013) identificou, na percepção do aluno, as dimensões essenciais relativas ao tutor: capacidade de resposta, empatia, segurança e confiança, conforme figura 1.



**Figura 1:** Dimensões relativas ao Tutor.

Fonte: MACHADO, Monica G. **Percepção do aluno sobre a qualidade de disciplinas oferecidas na modalidade a distância: construção de um modelo baseado na Servqual**. 100 p. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão - Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense, 2013

A tutoria presencial e a distância no Consórcio CEDERJ/CEDERJ é realizada por profissionais especializados (mediador), que sob orientação dos coordenadores de disciplina, prestam atendimento e acompanhamento dos estudantes, bem como outras atividades de tutoria.

No Consórcio CEDERJ/CECIEJ, esse profissional especializado (mediador) é denominado mediador.

Nos pólos, o aluno é atendido pelo mediador presencial, sua atuação é direcionada para as disciplinas obrigatórias do 1º. ao 4º. Período, além de participar de atividades propostas pelo curso. O aluno conta ainda com a mediação a distância, que atua em todas as disciplinas do curso, prestando atendimento de 4h online, em horário disponibilizado na plataforma de ensino.

A aprendizagem do estudante do curso de Tecnologia em Segurança Pública é realizada, individualmente, através do material didático, que compreende o livro didático e os recursos didáticos disponibilizados de cada disciplina no ambiente virtual de aprendizagem. O mediador exerce um papel importante processo de aprendizagem do estudante. É o elo entre o professor coordenador da disciplina, o material didático e os alunos.

Em dezembro de 2013, o Consórcio CEDERJ realizou o processo seletivo 2014.1 para mediação presencial e a distância do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social.

Foram ofertadas 40 vagas para mediação a distância em 8 disciplinas do 1º. Semestre, tendo sido aprovados 61 e convocados 40 candidatos, conforme quadro 3.

Período	Disciplina	Aprovados	Convocados
1º	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA	6	5
1º	METODOLOGIA DE PESQUISA I	8	5
1º	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	5	5
1º	OFICINA DE TEXTO EM SEGURANÇA PÚBLICA I	5	5
1º	GESTÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10	5
1º	ESTADO, DIREITO E CIDADANIA, EM PERSPECTIVA COMPARADA	10	5
1º	CONFLITOS E SOCIEDADE	12	5
1º	ANTROPOLOGIA DO DIREITO	5	5
	TOTAL	61	40

**Quadro 3** : Processo Seletivo CEDERJ 2014.1 – Mediador a distância  
Fonte: Coordenação de Tutoria – SPU/UFF

Para a mediação presencial, foram ofertadas 8 disciplinas para 7 polos, num total de 80 vagas, contudo, 37 candidatos foram aprovados, conforme quadro 4:

Disciplina / Polo	Angra dos Reis	Campo Grande	Itaperuna	Nova Friburgo	Petrópolis	Resende	São Gonçalo	Total
Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública	0	0	1	0	0	0	0	1
Estado, Direito e Cidadania, em Perspectiva Comparada	0	2	1	2	0	1	2	8
Introdução a Educação A Distância	0	1	1	1	0	1	2	6
Antropologia do Direito	0	1	0	1	0	0	1	3
Conflitos e Sociedade	0	2	1	0	0	1	2	6
Gestão em Administração Pública	0	0	1	0	1	1	1	4
Metodologia de Pesquisa I	0	1	0	1	0	0	2	4
Oficina de Texto em Segurança Pública I	0	1	0	1	0	1	2	5
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>37</b>

**Quadro 4** : Processo Seletivo CEDERJ 2014.1 – Mediador presencial

Fonte: Coordenação de Tutoria – SPU/UFF

O curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social foi pioneiro no Brasil na oferta na modalidade a distância, representando um desafio aos seus gestores, considerando que não existiam recursos humanos (mediadores) com formação específica para a execução do projeto político pedagógico do curso, especificamente para mediação presencial.

No 1º. semestre de 2014 as atividades do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social foram iniciadas, oferecendo 500 vagas distribuídas nos 7 polos do Consórcio CEDERJ situados em Angra dos Reis, Campo Grande, Itaperuna, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, num total de 35 disciplinas.


No resultado final do processo seletivo para mediação presencial e a distância, as coordenações de curso e tutoria, buscando qualificar os candidatos convocados, promoveram o 1º Seminário de Discussão, Acompanhamento e Avaliação de Desempenho do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social UFF/CEDERJ.

**uff** Universidade Federal Fluminense

**1º Seminário de Discussão, Acompanhamento e Avaliação de Desempenho do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social - UFF/CEDERJ**

**Objetivo**

O objetivo deste seminário é a discussão, acompanhamento e avaliação do desempenho do curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social. Realizaremos uma formação sobre a lógica do contraditório que caracteriza as formas de discussão entre alunos e tutores deste curso. Além disso, discutiremos como esta relação está acontecendo no ambiente virtual e quais são os conflitos na relação com os alunos. Por fim, os coordenadores de disciplina farão uma atividade de formação sobre o conteúdo das disciplinas. Será concedido certificado de participação de 7 horas para este seminário.




Mostrado no dia 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro

**Cronograma detalhado**

Horário	Atividade	Falantes
9h-9h30	A relação dos tutores com os alunos de Segurança Pública	Monica Garelli Machado
9h30-11h	Lógica do Contraditório na Argumentação dos Profissionais de Segurança Pública	Profas. Ana Paula Mendes de Menezes e Gláucia Mourinho
11h-12h30	Oficina de discussão de problemas encontrados no desenvolvimento do curso - Grupos por Polo	Coordenadores de Disciplina, tutores presenciais e tutores a distância.

Data: sábado, 26 de abril de 2014  
Local: Faculdade de Direito da UFF, 5º andar, prédio anexo, Av. Pm. Pedreira, 62, Ingl - Niterói



O Seminário foi dividido em 3 momentos:

- 1) A relação dos mediadores com os alunos de Segurança Pública, apresentado pela Coordenadora de Tutoria;
- 2) Lógica do Contraditório na Argumentação dos Profissionais de Segurança Pública, apresentado por Coordenadoras de Disciplina;
- 3) Oficina de discussão de problemas encontrados no desenvolvimento do curso – grupos por polo, formado por Coordenadores de Disciplina, mediadores presenciais e a distância.

A apresentação da Coordenadora de Tutoria teve como objetivo:

- i) Apresentar novas possibilidades para o processo de ensino-aprendizagem e proporcionar ferramentas que facilitam o processo de ensino.
- ii) A relação fundamental do processo - relação aluno e o professor-mediador, fundamental para o desenvolvimento humano.

- iii) A importância da interatividade entre professores, mediadores e estudantes para garantir a qualidade da educação a distância.
- iv) A participação do professor – mediador de forma direta e individualizada no processo de ensino aprendizagem do aluno.
- v) O papel do professor – mediador na interação e atitudes que podem representar a continuidade ou não do aluno no curso, que em alguns casos pode representar a evasão.

Nesses 6 (seis) anos de funcionamento do curso, a oferta de vagas foi alterada em 4 (quatro) etapas. Em cada alteração, a justificativa acadêmico-administrativa seguiu critérios distintos, exigindo esforços das coordenações junto a equipe de articuladores, mediadores presenciais e a distância.

Na avaliação do Ministério da Educação, em 2017, para reconhecimento do curso, a Dimensão 1 relativo a mediação foi avaliada com conceito 5. Foi considerada a estrutura da tutoria, que engloba o tutor (mediador) presencial, tutor (mediador) a distância e Tutor coordenador (articulador acadêmico) que atua no polo.

A justificativa para o conceito dado na Dimensão 1 pelos avaliadores corrobora as iniciativas do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social. Desde 2014 foram realizados 6 (seis) seminários de capacitação. O evento, além de capacitar os recursos humanos, contribuiu indiretamente no trabalho de mediação entre tutor – aluno, que pode ser percebida no desempenho do curso.

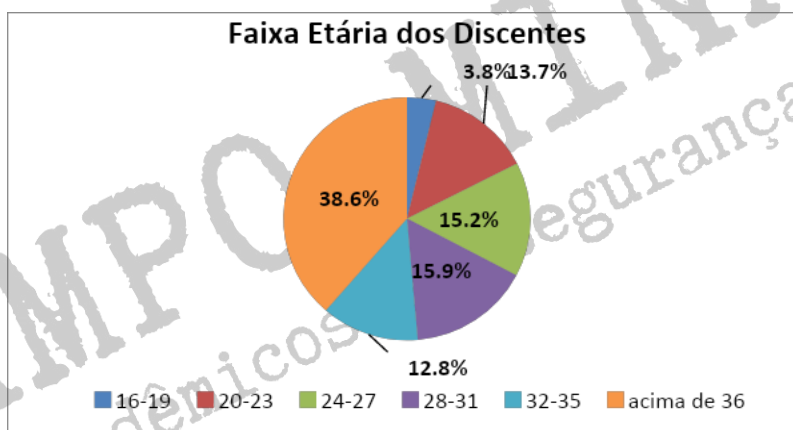
## **V – O INGRESSO NO CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL**

O ingresso no curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social a distância oferecido pela Universidade Federal Fluminense, que integra o Consórcio Cederj de formado por Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, UENF, UFF, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO e CEFET/RJ) é através do Vestibular Cederj, que acontece duas vezes por ano e/ou utilizando a nota obtida no último ENEM realizado – Exame Nacional do Ensino Médio. O candidato, no ato da inscrição ao Vestibular, tem a opção de informar o número da sua inscrição no ENEM. A relação dos aprovados pelo ENEM é divulgada antes da data da prova do Vestibular, permitindo aos não



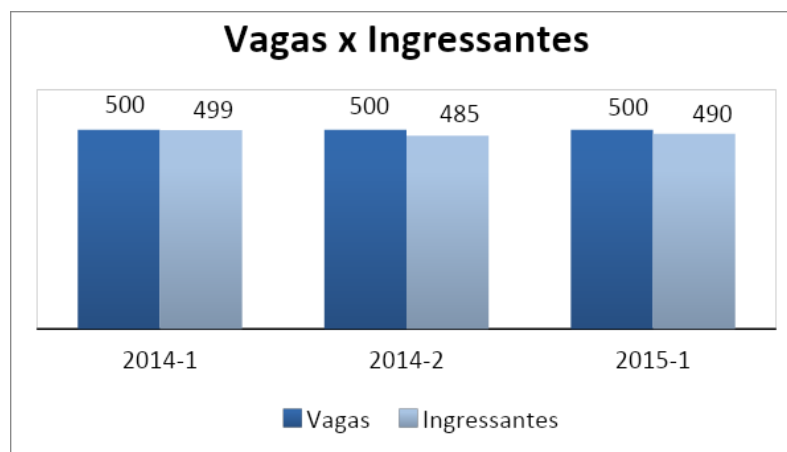
classificados a oportunidade de realizar a prova. Os candidatos ao Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, devido a especificidade do curso, deverão comprovar o critério de pertencer exclusivamente o quadro de “profissionais da carreira de segurança pública” disciplinada pelo Catálogo de Cursos de Tecnologia do MEC.

A faixa etária dos discentes do curso é predominantemente acima de 36 anos. É importante destacar que os alunos do curso, devido a especificidade, estão no mercado de trabalho, concluíram o ensino médio há mais de uma década, trabalham em regime de plantões e adequaram-se às novas tecnologias de educação buscando um curso na modalidade a distância. A possibilidade de horários flexíveis de estudo e processo avaliativo nos finais de semana contribuem para maior permanência no curso.



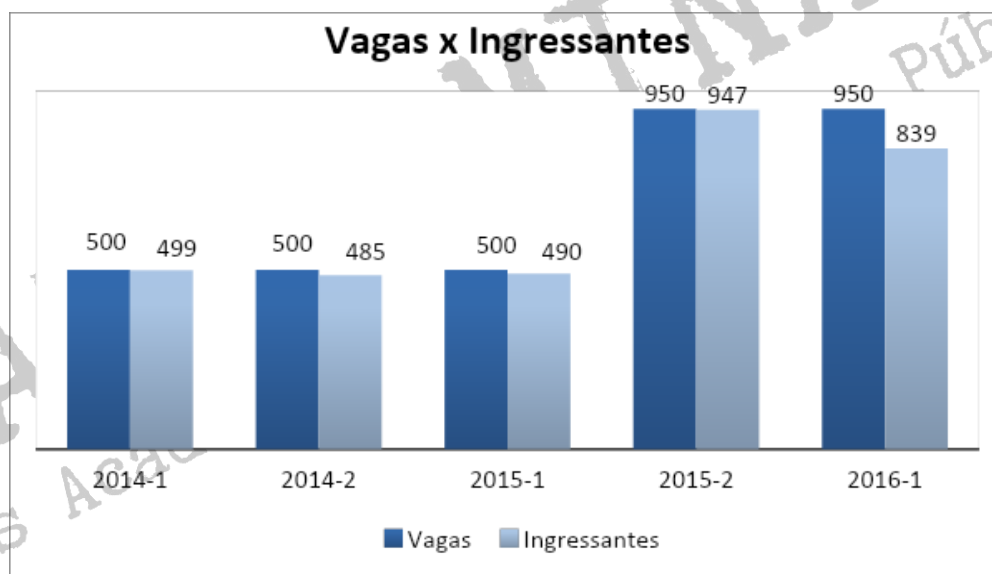
Fonte: Sistema de Transparência/UFF

O Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social iniciou no 1º. Semestre de 2014, oferecendo 500 vagas semestrais nos seguintes polos CEDERJ: Angra dos Reis (50), Campo Grande (100), Itaperuna (50), Nova Friburgo (50), Petrópolis (50), Resende (100), São Gonçalo (100). Nos dois semestres seguintes (2014.2 e 2015.1) foram ofertadas o mesmo número de vagas, em 3 semestres ingressaram 1474 alunos.



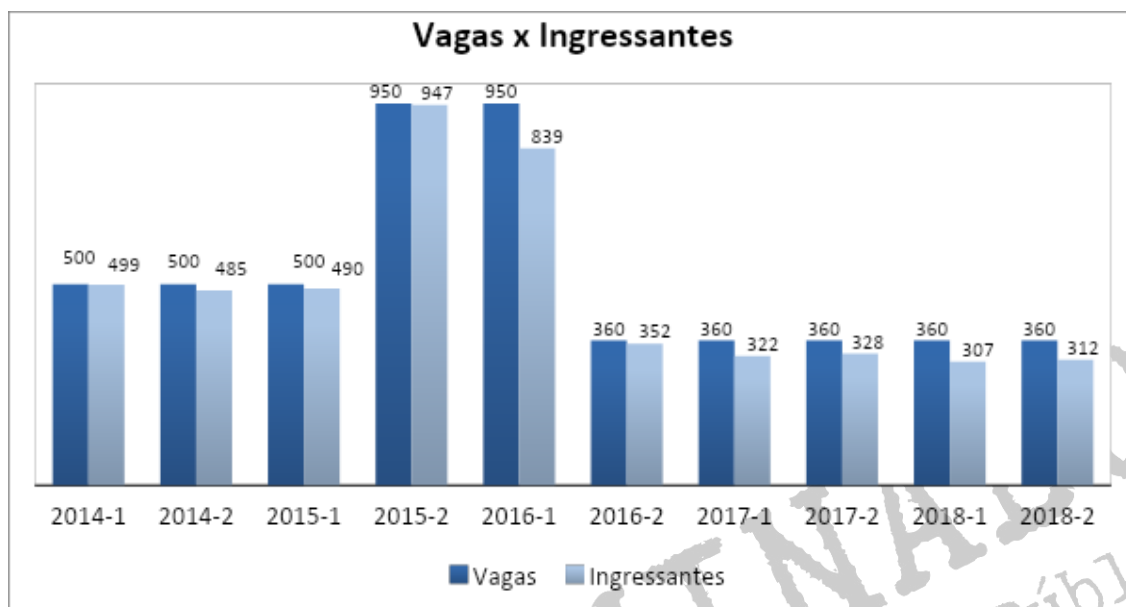
Fonte: SISTACAD/CEDERJ

Nos dois semestres seguintes, 2015.2 e 2016.1, atendendo a demanda dos candidatos, a oferta passou de 500 para 950 vagas, acrescentando 5 polos: Barra do Piraí, Belford Roxo, Niterói, Rio Bonito e Três Rios e aumento do número de vagas no polo de Campo Grande. O Curso ofereceu as seguintes vagas: Angra dos Reis (50), Barra do Piraí (100), Belford Roxo (100), Campo Grande (150), Itaperuna (50), Niterói (50), Nova Friburgo (50), Petrópolis (50), Resende (100), Rio Bonito (50), São Gonçalo (100) e Três Rios (100).



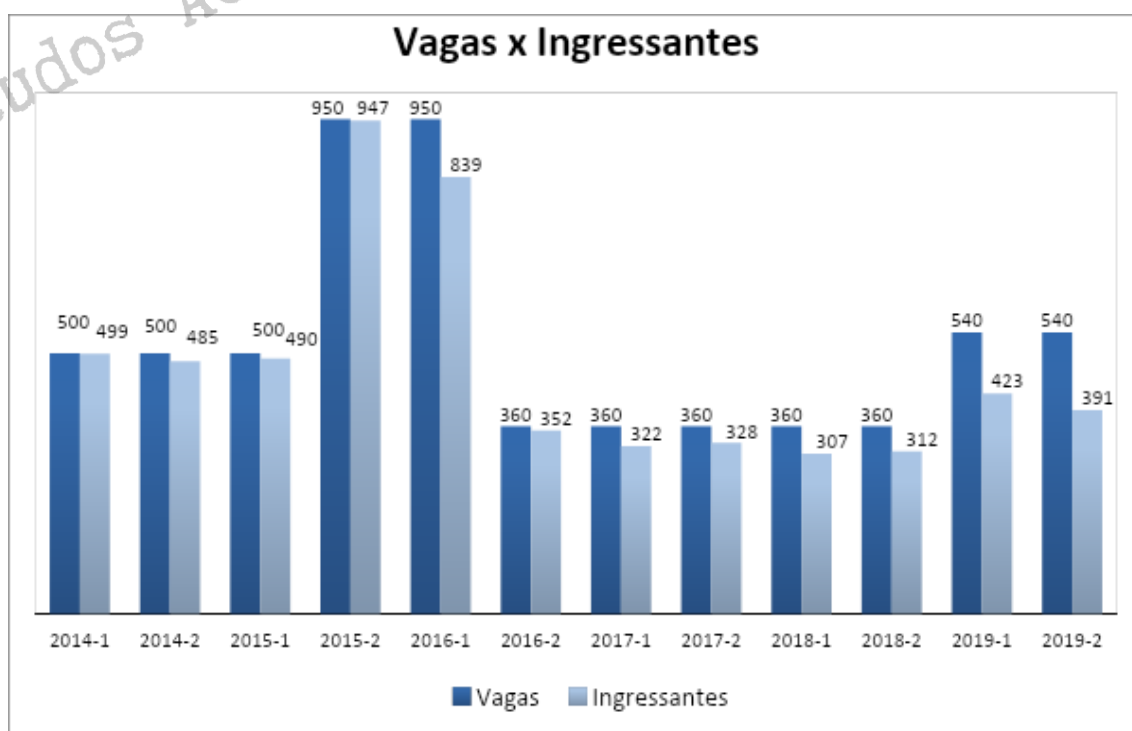
Fonte: SISTACAD/CEDERJ

A partir de 2016.2 até 2018.2, devido aos critérios de especificidade do curso, a oferta de vagas sofreu novo ajuste, permanecendo os 12 polos e alterando o número de ingressantes de 950 para 360, com a seguinte distribuição: Angra dos Reis (30), Barra do Piraí (30), Belford Roxo (30), Campo Grande (30), Itaperuna (30), Niterói (30), Nova Friburgo (30), Petrópolis (30), Resende (30), Rio Bonito (30), São Gonçalo (30) e Três Rios (30).



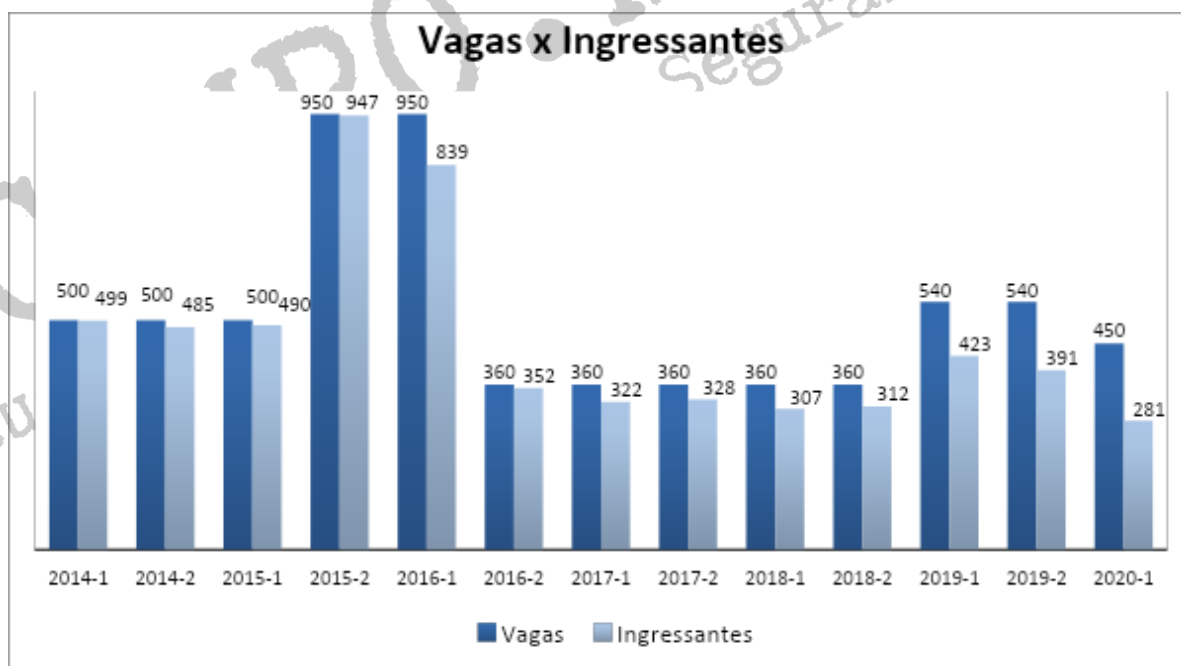
Fonte: SISTACAD/CEDERJ

No 2º. Semestre de 2018, o relatório da Comissão de Avaliação do curso apontou oscilações na demanda de candidatos, propondo para o ano de 2019 (2019.1 e 2019.2), o aumento para 540 vagas, Angra dos Reis (30), Barra do Piraí (50), Belford Roxo (50), Campo Grande (50), Itaperuna (50), Niterói (50), Nova Friburgo (30), Petrópolis (50), Resende (30), Rio Bonito (50), São Gonçalo (50) e Três Rios (50). O relatório sugeria novo estudo das demandas dos candidatos no 2º. Semestre/2019.



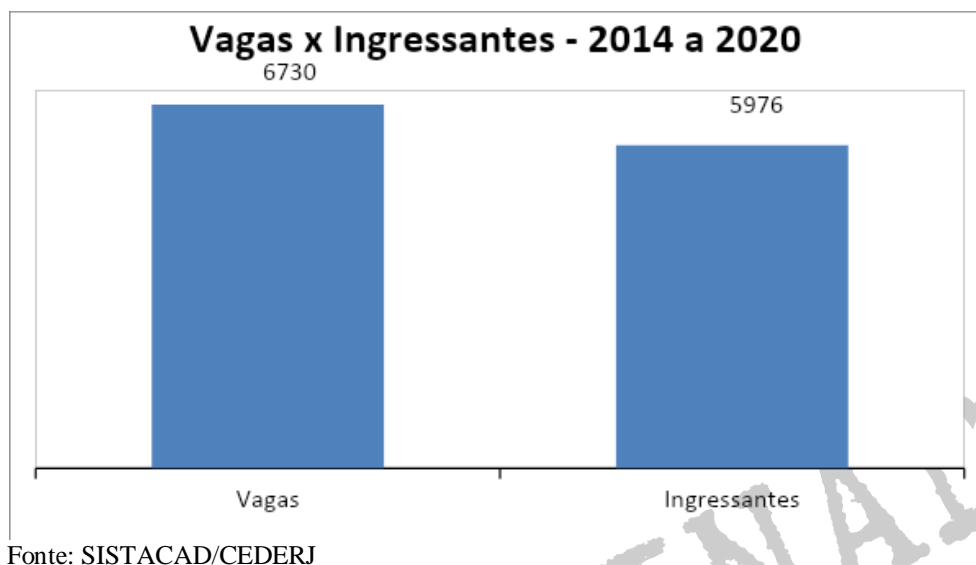
Fonte: SISTACAD/CEDERJ

No 2º. Semestre de 2019, a coordenação de tutoria, por solicitação da Direção da Unidade e proposta em 2018.2 da Comissão de Avaliação, apresentou levantamento sobre a oferta de vagas por Polo e a demanda de inscrições no vestibular, número de alunos matriculados e vagas ociosas referentes ao ano de 2019. Foi identificada uma redução significativa na procura por vagas, especialmente nos Polos de Itaperuna, Barra do Piraí e Petrópolis. Este três Polos também apresentaram a maior média de vagas ociosas. Em função da redução expressiva na procura pelo curso, foi decidido em reunião de colegiado a suspensão temporária da oferta de vagas em aproximadamente 30% do curso. Assim, no vestibular de 2020.1 não foram ofertadas vagas para os Polos de Itaperuna, Barra do Piraí e Petrópolis, e nos Polos de Angra dos Reis, Nova Friburgo e Resende a oferta foi reduzida para 30 vagas.



Fonte: SISTACAD/CEDERJ

Desde o início do curso no 1º. Semestre de 2014 até o 1º. Semestre de 2020, foram ofertadas 6.730 (seis mil, setecentos e trinta) vagas das quais foram preenchidas com 5.976 (cinco mil, novecentos e setenta e seis) ingressantes, correspondendo a 88,8% das vagas.



## VI – A EVASÃO E A DIPLOMAÇÃO NO CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL

Nos relatórios anuais de acompanhamento dos discentes, os resultados apontam que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social apresenta a menor taxa de evasão e maior número de diplomação entre os cursos do Consórcio CEDERJ e da Universidade Federal Fluminense.

O Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, tem um tempo médio de 6 semestres para conclusão. Considerando o ano de ingresso dos alunos, analisamos no 1º. Semestre de 2020, as situações de ingressos, diplomação e cancelamento de 2014.1 até 2017.2, conforme dados a seguir.

Polos	Diplomados	Cancelados	Ativos
Angra dos Reis	42%	40%	18%
Barra do Piraí	57%	25%	18%
Belford Roxo	62%	27%	11%
Campo Grande	45%	37%	18%
Itaperuna	48%	35%	17%
Nova Friburgo	46%	36%	18%

Niterói	44%	31%	24%
Petrópolis	48%	37%	15%
Rio Bonito	52%	28%	20%
Resende	45%	45%	10%
São Gonçalo	53%	33%	14%
Três Rios	50%	25%	25%

Nos dados é possível identificar que a menor percentagem de Diplomados foi de 42% no polo de Angra dos Reis e a maior porcentagem foi de 62% no polo de Belford Roxo, a média de Diplomados foi de 49%.

Os cancelamentos representaram uma evasão média de 33%, sendo que os polos de Barra do Piraí e Três Rios tiveram a menor taxa de evasão (25%) e o polo de Resende a maior taxa de evasão com 45%.

A Diplomação do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social é considerada excelente em comparação aos cursos de graduação na modalidade a distância que compõem o Consórcio CEDERJ/CECIERJ.

### **VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como objetivo geral analisar a situação dos alunos ingressantes no Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, no período de 2014.1 à 2017.2.

O curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense, teve início no 1º. Semestre de 2014, reconhecido pelo Ministério da Educação em 2017 e avaliado apresentando perfil muito bom, com conceito final 4.

O Ingresso no curso passou por alterações devido as situações político acadêmicas ao qual o curso está associado, considerando a especificidade do público-alvo e fomento para execução e manutenção do curso.

A faixa etária dos discentes está acima de 36 anos, correspondendo a 38,6%, que se adaptaram às novas tecnologias e a modalidade a distância.

Na modalidade de tecnólogo a distância, o curso apresenta, entre os demais cursos integrantes do Consórcio CEDERJ, o menor índice de evasão e a maior diplomação, considerando o período analisado dos ingressantes entre 2014 e 2017.

A capacitação do corpo docente, articuladores acadêmicos, mediadores a distância e presencial são fundamentais para a qualidade e resultado acima apresentados.

A partir da observação dos aspectos estudados sugere-se um comparativo de desenvolvimento acadêmico de ingressantes com novo período de análise.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9394). Brasília/DF: Diário Oficial da União.

\_\_\_\_\_. (1998). Congresso Nacional. **Decreto nº 2.494**. Brasília/DF.

\_\_\_\_\_. (2005). Congresso Nacional. **Decreto nº 2.561**. Brasília/DF.

\_\_\_\_\_. (2005). Congresso Nacional. **Decreto nº 5.622**. Brasília/DF.

\_\_\_\_\_. (2006). Congresso Nacional. **Decreto nº 5.773**. Brasília/DF.

\_\_\_\_\_. (2010). Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília/DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em 01 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. (2016). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília/DF. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9821-1-cncst-2016-a&category\\_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9821-1-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192). Acesso em 01 jun. 2020.

MACHADO, Monica G. **Percepção do aluno sobre a qualidade de disciplinas oferecidas na modalidade a distância: construção de um modelo baseado na Servqual.** 100 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão)- Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense, 2013, p.37.

SÁ, Iranita M. A. **Educação a Distância: Processo Contínuo de Inclusão Social.** Fortaleza, C.E.C., 1998, p. 47.

• CAMPO • MINADO •  
Estudos Acadêmicos em Segurança Pública



# Direitos Civis, Estado de Direito e "cultura policial": a formação policial em questão<sup>1</sup>

Roberto Kant de Lima<sup>2</sup>

## Resumo

A partir da análise comparada de sistemas contemporâneos de controle social, em vigência nas sociedades ocidentais, o artigo critica o modelo de formação policial brasileiro, atrelado a princípios judiciais excludentes e punitivos e/ou a ethos militares, ambos não apropriados a negociação da ordem no espaço e na esfera públicas e incompatíveis com os requisitos exigidos pelo estado de direito e pela prática dos direitos civis nas sociedades contemporâneas. Finaliza propondo um modelo alternativo de formação policial, já em vigência nos cursos que a Universidade Federal Fluminense ministra nessa área, com apoio da Fundação Ford, para a Polícia Militar do Rio de Janeiro e, mais recentemente, também para a Guarda Municipal de Niterói.

**Palavras-Chave:** Formação Policial; Método Comparativo; Direitos Civis e Segurança Pública; Modelos de Controle Social e Polícia; Sistema Judicial Criminal; Direitos Civis e Polícia no Brasil; Polícia, Estado de Direito e Direitos Civis no Brasil.

É comum, quando se questiona o desempenho dos policiais, relacionar o mau desempenho com despreparo, e atribuir o despreparo a má formação. Embora em muitos casos a relação seja procedente, como nos casos de mau uso da arma de fogo, é preciso indagar se realmente o mau desempenho em geral é resultado de despreparo ou se não decorre de fatores de outra ordem.

Exemplo recente foi o registro em vídeo e a ampla divulgação pela mídia da abordagem que um policial militar fez de dois suspeitos de assaltarem um banco e que culminou na morte dos dois suspeitos, eliminados à queima-roupa pelo policial.

O que ocorreu foi que, ao assaltarem um banco na Praça Nossa Senhora da Paz, Ipanema, bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, em companhia de outros dois

---

<sup>1</sup> Versão preliminar deste texto foi redigida em colaboração com Jorge da Silva como parte de relatório temático sobre Formação do Policial, para o Grupo de Trabalho Para Avaliar a Segurança Pública no Brasil, da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, em julho/97; outros excertos foram extraídos de apresentações patrocinadas pela FLACSO/Brasil, pela FESP/RJ e no seminário sobre segurança social e formação policial na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Publicado anteriormente como um dos capítulos na compilação intitulada "Ensaio de Antropologia e Direito" (KANT DE LIMA: 2008)

<sup>2</sup> Pesquisador de produtividade CNPq e FAPERJ. Coordenador do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Professor aposentado da Universidade Federal Fluminense.

homens, uma dupla de assaltantes embarcou em uma motocicleta que se encontrava próxima a um policial militar, junto a praça, na calçada oposta ao banco. Alertado da recente ocorrência, o policial saca a arma e dirige-se aos dois, aproximando-se para revistá-los. Ao perceber uma arma nas costas daquele que dirigia a moto e motivado por um movimento súbito da pessoa que estava revistando, atira em ambos os suspeitos, matando-os.

Poucos foram aqueles que criticaram publicamente a atitude do PM, por ter efetuado uma abordagem inteiramente fora das regras de segurança que seriam mínimas garantias de sua própria incolumidade física. O próprio comandante do batalhão - e a população entrevistada em geral - elogiaram a "coragem" do PM e justificaram sua ação como sendo característica reação em legítima defesa, recomendando-se sua promoção. Também se elogiou sua heroica disposição para enfrentar os bandidos, ânimo necessário para a verdadeira guerra que se realiza contra o crime no Rio de Janeiro.

Em entrevista em rádio nacional, lamentei que o policial tivesse arriscado a vida daquela maneira, sujeitando-se a ser ferido ou morto por eventuais cúmplices dos assaltantes - que efetivamente foram vistos se retirando do local - ou, mesmo por um deles, pois ficou muito próximo dos suspeitos que queria revistar. Também lamentei que o policial não houvesse solicitado cobertura para enfrentar o que parecia ser uma situação em que estava em desvantagem numérica.

Em módulo de curso de aperfeiçoamento que ministrei logo a seguir para capitães da Polícia Militar em Vitória, no Espírito Santo, os alunos, que haviam gravado as cenas, pediram para começar o curso discutindo o caso. Durante a discussão, posições opostas se confrontaram, contra e a favor da atitude do policial. Entretanto, quando manifestei minha opinião, dizendo que em nenhum lugar onde a polícia fosse devidamente treinada seria justificável uma aproximação como aquela, em que a polícia perde sua posição de superioridade e coloca-se no nível daqueles que quer revistar, unanimemente a turma manifestou-se dizendo que todos aprendiam as formas corretas de praticar essas abordagens na academia, mas essas e outras técnicas eram logo esquecidas "quando se vai para a rua". Ali, disseram, "no calor dos acontecimentos", as reações são outras. Instados a descrever suas reações, entretanto, descreveram-nas em sua esmagadora maioria como dirigidas por um padrão: o confronto com o criminoso.

Quando observei que o treinamento serve exatamente para controlar reações espontâneas no profissional e que a diferença entre os transgressores e os policiais não devia ser o seu poder de fogo, mas o treinamento profissional destes, efetuado pelo

Estado, observaram que este tipo de treinamento, para ser eficazmente internalizado, deveria ser permanente, o que não ocorre. Quanto ao pedido de reforço, todos concordaram, mas disseram, também, que não se dispunha de equipamento para uso imediato - rádio - e que, muitas vezes, as coisas aconteciam rapidamente e não havia tempo para proceder como mandam os manuais.

A maior queixa de falta de treinamento e equipamento ocorria, no entanto, a respeito ao uso de arma de fogo, que não era realizado com a necessária frequência, nem financiado adequadamente pela corporação, pois se dava apenas durante os cursos realizados por oficiais e praças. Surgiu, em seguida, a discussão sobre os vários papéis da polícia e a necessidade de formar grupos de especialistas, tanto para o atendimento cotidiano ao público, como para atuação em situações de emergência, como aquela mostrada no vídeo.

Argumentei, então, que as pesquisas mostram que o maior número de atendimentos da Polícia Militar não é para atuar em combates diretos a transgressores, mas se refere a várias outras atividades, usualmente consideradas de menor importância e classificadas de assistenciais, e que também exigiriam complexa e diversificada política de treinamento de seu contingente. Além do mais, o treinamento de toda a tropa para o confronto armado sugeriria que, para tranquilizar finalmente a cidade, seria necessário eliminar todos os transgressores, algo como "para acabar com o crime é necessário acabar com os criminosos", um raciocínio sociologicamente absurdo, como até mesmo um sociólogo conservador como Dürkheim já havia demonstrado desde o século XIX.

Por outro lado, essa idéia de que a polícia deve ser heróica e que o confronto mano a mano é que é o modelo ideal do trabalho policial deixa de levar em consideração exatamente aquilo que é a superioridade do Estado: a sua política de proteção a população de maneira geral, o que inclui, certamente, policiais e transgressores, mas também transeuntes, inclusive crianças e seus acompanhantes. Se esta política fosse claramente definida, impediria qualquer tiroteio, não só em praça pública da zona sul do Rio de Janeiro, como em qualquer outro espaço da cidade, eleita como o espaço público por definição, que cabe à polícia administrar em ordem. A discussão se encerrou por aí, tendo eu usado esse caso como exemplo durante as demais unidades do curso. Não tenho a pretensão de ter convencido ninguém, mas certamente não ouvi mais argumentos que pudessem justificar a postura do policial "herói".

Dada esta discussão preliminar, a primeira pergunta a fazer é a seguinte: o que

estamos chamando de mau desempenho é realmente mau desempenho ou é desempenho segundo um modelo que, na raiz, legitima as ações que estamos questionando? Depois, é preciso saber se os policiais fazem aquilo que consideramos errado porque não sabem o que é correto ou se, sabendo-o, simplesmente deliberam fazer o contrário. Eventualmente, poderemos concluir que o que estamos considerando despreparo é, na verdade, um preparo informado por valores e ideologias diferentes daqueles que informam explicitamente o nosso julgamento.

Se a polícia é empregada como instrumento da política de segurança do Estado, por exemplo, e a nossa concepção é de que a polícia deva ser empregada como parte da política geral de direitos dos cidadãos, é óbvio que os parâmetros de nossa avaliação serão divergentes em relação aos parâmetros dos que, mesmo não o explicitando, defendem o primeiro modelo. Quando se questiona especificamente a truculência policial, é também comum que se imagine que o problema, estando na formação, teria a ver com os currículos. E aí a solução parece fácil: basta incluir temas como direitos humanos, cidadania, direito das "minorias" etc., como se esta medida tivesse, por si só, o efeito de modificar valores culturais fortemente arraigados dentro das instituições policiais.

Se está em pauta a corrupção policial, conclui-se que se trata da má seleção e dos baixos salários, novamente abstraindo-se fatores outros que podem ter muito maior peso no problema, como a tolerância com a violência policial, já que, no mundo inteiro, violência policial e corrupção policial tem sido irmãs siamesas. Imaginar que é possível tolerar a violência policial e ser rigoroso com a corrupção é, na melhor das hipóteses, pura ingenuidade.

Assim, antes que se proponham currículos e metodologias, cumpre levar em conta que a formação policial no Brasil ainda é marcada por uma concepção autoritária do emprego da polícia, e que os próprios policiais não estão infensos a valores culturais de uma sociedade fortemente preconceituosa e hierarquizada (DaMatta, 1979).

A discussão e as propostas que se seguem, portanto, consideram que não se trata de formar apenas os policiais que entrarão na polícia doravante, mesmo porque estes poucos que entrariam (em relação à totalidade de policiais em atuação no Brasil hoje), não fariam muita diferença nem mesmo a médio prazo. Mais que tudo, trata-se de formar policiais já "formados" anteriormente, ou seja, de desconstruir paradigmas de pensamento e ação, dentro de uma nova concepção, em que todos os cidadãos, inclusive

os policiais, independentemente de sua condição social, sejam vistos como sujeitos de direitos e destinatários da proteção da polícia.

A formação do policial, por conseguinte, é aqui vista de uma perspectiva democrática, fundamentando-se nas seguintes premissas: a política de emprego da polícia numa sociedade democrática é parte da política geral de expressão da cidadania e da universalização dos direitos; a polícia é um serviço público para a proteção e defesa da cidadania; o fundamento da autoridade policial é a sua capacidade de administrar conflitos.

Ora, para compreender a presente reflexão, faz-se necessário um esclarecimento sobre meu entendimento da política de segurança pública praticada em nossa sociedade. Inicialmente, é necessário relacioná-la a alguns aspectos de nossas tradições culturais e judiciárias que, embora costumem ficar implícitos em nosso discurso cotidiano, são fundamentais tanto para compreender a expectativa que temos quanto às condições de nossa segurança em público, quanto ao papel a ser desempenhado pelas instituições - especialmente do Estado - para fornecê-la.

Assim, a primeira questão, do ponto de vista sociológico, refere-se à discussão do que entendemos por segurança pública e quais os pressupostos que julgamos necessários para sua reprodução e manutenção. Metodologicamente, facilita a compreensão a comparação e contraste da concepção de como deve ser o espaço público em diferentes modelos de controle social<sup>3</sup>.

Ora, em um desses modelos, enfatizado pela tradição anglo-americana, por exemplo, o espaço público é um espaço ordenado, onde todos têm que se submeter igualmente às mesmas regras explícitas, que devem ser literalmente obedecidas. Este espaço, assim, apresenta-se como um espaço construído a partir de um contrato coletivo que nasce da interação dos interesses divergentes presentes em um determinado tempo e lugar. O pressuposto é que todos os elementos constitutivos deste espaço se opõem, mas tem igual voz e voto na elaboração das regras para sua utilização.

A consequência é que se esta ordem revelar-se de difícil ou impossível manutenção, terá sempre que ser renegociada, para incluir os dissidentes e captar-lhes a adesão, sem a qual todos estarão prejudicados pela impossibilidade do convívio social. O coletivo, assim, é definido como a coleção dos seus elementos, podendo sempre variar quando agrega ou perde alguns deles.

---

<sup>3</sup> Desde logo é preciso esclarecer que emprega-se aqui o método comparativo na perspectiva antropológica, isto é, não para reduzir as diferenças em relação a uma única referência, mas para explicitá-las e promover sua compreensão de uma perspectiva mais ampla. Desta forma, o texto utiliza-se tanto de dados obtidos através minhas experiências de campo no Brasil e nos EUA, quanto de resultados de pesquisas efetuados por mim e por meus colegas (Kant de Lima, 1995, 1997, 1997<sup>a</sup>, 1999, 2000).

Num espaço coletivo deste gênero, a necessidade da legitimidade da ordem a ser imposta coletivamente não está em jogo: se estiver, há que criar uma nova ordem, que seja a mais aproximada possível daquela ideal, em que todos estarão cedendo um pouco para auferir os benefícios do convívio comum. Assim, tanto a obediência à lei quanto às ações empreendidas para mantê-la, venham elas dos simples cidadãos, venham de autoridades vinculadas a instituições formais, constituem-se em tarefa de benefícios inequivocamente coletivos. A lei - que no idioma inglês (law) se confunde com o direito - e os organismos encarregados de administrá-la, representam o cidadão em sua expectativa de obter suas liberdades em público. Isto, evidentemente, inclui a possibilidade de reivindicá-las em igualdades de condições com seus concidadãos, diante dos tribunais. (Marshall, 1967). A liberdade, assim, define-se pelos seus limites possíveis entre iguais, em cada um dos dados espaços públicos e está profundamente vinculada à idéia de previsibilidade: regras explícitas e literais, comportamentos previsíveis para todos, eis o segredo da vida em público, seja no trânsito, na praça ou na sala de aula.

Espaços, aliás, por isso mesmo, cheios de restrições e contenções no que diz respeito ao comportamento dos que o frequentam: fala-se baixo, não se deve olhar nos olhos de quem não se conhece, não se pode mentir em público, etc. A igual obediência de todos a estas regras, constitui-se em razão sine qua non para a existência do espaço público e as regras que o limitam são a garantia dos cidadãos que o frequentam contra o abuso do poder, seja dos outros cidadãos individualmente, seja da coletividade institucionalizada que os represente em cada caso (Kant de Lima, 1997).

Os conflitos surgidos a partir das disputas pela utilização deste espaço devem ser administrados, inicialmente, pelas técnicas de sua prevenção: avisando-se a todos das regras que presidem sua utilização, advertindo-se os incautos ou distraídos de sua existência e, eventualmente, reprimindo comportamentos que contrariem ou violem tais regras. As regras, assim, não só têm um caráter explícito, mas literal. Quando a explicitação dos conflitos se torna inevitável, sua manifestação deve ser institucionalizada para que, oficialmente explicitados, sejam razoavelmente compostos, através de negociações e barganhas, em que todos perdem um pouco para que uma nova ordem consensual, dotada de maior abrangência, torne possível o convívio social. Quando não é possível barganhar a ordem, aos cidadãos que se sentem injustamente acusados é devido o direito, se o desejarem, de serem julgados por seus concidadãos, árbitros que negociam sua decisão em uma sala secreta: é o due process of law (Corwin, 1986).

A sociedade, neste modelo, poderia ser imaginada como um grande

paralelepípedo, em que a base corresponde ao topo. Quer dizer, todos os seus elementos estão, inicialmente, dispostos na base e, de acordo com suas condições pessoais e sociais, aliadas a seus méritos próprios, ocuparão, sucessivamente, posições na escala social, em cujo ápice estará sempre garantido, pelo menos teoricamente, o seu lugar. Todos são iguais, mas diferentes, desde o início, e sua trajetória particular não implica impedimento para a realização das metas alheias, que se dá em linhas de ascensão paralelas e não convergentes. Haverá escassez de recursos, pois o topo do paralelepípedo está reservado àqueles que fizeram as escolhas mais adequadas. Mas os recursos não serão raros, pois haverá recursos igualmente disponíveis a todos.

Neste sistema, o Estado - ou o governo, como se chamam as atuações de instituições políticas mais centralizadas - apresenta-se como o executante desta complexa negociação. Suas políticas, portanto, tem sempre o intuito de promover aquela ordem teoricamente construída de forma consensual entre as partes legítimas, para garantir espaço a todos. As resistências inevitáveis encontradas para sua implementação vêm daqueles que a ela não se submetem, ou porque não querem, ou porque ainda não conquistaram seu direito de participação como sujeitos no processo de sua elaboração.

O sistema de justiça criminal, assim, funciona com o sentido de controlar os comportamentos desviantes empregando, para isso, vários níveis e formas de premiação e punição. No processo de construção da verdade que porá termo ao conflito, exercita-se a barganha com os acusados para que se declarem culpados de infrações que não cometeram, mas que implicam atenuar as punições a que estariam sujeitos se insistissem em se declarar não culpados. Aliás, os que assim se declaram, e apenas eles, são submetidos a um sistema de arbitragem por juízes leigos escolhidos aleatoriamente na comunidade. A legitimidade para administrar os conflitos advém da maior ou menor razoabilidade com que forem tratados. O saber especializado na administração de conflitos - tanto o jurídico quanto o policial - justifica sua eficácia pela sua capacidade de exprimir os valores cotidianos, universalmente acessíveis e compreensíveis: esse saber, nesse sentido, quanto mais "popular", mais legítimo se apresenta.

Ora, para contrastar-se a esse modelo, podemos construir um outro que se caracterizaria por encerrar bem diversa concepção do que seja o espaço público. Por exemplo, a consideração da própria categoria público, em português, por oposição a *public*, em inglês, remete a significações bem distintas. Em português, público é uma categoria que remete, fundamentalmente, ao espaço apropriado particularizadamente pelo Estado. Algo que, portanto, não é passível de apropriação coletiva. Como consequência desta apropriação particularizada, decorre que as regras de utilização que regem o espaço público não são universais, mas gerais: quer dizer, embora sejam as

mesmas para todos, não se aplicam a todos da mesma maneira, mas de maneira particular a cada um. A tarefa de aplicação das regras, portanto, é eminentemente interpretativa, utilizando como referência a posição específica de cada elemento - indivíduo ou grupo a quem a regra deve ser aplicada - na sociedade como um todo e, em especial, em relação a uma dada estrutura burocrático-formal, concebida como separada da sociedade, encarregada de aplicar a regra: o Estado.

Mesmo porque, como o espaço é de apropriação particularizada do Estado, é este que é responsável, em princípio, pela definição das regras para sua utilização e pelo zelo para que se cumpram. Desta forma, não se representa como mero administrador de espaços coletivamente apropriados, mas como feitor zeloso de sua utilização. Também decorre daí que o espaço público não se define como resultante de um contrato negociado entre iguais, mas de um acordo em que as partes não só são diferentes, como no primeiro caso, mas desiguais, pois possuem peso diferenciado. Assim, o balanceamento e a compensação de tais desigualdades, visando a manutenção e reprodução da ordem, constituem-se nas justificativas da intervenção estatal, através de suas instituições e órgãos incumbidos de manter a ordem e administrar os conflitos na sociedade. As partes, sendo desiguais, não devem se opor - como é o caso das partes iguais que se opõe para construir o paralelepípedo do public space - mas devem se complementar harmonicamente, prevalecendo sempre o interesse do todo - que não é, necessariamente, o de todos, pois difere daquele advindo da soma dos interesses das partes - sobre o conjunto dos interesses das partes.

Este modelo representa a sociedade não como um paralelepípedo, mas como uma pirâmide. Assim, o topo é, por definição, menor do que a base. A consequência óbvia desse fato é a de que a competição entre os elementos da sociedade se fará por recursos raros, isto é, que não estarão disponíveis a todos. Além do mais, o fato de que a sociedade é segmentada, dividida em partes desiguais e complementares, implica que tais partes ocupam, desde logo, um lugar definido nesta ordem social, que mantém a pirâmide em seu lugar, impedindo que ela tombe ou inverta sua posição .

E lógico que interesses tão superiores, vindos do topo, nem sempre são óbvios e precisarão, conseqüentemente, de intérpretes que o explicitem. Tais intérpretes serão tanto mais autorizados quanto mais próximos do polo originador dessas regras e definições, sinal certo de que compartilham com o todo sua privilegiada visão do conjunto. O comportamento em público, portanto, se faz marcado pela imprevisibilidade: nunca sei como será a interpretação correta das regras que irão ser aplicadas para determinar o acerto ou erro dos meus atos públicos.

Ora, a polícia é, em princípio, a instituição designada, tanto em um modelo



quanto em outro, para fazer cumprir, em última instância, empiricamente, as regras de utilização dos espaços públicos. No modelo do paralelepípedo ela se constituirá na força legítima para *to enforce the law*, isto é, para forçar o cumprimento da lei. Saliente-se, no entanto, mais uma vez, que a regra que se está fazendo cumprir está amparada na concepção de que foi consensual e legitimamente elaborada para preservar a utilização, por uma determinada coletividade, de um certo espaço público.

Assim, a legitimidade da ação policial não repousa no Estado, mas no governo da coletividade. Coletividade esta que não é a coletividade em geral, mas uma determinada coleção de indivíduos, localizados em um certo tempo e em um certo espaço. Por isso a lei nunca é geral, mas sempre tem sua vigência e aplicabilidade localmente definidas.<sup>4</sup>

A polícia tem autonomia - e a respectiva responsabilidade - para negociar a utilização dos espaços, até certo ponto: se o espaço público é um espaço negociado coletivamente, cabe a ela reproduzir, em sua administração, os processos de negociação de interesses divergentes. No seu limite, é a instituição mais apta a identificar focos potenciais de conflito, sugerindo, eventualmente, além das estratégias de repressão mais adequadas a manutenção da ordem, formas de expansão de direitos e de legitimação de cidadania para grupos emergentes que insistem em causar rupturas na ordem a ser mantida até serem seus interesses por ela incorporados.

A polícia, portanto, não é neutra nem imparcial, por definição: é a favor da lei e da ordem e contra aqueles que a querem infringir ou perturbar. A tarefa de law enforcement, que vai fundar essa função institucional, refere-se sempre a imposição universal - igualmente a todos - de uma determinada regra de conteúdo perfeitamente identificável por todos e de expressão literal, acertada como de vigência consensual em um determinado local (Arensberg, 1989). A realização dos princípios de justiça que mandam tratar desigualmente aos desiguais se exprime, claramente, em tratar desigualmente aqueles que obedecem às regras e aqueles que não as obedecem. A desigualdade não é estrutural, mas resultado de trajetórias individuais específicas, concebidas como fruto das escolhas de cada um, do exercício de sua liberdade.

Ora, no modelo da pirâmide as funções da polícia são bem diversas. Se o espaço público é um espaço de apropriação particularizada do Estado, a sua apropriação se faz, por definição, de forma excludente e competitiva: quer dizer, quando me aproprio de tal espaço não estou junto com meus concidadãos, mas separadamente, disputando um espaço próprio em um espaço comum que não garante lugar para todos. Assim, o espaço público, ao invés de ser o espaço da ordem includente, onde a administração bem

---

<sup>4</sup> Como dizem em suas abordagens os policiais dos EUA: **there is a law here...**

sucedida de conflitos garante a todos o seu espaço, é o espaço da superposição desordenada de interesses competitivos e excludentes.

Entretanto, este estado potencial de desordem característico do espaço público se contrapõe à ideia de uma sociedade harmônica, em que a explicitação do conflito e a oposição de interesses fere, em princípio, o princípio da convivência complementar das desigualdades. A explicitação de conflitos sendo indesejável, porque se constitui em indicador de desarmonia e ruptura da ordem, requer tratamento diferente daquele de administração pela negociação. Aqui, os conflitos simplesmente não devem existir porque cada um deve permanecer no seu lugar.

Esta concepção é própria de sociedades em que a estrutura social é explicitamente desigual, quer dizer, a disputa não se concretiza no espaço público porque as regras de precedência que o definem previamente regulam, de fora, a convivência entre os desiguais. Conflitos, portanto, devem ser minimizados ou, quando sua conciliação for impossível, fortemente reprimidos e extintos, por se constituírem em ameaça potencial a todo o ordenamento social.

A polícia, portanto, não incumbe o explícito enforcement of the law. Ao contrário, está a seu cargo a tarefa de identificar conflitos visando não sua prevenção e resolução, mas sua supressão: inicialmente, forçando sua conciliação e, posteriormente, suprimindo-os. Sua legitimidade estará associada à sua interpretação do que deseja o Estado para a sociedade, não ao que a sociedade deseja para si mesma. A sociedade nem mesmo pode formular esta concepção, porque, segmentada em partes desiguais, não tem como fornecer senão visões parciais e particularizadas de si mesma.

A função da polícia se caracteriza, assim, por ser eminentemente interpretativa partindo não só dos fatos mas, principalmente, da decifração do lugar de cada uma das partes em conflito na estrutura social para proceder a correta aplicação das regras de tratamento desigual aos estruturalmente desiguais. Não se trata, portanto, de universal e indiscriminadamente to enforce the law, mas de verificar, caso a caso, como a regra geral se particulariza em sua aplicação no caso específico.

O Estado - e a polícia - definem-se, assim, como instituições não só separadas, mas externas ao conjunto de cidadãos que precisam não apenas controlar, mas, fundamentalmente, manter em seu devido lugar, reprimir. A suspeição sobre as intenções de descumprir regras nunca inteiramente explícitas - nem mesmo para ela - é que caracterizaria a ação da polícia. Essa suspeição sistemática e institucional deve ser mantida sobre aspectos característicos da vida cotidiana - como são a explicitação dos conflitos de interesse entre os cidadãos - e caracterizará o papel preventivo da polícia. Esta atuará não como mediadora da administração de conflitos, mas como autoridade

intermediária em sua interpretação, para promover sua extinção e punição, não sua resolução: ou se aceita a sua conciliação forçada ou se enfrenta as possibilidades de punição mais rigorosa pelas autoridades "superiores".

Ora, se este papel é compreensível em uma sociedade em que a desigualdade dos súditos é explícita, em uma República que se define como composta de cidadãos formalmente com os mesmos direitos, a posição de uma instituição encarregada desta tarefa de negociação da ordem, a um tempo indispensável e subalterna, não poderia ser senão implícita. Seu papel de primeira conciliadora dos conflitos - seu poder de polícia - é colocado, ele mesmo, sob suspeição permanente. Como mera executora da política de supressão de conflitos visando a reprodução e manutenção da ordem pública desigual em uma sociedade de iguais, em que privilégios legais de status como a prisão especial se contrapõe a direitos e garantias constitucionais universais, tem seu arbítrio - como se chama o uso legítimo de sua discricionariedade - em nada assemelhado a discretion da polícia dos EUA.

Na verdade, sua capacidade de mediação e conciliação é minimizada em função de sua capacidade repressiva, pois seu poder de negociação não é legitimado pelas demais instâncias das instituições de controle social. A ênfase interpretativa do sistema, que sobrepõe a pirâmide implícita no ethos judiciário ao paralelepípedo constitucional, é

institucionalmente reforçada, com a valorização da imparcialidade associada a distancia dos fatos, para melhor escolher qual princípio se aplica a qual caso. A proximidade da polícia à arena do conflito, exposta aos fatos e interesses em jogo, sem falar das contradições legais, característica de sua prática é fundamental para o exercício de seu poder de polícia - e de negociação - são postos sob suspeita institucional. A polícia, assim contaminada, fica em desvantagem perante os outros órgãos de aplicação da lei, notadamente o Ministério Público e o Judiciário. Não se pode esquecer que nossa tradição judiciária privilegia os juízes de fora e não os árbitros de dentro - os jurados - como no sistema anglo-americano (Mendes de Almeida Júnior, 1920; Schwartz, 1979).

Além disso, em um sistema que suspeita de toda explicitação de conflitos, sempre associada à ruptura de uma ordem inegociável que deve, em princípio, ser punida, os negociadores - e a polícia - estão sempre sob suspeita de estar negociando o que não devem. Justifica-se, desta maneira, sua posição em um patamar inferior do processo de elaboração, formulação e decisão das políticas de segurança pública, controladas da perspectiva do topo da pirâmide por aqueles que se encarregam de definir qual seja a ordem social desejável e possível em um determinado momento da sociedade.

Não são poucas nem ligeiras as consequências de tal papel destinado institucionalmente à polícia. A primeira é que quando a polícia aceita sua identidade subalterna e suas práticas implícitas faz delas a marca de sua identidade. Passa a produzir-se e a reproduzir-se através de processos de socialização informal, que tem como consequência a manutenção de seu ethos ambíguo: os valores explícitos da sociedade democrática e igualitária vão-se constituir em discurso que contradiz as práticas rotineiras de manutenção da ordem repressiva em uma sociedade de desiguais. A polícia desempenha seu papel regida por mecanismos e princípios implícitos e paga por isso o preço da semi-clandestinidade, servindo de bode expiatório dos conflitos não administrados satisfatoriamente.

Por outro lado, talvez por ser obrigada a manter a segregação em uma sociedade que a nega explicitamente, a polícia defende-se desta contaminação segmentando-se internamente em uma tentativa de atribuir aos outros as tarefas que lhe foram confiadas. Suas camadas superiores - oficiais da Polícia Militar, Delegados de Polícia, etc. - procuram fugir da contaminação institucional atribuindo às camadas inferiores da polícia as tarefas implícitas que lhe estão destinadas pelo sistema de segurança pública. Por isso a hierarquia - seja militar, seja civil - caracteriza-se por ser excludente, isto é, um segmento não pode converter-se no outro, há entradas e finalizações próprias e diferenciadas para cada um deles: o seu modelo organizacional não é a hierarquia do

paralelepípedo, mas a da pirâmide.

Ora, este ethos repressivo e esta organização em segmentos excludentes da polícia tem sido reforçados, no Brasil, seja pelos valores de nossa cultura judiciária, seja pelo ethos militar que tem definido a atuação das polícias militares, tradicionalmente organizadas como exércitos, tanto antes de 1964, quanto depois desta data.

Nossa cultura judiciária, como aponte, caracteriza-se pela valorização do saber esotérico, dogmático e situado em níveis superiores das camadas sociais. Não é por acaso que sobram as vagas para juízes, que permanecem vazias apesar da realização de sucessivos concursos públicos, cujo ethos excludente só faz reafirmar a valoração positiva dos saberes apropriados particularizadamente: aquilo que todos sabem de nada serve. Este ethos se opõe frontalmente à ética da universalidade de acesso à informação, onde só tem valor o conhecimento que está universalmente disponível, fundamento da legitimidade do saber jurídico e acadêmico na tradição dos EUA, por exemplo (Kant de Lima, 1997). A indigência das bibliotecas públicas e a pujança dos acervos bibliográficos privados, no Brasil, são as testemunhas mais candentes de que esta forma de reprodução do conhecimento não está confinada somente à reprodução do conhecimento jurídico, mas se atrela a um modelo de sociedade em que o acesso ao conhecimento não é apenas condição básica de acesso ao mercado de bens simbólicos, que deve estar disponível a todos, mas símbolo de status e distinção. Como no caso da interpretação particularizada de regras gerais, aqui a apropriação particularizada do saber é socialmente valorizada e reconhecida como forma legítima de acesso às posições sociais mais destacadas.

Além disso, nossa cultura judiciária está profundamente calcada em princípios inquisitoriais, próprios de sociedades compostas por segmentos desiguais e complementares (Kant de Lima, 1995, 1997a, 1999). Assim, relaciona-se de forma punitiva com a explicitação de conflitos, preferindo que sejam resolvidos pela confissão - que é uma "penitência"- e conciliação das partes, mas guardando punição certa para os que cometem graves delitos ou não se arrependem, penitenciando-se, da transgressão cometida. Uma vez constatada a transgressão, segue-se, obrigatoriamente, um julgamento, mesmo que o acusado tenha confessado. Não há, portanto, a rigor, um *due process of law* no direito processual e constitucional brasileiro, isto é, o direito de o cidadão ser julgado pelos seus pares apenas quando se sinta injustamente acusado, pois o processo não é direito disponível (Gonçalves Ferreira, 2002).

Quanto ao ethos militar, influencia negativamente a polícia em pelo menos dois aspectos. Primeiro, quanto a sua organização interna e quanto a suas relações externas com outras instituições da sociedade: sendo a Polícia Militar uma organização

subordinada, seus oficiais são subalternos aos oficiais das Forças Armadas. Embora use denominações semelhantes às da carreira do Exército, a carreira dos oficiais das Polícias Militares vai até o posto de Coronel, nunca ao de General. Em segundo lugar, mantém da hierarquia militar a estrita obediência e a negação da autonomia que, se pode ser indispensável às funções a serem executadas no cenário da guerra, revelam-se obstáculos importantes na atuação policial, tanto no que diz respeito a sua necessária autonomia de decisão na prática de suas funções profissionais, quanto no modo pelo qual se deve fazer a avaliação de sua conduta na eficácia obtida na mediação dos conflitos, medida não pelo grau de obediência a ordens superiores, mas pela sua criatividade na condução de negociações bem sucedidas.

Reforça também este item o fato de a tradição militar brasileira não ser a de entrada única na carreira, mas de entradas múltiplas, umas para o oficialato, outras para os oficiais subalternos; segmentação que, na prática, acaba por fracionar a corporação em grupos "inferiores" e "superiores". Tal forma de hierarquia, justificável talvez nas sociedades segmentadas e aristocráticas, encontra sua justificativa na República, com frequência, na indigência cultural do "povo brasileiro", como se ela não se devesse a falta de acesso universal aos bens culturais, mas a uma vocação inelutável da população para a miséria e a barbárie.<sup>5</sup>

Finalmente, tanto o ethos militar como a cultura judiciária influenciam contraditoriamente o desempenho da atividade policial que se destina a administração dos conflitos na sociedade. Pois ambas tem como objetivo, respectivamente, o combate e o extermínio do inimigo ou a inexorável punição dos transgressores. Em ambos os casos, duas atitudes inadequadas para o ethos policial, que se deve ater a interminável e inevitável tarefa de administração dos conflitos que se explicitam na sociedade, sem emitir juízos de valor, a não ser aqueles necessários para ensejar a aplicação das regras em vigor.<sup>6</sup>

Os modelos de controle social, no Brasil, apresentam-se, assim, ambíguos, como se tivéssemos uma pirâmide encaixada em um paralelepípedo. Por isso mesmo, a formação dos policiais tem que incluir processos de socialização acadêmica e profissional que os atualizem em termos dos procedimentos vigentes de construção da verdade e de administração de conflitos. A metodologia - ou melhor, a dinâmica da formação escolarizada - é mais importante do que os currículos em si. A formação do policial entre nós tem sido tradicionalmente centrada na idéia de "treinamento" ou

---

<sup>5</sup> Fato, aliás, que também justificou a rejeição das mudanças propostas para o processo criminal brasileiro no século passado (Flory, 1981).

<sup>6</sup> Para uma história da Polícia no Rio de Janeiro, ver Holloway (1993)

"instrução", onde se busca a padronização de procedimentos, na base de repetições mecânicas, reproduzindo uma ideologia marcadamente repressiva e punitiva, retirando dos policiais a capacidade reflexiva diante de situações complexas, como as questões da infância e da adolescência, das drogas, da discriminação social, racial, de gênero, do idoso etc. Em suma, "condiciona-se" o policial para obedecer ordens irreflexivamente, seguindo comandos, para depois colocá-lo sozinho diante da realidade conflitiva das ruas, esperando que ele aja reflexivamente, e tome suas decisões com bom senso e equilíbrio. Tal paradoxo convida a uma distonia cognitiva que leva os policiais militares a rejeitar, informalmente, o treinamento formal que recebem para poder sobreviver em seu dia a dia, como se viu da narrativa dos alunos de Vitória quando avaliaram a reação do colega do Rio de Janeiro no caso acima mencionado.

Paralelamente, a cultura jurídica brasileira tem fundado sua autoridade na chamada dogmática jurídica, que é transmitida através de procedimentos escolásticos, também encontráveis na prática judiciária cotidiana. Tais procedimentos não só não buscam posições comuns de consenso que estabeleçam os "fatos", mas utilizam a técnica da vitória de uma tese sobre a outra, que prevê sua incomunicabilidade, com a consequente impossibilidade de argumentação consensual. Dá-se, assim, precedência aos argumentos de autoridade sobre a autoridade dos argumentos, opondo-se frontalmente esta tecnologia de produção de verdades as formas de produção, legitimação e consagração da verdade vigentes na academia contemporânea, em especial no campo das ciências humanas e sociais, ao qual deveria estar subordinado o campo jurídico, se pretendesse a ele pertencer.

Se a primeira e mais substantiva função legítima da polícia constitui-se na administração de conflitos do cotidiano, é evidente que a esta função devem estar subordinadas às demais, por definições secundárias. Assim, tanto a reconstrução da verdade dos fatos pela investigação destinada a esclarecê-los e a punir eventuais transgressores da lei, quanto a repressão explícita necessária a contenção de comportamentos individuais ou coletivos que põem em risco a segurança de todos, devem se constituir em procedimentos previsíveis e consequentes, decorrentes de uma política de segurança pública baseada na inevitabilidade do conflito e na necessidade de sua administração, para o exercício pleno da cidadania na sociedade estruturada juridicamente em um Estado moderno, republicano e democrático.

Esta política de segurança pública deve fundamentar a autonomia da polícia na responsabilidade explícita que decorre de sua autorização para assumir a tarefa de administrar conflitos na sociedade. Formados para exercer esta função, devem os policiais, acima de tudo, estar seguros e cientes de que a teoria, na prática, não pode ser

outra, mas que os princípios explícitos que informam a política de segurança pública a ser implementada por seus agentes, deve ser aplicada por todos a todos, de maneira universal, constituindo-se sua transgressão em ato ilegítimo que não pode ser caracterizado nem sustentado pelos valores que pretendem perenizar a desigualdade e a exclusão em nossa sociedade, em nome de uma concepção idealizada e anacrônica de um mundo sem conflitos.

Os conhecimentos específicos, por atividade, como investigação criminal e criminalística, para os policiais civis, ou técnicas de abordagem para os policiais militares, seriam enfatizados em cursos técnicos ou de especialização profissional. Tais cursos, no entanto, teriam que ser fundados, no caso da investigação, na transmissão e socialização dos alunos nos princípios de produção da verdade vigentes no campo das ciências contemporâneas, sejam elas exatas, da natureza ou humanas e sociais; no caso da abordagem e da intervenção, transmitirão e socializarão os alunos nas técnicas de negociação e neutralização específica dos conflitos e dos agentes neles envolvidos, evitando-se o uso indiscriminado de tecnologias de combate e destruição do "inimigo", próprias das atividades bélicas que são características e privilégio das forças armadas.

Esta socialização especializada, entretanto, certamente encontrará dificuldades adicionais, de vez que os policiais, tanto na Polícia Militar quanto na Polícia Civil, estão hierarquizados de forma excludente e elitizada, com delegados e oficiais no topo, e policiais civis e praças da PM na base, respectivamente. Para mudar isto, e universalizar a formação, por um lado, e especializá-la, por outro, os cursos devem ser oferecidos de acordo com critérios de mérito em relação às habilitações específicas dos candidatos às funções. Assim, a hierarquia e a disciplina da polícia estariam fundamentadas em valores democráticos, não se pressupondo que o comandante seja aquele que tudo sabe, mas aquele que melhor habilitação tem para administrar com eficiência e legitimidade a ação coletiva. Tal estrutura propiciaria aos seus componentes o exemplo necessário para que reproduzissem tais critérios no cumprimento de suas funções, em especial em suas relações diuturnas com os também diferentes e heterogêneos segmentos da sociedade.

Essa formação objetivaria capacitar os policiais para o desempenho de sua função em estrita observância dos cânones norteadores da função policial numa sociedade democrática, tendo os direitos e deveres cívicos de todos, inclusive os dos policiais e, particularmente, os dos setores discriminados da sociedade, como marco delimitador da ação. Além disso, visaria prepará-los para atuar com responsabilidade e bom senso, compreendendo a importância do seu papel social, onde deve-se destacar sua habilidade em administrar conflitos através da utilização de técnicas discursivas, ou não, e de negociação pela persuasão e argumentação. Finalmente, transmitiria o aprendizado que



caracteriza a produção de conhecimentos científicos - verdades e fatos - de acordo com os princípios correntes na validação da produção científica contemporânea.

Os cursos deveriam ter um núcleo básico de formação que não se estruturasse simplesmente em torno de disciplinas que repassassem conteúdos acabados. Haveria de ter, além das disciplinas, seminários e atividades práticas. O núcleo básico (disciplinas técnicas complementares e cursos para atividades especiais completariam a formação do policial) é estimado para ser ministrado em mais ou menos 360 horas, distribuídas num período mínimo de três meses, como um verdadeiro curso de extensão - para os não graduados - e de especialização - para os graduados.

Estariam previstos desdobramentos periódicos do curso, tanto no sentido horizontal - de reprodução de um mesmo curso para outros agentes - quanto vertical - de aprofundamentos temáticos para os que já houvessem passado pela formação mínima, introduzindo, de fato, um projeto de formação continuada que permita ao agente reciclar-se permanentemente.

Com gradativo, mas indiscutível sucesso, advindo de progressivo processo de aperfeiçoamento que contou com a colaboração de pesquisadores estrangeiros do Canadá, Argentina, Estados Unidos e França, financiados pela Fundação Ford, temos desenvolvido, nos últimos cinco anos, experiências no Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da UFF que se consubstanciam, hoje, em cursos de extensão e de especialização que reúnem guardas municipais, policiais militares e interessados do público em geral. Iniciando-se por Seminários de dessensibilização e integração, tem continuidade discutindo temas como, entre outros: História e Democracia; Políticas Públicas, Decisões de Governo e Segurança Pública; Cultura, Comportamento Desviante e Trabalhadores Urbanos na Sociedade Brasileira; A Questão Social e a Segurança Pública; Violência e Sociedade; Metodologia da Pesquisa e Segurança Pública; Pensamento Social e Organização Urbana em uma Perspectiva Comparada; Teoria da Polícia; Gestão e Processos de Decisão; Organização e Cultura; Violência do Estado na Sociedade Brasileira; Controle Social e Criminalidade no Rio de Janeiro; Modelos de Justiça Criminal e Ordem Pública; Estado Contemporâneo e Instituição Policial; Ética, Mídia e Segurança Pública; Criminologia Aplicada à Segurança Pública. A estes temas poderiam acrescentar-se outros, e complementarem-se as aulas com visitas, filmes e vídeos que seriam exibidos e discutidos, propiciando-se também o aprendizado iniciático com técnicas de pesquisa.

Numa abordagem conhecida como prático-teórica, o processo de ensino e aprendizagem deve estar calcado na metodologia de trabalho de grupo, em que os conteúdos teóricos são transmitidos durante seminários de sala de aula e nas discussões

dos grupos, funcionando o professor como orientador e estimulador das discussões. Tais discussões poderão ser precedidas da leitura de um texto curto, ou basear-se no estudo de "casos" e/ou em comentários de vídeos e filmes e incluiriam seções específicas sobre Procedimentos Policiais, Administração Policial e Direitos Humanos e Garantias Individuais, esta última incluindo pontos de vista tanto jurídico como sociológico.

Finalmente, seria extrema ingenuidade acreditar que os resultados dessa política de formação tivessem efeitos a curto e médio prazo. Mas a conscientização progressiva dos policiais de sua desvantajosa posição na formulação e execução da política de segurança pública poderá levar a uma adesão de alguns aos efeitos práticos produzidos pela difusão de conhecimentos e universalização da informação, associados a uma política de formação profissional. Minhas experiências didáticas recentes também têm mostrado que o constrangimento diante dos superiores, o medo da confissão da ignorância, a competição excludente, todas características da formação anterior, são exorcizados, em parte, pelo ethos incorporado na participação na vida acadêmica universitária. Assim, a universidade está diante de um outro desafio: o de contribuir para socializar em procedimentos democráticos aquelas forças que, tradicionalmente, a têm constrangido no passado.

Entretanto, de forma alguma deve ceder a tentação de meramente contribuir para "melhorar", operacionalizando e modernizando a instituição policial que temos em nosso país. A tarefa é apontar-lhe outros caminhos e dependerá de engenho e arte a consecução de objetivos comuns, que permitam um melhor desempenho de nossa polícia e uma negociação mais justa de nossa segurança pública. Para isso, não devemos abrir mão daquilo que sabemos, mas devemos procurar, como sempre, aprender e reproduzir nossa experiência como eternos alunos.

### **Referências Bibliográficas**

CORWIN, Edward S. - **A Constituição Norte-Americana e seu significado atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1986.

DAMATTA, Roberto - **Você Sabe Com Quem Está Falando?** In **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979: 139-193.

FLORY, Thomas - **Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871. Social Control and Political Stability in the New State**. Austin and London, University of Texas Press, 1981

GONÇALVES FERREIRA, Marco Aurélio. **O due process of law e o devido processo legal no direito processual penal brasileiro**. Dissertação apresentada na Universidade Gama Filho como

requisito para obtenção do título de Mestre em Direito. Rio de Janeiro, 2002

HOLLOWAY, Thomas H. - **Policing Rio de Janeiro. Repression and resistance in a 19 th century city.** Stanford, Stanford University Press, 1993

MARSHALL, T.H. - **Cidadania, Classe e Status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENDES de Almeida Júnior, Joao - **O Processo Criminal Brasileiro.** Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 3a. edição aumentada. 1920.

KANT DE LIMA, Roberto. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro.** Seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2a. edição.1995.

\_\_\_\_\_. **A Antropologia da Academia: quando os índios somos nós.** Niterói: EDUFF, 2ª edição, 1997.

\_\_\_\_\_. Polícia e Exclusão na Cultura Judiciária. In Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.9, n.1, p.169-184.1997

\_\_\_\_\_. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. Revista de Sociologia e Política, n.13, p.23-88, 1999.

\_\_\_\_\_. Carnavais, malandros e Heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In Laura G. Gomes, Lívia Barbosa e José A Drummond (orgs. ) **O Brasil não é para Principiantes.** Rio de Janeiro , FGV, p. 105-124,2002.

\_\_\_\_\_. Ensaios de Antropologia e Direito. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. - **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.** A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. Sao Paulo, Ed. Perspectiva, 1979.

STEINBERG, Allen. **The Transformation of Criminal Justice.** Philadelphia, 1800-1880. Chapel Hill and London.The University of North Carolina Press , 1989.

# Como nasce uma *gansóloga*<sup>1</sup>? Uma análise da formação acadêmica de uma praça Policial Militar<sup>2</sup>

Perla Alves Bento de Oliveira Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Este presente trabalho busca apresentar o processo de formação acadêmica de um sargento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que, pertence a primeira turma do Curso de Tecnologia e Social ofertado pela Universidade Federal Fluminense através do Consórcio CEDERJ e após, foi aprovada no processo seletivo para o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito pela mesma Universidade. Desta forma, o presente artigo convida a refletir acerca da formação policial militar para além dos bancos escolares que formam o policial militar e as percepções e conflitos ocasionados com o ingresso na especialização *stricto sensu*.

**Palavras – chave:** formação, policial, procedimentos.

**Abstract:** This paper aims to present the academic training process of a sergeant of the Military Police of the State of Rio de Janeiro, who belongs to the first group of the Technology and Social Course offered by the Federal University Fluminense through the Consortium CEDERJ and after, was approved in the process selective for the Master's in the Graduate Program in Sociology and Law by the same University. In this way, the present article invites to reflect on the military police formation beyond the school benches that form the military police and the perceptions and conflicts caused by the entry into the *stricto sensu* specialization

**Keywords:** training, police, procedures

## Introdução

Este trabalho busca apresentar a trajetória acadêmica de uma sargento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro a partir do momento em que ela ingressa no curso de Tecnologia em Segurança Pública ofertado pela Universidade Federal Fluminense e

---

<sup>1</sup>Ganso é uma categoria nativa utilizada pelos policiais militares para fazer referência a indivíduos usuário de drogas ou não, que andam em grupos, e apresentam segundo eles, potencialidade para cometer atos ilícitos. Gansóloga seria a estudiosa destes gansos.

<sup>2</sup>Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES). Este trabalho decorre de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

<sup>3</sup> Pesquisadora vinculada ao INCT/InEAC; Psicocult e NSD. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense; Nova Friburgo, RJ, Brasil; E-mail [perlafem@hotmail.com](mailto:perlafem@hotmail.com); Orcid <https://orcid.org/0000-0001-5227-4124>.

na sequência é aprovada no processo seletivo para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito na mesma Universidade.

O trabalho justifica-se tendo em vista a implantação de um curso de tecnólogo em segurança pública tendo como público alvo profissionais da área e dentro deste universo, 80% das vagas serem destinadas aos policiais militares. E que, num primeiro momento seria pré-requisito para assunção na carreira para as praças podendo este alcançar o oficialato. Nesta sequência, apresenta o protocolo da Polícia Militar quando uma praça de suas fileiras é aprovada no processo seletivo *stricto sensu*, onde se propõe a buscar compreender como as práticas e lógicas das ações dos policiais militares, no que tange drogas, são operacionalizadas e atualizadas.

Assim, busca descrever os obstáculos, dificuldades, construções e desconstruções com o objetivo de compreender como o processo de formação acadêmica de seus operadores ocorre, num primeiro momento frente a um curso de tecnólogo e num segundo, no mestrado. Onde, neste segundo, a autoridade acadêmica surge num ambiente onde a hierarquia militar prevalece. A metodologia aplicada na pesquisa foi a empírica com uma participação observante (WACQUANT, 2002). Desta forma foi possível através da minha atividade, que permitiu meu movimento no Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social e após, no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito.

### **O Curso de Formação de Soldados**

As atividades ministradas durante o Curso de Formação de Soldados, que possui duração de 6 a 8 meses, tinham, segundo Araújo Filho (2003) um caráter repetitivo, jurídico, penal, militarista, que o autor aponta, após a verificação da grade curricular do Curso de Formação de Soldados dos anos 2000 e 2001:

Há um entendimento opaco da missão que irão executar, impedindo, também, que eles adquiram um conhecimento amplo de conceitos relacionados com a sua missão constitucional, como seria o conhecimento necessário acerca da segurança pública, criminologia, violência, direitos humanos, sobre o próprio papel da polícia na sociedade democrática etc, tudo dentro de uma teoria moderna de polícia não só, como já dissemos, sob o prisma jurídico, mas também

sob o prisma social, político, histórico e cultural dessas questões, em atenção à atual missão das instituições policiais que o mundo moderno define e requer. (ARAÚJO FILHO, 2003, p. 57)

Em conformidade com a postulação de Kant de Lima (2007, p.82) “a formação dos policiais tem que incluir processos de socialização acadêmica e profissional que os atualizem em termos dos procedimentos vigentes de construção da verdade e de administração de conflitos”. De acordo com o mesmo antropólogo, os cursos administrados pela instituição privilegiam repetição de movimentos mecânicos e treinamento com armamento quando, na verdade, após o processo de formação, o policial irá se deparar com um maior quantitativo de ocorrências policiais do tipo assistenciais e resolução de conflitos em detrimento de utilização de arma de fogo.

Como revela o estudo de Caruso, Moraes e Pinto (2006), a corporação falha no que diz à formação, a partir do momento que não qualifica a formação das praças, cuja imagem está relacionada à qualidade do serviço prestado por estas. A praça policial militar é a base da pirâmide de uma instituição hierarquizada, que apresenta como seus pilares a disciplina e a hierarquia. Esta que não privilegia o conhecimento adquirido no meio acadêmico, mas aquele ocupado pela maior graduação ou patente.

Disciplina que condiciona o subordinado a obedecer integralmente às regras institucionais e às ordens superiores, visto que se trata de utilizar na polícia regras semelhantes às utilizadas nas Forças Armadas, cujo contexto é da atuação do soldado em situação de guerra. Esses valores se fazem nítidos durante todo o curso e se fazem presentes no dia a dia do policial militar.

No Brasil, a área de segurança pública é compreendida sob o ponto de vista do Estado, tendo em vista que a categoria Pública é recorrentemente interpretada como sinônimo de estatal (GERALDO; KANT; 2015). Desta forma, Neves (2016) salienta em seu trabalho que

O Projeto Pedagógico do Curso enfatiza o aspecto “Social” em seu título – A Segurança Pública aqui é Social, incorporando novos conhecimentos das áreas de Sociologia, Direito, História, Antropologia, Ciência Política, entre disciplinas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Analisando criticamente as bases de ideologia do Estado brasileiro ao lidar com conflitos, o que é impossível não enfatizar em sociedades democráticas republicanas. Fazendo com que o Projeto Pedagógico do Curso tenha foco na análise de reflexões e práticas do ponto de vista da sociedade, construídos através de demandas de transferência de conhecimento

pelas instituições – e não a partir do saber prático das tradicionais instituições de Segurança Pública. (NEVES, 2016, p.23)

No início do processo de formação do curso, 80 % das vagas foram destinadas aos policiais militares e as demais para profissionais da área oriundos de outras instituições de segurança, tais como bombeiros, Militares, agentes penitenciários. A divulgação, no âmbito da Polícia Militar ocorreu através da divulgação em seu boletim interno, seu principal meio de comunicação, o que tornou atrativo a inscrição no vestibular tendo em vista contar com a legitimidade da corporação.

No Consórcio CEDERJ<sup>4</sup> a dinâmica dos procedimentos de avaliação se dá com a avaliação presencial e a avaliação a distância. Para a realização das avaliações e atividades presenciais é necessário um sistema de parceria com o governo municipal, onde este oferece um espaço físico, preferencialmente uma escola, para que as atividades acadêmicas ocorram. A primeira avaliação corresponde, cerca de, cerca de 80% da nota e deve ser realizada nos polos com um calendário previamente publicado a cada início de semestre. O curso é oferecido pelos polos de Angra dos Reis, Barra do Pirai, Belford Roxo, Campo Grande, Itaperuna, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo e Três Rios. E, a avaliação a distância (AD) compõe o restante da nota é realizado de forma *online*.

O curso possui tutores presenciais e a distância que são os profissionais que mediam o processo de conhecimento. O tutor a distância atua orientando o processo de ensino através da plataforma *moodle* do CEDERJ, onde acontece as interações virtuais, e são os responsáveis pela correção das avaliações a distância. Os tutores presenciais atuam nos polos onde os alunos vão com a finalidade de assistir à tutoria. Essas tutorias ocorrem mediante um calendário pré-estabelecido no início do semestre.

O curso de tecnólogo propõe uma formação acadêmica que permita ao profissional um entendimento acerca da Segurança Pública e Social, a partir de um conjunto de análises e reflexões, da criminalidade e da violência em seus diversos vieses. O que venha a possibilitar uma aproximação com as ciências sociais (antropologia, sociologia e ciências políticas) com o objetivo de refletir acerca dos fenômenos presentes em suas práticas e que operacionalize instrumentos que o

---

<sup>4</sup>O Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social realizado por meio do Consórcio CEDERJ, na modalidade EaD. Com o conteúdo programático e corpo docente da Universidade Federal Fluminense.

possibilitem, o agente de segurança pública, atuar na administração de conflitos que congregam violência e criminalidade.

### **Um curso universitário para policiais militares?**

“Esses caras têm que entender que, quanto mais resiste aos ensinamentos da universidade mais se aproxima e concordam com a lógica dos coronéis.” (Policial militar com 10 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso)

A formação universitária vai de encontro à formação das praças da Polícia Militar. No que diz respeito a socialização militar, onde novos membros estão sujeitos ao que Berger e Luckmann (1996, p.207) chamam de “alternação”, cuja dinâmica baseia-se numa “transformação quase total, ou seja, na qual o indivíduo “muda de mundos”, esse processo ocorre mediante uma violência do ponto de vista simbólico, que nas palavras de Bourdieu e Passeron (1982), busca matar o “velho homem”, alterando aquela biografia, assim escrevendo uma outra história.

A minha experiência se inicia a partir do momento em que tive conhecimento do curso Tecnologia em Segurança Pública e Social através do boletim interno, além disso a diretora do polo me ligou (tendo em vista eu ter cursado Pedagogia através do Consórcio, anteriormente) informando do curso e me convidando a prestar o vestibular e divulgar o curso no batalhão. O curso iniciou-se no segundo semestre de 2014. Na época, houve uma proposta do então Comandante Geral da Polícia Militar para que o curso de graduação fosse utilizado como pré-requisito para a progressão na carreira da polícia militar, que para a grande maioria de seu público, as praças, compreenderia o acesso ao oficialato. Essa afirmação impactou de forma positiva nas praças, pois se apresentava como um estímulo para que estes profissionais alcançassem o oficialato e por algum tempo esta ideia foi propagada.

Contudo, contrariando as expectativas dos estudantes, em momento anterior a formatura da primeira turma do curso de tecnólogo em segurança pública, houve uma mudança no comando geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o que ocasionou um movimento no sentido de restringir aos bacharéis em direito, unicamente,



o acesso ao oficialato. O que causou um sentimento de descontentamento entre os então, tecnólogos.

Permeia o imaginário dos policiais a ideia de que o curso de direito atende mais aos interesses do Estado do que o curso de segurança pública. Assim, disse um dos alunos de segurança pública:

“Segurança pública não. Vou fazer direito. Qual a utilidade de fazer segurança pública?” (Policial militar com 10 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso).

Uma vez socializados no campo acadêmico, a decisão que exclui os tecnólogos levou os alunos a elaborarem reflexões sobre quais seriam as razões pelas quais a instituição policial militar se recusava a integralizar a formação universitária em segurança pública. Qual seria o intuito político em torno da decisão de privilegiar os bacharéis em direito, curso que como sabido, não aborda a área de segurança pública. Presenciei em determinado momento, o surgimento, na época, de diversas especulações em torno desta questão. Uma das mais divulgadas seria o fato de a gestão da polícia querer igualar seus oficiais aos policiais civis que possuem cartório, ou seja, possuem a ferramenta que inicia o processo criminal. Desta forma, sairiam da chancela da polícia civil, conseqüentemente, da subordinação à autoridade policial, o delegado.

O curso apresenta uma proposta voltada para a reflexividade dos profissionais de segurança pública sobre suas práticas. Tal posição epistemológica causou um estranhamento, pois, durante todo o seu processo de formação o profissional, o operador da segurança pública, não é convidado a refletir. Este estranhamento me fez dar conta das dificuldades enfrentadas pelos policiais diante da necessidade de refletir sobre suas práticas e compreender e assimilar opiniões diferentes das suas.

A partir destas dificuldades estes atores desenvolvem suas estratégias de resistência a este saber por meio da desqualificação.

“Quem entende de segurança pública somos nós, os profissionais de segurança pública. É muito fácil falar que tá tudo errado, quando você não está sentado no banco de uma viatura.” (Policial militar com 18 anos de serviços prestado a PMERJ, aluno do curso).

Enquanto na primeira fala a desqualificação recaí sobre o saber, nas seguintes, recaí sobre o profissional de educação ao mesmo tempo que se reproduz uma lógica de poder em relação a estes profissionais.

“Aquele monte de professor maconheiro. Devem fumar um cigarro antes de corrigir as provas.” (Policial militar com 8 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso)

“Eles têm o poder da caneta.” (Policial militar com 10 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso)

“É simples, é só anotar a placa do carro do tutor. Lá fora, a gente tira a diferença.”(Policial militar com 10 anos de serviços prestados a PMERJ, aluno do curso)

Esta forma pejorativa em relação aos profissionais envolvidos e ao saber didático utilizado demonstra a tentativa de desqualificar o conhecimento acadêmico fazendo prevalecer as práticas institucionalizadas. De certo que desqualificar é diferente de desconstruir, tendo em vista que, no segundo, existe a premissa de um novo conhecimento de forma a este afrontar o conhecimento inicialmente transmitido.

A percepção de que o direito deve ocupar a formação dos policiais militares oficiais reflete a importância do lugar que o direito ocupa no Estado. Sendo este uma disciplina que é construída a partir de um método escolástico, doutrinário e dogmático. Sendo que Polícia Militar exerce função de controle social, é compreensivo que no Brasil, os oficiais desejem ter uma formação jurídica, tendo em vista sua posição numa cadeia de comando militar e ao mesmo tempo uma posição na gestão burocrática administrativa estatal. Ao optar pelo direito em detrimento das ciências sociais, nítida fica a preferência pela burocracia às práticas de segurança pública. Desta forma privilegia-se o administrador burocrático estatal em detrimento do profissional de segurança pública.

Faço parte da primeira turma e este fato por si só já sinaliza para a existência de conflitos, ainda mais somado às peculiaridades dos universitários. Pude observar que o policial não conseguia se “desvestir” de policial e se “vestir” como aluno. Por muitas vezes, tinha a impressão que eles faziam da universidade a extensão do quartel. Seja quando um aluno se referia ao outro pela graduação ou pela patente e não pelo nome,

seja quando era dada prioridade a um comentário com base na hierarquia militar ou mesmo quando não faziam questão de privar as outras pessoas de ver sua arma.

O Consórcio apresenta um caráter acolhedor e inclusivo. Em minha impressão, pude comprovar que o comportamento dos tutores do polo era sempre receptivos, atenciosos e gentis. Contudo, por várias vezes o aluno não se posicionava como tal e tratava o tutor de forma brusca e arrogante. E, os alunos se sentiam excluídos por serem profissionais de segurança pública. No mesmo momento que o consórcio é inclusivo, o aluno se sente excluído num movimento que reflete seu posicionamento excludente por parte da instituição, o que causa um “choque cultural”. Este é uma categoria nativa, que no contexto do Tecnólogo, é utilizada pelos estudantes e mediadores para definir os conflitos que surgem entre os mediadores e alunos, dado o encontro de dois mundos: o da universidade e o das instituições de Segurança Pública.

Este “choque cultural” decorre não da “exclusão social” do aluno, e sim de sua inclusão social, pessoal, psíquica e corporativa, na categoria de policial. E quanto mais visceral foi e é o processo de inclusão nas lógicas e sociabilidades policiais, maior será o “choque cultural”. Da posição que tenho ocupado no processo de institucionalização desta proposta inovadora, os “choques culturais” são úteis (primeiramente) na medida em que sua explicitação nos permite estar atentos para administrar os conflitos e fazer possíveis ajustes, quando necessários e indispensáveis, para o sucesso de nossos objetivos acadêmicos e propostas pedagógicas. Mas não só por isso. Ao tomar a categoria nativa de “choque cultural” como chave para a entrada em seu universo de significados, isso pode nos levar a uma compreensão antropológica refinada e útil sobre o funcionamento das forças de controle social e segurança pública, bem como sobre os dilemas da educação superior nas sociedades contemporâneas. (VERÍSSIMO, 2015, p.19)

No polo onde estudei, a turma era composta por praças e dois oficiais. Os oficiais não concluíram o curso, não interagiam com as praças inibindo as falas destes em relação à instituição, justificaram que não viam utilidade no curso. Desta forma a turma era formada exclusivamente por praças e isso deixou a turma unida, pois, existia um sentimento de identidade e mais à vontade para emitir comentários acerca da instituição. Por vezes observei que a presença dos oficiais na turma, inibia a fala das praças. E, por outro lado, não percebi momentos de interação entre ambos segmentos.

O incômodo das praças com a presença dos oficiais demonstra que a internalização da hierarquia do batalhão era transpassada para o espaço da sala de aula.

Tal fato é expressão da desigualdade que se expressa nos diversos aspectos do espaço público no Brasil (KANT, 1999).

A perspectiva hierárquica era reproduzida em diversos aspectos inclusive nas práticas estudantis que lidam com o acesso a informação como algo privilegiado, não universal e igualitário. Assim, os alunos, para a realização de provas presenciais, de algumas disciplinas, se organizavam no ordenamento das cadeiras de forma estratégica visando a “cola”. A prática da chamada “cola” não era compreendida como algo que desigualava os estudantes durante o processo de avaliação na qual todos são submetidos ao mesmo critério de exame. Era todo quase um ritual.

Embora o curso recomendasse o não comparecimento uniformizado, o porte da arma em sala era não estava nesse controle e era recorrente sua ostentação no intuito de intimidar os tutores em sala de aula. Em certa oportunidade ouvi um aluno, no corredor, dizendo “*a gente entra pela porta de trás, um atrás do outro e fazendo cara de tigre*”<sup>5</sup> o objetivo era, além da “cola”, inibir a atuação do tutor. E, nesta mesma linha de atuação, era estratégico sentar de forma a deixar à arma (que se encontra na cintura) à mostra.

“É na hora da avaliação que a gente mostra quem manda. A arma tem que está a vista sim. Quero ver alguém falar alguma coisa.” (Aluno policial militar com quatro anos de serviço)

A resistência e sociabilidade acadêmica levava a alguns alunos a tentar desenvolver “estratégias” ingênuas. Uma delas foi observada, quando as questões eram discursivas e para eles, objetivando serem bem avaliados, bastava fazer alguma citação referenciando o antropólogo Roberto Kant de Lima. Nas falas, soava de forma engraçada, “*não sabe o que escrever, fala de Robertinho*”.

Os conflitos em decorrência do comportamento dos policiais no ambiente acadêmico não foram poucos. Houve uma preocupação contínua dos tutores e coordenadores do curso, em observar e administrar os conflitos que surgiam com notável frequência. A administração de conflitos institucionais pautadas no diálogo e na composição era também uma forma pedagógica direcionada aos alunos pouco acostumados às práticas não repressivas.

---

<sup>5</sup> Fazer cara de tigre significa um comportamento onde o policial deve se apresentar sério a fim de transmitir medo pelas ações que pode causar.

A repressão como solução aos conflitos é uma concepção internalizada no policial militar. Certo dia de avaliação presencial um aluno do curso chegou na sala dizendo que tinha ido ao banheiro e que lá encontrou um aluno fumando um cigarro de maconha. Ele disse que se sentiu afrontado e que mandou o aluno engolir o cigarro. Narrou o fato em tom de vitória em relação ao outro aluno. Este episódio, exemplifica a dificuldade de socialização acadêmica por parte do aluno policial e o embate entre as diversas formas de lidar com o conflito. Uma apresentada pelo curso através da administração do conflito e outra, que o policial trazia de suas práticas internalizadas. Com efeito, disse um aluno:

“Somos a ponta da lança. E a função da ponta da lança é fazer sangrar.” (Policial militar aluno do curso)

Uma prática que era comum no período de avaliação a distância era a “socialização do conhecimento”, assim pelos policiais considerados. Muitas vezes observei um aluno fazendo a avaliação e transmitindo para os outros. Esta prática era muito comum num movimento entre os polos. Tal como, guardar as provas de um semestre e passar para o colega no semestre seguinte. Por muitas vezes observei que nos dias de avaliação presencial, era comum os alunos chegarem mais cedo para estudarem em grupo antes da realização das provas. E essa prática foi importante para o processo de ensino aprendizagem de muitos, sendo inclusive, segundo eles, a ferramenta mais preponderante na aprovação.

Por algumas vezes no decorrer do curso, a coordenação realizava visitas ao polo, e vejo isso de forma positiva. Os alunos se sentem valorizados com a presença da coordenação, inclusive, sentem - se surpresos quando os conflitos eram propostos para serem administrados de forma conjunta, tendo em vista que na instituição, policial militar, o conflito é sempre eliminado e não administrado. Assim, a prática de administrar os conflitos também era estranha aos alunos policiais militares.

Ademais diante das minhas dificuldades e desafios, o curso possibilitou a construção de uma sensibilidade que foi compreendida e assimilada por aqueles que se abriram a proposta do curso. Assim, foi a minha turma que organizou, com o apoio da coordenação, o primeiro Seminário do curso de tecnólogos em segurança pública, no polo de Nova Friburgo. O evento contou com mais de 200 participantes num momento

onde haviam matriculados no polo pouco mais de 100 alunos. O evento ocorreu no teatro municipal e contou com o apoio de colaboradores que nos auxiliaram na elaboração de um seminário à altura dos profissionais envolvidos no curso. Foi um momento bem interessante onde foi possível receber muitos alunos de outros polos e compartilhar expectativas e experiências.

No seminário houve um momento para apresentação de relatos, a exemplo de uma aluna que pontuava não entender o porquê oficiais e praças realizavam suas refeições em locais distintos. De acordo com seu relato, esta aluna antes de ser policial militar havia trabalhado numa loja, e neste dia, ela disse que não havia essa separação em seu emprego anterior e que isso era uma das coisas que mais chamava sua atenção.

Observei neste seminário em relato, de um aluno de outro polo, afirmou que com 19 anos de serviços prestados a polícia militar, pedagogo, salientou que acreditava muito na proposta do curso. E que somente a educação seria capaz de transformar o cenário onde o policial militar atua. Explicitou a crença de que a educação era um mecanismo de transformação e que todos os policiais, deveriam ter acesso ao curso para poder realmente entender o que significa segurança pública de verdade.

A minha turma começou com cinquenta alunos e somente oito alunos concluíram ao término dos cinco semestres. Apenas dois oficiais desistiram do curso e outro que fora aprovado para o curso de formação de oficiais. Embora nem todos os alunos terminassem o curso nos cinco semestres, pude constatar que o êxodo estudantil no curso de segurança pública era baixíssimo. A grande maioria concluiu o curso.

Observei que as maiores dificuldades encontradas no curso giravam não somente na socialização acadêmica, mas também em relação a algumas disciplinas que requeriam um maior esforço por parte dos alunos. A disciplina “Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública” é uma disciplina do primeiro período onde, observei, o maior “choque” para o aluno. É nesta disciplina que o aluno é convidado a refletir segurança pública sob o ponto de vista da sociedade. Inclusive como aluna, fui uma dos muitos reprovados nas primeiras avaliações desta disciplina.

Nos próximos semestres, a grade apresentava matemática e estatística. Observei que uma grande parcela dos alunos possui resistência às disciplinas de exatas, por exigirem o domínio de um pensamento lógico, o que faz com que muitos fiquem “agarrados” nela por muitos semestres.

Percebo no batalhão onde sirvo que muitos alunos deixam de cursar segurança pública na instituição privada e o fazem na UFF porque este não apresenta trabalho de conclusão de curso, e num movimento inverso, devido à presença de exatas na grade. Esta observação por um lado aponta o não interesse em desenvolver uma pesquisa e por outro, a aversão às disciplinas de exatas presente em muitos policiais.

Outra dificuldade comum a todos os policiais que fazem curso superior, está na questão da liberação por parte do comandante para que o policial possa realizar as avaliações presenciais. O que diferencia o tecnólogo das demais graduações é a sua publicação no boletim interno, principal veículo de comunicação. Contudo ter a publicação em boletim não lhe garante a liberação para frequentar as atividades acadêmicas presenciais. Desta forma, a instituição Polícia Militar não compreende a importância da realização de cursos superiores pelas suas praças, embora exista uma flexibilização quando o aluno em questão é oficial.

### **“Eles não sabem o que fazer comigo” - A educação como privilégio**

Frente às dificuldades de assimilação da instituição policial em reconhecer a importância da qualificação de suas praças no que tange graduação, posso dizer que ser policial e ser aluna do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Direito não é uma combinação fácil. Como bem salientou um policial

“A PM não precisa de uma praça mestre. Está fazendo mestrado para continuar na PM?” (Subtenente com 28 anos de polícia)

A percepção da instituição policial sobre a formação superior de praças não só encontra dificuldades quanto a sua compreensão e importância como é mal vista pelos gestores militares. Como salienta:

“Você nos dará trabalho. Primeiro por questões administrativas e segundo, porque você pensa.” (Palavras do Diretor da Diretoria de Ensino da PMERJ)

E tal dificuldade se mostrou, no batalhão onde trabalho, desde o momento da minha aprovação para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Tão logo a ciência do resultado, meu subcomandante, ficou visivelmente contente e me parabenizou, pois foi testemunha da minha dedicação em estudar para o processo seletivo e acompanhou parte da minha dificuldade em cursar a especialização, nesta universidade, na cidade de Campos dos Goytacazes.

Ainda movido pela felicidade da minha aprovação, ele disse não saber o que fazer comigo na polícia. Eu necessitaria de liberação dos dias do expediente para cursar a pós-graduação. Neste ímpeto, sugeri que eu fosse até a DGEI<sup>6</sup> e me informasse qual seria o trâmite para conseguir a liberação. Diante da sugestão, me emprestou sua viatura e seu motorista e agendou minha ida ao CFAP, onde se localiza a DGEI.

Quando na Diretoria, fui bem recepcionada por um oficial superior que me esclareceu as dúvidas que eram comuns ao meu comandante e a mim. Disse que após a matrícula na universidade, deveria fazer um processo que se iniciaria com um requerimento pontuando incentivo à qualificação profissional. No momento que o processo chegasse naquela Diretoria, fariam contato telefônico comigo e concomitante com o comandante da minha unidade e o diretor da DGEI de forma a agendar um dia propício para que eu me apresentasse à uma banca. Esta banca seria formada pelos dois comandantes supracitados, alguns oficiais da DGEI e eu, a fim de apresentar o pré-projeto e a banca julgaria se a temática é pertinente ou não para a instituição.

No caso positivo obteria a liberação para frequentar as aulas, caso contrário, não. No caso positivo passaria a integrar o Programa de incentivo à qualificação profissional. E essa liberação era vista de forma estranha por alguns policiais, como salienta

“Vê se pode ser liberada para estudar. Na minha época, quando a administração descobria que a gente estudava à noite, trocava nossa escala para não conseguirmos estudar.” (Subtenente com 20 anos de Polícia)

Ela me disse também que, exerce a mesma função há oito anos, na diretoria de ensino, e que eu era o quarto caso de policial solicitando dispensa para cursar pós-graduação *stricto sensu*. O que me fez concluir que, ou os policiais não se vêem atraídos

---

<sup>6</sup> Diretoria Geral de Ensino e Instrução.



por tal segmento acadêmico ou o fazem sem o conhecimento da polícia, o que acarretaria complicações quanto a realização das atividades do curso.

Chegando novamente na unidade, transmiti as orientações recebidas e aguardei o período de início das matrículas. Muitos vieram me parabenizar, em sua grande maioria as praças que acompanharam minha trajetória acadêmica e poucos oficiais, diria um ou dois, no máximo, excluindo desta numérica o comandante, o subcomandante e meu chefe de seção. Como salientaram estes oficiais:

“Parabéns. Eu admiro o fato de você estar no mestrado. Mas aqui no batalhão você é um terceiro sargento. E isso quer dizer que, o subtenente que possui somente o segundo grau e que mal sabe construir uma frase inteligível é seu superior e você subordinada a ele.” (Oficial superior)

Como já demonstrado acima, a hierarquia militar busca impor sua autoridade em todas as dimensões do espaço público. Portanto confunde-se a autoridade militar com a autoridade acadêmica.

“Meu irmão é doutor. Ele foi aprovado num concurso de professor substituto numa universidade federal em outro estado. Quando ele me deu a notícia, eu disse: você será a próxima. Você estuda para isso.” (Oficial intermediário)

“Eu acho super maneira você está no mestrado. Inclusive, se fosse comandante te elogiaria no boletim. Você sai do estado para ir a congressos mostrar que o PM também estuda. Você representa um pequeno segmento da polícia que merece reconhecimento, você pensa.” (Oficial superior)

Fiz o requerimento e montei o processo que constava da cópia do pré-projeto, o requerimento solicitando a liberação, a documentação da universidade que constava minha aprovação e uma publicação interna da instituição que estimula a qualificação em nível *stricto sensu*, com o auxílio das praças que trabalham na secretaria da unidade. Era um processo inédito na unidade o que justifica as dúvidas que surgiam por parte dos operadores responsáveis pela elaboração de tal instrumento. Após o envio, poucos dias depois recebi uma ligação telefônica de uma oficial pedagoga da DGEI que falou sobre o processo e sobre uma data para a formação da banca. E, após alguns telefonemas, a banca foi marcada para o dia 15 de junho de 2016. Poucos dias antes, o fato tornou - se

público através da publicação no boletim interno da PMERJ o que permite a todos os integrantes, que acessam o boletim, tomar ciência do fato.

Após tal publicação, recebi muitas mensagens positivas, por meio eletrônico, de policiais das mais diversas unidades. No dia que foi publicado a banca, encontrei com o comandante da unidade que disse: *“Publicou sua banca. Estaremos lá.”* E assim foi, no dia marcado, pela manhã seguimos na viatura dele em direção ao Rio de Janeiro. Estava contente por estar podendo defender meu pré-projeto para oficiais que formam a cúpula da PMERJ que, mesmo sem a autoridade acadêmica, dispunham de autoridade para minha liberação. Saímos da unidade em torno de onze horas. Na parte da manhã o comandante tomou café com seus oficiais, como sempre faz às quartas-feiras, e ao término alguns oficiais vieram me parabenizar pela banca, tendo em vista que o comandante havia dito que viajaria comigo e expôs a razão.

Em torno de quatorze horas e trinta minutos, o diretor da divisão de ensino deu início à banca que era formada por ele, pelo comandante da unidade onde sirvo, por um capitão da divisão de ensino e eu. Com as portas fechadas, o diretor fez um pronunciamento inicial destacando a importância de o policial se qualificar. Ao abrir a pasta que continha meu pré-projeto ele se ateve à universidade e disse: *“É você vai pra UFF, né, lá eles gostam de criticar a gente. Pelo menos com você, seremos criticados por alguém da casa.”* Esta fala me soou repleta de controle social sobre mim. Porquanto eu não poderia “criticar” a polícia no mesmo patamar de igualdade que um pesquisador paisano<sup>7</sup> porque eu faço parte da instituição e devo obediência às suas normas.

Ao ler o título<sup>8</sup>, me perguntou qual seria meu interesse em estudar abordagem policial ao usuário de drogas. Neste momento, fui envolvida por um sentimento estranho. Estava à frente de dois coronéis que compõem a cúpula da polícia, falando a necessidade de se estudar a abordagem policial ao usuário de drogas. Disse que o comportamento do policial em relação ao usuário deve ser revisto tendo em vista que a forma como é feita não se faz pertinente na atual sociedade. Ele me perguntou o que me motivou a debruçar sobre tal temática. Disse que a forma como o policial abordava o usuário me fazia refletir e que pensava nas moralidades que levam o policial a abordar o usuário e não registrar o fato na delegacia.

---

<sup>7</sup> Categorização que designa quem não é não policial.

<sup>8</sup>Procedimentos dos policiais militares na abordagem ao usuário de substâncias entorpecente e as consequências para o usuário.

Ele me perguntou qual seria a aplicabilidade do meu estudo na polícia e eu disse que poderia ser utilizado para rever o currículo dos cursos de formação<sup>9</sup> ofertados pela instituição. Após as perguntas pertinentes ao pré-projeto, ele se vira para o comandante da unidade onde sirvo e diz que o procedimento protocolar seria eu ser transferida da unidade atual para a DGEI e lá ser destacada em uma unidade que possibilite o campo para minha pesquisa. Neste momento ele perguntou para que unidade eu gostaria de ir, se BOPE<sup>10</sup>, Choque ou CPP<sup>11</sup>.

Percebi nesta fala um sistema de classificação onde somente estas unidades poderiam me fornecer o campo necessário para a pesquisa envolvendo policiais nas abordagens aos usuários de drogas. Como se o enlace policial, abordagem e usuários de drogas ocorresse somente nestes batalhões. Neste instante o coronel disse que em momento algum cogitou a possibilidade da minha transferência. Ressaltou para ele a importância do meu trabalho em consonância com o elevado grau de confiança que disse dispensa a mim. Esta fala me posiciona não como um sargento comum integrante de uma tropa, esta fala me posiciona como “homem de confiança do comandante”. E, neste caso, acredito ser assim classificada tendo em vista os anos que nos conhecemos, o fato de nunca ter apresentado alterações à administração e a boa execução do meu serviço interno na seção responsável pela logística da unidade.

Após esta fala, ambos me perguntaram onde eu gostaria de trabalhar. Disse que, se não fosse causar muito transtorno, gostaria de continuar na mesma unidade com a liberação para frequentar as aulas e as atividades pertinentes ao mestrado. O diretor disse não ter problemas, contudo me perguntou se eu pretendo pesquisar somente uma unidade e eu disse que não, mas que essa decisão deveria ser tomada de forma conjunta com meu orientador e então destacou que seria válido pesquisar em outras unidades a fim de não se ater a somente uma realidade, destacando que cada unidade atua numa certa região e os procedimentos podem ser diversos quando comparados. Assim, pude perceber que não existe um procedimento protocolar uniforme em toda a instituição. Pois se, existisse, não haveria diferenças de comportamentos em unidades distintas.

Ao término da banca que durou cerca de trinta minutos, o diretor autorizou minhas dispensas, e ao se despedir disse que eu irei dá trabalho para a polícia por duas

---

<sup>9</sup> Para as praças: Curso de Formação de Soldados e para os oficiais: Curso de Formação de Oficiais

<sup>10</sup> Batalhão de Operações Especiais

<sup>11</sup>Coordenadoria de Polícia Pacificadora

razões: primeiro na parte administrativa, que implica eu ser liberada de serviços extras, limitando minha carga horária aos dias (de segunda a sexta-feira) que eu não tenha atividade acadêmica, não podendo exceder o horário do expediente (09 horas às 17/18 horas) e, no segundo, porque eu penso.

Neste instante pensei: darei trabalho por que eu penso? Disse também que minha temática é interessante e que a polícia precisa de profissionais que reflitam. Parabenizou-me pela iniciativa e disse querer ler minha dissertação, quando concluída. Confesso que aqueles trinta minutos foram repletos de reflexões e ideias aparentemente paradoxais. Num primeiro momento, como é interessante para a instituição ter policiais que se qualifiquem academicamente, se estes mesmos darão trabalho. No retorno da viagem, o comandante me parabenizou e disse se sentir honrado em participar deste momento. Também fui parabenizada pelo motorista do comandante que disse ter certeza que não iria ao Rio de Janeiro à toa, que eu seria aprovada.

Poucos dias depois, a seção de pessoal da unidade recebeu um documento classificado como confidencial oriundo da DGEI contendo cópia da ata referente à banca e a minha liberação. Este documento é importante, pois representava o amparo legal para minhas ausências em dias do expediente e minha não escala em serviço extra<sup>12</sup>. Conviver com essa liberação não é fácil. Os policiais que trabalham na mesma companhia que eu, o fazem de segunda a sexta-feira com uma folga na semana e ainda estão sujeitos a serviços que excedem o horário do expediente, além de concorrerem a escalas no final de semana e no feriado. Enquanto que eu, por semestres, trabalhei três dias na semana não podendo exceder o horário do expediente nem ser escalada no feriado e final de semana, não raro quando participava de algum evento acadêmico que me ocupava a semana inteira.

Muitas praças não entendiam o porquê de tal liberação. Por vezes, eu explicava todo o processo que culminou nessa condição. Da mesma forma, alguns oficiais faziam o mesmo questionamento. Na unidade onde trabalho ninguém possui formação em nível *stricto sensu*. Poucos são os oficiais que possuem graduação além do CFO que, após 1999 não é considerado pelo MEC como ensino superior, como o próprio Comandante Geral da época, disse em uma palestra.

---

<sup>12</sup> Exceto em carnaval, eleição e réveillon.

No âmbito das praças, um número significativo possui graduação, oriundo de universidade particular, com ênfase para o curso de direito, outro número considerável cursa ou concluiu o curso Tecnólogo em Segurança Pública pela UFF na modalidade semipresencial. Tenho conhecimento de algumas praças com especialização, também oriundo de instituição particular e de alguns que, destoando da necessidade de se aproximar da linguagem do Estado ou ainda não se aproximando dos estudos pertinentes à Segurança Pública, estudam engenharia e arquitetura.

### Nasce uma “gansóloga”

Por mais que eu diga que meu interesse é buscar compreender como as relações sociais ocorrem, alguns policiais acham que sou partidária do criminoso. Por vezes me intitulam “*gansóloga stricto sensu*” numa tentativa de associar meu estudo à defesa dos “gansos”. Na linguagem policial, em conformidade com um subtenente com 17 anos de serviço prestados a polícia, “ganso é o usuário de drogas, ou não que, por andarem em grupo, e realizarem movimentos dos braços e do pescoço, assemelha-se a um bando de ganso e são propensos a cometer alguma infração legal”. E, por vezes, seja nas conversas ou através de grupos de aplicativos de celular, quando o assunto é algum fato envolvendo policiais militares e criminosos, sempre pontuam pedindo minha opinião e me atribuindo o título de “*gansóloga*”.

A respeito desta categorização observo que frente aos meus posicionamentos, eles não apresentam autoridade de argumento, desta forma buscam desqualificar minha formação me atribuindo titulação pejorativa de defensora dos “gansos”, apresentando desta forma o argumento de autoridade, quando dizem que “*na rua é assim*” ou que “*falar é fácil porque não estou na viatura*” ou ainda, “*você fica lá com esses maconheiros da UFF, e fica aí cheia de ideias*”.

Neste ínterim, confesso que o processo de socialização com algumas práticas acadêmicas também não foi fácil para mim. Pois, enquanto policial, não é naturalizado ninguém fumar maconha na minha presença, na academia este fato é socialmente aceito e naturalizado. Passei por situações onde uma colega, enquanto enrolava o cigarro, virou para mim e pediu desculpas.

A partir das posições de acadêmica e ao mesmo tempo membro da Polícia Militar percebiam que esta construção social me deixou estranha para os dois campos, ou seja, na instituição policial não sou reconhecida como uma policial típica e na academia, sou uma policial que estuda, não sendo uma estudante “típica”. Tal fato me coloca na posição de linearidade (TURNER, 1974, p.117) entre essas duas instituições.

Também percebi que, num primeiro momento era estranho para eles me ter presente naquele momento. Seja quando faziam alguns comentários ou quando contava de suas práticas. Assim, acredito que também não foi fácil para eles ter um policial por perto, contudo não observei nenhum comentário neste sentido vindo de forma negativa a minha presença. Ao contrário, certa vez uma colega disse *“a universidade é um exemplo de heterogeneidade. Somos um exemplo disso. Veja só: vários maconheiros e uma policial e está tudo certo. Cada um na sua”*.

Num outro momento me via no meio de uma roda, onde só eu não fumava nem bebia cerveja e por inúmeras vezes fui questionada: *“como assim você estuda maconha e não fuma? Nunca experimentou?”*. E, neste momento me lembrei das palavras do meu orientador, numa aula de metodologia de pesquisa científica, onde este dizia que para pesquisar um assunto não é necessário o praticar. Na ocasião deu exemplo de pedófilos e assaltantes a banco.

Ao mesmo tempo que, no quartel as colocações eram: *“não me assusto se um dia você chegar aqui dizendo que tá fumando.”* Houve uma dificuldade, por parte dos policiais, de entender que a pesquisa não apresenta o viés de defender ou acusar ninguém, e sim entender como as práticas acontecem. E a dificuldade se estendeu, por vezes que, deixei claro que a intenção não é defender ninguém, nem a polícia, o que causava estranhamento por parte deles.

A preocupação com a defesa e o ataque da instituição policial é própria da lógica do contraditório, que representa embates contrários e paralelos remetido ao infinito. (FERREIRA, 2013, p.87).

## **Considerações Finais**

O oferecimento de um curso de Segurança Pública e Social visando os operadores deste sistema e reservando boa parte de suas vagas para os policiais militares souo para mim como uma oportunidade de me apoderar de um conhecimento. Conhecimento este que muito se afasta daquele que tive nos bancos de formação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Se por um lado este é de caráter repetitivo doutrinário, aquele é de caráter reflexivo.

Quando o profissional de segurança pública é convidado a refletir acerca do agir policial, se dá conta de que na verdade suas práticas são fruto de um mecanismo de reprodução de uma ideologia que objetiva manter os interesses de uma classe dominante, onde este, figura como o selecionador de pessoas que ingressará no sistema criminal a partir de uma lógica que desigual a cidadão. A academia me possibilitou compreender as práticas policiais excludentes. Essas práticas se refletiram nas dificuldades impostas a mim pela instituição policial quando me propus a ingressar na academia, tendo em vista que esse local está no imaginário da polícia reservado somente aos oficiais.

Desta forma, por ser sargento da PM me tornei uma estranha no ambiente policial e, por ser uma policial, também me tornei uma estranha no ambiente acadêmico. Percebe-se que a Polícia Militar não está preparada para agir em relação as suas policiais praças que não se limitam à graduação, mas que buscam uma qualificação mais elevada na academia. Os conflitos decorrentes entre a hierarquia policial e acadêmica, resultado da confusão do poder no espaço público convida para uma reflexão acerca da autoridade militar *versus* a autoridade acadêmica.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO FILHO, Wilson. Ordem pública ou ordem unida? Uma análise do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do governo do estado do Rio de Janeiro: possíveis dissonâncias. In: **INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública**. Niterói: Eduff, p.11-164, 2003.

BERGER, P., & LUCKMANN, T. (1996). **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, P., & PASSERON, J. C. (1982). **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CARUSO, H. G. C.; MORAES, L. P. B. M e PINTO, N. M. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da escola de formação à prática policial. **30º Encontro anual da Anpocs** 2006

FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. **A construção da verdade e a ressurreição da inocência**. Contrastes e confrontos em perspectiva comparada (Brasil e Canadá). Editora Lumen Juris. 2013

GERALDO, Pedro Heitor Barros, KANT, de Lima. Administração de Conflitos em Perspectiva Comparada. *In: 39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 2015, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2015.

KANT, Roberto de Lima. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 13, p. 23-38, Nov. 1999.

\_\_\_\_\_. Direitos civis, Estado de Direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. Revista Preleção – **Publicação Institucional da Polícia Militar do estado do Espírito Santo de assuntos** – Segurança Pública – ano 1, n.1, abr. 2007.

NEVES, Dylla de Moura Campos. **Hierarquia e disciplina: análise da relação de ensino – aprendizagem no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social**. Monografia apresentada no final de Curso de Bacharel em Segurança Pública, Universidade Federal Fluminense, 2016.

TURNER, Vitor. **O processo ritual. Estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis Vozes. 1974.

VERÍSSIMO, Marcos. Quando a Polícia vai à Faculdade: “inclusão social” ou “choque cultural”? *In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: SBS, 2015.

WACQUANT, Lois. **Corpo e alma. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.



# Os pressupostos da proibição das drogas no Brasil: do Império ao Código Penal de 1940

Artur Dalla Cypreste<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto traz alguns dos fundamentos que orientaram a criminalização das drogas no Brasil. Para tanto, como recurso teórico-metodológico foi analisada bibliografia, parte como argumento de autoridade, e parte como registro documental, bem como foram examinadas normas legais do período pesquisado. O que permitiu identificar a percepção recorrente, de que o povo brasileiro era repleto de vícios e carecia de medidas que elevassem o seu padrão de civilidade. A ação de atores cujas idéias, embasadas no paradigma científico da época, orientaram a percepção sobre o povo e a formas que deveriam assumir as instituições. Bem como, a criação de leis que subsidiassem as medidas a serem tomadas, a fim adequar a sociedade da época ao ideal a ser alcançado. Se mostrando, esse cenário, crucial para a compreensão do processo de criminalização das drogas no país.

**Palavras-Chave:** Drogas; Traficante; Proibição.

**Abstract:** This text presents some of the fundamentals that guided the criminalization of drugs in Brazil. For that, bibliography was analyzed as a theoretical and methodological resource, partly as an argument of authority, partly as a documentary record, as well as legal norms of the researched period were examined. This made it possible to identify the recurring perception that the Brazilian people were full of addictions and lacked measures to raise their standard of civility. The action of actors whose ideas, based on the scientific paradigm of the time, guided the perception about the people and the forms that institutions should assume. As well as, the creation of laws that subsidize the measures to be taken, in order to adapt the society of the time to the ideal to be reached. This scenario proves to be crucial for understanding the drug criminalization process in the country.

**Keywords:** Drugs; Dealer; Prohibition.

## Introdução

No debate público é recorrente a percepção negativa que naturaliza a criminalização das drogas, seus usuários e traficantes, como uma premissa de validade

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre e Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, professor do Estado do Rio de Janeiro e da Fundação CECIERJ. E-mail: artur.dalla@gmail.com.

universal. No entanto, a reflexão histórica, intelectual e normativa sobre como se deu esse processo permitem questionar essa percepção, contribuindo para a elucidação acerca de como as drogas foram tornadas ilícitas, e como aqueles que com ela se relacionam passaram a ser tratados como criminosos. Nesse esteio, a presente abordagem pretende demonstrar algumas das premissas que orientaram a criminalização das drogas e a criação do aparato repressivo responsável pela punição de tais crimes no Brasil.

Para a realização desse intento foram mobilizadas três linhas argumentativas. Inicialmente delinearão-se algumas premissas que orientaram a criação de instituições políticas e criminais, a partir da percepção predominante sobre a sociedade, o povo e a nação brasileira, então em formação. Subsequentemente foram evidenciados representantes do pensamento científico que subsidiou a percepção sobre a sociedade e o povo, respaldando uma série de medidas de controle social, em especial no que se refere às práticas culturais que envolviam a relação com as substâncias consideradas drogas. Por fim, foram tratados dos fundamentos legais e normativos que embasaram a criminalização das referidas substâncias, as disposições internacionais que orientaram tais medidas, e a forma como estas disposições foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro.

Para tanto, como recurso teórico-metodológico a bibliografia consultada foi analisada em dois níveis. Em um primeiro nível, a bibliografia é operacionalizada como argumento de autoridade, mediante a contraposição de diferentes perspectivas teóricas consideradas pertinentes. Todavia, em um segundo nível, parte da bibliografia é tratada como objeto de análise, dado que é tomada como registro documental dos preceitos científicos que orientaram o pensamento no período analisado. Além disso, por fim, foram examinadas as leis e instrumentos normativos que regulamentaram a criminalização das drogas no referido espaço temporal.

### **A tradição jurídica e o controle social**

O consumo de drogas e os mecanismos sociais de controle sobre tais substâncias remontam a práticas milenares. Contudo, a sua proibição e o controle se intensificaram

no decorrer do século XIX, quando, no plano internacional, foram significativas as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), deflagradas pela Grã-Bretanha contra a China em um contexto de disputas imperialistas pela manutenção de interesses políticos e econômicos (HOBSBAWM, 2000; ESCOHOTADO, 2008).

No Brasil, o processo de criminalização tem precedentes normativos nas Ordenações Filipinas do final do século XVI<sup>2</sup>. No entanto, no contexto da colônia de degredados e criminosos de Portugal, a aplicação das regras variava em razão da rígida hierarquia social e da “acumulação de poderes administrativos, judiciais e de polícia nas mãos das mesmas autoridades, dispostas em ordem hierárquica, nem sempre rigorosa.” (LEAL, 2009, p. 97).

O período colonial também ficou marcado pelo exercício de uma justiça inquisitorial, de origem religiosa, solicitada pelo Estado e que trabalhava em colaboração com ele. A justiça inquisitorial incorporou elementos de origem romana, em especial o método empregado, em que havia a investigação para a reconstrução do fato, mediante testemunhas externas ao litígio. Bem como práticas do sistema acusatório da justiça germânica, como o auxílio de pessoas de prestígio que assegurassem a verdade de uma das partes, e os ordálios, provas cujo resultado era interpretado como produto do juízo divino. Tal prática caiu em desuso com o avanço do sistema inquisitório. Todavia, mediante a expansão do uso da tortura, em um contexto no qual a confissão tornava-se a “rainha das provas”, uma vez que a justiça do Estado, sem a garantia da vontade divina, era considerada falha. A confissão era instrumento de controle social que atribuía ao clero poder que se assemelhava ao da medicina, pois a confissão mais íntima do pecado, a “doença da alma”, deveria ser curada por meio de uma “ortopedia moral”. A penitência tinha um propósito corretivo, relacionando simbolicamente pecados e penas. Assim, foram criados mecanismos de controle social orientados contra costumes como o “curandeirismo” e a “magia”, que em muitos casos estavam associados com substâncias a que se atribuía natureza mágica ou curativa, o objetivo era eliminar práticas que pudessem de algum modo competir com o poder da Igreja (FOUCAULT, 1979).

---

<sup>2</sup> Ordenações Filipinas, Livro Quinto, Título LXXXIX, determinava: “Que ninguém tenha em sua casa rosálgar, nem o venda, nem outro material venenoso”.

Com a emergência do racionalismo científico, há a transposição do monopólio curativo da religião para estamentos médicos em formação, passagem que se deu mediante a patologização de uma série de pecados. O direito criminal também se apoiou na moral religiosa para assegurar a coesão social, delimitar o ideal de decência e aliviar as tensões na hierarquia social por meio da condenação expiatória de tudo a que se atribuía caráter mágico e sobrenatural (FOUCAULT, 1979; 2001).

Pode-se apontar como características desta justiça inquisitorial que se tornou preponderante, e que repercutiram sobre o sistema de justiça criminal que se constituiu posteriormente: a grande amplitude no poder do juiz inquisidor; o tempo do processo, variável conforme o arbítrio do julgador; o segredo sobre o processo, testemunhas, acusações, fatos e detalhes conhecidos apenas pelos inquisidores; as limitadas possibilidades de defesa; o grande peso atribuído ao indício na hierarquia das provas; a não distinção das fases de instrução e probatória; via de regra, a afirmação da culpa daquele sobre quem recaía a suspeita; e a sacralização da confissão, que é a rainha das provas, buscada, inclusive, mediante tortura (PETERS, 1994).

Nesse sentido, para Lana Lage da Gama Lima (1999; 2004; 2007), tais regras tornavam o processo inquisitorial um verdadeiro “jogo de adivinhação”, no qual cabia ao acusado, após sucessivos constrangimentos, sem conhecer detalhes da acusação, ter que descrever exatamente os fatos que lhe estavam sendo imputados. A consequência desse sistema é que o acusado, não sabendo exatamente o que confessar, acabava por revelar muito mais do que lhe estava sendo demandado, e como se partia da presunção de culpa dos suspeitos, independente da veracidade do teor das confissões, as condenações eram frequentes.

Roberto Kant de Lima (1995), ao tratar da implantação do sistema de duplo inquérito penal no Brasil em 1870, argumenta que era constituído de um inquérito policial preliminar inquisitório, seguido de outro inquérito contraditório, o judicial. Assim, o sistema de justiça no Brasil colocou o inquérito policial em um plano inferior ao judicial, cuja instrução deve reproduzir os indícios reunidos pela polícia. Tais restrições foram justificadas em razão do caráter inquisitorial do inquérito policial e de suas práticas policiais. Deixando como herança que, ao exercer as funções de investigar e vigiar, a polícia acabou por combinar as técnicas dos dois procedimentos, baseando-se

nas categorias utilizadas para a identificação do criminoso na investigação, alimentando assim estereótipos de natureza discriminatória.

Além das características supracitadas, o liberalismo também teve influência preponderante na formação jurídica brasileira, orientado a incorporação de diversas práticas da justiça europeia tidas como “modernas”, tais como o julgamento pelo júri, o *habeas-corpus*, e o juiz de paz eleito (BRETAS, 1998). Com o Código Criminal do Império de 1830, ganharam forma premissas fundadas na noção liberal de vontade e no dualismo “bem e mal”, considerando este último como parte constitutiva da natureza do criminoso. O código também introduziu a definição de “loucos de todo o gênero” para classificar aqueles que não pudessem deliberar sobre suas vontades em razão de limitação intelectual.

Embora não mencionasse a palavra “droga”, o Código previa o uso de “veneno” como circunstância agravante na prática criminosa, e a possibilidade do “estado de embriaguez” figurar como circunstância atenuante. Foram abolidas as penas de castigo exemplar, incorporando no plano normativo e, apenas para os seres humanos livres, o respeito à integridade física e a proporcionalidade entre crime e resposta penal. No entanto, em uma sociedade cuja estrutura econômica se alicerçava no trabalho escravo, as penas privadas aplicadas pelos Senhores eram instrumentos de tribulação complementares sobre os cativos, quando era usual a tortura que extrapolava as noções racional e moderna de disciplina e de pena.

Durante o período monárquico, também começa a ganhar forma a representação negativa em torno da figura do traficante, a princípio, em razão do tráfico de escravos. Segundo Bezerra Neto (2009), em 1831, com a proibição dessa modalidade, há a modificação semântica da palavra “tráfico” e, subsequentemente, do significado da palavra “traficante”. A partir da análise de dicionários da Língua Portuguesa, no início do século XIX, a palavra era relacionada ao “tráfego” de pessoas, ou ao “transporte” de mercadorias. Mas com a proibição do tráfico de escravos, ao longo do século, os dicionários foram identificando o verbete tráfico de forma negativa, como “negócio indecoroso”, “ilícito”, ato de “negociar sem lisura”. Os sufixos “ante” e “cância” passaram a ser apresentados com o significado de “alicantina”, ou seja, “astúcia, manha, trapaça ou treta”. Embora os dicionários contemporâneos tenham retirado a conotação negativa do termo, e não exista continuidade histórica entre o traficante de escravos e a

figura do traficante de drogas que ganhou forma nos anos seguintes, a associação da palavra tráfico com algo negativo ou ilícito permaneceu.

Em 1809, a fim de manter a ordem, a tranquilidade e para assegurar o patrulhamento, foi criada a Guarda Real de Polícia, “a serviço do rei”, perpetuando a punição de uma série de práticas relacionadas à cultura africana, entre elas o consumo da maconha. Posto que o Código Criminal do Império só entrou em vigor em 1830, a polícia ficou cerca de vinte e um anos sem ter um ordenamento com leis que limitassem a ação de sua autoridade. O CCI de 1830 passou a prever, um máximo de 50 chicotadas por dia para o escravo que cometesse um pequeno delito. No mesmo ano, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro passou a penalizar a venda e o uso do “pito de pango”, nome dado à maconha, com o intuito de reprimir o hábito, que era atribuído aos escravos (BARROS & PERES, 2012).

### **A república, a ordem e o controle social**

Com a Proclamação da República em 1889, em um contexto de intervenção militar, se fez necessária uma nova estrutura institucional, que impôs a substituição da condição de súdito pela de cidadão. Processo esse que foi mediado pelos pressupostos da filosofia positivista, que havia se difundido entre as elites locais. Essa filosofia tinha como principal mote de argumentação a centralização autoritária como via de ordenamento da sociedade e uma percepção evolutiva do tempo social, em que a promoção do progresso deveria se dar mediante a afirmação de laços patrióticos e nacionalistas em um sistema rígido de respeito à hierarquia. Portanto, a nova ordem republicana deveria ser implementada por meio de uma “pedagogia cívica” capaz de mudar hábitos e costumes. Argumentava-se que a maior parte da população era analfabeta, e que carecia de “aptidão cívica”, que o povo era despreparado para a participação política, e assim justificava-se o seu limitado acesso aos direitos (CARVALHO, 2002; LEITE, 1976).

Tais formas de representar a população nacional encontraram respaldo em ideias que se difundiram a partir da Europa no século XVIII, quando se delineou uma reorientação intelectual contra a visão iluminista de que a humanidade era unitária. Tal

ponto de vista tinha por base a rejeição dos pressupostos igualitários da Revolução Francesa, elegendo a raça como critério de diferenciação para o acesso aos direitos. Logo, conceitos como “civilização” e “progresso” passaram a ser concebidos universalmente, justificando, assim, o domínio das raças mais “fortes” e “adaptadas”. Desse modo, a criação de novos direitos implicou na necessária criação de critérios de seleção para delimitar quem deveria ter acesso a tais direitos (CORRÊA, 1998; SCHWARCZ, 1993).

O problema que se configurava era o de inserir o contingente de libertos nas leis do mercado de trabalho assalariado, o que implicava na “construção de uma nova ideologia do trabalho, vigilância e repressão contínua exercida pelas autoridades policiais e judiciárias” (CHALHOUB, 2001, p. 47). Contudo, a libertação resultou em uma migração massiva dos grupos de ex-escravos para as grandes cidades, acarretando grandes concentrações populacionais e, subseqüentemente, uma série de problemas habitacionais e sanitários – problemas que foram intensificados com a expansão populacional, em decorrência dos fluxos migratórios europeus (IGLÉSIAS, 1993).

No final do século XIX, havia se configurado um cenário em que os aparelhos de controle social do Estado brasileiro traziam uma herança problemática na delimitação do exercício dos poderes de polícia e de julgar, imperava o exercício arbitrário do poder local e preponderava uma percepção negativa acerca das populações, percepção esta que se apoiava na moderna ciência.

Tais ideias foram produzidas sobre o quadro normativo que vigorou na transição entre o Império e a República. No entanto, enquanto a constituição de 1891 assumia um caráter marcadamente liberal, que excluía o Estado da prerrogativa de promover a assistência social (CARVALHO, 2002), o Código Penal de 1890 agregava elementos de inspiração criminológica clássica e positivista, e assegurava instrumentos de manutenção da ordem pela criminalização de práticas como a “vadiagem” e a “embriaguez”.

O Código de 1890 não fazia referência específica às “drogas”, mas preservava, assim como no Império, o termo “veneno” para significar substâncias com potencial de alterar as funções fisiológicas humanas, e os definia como:

toda substancia mineral ou orgânica, que ingerida no organismo ou applicada ao seu exterior, sendo observada, determine a morte, ponha em perigo a vida, ou altere profundamente a saúde.

A prescrição dos crimes que envolvessem o uso de venenos foi posta em meio a outras práticas consideradas ameaçadoras à saúde pública, como o “exercício ilegal da medicina e da farmacologia”, “o espiritismo”, “a magia e seus sortilégios”, e o “curandeirismo”, práticas consideradas inadequadas aos ideais de moderna ciência. A “loucura” passou a ser tratada como “contravenção de perigo comum”, e sua notificação se tornou compulsória. As leis penais contribuíram com a ideia presente no imaginário intelectual republicano de que o progresso material só poderia ser alcançado pela regeneração do povo brasileiro, considerado “ocioso” e “repleto de vícios”, o que ganhou forma por meio da criminalização de práticas como a “mendigagem”, a “embriaguez” quando “habitual” ou “apresentada em público”, a “vadiagem” e a “capoeiragem”.

Ao final do século XIX, a regulamentação das atividades médicas, incluindo o monopólio da prescrição de fármacos, ocorreu consoante a um conjunto mais amplo de procedimentos, voltados para a preservação da saúde pública (ADIALA, 2006). Nesse sentido, situava-se o sanitarismo, que ficou conhecido como conjunto de práticas de caráter médico e urbanístico, voltadas à profilaxia de doenças e vícios. No início do século XX, as práticas sanitaristas se situaram no projeto mais amplo de nação, que contemplava a preocupação com o desenvolvimento da raça e seus hábitos (CORRÊA, 1998).

Além disso, Elizabeth Cancelli (2001) descreve como métodos de identificação e investigação instrumentalizaram as práticas policiais nos primeiros anos da República. Em 1907, foi criada a Escola de Polícia do Distrito Federal, mesmo ano em que foi criado o Laboratório de Toxicologia, dentro do Serviço Médico Legal do Rio de Janeiro (MOREIRA, 1916). Ainda nesse ano foram celebrados acordos com a polícia de outros países para treinamento e a troca de informações.

A urbanização tornou as cidades ambientes de vigilância, em que o “saneamento moral da sociedade” era operado mediante a estigmatização do consumo de álcool. “Entendia-se que as leis contra o alcoolismo faziam parte de medidas ‘preventivas contra o pauperismo, fonte da mendicidade e da vagabundagem” (CANCELLI, 2001, p. 54). No princípio, o problema das drogas restringia-se ao problema do álcool. A partir da abordagem criminal dada ao consumo de álcool que foi operacionalizado o



tratamento dado às demais drogas, mediante a progressiva criminalização das práticas a elas relacionadas.

O Rio de Janeiro, a capital, deveria ser a vitrine da moderna República, mediante a intervenção de amplos projetos de urbanização e sanitarismo. Nessa conjuntura, situa-se o projeto implementado pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), que incluía a destruição dos cortiços, a abertura de grandes avenidas e um amplo programa higienista. A estética da *Belle Époque* europeia passou a ser reproduzida na arquitetura e no estilo de vida, assim como passou a ser produzida no Brasil uma literatura marginal<sup>3</sup>, que retratava espaços públicos onde se manifestava uma cultura avessa aos ideais do novo Estado republicano. Tratava-se de prostíbulos, bares e meretrícios, onde eram reproduzidas representações comuns acerca do *status* atribuído a cada tipo de droga, onde se diferenciavam os venenos “elegantes” – drogas consumidas pelos mais ricos – dos venenos “deselegantes” – drogas consumidas pelas camadas populares (CARNEIRO, 1993; ADIALA, 2006). Havia se constituído uma população marginalizada, excluída do debate político, entre a qual se difundiam ideias condenadas pela ideologia oficial do Estado.

E. P. Thompson (1997), ao analisar o confronto da cultura tradicional das classes trabalhadoras com o processo de modernização e industrialização que se sucedeu no final do século XVIII na Inglaterra, identificou o uso do “direito de nascimento do inglês” como respaldo para o perdão e até a glorificação de práticas consideradas ilegais. No Brasil, a tolerância ao consumo de drogas em ambientes pobres e marginalizados foi concomitante a padrões de moralidade distintos que se constituíram em algumas associações de trabalhadores. No início do século XX, as primeiras organizações de trabalhadores baseadas no anarco-sindicalismo tinham um “preciso projeto moral”, que incluía a proibição das drogas em meio a outras práticas consideradas imorais. No mesmo sentido, posicionava-se o então criado Partido Comunista Brasileiro, em 1922, que comungava com as posições centralizadoras e disciplinarizadoras da Terceira Internacional Comunista (DULLES, 1977; GOMES, 2005).

---

<sup>3</sup> Neste sentido se destaca a produção de autores como João do Rio e Benjamin Costallat. É também o momento do declínio do romantismo e da ascensão do realismo e do naturalismo literários, amplamente influenciados pelo cientificismo.

## A “contribuição” científica

No período imperial, foram criadas as primeiras instituições voltadas para a formação de burocratas que atuassem nos quadros gerenciais do Estado. Nesse contexto, nasceram as primeiras faculdades de medicina no Rio de Janeiro e em Salvador, e as faculdades de direito de Recife e de São Paulo. Mostrava-se importante conhecer melhor as populações para melhor controlá-las. Nessas instituições, o problema que se colocava era compreender “as causas da desigualdade humana”; acreditava-se que a responsabilidade jurídica dos indivíduos deveria estabelecer critérios desiguais para pessoas desiguais.

Justificava-se a pobreza dos ex-escravos como consequência de sua raça, em seguida, essas teorias da “igualdade” passaram a abranger os imigrantes europeus. O problema que se colocava era definir o povo brasileiro e “o que caracterizava este povo como nação, situando a questão racial no centro do debate teórico e político” (CORRÊA, 1998, p. 40). Logo surgiram explicações sobre a criminalidade como resultado da constituição racial dos indivíduos; havendo a busca das causas do crime no que se definia ser a “natureza do criminoso”.

O corpo do infrator se torna objeto de exercício de poder e produção de saber (FOUCAULT, 1979), mediante a ação de “peritos”, atores incumbidos de produzir este saber à luz da razão e da ciência, que adotam como método o “exame”, conjunto de procedimentos descritivos e documentais em que são medidas, elencadas e agrupadas as informações de vários corpos, de modo a orientar a identificação e a adoção de procedimentos (FOUCAULT, 2001). Tais mecanismos de produção de saber eram pautados na mensuração de categorias morais intangíveis, em que o estudo da “ciência da moral” passou a computar variáveis arbitrariamente delimitadas. Esse *modus operandi* encontrou rendimento máximo na ciência criminológica, posto que, na medida em que este campo de estudo ampliava sua análise, introduzindo novas variáveis, automaticamente pressupunha uma inflação da violência, o que foi observado, principalmente em circunstâncias de grandes mudanças históricas, quando houve a ampliação dos bens jurídicos a serem tutelados (PERROT, 1988).

A criminologia crítica contemporânea interpreta tais explicações como o produto de modelos teóricos etiológicos biodeterministas, produzidos nas “fábricas ideológicas” europeias, que se mostraram úteis para as elites latino-americanas na medida em que forneciam instrumentos a serem postos à disposição da técnica jurídico-filosófica penal, para o controle das populações locais. Nessa conjuntura, tais práticas eram justificadas em razão de falhas no modelo contratualista que poderiam levar a um possível retorno ao “estado de natureza” (ZAFFARONI, 1991; DEL OLMO, 2004).

A recepção de tais teorias pela intelectualidade local teve como consequência nefasta a mistura de elementos ideológicos incompatíveis. Pois uma vez apropriadas, tais ideias eram ressignificadas e modificadas pelas representações pessoais dos intérpretes. Para Chartier

A recepção sempre envolve apropriação, que transforma, reformula e transcende o recebido. (...). Textos, para inverter a questão, não carregam consigo um significado estável e inequívoco, e suas migrações dentro de determinada sociedade produzem interpretações que são móveis, plurais e até mesmo contraditórias (2009: p. 46).

Alguns dos principais intérpretes de tais ideias tiveram destacada atuação nas primeiras faculdades de direito e de medicina. Na Faculdade de Direito do Recife se destacaram pensadores como Tobias Barreto, Clóvis Beviláqua e Silvio Romero, entre outros. Embora não houvesse unidade teórica entre estes pensadores, suas reflexões possibilitaram um intenso debate em torno da delimitação da responsabilidade jurídica.

Em sua obra “Menores e Loucos em Direito Criminal”, Tobias Barreto questiona o critério de delimitação da responsabilidade jurídica presente no Código Criminal do Império de 1830, que determinava que não seriam julgados criminosos “Os loucos de todo o gênero, salvo se tiverem lúcidos intervallos, e nelles commetterem o crime” (1884). Para ele, os critérios adotados pelo código ignoravam os fatos sobre os quais a “genética do delito” operava, colocando a liberdade de lado.

A reticência de Barreto em incorporar inequivocamente os pressupostos teóricos europeus, sobretudo as teorias biodeterministas e a antropologia criminal de Cesare Lombroso<sup>4</sup>, pode ser compreendida melhor a partir de um artigo de 1939, escrito por Evaristo de Moraes, de título “Tobias Barreto: primeiro crítico de Cesare Lombroso no

---

<sup>4</sup> Cesare Lombroso (1835-1909) é apontado como principal expoente do positivismo criminológico, corrente de pensamento que conferiu contornos científicos ao racismo do final do século XIX e início do XX.

Brasil”, onde indica que, para o autor, a metafísica impunha questões cujas respostas estão acima da capacidade humana, portanto as proposições de Lombroso se apresentavam como conjecturas que nada esclareciam, e que o elevado número de variáveis a influir sobre o comportamento humano não permitiria a construção de generalizações redutíveis a leis.

Assim como nas faculdades de direito, na escola de medicina da Bahia também estavam em evidência intensos debates acerca da liberdade e da questão racial. O saber médico, ao final do século XIX, subsidiou uma verdadeira “ditadura científica”, respaldando programas de urbanização, higienização e saneamento, separando loucos e pobres. Concomitantemente, institucionalizava o exercício da medicina em meio ao processo de criminalização de práticas como o “curandeirismo” e o “herbalismo”, bem como outros saberes populares de origens africana e indígena, equiparando-os ao “exercício ilegal da medicina”.

Destacam-se, nesse contexto, as ideias de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), que, em seu tempo, foi o principal intérprete brasileiro da obra de Lombroso. Rodrigues buscou a institucionalização da “medicina legal” como saber técnico competente para orientar a delimitação da responsabilidade jurídica junto à justiça, instrumentalizando a perícia técnica da polícia (CORRÊA, 1998). Em sua obra “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, (1957), cuja primeira publicação foi em 1894, questionava os códigos do Império e da República por adotarem o que chamava “espiritualismo do livre arbítrio” na forma como delimitavam a responsabilidade penal. Para ele a vontade era previamente determinada por instintos primitivos que variavam conforme a descendência racial e a particularidade cultural em dado meio.

Ao analisar o pensamento de Nina Rodrigues sobre a questão racial, ficam evidentes suas posições sobre o consumo de drogas, o que pode ser melhor compreendida em obras como “O Alienado no Direito Civil Brasileiro”, de 1901, em que criticava o projeto do Código Civil criado por Clóvis Beviláqua, que entrou em vigor em 1916. Onde, ao tratar do exercício da capacidade civil sob o estado de “embriaguez”, sustentava que a incapacidade civil do alcoólatra era cabível quando resultasse em “imbecilidade”, se verificados delírios, confusão mental ou enfraquecimento intelectual. Por sua vez, a embriaguez “habitual”, em si, seria uma forma de loucura que limitava a capacidade de responder civilmente (Rodrigues, 1932).

Na obra “As Coletividades Anormas”, publicada em 1939, sua apropriação da “teoria evolutiva dos estados históricos”, de caráter positivista, o levará à conclusão acerca da formação de “lembranças orgânicas” hereditárias e de uma “memória psíquica” adquirida, transmissível hereditariamente. Justificava-se assim a possibilidade de uma adicção hereditariamente constituída em relação ao vício e a embriaguez. Sucede um movimento no qual o determinismo que se inicia no campo da biologia logo passa a abarcar a psicologia, o meio físico e a cultura, a fim explicar as causas da criminalidade.

Um dos mais proeminentes alunos de Nina Rodrigues foi Juliano Afrânio Peixoto (1876-1947) que se destacou por suas atuações no campo científico e político. Quando deputado federal pelo Estado da Bahia (1924-1930), na mesma linha de Nina Rodrigues, atuou pela institucionalização da medicina legal no Brasil, sustentando a importância do Manicômio Judiciário e a devida assistência aos “alienados” e “psicopatas”. Motivado por um espírito diferente do que levou à criação da Lei Seca nos EUA (1920-1933), propôs projeto de lei, que não chegou a ser aprovado, mas que visava regulamentar a produção e comércio de bebidas alcoólicas no Brasil<sup>5</sup>. No campo científico, buscou conciliar a teoria psicanalítica de Sigmund Freud com o positivismo italiano. Em sua obra “Medicina Legal – Psico-Patologia Forense” mostra uma postura estritamente etiológica ao tratar do comportamento humano em relação às drogas. Apontava o alcoolismo como causa concorrente ou determinante para a ocorrência da criminalidade, incorporando a ideia da adicção hereditária

é, finalmente, a degeneração da raça, pois os filhos de alcoolistas são tarados, predispostos na primeira infância – à meningite, às convulsões, à deficiência intelectual, - depois à loucura, ao crime (PEIXOTO, 1931, p. 87).

Em seu texto, as drogas são apresentadas como elemento potencializador de predisposições atávicas, associada a populações marginalizadas.

O morfômmano, cocainomano, eteromano não diferem do alcoolista, neste propósito. Ordinariamente são degenerados os que procuram tais deleites e acham o vício nestas intoxicações crônicas. Uma prova está que 90% destes intoxicados são raffinés, prostitutas e rufiões que as frequentam, e se associam às suas intemperanças e perversões (PEIXOTO, 1931: p. 265).

---

<sup>5</sup> Diferentemente dos EUA, onde a criminalização do álcool e outras drogas esteve associada à formação de uma opinião pública alinhada à moral protestante, no Brasil, a criminalização das drogas foi fundamentada por argumentos médicos e sanitários.

Em meio à pluralidade de ideias produzidas acerca das relações entre criminalidade e drogas, a obra “Criminosos Intoxicados” de Jurandyr Amarante, ilustra bem a referida linha de pensamento. Reproduzindo uma interpretação que se mostra muito comum no período, e, eventualmente, ainda hoje alimenta o senso comum, em que se atribui ao usuário de drogas o papel de disseminador do vício, a fim de subsidiar seu próprio consumo, o que sustentava sua tese sobre a existência de um “delito de contágio tóxico”.

Nesse sentido, importa demonstrar como atribuía aos imigrantes chineses a responsabilidade pela difusão do consumo de ópio no Brasil, isso porque, a partir de um critério racial

Os chins resistem mais aos efeitos nocivos do ópio do que os outros povos, mesmo amarelos. Isto, julgam autores, é devido a uma imunização relativa por impregnação hereditária da raça (AMARANTE, 1937: p. 47).

Em linhas gerais, Amarante reproduz uma série de associações superadas pelos padrões científicos contemporâneos, mas coerente com a racionalidade na qual estavam inseridas.

Todavia, notabilizam-se as contribuições de representantes da medicina, como o médico Pedro Pernambuco, representante diplomático brasileiro na Convenção Internacional do Ópio, em Genebra, 1925. Em 1926 publicou nos anais do “Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal” artigo intitulado “Contribuição ao Estudo da Morphinomania”, em que alimentava ideias como a progressão no uso de drogas, das mais fracas às mais fortes, e a tese da adicção por hereditariedade. O autor atribuía ao ópio e seus derivados o papel de principais causadores das toxicomanias (PERNAMBUCO, 1932).

Bem como, também é relevante a atuação do professor da Faculdade de Medicina da Bahia Rodrigues Dória, cujas publicações tiveram alcance internacional. Nos anais do Segundo Congresso Científico Pan-Americano nos Estados Unidos, em 1917, publicou artigo intitulado “Os Fumadores de Maconha: Efeitos e Males do Vício”, onde argumenta que a maconha havia sido difundida pelos negros trazidos como escravos, e teria efeitos semelhantes ao ópio.

Os índios amancebados aprenderam a usar a maconha, vício a que se entregam com paixão, como fazem a outros vícios, como o do álcool, tornando-se hábito inveterado. Fumam também os mestiços, e é nas

camadas mais baixas que predomina seu uso, pouco ou quase não conhecido na parte mais educada e civilizada da sociedade brasileira (DÓRIA, 1917: p. 152).

De modo que, em seu entendimento, o tratamento jurídico dispensado aos crimes cometidos sobre o efeito da maconha deveria seguir o modelo adotado para os casos de embriaguez alcoólica (DÓRIA, 1917).

## **O controle internacional**

Consoantes aos postulados dos representantes desse pensamento científico foram estabelecidas uma série de regras para o controle das drogas. As primeiras normas internacionais voltadas para a regulação de determinados medicamentos, a princípio, em grande medida derivados do ópio, são uma resposta à emergência e difusão de novas drogas, a partir de séries sucessivas e irregulares de desenvolvimento técnico-científico da química, farmacologia e medicina. Desde os primeiros tratados internacionais, os governos estadunidenses atuaram como protagonistas na demanda por normas que regulassem a produção e comércio de drogas. À medida que os remédios se tornaram mais numerosos e mais potentes, mais evidentes se tornam os efeitos deletérios de seu uso (VARGAS, 2008; RODRIGUES, 2002; 2008).

O Brasil integra tratados internacionais sobre drogas desde 1914, por meio do Decreto 2.861, que incorporava as resoluções da “I Conferência Internacional do Ópio”, iniciada em Haia, em 1911, e tinha por objetivo propor “medidas tendentes a impedir o abuso crescente do Ópio, da morfina e seus derivados, bem como da cocaína”. Na criminologia crítica, autores como Zaffaroni (1991) e Rosa Del Olmo (2004), relatam que este tipo de legislação integra um modelo “transnacional” de controle das drogas, no qual os mecanismos de controle criados em países centrais cumprem sua função punitiva nas nações periféricas.

Os primeiros tratados internacionais estabeleceram a regulamentação e o progressivo controle sobre a produção e o comércio do que elegeram como drogas. Neste sentido, o Decreto 11.481 de 1915 recomendava a limitação das cidades e pessoas autorizadas a proceder sua importação, que os países não comercializassem as substâncias controladas com nações que não integrassem o tratado, e que fossem

produzidos registros sobre a produção e comércio de tais mercadorias. Advertia-se aos países membros que suprimissem o uso não médico do ópio, principalmente nas “casas de diversão e nas casas públicas”.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, foi criada a Liga das Nações, e subordinada a ela o “Comitê Central Permanente do Ópio”, órgão que passou a centralizar e fiscalizar a produção e o comércio de drogas. Tinha como objetivos processar os registros de movimentação de tóxicos produzidos pelos países membros, gerando dados estatísticos e indicadores que permitissem compreender a distribuição global das drogas.

Embora as primeiras normas internacionais não obrigassem diretamente os países signatários a punir aqueles que cometessem crimes envolvendo drogas, criava mecanismos de restrição de importação das mercadorias controladas aos países que infringissem o acordo. Caso verificada a existência de transações de tóxicos em escala apreciável e constatado que um dado país apresentava uma demanda exagerada de alguma substância, incorrendo no risco de se tornar “centro de comércio ilícito”, a sanção possível prevista no Decreto 22.950, de 1933, seria acionar os países membros do tratado para que bloqueassem o comércio da referida droga com o país sob suspeita.

Normas internacionais mais duras sobre a criminalização das drogas passaram a vigorar com o Decreto 2.994, de 1938, voltado para a “repressão do tráfico ilícito das drogas nocivas”, quando é solicitado às Repartições Nacionais atribuídas da função de fiscalizar que tomasse providências, a fim de que aqueles que desrespeitassem as normas internacionais sobre entorpecentes fossem processados; que produzissem pesquisas sobre tais substâncias; que realizassem ações preventivas e que cooperassem internacionalmente mediante troca de informações sobre o tema.

Os vários tratados internacionais assinados pelo Brasil foram mediados por uma rede de atores políticos, representantes diplomáticos e intelectuais comprometidos com o controle progressivo das drogas, muitos deles afeitos aos pressupostos do positivismo etiológico. Entre estes conhecidos atores, pode-se citar: Graça Aranha escritor e jurista; Pedro Pernambuco, professor de medicina da Universidade do Rio de Janeiro, ora citado em razão de seu artigo sobre o uso de maconha; Humberto Gotuzzo, médico chefe da assistência aos alienados no Rio de Janeiro, entre outros.



No tratado que originou o Decreto 2.994, de 1938, o representante diplomático dos EUA a assinar o documento é o Sr. Harry J. Anslinger (Comissário de estupefacientes). Agente que cumprirá papel crucial na radicalização da política de criminalização de entorpecentes nos EUA, primeiro tornando-os crime federal, depois na Organização das Nações Unidas, ao levar à esfera internacional sua cruzada pela “moral e bons costumes”, afinada com a Política de Guerra às Drogas dos anos 1970.

### **Tráfico: a invenção do crime**

Embora as primeiras disposições internacionais tenham sido aprovadas em 1914, só vieram a ser normatizadas de forma mais específica internamente em 1921, por meio do Decreto 4.294, que previa três verbos criminalizantes para os atos de “vender”, “expor a venda” ou “ministrar substâncias venenosas”, estabelecendo pena de multa, para quem praticasse tais ações em relação às três seguintes substâncias: a cocaína, o ópio e a morfina.

Art. 1º Vender, expôr á venda ou ministrar substancias venenosas, sem legitima autorizaçãõ e sem as formalidades prescriptas nos regulamentos sanitarios: Pena: multa de 500\$ a 1.000\$000. Paragrapho unico. Si a substancia venenosa tiver qualidade entorpecente, como o opio e seus derivados; cocaina e seus derivados: Pena: prisãõ cellular por um a quatro annos.

Os poucos verbos criminalizantes se multiplicariam nas leis subsequentes. O acompanhamento desse fenômeno se mostra oportuno na medida em que permite compreender a evolução semântica do que é definido juridicamente como “traficante de drogas”.

Os artigos 2º e 3º previam que a apresentação pública em estado de embriaguez que causasse “escândalo”, “desordem” ou “pusesse em risco a segurança própria ou alheia”, seria punida com multa, e previam que, no caso de “embriagar-se por habito”, de modo a tornar-se “nocivo” ou “perigoso”, caberia “internação por três mezes a um anno em estabelecimento correccional adequado”.

Conforme demonstrado, a República conferiu aos Estados autonomia para produzir legislação processual própria. No entanto, o Decreto 4.294 criou um procedimento processual penal exclusivo para os crimes que envolvessem drogas, de

modo que, uma vez efetuada a prisão, a lavratura do “auto” deveria proceder da seguinte forma: 1º a qualificação do réu; 2º a indicação de duas ou três testemunhas de acusação; 3º o recebimento pela autoridade policial da defesa verbal ou escrita; 4º a juntada das folhas de antecedentes. O Auto deveria ser apresentado ao juiz, que procederia o interrogatório do acusado em 24 horas, indagando as testemunhas com as seguintes perguntas:

1º, qual o seu nome, idade, naturalidade estado e residencia e tempo della no lugar designado? 2º, sabe ler e escrever? 3º, quaes os meios de vida ou profissão? 4º, onde estava ao tempo em que se diz ter sido praticada a contravenção? 5º, si conhece as testemunhas de accusação e si tem alguma cousa a declarar contra ella? 6º, si quer fazer alguma declaração ou apresentar a sua defesa oral ou por escripto?

A lei seguinte a tratar do tema, na conjuntura do novo regime militar que se estabeleceu com a Revolução de 1930, foi o Decreto 20.930 de 1932, que, por sua vez, previa oito verbos criminalizantes, o controle de doze substâncias, e, pela primeira vez, pena de prisão, de um a cinco anos e multa.

Art. 25. Vender, ministrar, dar, trocar, ceder, ou, de qualquer modo, proporcionar substâncias entorpecentes; propor-se a qualquer desses atos sem as formalidades prescritas no presente decreto; induzir, ou instigar, por atos ou por palavras, o uso de quaisquer dessas substâncias. Penas: De um a cinco anos de prisão celular e multa de 1:000\$0 a 5:000\$0.

O referido decreto atribuiu à “intoxicação habitual” o status de “doença de notificação compulsória”, cuja internação seria obrigatória quando atestada por médico, demandando necessário tratamento em decorrência de consumo abusivo de “bebidas alcoólicas” ou “substâncias entorpecentes”. O tempo de internação ficava a critério de um juiz, após considerar as recomendações médicas.

A Constituição de 1934 faz referência às drogas ao tratar “Da Ordem Econômica e Social”, em seu artigo 138, g. Onde, estabelece, entre os critérios para a proteção do trabalho que competem aos entes da federação, o dever de “cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais”. O termo que no CP de 1890 era denominado genericamente como “veneno” recebe novo significado, passando a ser chamado de “veneno social”, integrando uma lógica mais ampla de afinidades eletivas entre o processo de criminalização das drogas e a regulamentação do trabalho no Brasil (DALLA, 2010).

No esteio das demandas internacionais, dentro do espírito tecnicista e corporativista do Estado no pós 1930, foi criada em 1936, por meio do Decreto 780, a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, que tinha como prerrogativa produzir normas a fim de atender

a necessidade de atribuir à coordenação das actividades fiscalizadora e repressiva, caráter permanente, de forma a permitir a estreita colaboração do Governo Brasileiro com órgãos técnicos internacionais da Liga das Nações.

Cabia à CNFE fazer o “controle”, a “fiscalização” de posse e comércio e a “repressão” ao tráfico e ao uso ilícito de drogas, tendo poder consultivo na produção legislativa.

A partir de então, a produção normativa sobre as drogas passou a ser produzida dentro de uma lógica técnica e política, por meio da CNFE. Em 1938, o Decreto 891, criado por essa mesma comissão, previa dezenove verbos criminalizantes, entre os quais o ato de “consumir” qualquer uma das substâncias que proibia, além de prever multa e penas de um a cinco anos de prisão, elencando dezenove substâncias a serem controladas.

Artigo 33. Facilitar, instigar por atos ou por palavras a aquisição, uso, emprego ou aplicação de qualquer substância entorpecente, ou, sem as formalidades prescritas nesta lei, vender, ministrar, dar, deter, guardar, transportar, enviar, trocar, sonegar, consumir substâncias compreendidas no art. 1º ou plantar, cultivar, colher as plantas mencionadas no art. 2º, ou de qualquer modo proporcionar a aquisição, uso ou aplicação dessas substâncias - penas: um a cinco anos de prisão celular e multa de 1:000\$000 a 5:000\$000.

No contexto do estado de exceção, o decreto criava dispositivos burocráticos de controle estatal sobre aqueles que fossem condenados por toxicomania, por meio de relatórios a serem apresentados às autoridades judiciais sobre a interdição de tais incapazes e a consequência desta sobre seus patrimônios. Proibia-se o tratamento do “toxicômano” em seu domicílio, quando comprovada a “necessidade de tratamento adequado”, ou quando fosse “conveniente à ordem pública”. Por sua vez, a norma determinou o tipo de tratamento a ser oferecido ao toxicômano, que era a “toxiprivação” – redução progressiva da droga causadora de dependência. Desse modo, a lei se colocava acima da prerrogativa médica de estabelecer a terapêutica, conforme o quadro clínico específico.

Sob a condição de autonomia legislativa conferida pela Constituição de 1937, foram criados o Código Penal de 1940 e o Código de Processo Penal de 1941, ambos ainda hoje em vigor, apesar das alterações. O CP concilia princípios das escolas clássica e positivista de direito penal, assumindo a responsabilidade moral e a capacidade de entendimento e orientação da vontade como premissas da responsabilidade penal.

Com a criação do CP de 1940, os crimes envolvendo drogas foram postos no artigo 281.

Importar ou exportar, vender ou expor à venda, fornecer, ainda que a título gratuito, transportar, trazer consigo, ter em depósito, guardar, ministrar ou, de qualquer maneira, entregar a consumo substância entorpecente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de dois a dez contos de réis.

Seu texto, mais enxuto, contempla onze verbos e penas de reclusão de um a cinco anos, além de multa. O CP também transferiu para outra norma acessória, uma “norma penal em branco”<sup>6</sup>, a função de delimitar quais substâncias deveriam ser reprimidas.

No campo jurídico, Nelson Hungria, um dos membros da comissão elaboradora do CP, em seus “Comentários ao Código Penal”, de 1958, ao analisar o artigo 281, revela a intenção de reprimir os hábitos de um espaço social específico.

No Brasil, a propagação do vício realizou-se, principalmente, por imitação simiesca dos ambientes depravados do Velho Mundo ou da América do Norte. Os nossos *toxífilos* tanto existem entre gente da *malavita* ou do sombrio *bas-fond* (em que predomina o vício de fumar “maconha”, chamada mesmo o “entorpecente dos pobres”), quando no “mundo elegante”, entre a clientela dos *cabarets*, dos *night-clubs* e *dancings*, ou nos ambientes da prostituição de “alto bordo”. São na sua maioria, indivíduos tarados, “fronteiriços” da loucura, ou originários da triste grei dos imbecis da vontade, dos facilmente sugestionáveis, dos semihomens, que se deixam mover de uma estúpida curiosidade de sensações estranhas, ou vêem no uso do entorpecente um requinte de originalidade ou de *chic*. A muitos nem sequer lhes atenua a degradante conduta o objetivo de se livrarem de angústias morais ou remorsos de consciência. São todos lamentáveis criaturas que não sabem oferecer a menor resistência à tentação do vício, e deixam-se arrastar por êle a todos os aviltamentos e desvios à margem da sociedade, ou indo aumentar a clientela dos manicômios e asilos de psicopatas. (HUNGRIA, 1958, p. 126)

---

<sup>6</sup> No campo jurídico, o doutrinador, tomado a título ilustrativo, entende como norma penal em branco a norma de conteúdo incompleto, vago, que exige ser complementado por outra norma pertencente à instância legislativa diversa (MIRABETE, 1996). No caso da lei de drogas, compete ao Ministério da Saúde, mediante portaria, indicar o rol de substâncias proibidas.

Em sua análise, Hungria faz referência a alguns dos pensadores ora citados, relacionando o comércio de drogas com espaços marginalizados<sup>7</sup>.

Por sua vez, o Código de Processo Penal de 1941 afirmou as características da tradição inquisitória na qual foi criado, instrumentalizando, no plano processual, o contexto de exceção. O Código, por exemplo, faz largo uso da delimitação da “periculosidade” na determinação da responsabilidade penal do acusado.

A Era Vargas também promoveu uma nova leitura positiva do “caráter nacional” como instrumento de formação da nacionalidade, o que foi consoante à institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, em que a nova forma de pensar a sociedade e o povo brasileiro acompanharam a ideia de um “novo tempo” nas instituições do país (OLIVEIRA, 1995). Concomitantemente, sucedeu o declínio do paradigma biodeterminista que, no entanto, preservou uma série de representações nos operadores do campo jurídico socializados naquele contexto (OLIVEIRA JUNIOR, 2005).

### **Conclusão**

Conforme se depreende do conteúdo tratado, a tradição jurídica na qual o Brasil está inserido ofereceu importantes recursos para o controle social, na medida em que instrumentalizou as instituições e o sistema de justiça com práticas que concentram poderes nas autoridades estatais e limitaram a defesa daqueles que viriam a ser acusados pela prática de crimes, em especial, pelos que envolvessem drogas.

O referido sistema de controle cumpriu um propósito preciso, submetendo à ordem política e social uma população considerada pouco civilizada e repleta de vícios. Tratava-se de adequar essa população às regras do mercado e do trabalho livre, encontrando apoio para tais medidas, tanto nas forças políticas tradicionais, como nas novas forças políticas que nasciam em meio às organizações de trabalhadores.

---

<sup>7</sup> Tais argumentos são postos em meio a uma série de generalidades que, para o doutrinador, justificam a criminalização das drogas e que vão de planos comunistas de difusão das drogas a interpretações particulares de obras literárias como "*Les Paradis Artificiels*", 1862, de Charles Baudelaire e "*The Confessions of an English Opium-Eater*", 1860, de Thomas De Quincey.

Para tanto, contou com o auxílio de atores dotados de poder político e amparados por argumentos de caráter científico, que asseguraram e respaldaram as medidas a serem implementadas. Tais argumentos fundados no positivismo biodeterminista que a princípio embasaram o racismo, logo alcançariam o domínio da cultura abrangendo práticas que envolviam o uso e o consumo de substâncias consideradas drogas.

As primeiras regras limitando o comércio de drogas foram incorporadas pelo Brasil dentro de um contexto internacional de regulamentação de uma série de substâncias de potencial médico e terapêutico. Todavia, a incorporação de tais normas pelo país, se deu mediante a criação de dispositivos penais, a fim de assegurar o seu cumprimento.

A análise das normas criminalizantes de condutas que envolvessem drogas pelo governo brasileiro no início do século XX revelam a progressão no número de substâncias controladas, ações consideradas crimes e suas respectivas penas. Inicialmente o Decreto 4.294 de 1921 previa três ações puníveis com multa e prisão de um a quatro anos. Todavia, no contexto da ditadura que figurou entre 1930 e 1945, verifica-se uma significativa elevação do número de dispositivos normativos regulamentadores de tais práticas. Nesse sentido, o Decreto 20.930 de 1932 passou a prever um total de seis ações criminalizadas, punível com multa e pena de um a cinco anos. Subsequentemente, com o Decreto 891 de 1938, passaram a ser criminalizadas um total de dezenove ações, sendo mantidas as punições do decreto anterior. Embora inicialmente se procurasse inibir a embriaguez de forma genérica, com a referida norma, foram alcançados os usuários das substâncias consideradas ilícitas, colocando em um mesmo rol, e submetendo às mesmas penas, usuários e traficantes de drogas. Por fim, o artigo 281 do Código Penal passou a prever um total de onze ações, mantendo as penas de multa e prisão de um a cinco anos. Embora se verifique a redução no número de ações criminalizadas e a exclusão dos atos de usar e consumir tais substâncias, importa considerar que o novo dispositivo normativo foi criado em meio a regulamentação mais ampla imposta pelo Código Penal de 1940, dentro de um contexto de endurecimento penal.

## **Bibliografia**

ADIALA, Julio Cezar. **A criminalização dos entorpecentes no Brasil**. Publicação Independente. Dissertação de Mestrado defendida no IUPERJ em 2006. Rio de Janeiro. 2006.

AMARANTE, Jurandyr. **Os Criminosos Intoxicados**. Livraria H. Antunes. Rio de Janeiro. 1937.

BARRETO, Tobias. **Menores e Loucos em Direito Criminal**. Typographia Central. 2ª edição. Recife. 1884.

BARROS, André; PERES, Marta. **Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas**. Periferia, v. 3, n. 2, 2012.

BEZERRA NETO, José Maia. **Uma História do tráfico em verbetes: etimologia e história conceitual do tráfico a partir dos dicionários**. Revista de Estudos Amazônicos. 2009.

BRETAS, Marco Luiz. **A Polícia carioca no Império**. Revista Estudos Históricos, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998.

CANCELLI, Elizabeth. **A Cultura do Crime e da Lei (1889-1930)**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2001.

CARNEIRO, Henrique. **Filtros Mezinhas e Triacas – As Drogas no Mundo Moderno**. Xamã VM Editora. 1ª Edição. São Paulo. 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª Ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. **Origens Culturais da Revolução Francesa**. Tradução George Schlesinger. Editora UNESP. São Paulo. 2009.

CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

DALLA, Artur. **Crime e Trabalho no Brasil: o Controle das Drogas Entre a Primeira República e o Código Penal de 1940**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Campos dos Goytacazes-RJ. 2010.

DÓRIA, Rodrigues. **Proceeding of The Second Pan American Scientific Congress – Section VIII – Part 1 – Public Health and Medicine – Vol. IX. Os Fumadores de maconha: efeitos e males do vício**. Washington Government Printing Office. 1917.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua Criminologia**. Instituto Carioca de Criminologia. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2004.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. Tradução de César Parreiras Horta. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1977.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas**. Espasa, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Cadernos da PUC/RJ. Série Letras e Artes – 06/74. Caderno nº 16. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Divisão de Intercâmbio e Edições. 4ª Edição. Rio de Janeiro. 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. História da Violência nas Prisões. 34ª edição. Editora Vozes. Petrópolis RJ. 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.

HOBBSBAWM. Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991**. Editora Companhia das Letras. 2ª edição. São Paulo. 2000.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal, Forense**. 1958.

IGLÉSIAS. Francisco. **Trajectoria Política do Brasil 1500-1964**. Companhia das Letras. São Paulo. 1993.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2009.

LEITE. Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia**. 3ª edição. Editora Pioneira. São Paulo. 1976.

LIMA, Lana Lage da Gama. **O tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), Curitiba, v. 13, p. 17-22, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Processo do Santo Ofício da Inquisição**. Apresentação de Trabalho/Comunicação. II Seminário de Acesso à Justiça (2004).

\_\_\_\_\_. **As Contraditas no processo inquisitorial**. Discursos Sediciosos. (Rio de Janeiro), V. 15/16. 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal: Parte Geral– Arts. 1º a 120 do Código Penal**. Editora Atlas S.A. 11ª Edição. São Paulo. 1996.



MOREIRA, Juliano. In.: *Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Neurologia, Psychiatria e Neurologia Legal. Da Prática da Perícia Toxicológica no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro. 1916.

OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidésio. **Penas especiais para homens especiais: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História de Ciências da Saúde, da casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **“As Ciências Sociais no Rio de Janeiro”.** In. MICELI, Sérgio. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, (vol. 2). São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 1995.

PERNAMBUCO, Pedro. *Congresso de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal. Contribuição ao estudo da morphinomania.* Realizado de 30 de junho a 7 de julho de 1926. Typ. Do Jornal do Commercio Rodrigues & C. Rio de Janeiro. 1932.

PEIXOTO, Afrânio. **Medicina Legal. Volume II. Psico-patologia forense.** 3ª edição. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro. 1931.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros; tradução Denise Bottmann.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988.

PETERS, Edward; Tradução: RAMOS, Pedro Silva. **História da Tortura.** Editora Teorema. 1994.

RODRIGUES, Nina. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil.** Editora Guanabara. Rio de Janeiro. 1957.

\_\_\_\_\_. **O Alienado no Direito Civil Brasileiro.** Editora Guanabara. Rio de Janeiro. 1932.

\_\_\_\_\_. **As Coletividades Anormas.** Editora Guanabara. Rio de Janeiro. 1939.

RODRIGUES. Thiago M. S. **A Infindável Guerra Americana Brasil, EUA e o narcotráfico no continente.** São Paulo *Em Perspectiva*, 12(2): 102-111, 2002.

\_\_\_\_\_. **Tráfico, Guerra, Proibição.** Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: UFBA. 2008.

THOMPSON, E P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I. A árvore da liberdade.** Editora Paz e Terra. Série Oficinas da História. 3ª Edição. Rio de Janeiro: 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930.** Companhia das Letras. São Paulo. 1993.

VARGAS, Eduardo Viana. **Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas.** Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: UFBA. 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal.** Rio de Janeiro: Revan, 1991.

• CAMPO • MINADO •  
Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

# Programa Centro Presente: Um olhar sobre as intersecções entre público e privado em serviços de segurança no centro da cidade do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

Karina de Paula<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente estudo se refere a uma etnografia sobre o cotidiano do Programa Centro Presente implantado no município do Rio de Janeiro. Concebido em atendimento à agenda de Segurança para os Jogos Olímpicos de Verão (2016), financiado por meio de um convênio entre poder público e um *parceiro investidor* para a prestação de serviços de cunho social, de policiamento e patrulhamento em áreas específicas da região central, denotando a interação entre público e privado na concepção, produção e implementação do serviço público de segurança. A etnografia descreve o referido cotidiano e as lógicas subjacentes a seu funcionamento, as quais parecem destoar de suas prescrições normativas. Em suas Bases, é possível verificar a presença de três segmentos profissionais: policiais militares, assistentes sociais e egressos das forças armadas. Com as alterações no financiamento, depois de findado o convênio que possibilitou sua implantação, verifica-se a disputa pela sua manutenção e pela configuração do Programa; a instabilidade - e por vezes o atraso - da remuneração dos agentes contratados, a precarização do ambiente onde são prestados serviços. Neste contexto, as saídas engendradas primam por processos criativos que lançam luzes sobre as possibilidades da arquitetura concernente à parceria público-privada, para a área de Segurança Pública no Rio de Janeiro.

**Palavra-chave:** Segurança Pública; Rio de Janeiro; Megaeventos; Policiamento; Público-Privado.

## ABSTRACT

The present study refers to an ethnography about the quotidian of the Present Center Program implanted in the city of Rio de Janeiro. Designed in compliance with the Security Agenda for the Summer Olympic Games (2016) and financed through an agreement between public authorities and an investor partner for the provision of social services, policing and patrolling in specific areas of the central region, denoting the interaction between public and private in the design, production and implementation of the public security service. Ethnography describes the aforementioned quotidian and the underlying logic of its functioning, which seem to run counter to its normative prescriptions. In its Bases it is possible to verify the presence of three professional segments: military police officers, social workers and retired

<sup>1</sup> Monografia de conclusão do Bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense defendida no ano de 2019. Foi orientador o professor Lenin Pires. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado o professor Daniel Misse e a professora Klarissa Platero.

<sup>2</sup> Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense; mestranda no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense.

military personnel. With the changes in the financing, after the agreement that made possible its implementation, the dispute for the maintenance and the configuration of the Program is verified; the instability - and sometimes the delay - of the remuneration of contracted agents, the precariousness of the environment in which services are provided. In this context, the outputs engendered by creative processes that shed light on the possibilities of architecture concerning the public-private partnership for the Public Security area in Rio de Janeiro.

**Keywords:** Public Security; Rio de Janeiro; Mega events; Policing; Public-Private.

#### **LISTA DE SIGLAS:**

AISP – Área Integrada de Segurança Pública

BPM – Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro

CCS – conselho Comunitário de Segurança

COMLURB - Companhia de Limpeza Urbana

DP – Delegacia Regional de Polícia

FECOMÉRCIO - Federação de Comércio do estado do Rio de Janeiro

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

GM-Rio – Guarda Civil Municipal do Rio de Janeiro

ISP - Instituto de Segurança Pública

JECRIM – Juizado Especial Criminal

PEOp - Programa de Estímulo Operacional

PMERJ – Polícia Militar do Rio de Janeiro

PROEIS - Programa Estadual de Interação na Segurança

RAS - Regime Adicional de Serviço

RG – Registro de identidade civil.

RO – Registro de Ocorrência

SASDH – Secretaria de estado de Assistência Social e Direitos Humanos

SEAP – Secretaria de estado de Administração Penitenciária

SEGOV – Secretaria de estado de Governo

SESC – Serviço Social do Comércio

SESEG – Secretaria de Estado de Segurança Pública

SUS – Sistema Único de Saúde

UFF – Universidade Federal Fluminense

UOP - Unidade de Ordem Pública

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

VLT - Veículo Leve sobre Trilhos

## Introdução

Em 2016, a cidade do Rio de Janeiro encerrou o período de duas décadas em que recepcionou *megaeventos* realizados no país. Durante essa temporada, o município se tornou cenário e ambiente para a implementação de distintas ações governamentais que ganharam destaque nos grandes meios de comunicação. Nas ruas, as manifestações e protestos dividiam o espaço com o trânsito e com as obras.

Nas redes sociais, as reivindicações ganhavam visibilidade e as passeatas, aos poucos, ganhavam adeptos. Ir às ruas, independentemente da indignação ou reivindicação e bradar: - O Gigante Acordou! e - Amanhã vai ser maior!, de alguma forma motivou, sobretudo os jovens, a saírem de suas casas e ocuparem de forma reivindicatória as ruas da cidade.

Moradora de Niterói, atravessar a Baía de Guanabara para ir ao Rio de Janeiro não compunha minhas atividades rotineiras e, quase sempre, estava relacionada à participação política e ao lazer. Caminhar pelos locais históricos da antiga capital do Império sempre me fascinou. Aos olhos treinados, a metrópole globalizada guarda consigo traços de memórias da passagem de diferentes povos e culturas que, diga-se de passagem, compõem a cultura metropolitana fluminense, emergem da arquitetura da região central.

Numa dessas tardes voltadas ao lazer, eu caminhava por ruas de paralelepípedo próximo a Praça XV. Ao chegar à esquina, deparei-me com uma viatura cinza. Parado ao seu lado havia um rapaz trajando coturno, calça preta, e, por cima da camisa pólo branca, um colete - metade branco, metade vermelho- e um boné da mesma cor do colete. Sua atenção era dividida entre observar o movimento dos passantes, da rua e algo na tela do celular. Em sua cintura uma arma a qual não saberia dizer se letal ou não letal.

A primeira impressão pareceu ser uma corriqueira prestação de serviço de segurança privada. Algo comum no local, que além de ser conhecido por seus bares e rodas de samba, também reúne diversas igrejas católicas onde são realizados luxuosos rituais de batismo e casamento, além das missas. Ao correr meus olhos para o veículo, pois não ficaria encarando

o segurança, chamou-me a atenção as logomarcas estampadas na parte inferior da porta traseira. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e FECOMERCIO-RJ<sup>3</sup>. O restante do carro também possuía um grande adesivo com a logomarca do que parecia ser um novo projeto governamental.

Nas semanas anteriores eu e alguns amigos conversávamos sobre as novas configurações políticas que estariam se opondo à consolidação do Estado de bem estar social que inspirou nossa Constituição Cidadã e de como isso refletia num recrudescimento penal e no aumento do encarceramento, sobretudo da população pobre e negra. De repente, um dos presentes começou a narrar uma abordagem que sofrera algumas semanas antes, na Glória<sup>4</sup>, por uma pessoa que não era policial.

Estava ele sentado na praça após sair da casa de um amigo morador do bairro, quando uma pessoa o abordou, solicitou os documentos e o revistou. Ao encontrar uma bituca não convencional em um de seus bolsos proferiu alguns conselhos e chamou a polícia. A ida à delegacia gerou o registro de uma ocorrência e, por consequência, uma audiência no JECRIM<sup>5</sup>

Inquietações sobre esse novo projeto de segurança pública ascenderam em minha mente. Se, para realizar uma pesquisa é preciso uma pergunta, naquele momento eu possuía muitas. Como uma Secretaria<sup>6</sup> com finalidades institucionais definidas e estabelecidas como Assistência Social e Direitos Humanos poderia ser executora de um programa de policiamento? Por que um programa do Governo do Estado que consistia numa atividade de policiamento não apresentava a logomarca da PMERJ<sup>7</sup> ou da SESEG<sup>8</sup>? E por que a FECOMERCIO aparecia como parte desse projeto?

<sup>3</sup> Sigla da Federação de Comércio do estado do Rio de Janeiro. Consiste em uma rede que representa os interesses de todas as empresas comerciais do setor de serviços, bens e turismo. Seus atores são entidades da sociedade civil organizada, instituições do terceiro setor e sindicatos patronais. C.f.: < <http://www.fecomercio-rj.org.br>>.

<sup>4</sup> Bairro situado ao lado do Aeroporto Santos Dumont faz fronteiras com bairros da Região Central e da Zona Sul do município do Rio de Janeiro. Congrega importantes pontos turísticos da cidade, como o Aterro do Flamengo (Parque), a Marina da Glória, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, entre outros.

<sup>5</sup> A intervenção das instituições de segurança pública quanto ao uso de drogas ilícitas pouco mudou após a lei nº 11.343 de 2006, *O saber prático* dos agentes orienta a condução do evento, podendo este ser judicializado ou não. Diferentes perspectivas desse processo vêm sendo abordadas pelas ciências sociais e por estudos sobre a administração institucional de conflitos. Ver mais em: GRILLO *et al*, 2011, VERISSIMO,2010; GARAU e JUNIOR,2020.

<sup>6</sup> Instituição governamental que congrega diferentes órgãos e serviços públicos organizados por setores da administração pública.

<sup>7</sup> A Polícia Militar do Rio de Janeiro – PMERJ constitui na Instituição que à época encontrava-se vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG ou SSP). O Decreto nº 46.544 de 01 de janeiro de 2019 extinguiu a SESEG, atribuindo suas funções à Secretaria Executiva do Conselho de Segurança Pública, para que fosse realizada a transição gradual para a Secretaria de Estado da Polícia Civil e para a Secretaria Estado da Polícia Militar.

Objetivando encontrar as respostas, iniciei a pesquisa sobre o Programa Centro Presente em março de 2018, um mês após o início da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro<sup>9</sup> e a encerrei no dia 01 de outubro do mesmo ano, após o término do expediente da base, no mesmo dia em que na região central da cidade ocorriam as manifestações #EleNão<sup>10</sup>.

As observações foram realizadas em dois organismos diferentes. As reuniões do Conselho Comunitário de Segurança da Região Portuária e o Conselho Comunitário de Segurança do Centro Antigo / Lapa, ambos situados na 5ª Área Integrada de Segurança Pública - AISP. E no acompanhamento do cotidiano de bases do Programa Centro Presente, sendo autorizada a realização pelo coordenador geral deste módulo das Operações Segurança Presente da Secretaria de Estado de Governo.

Ao ingressar nos espaços, eu me apresentava como estudante-pesquisadora, do curso de Segurança Pública da UFF, o que possibilitou estar sempre acompanhada de um caderno e uma caneta. Os excertos em itálico entre aspas correspondem às anotações de falas, expressões e explicações dadas pelos agentes durante a realização do campo. Essa postura rendeu, em alguns momentos, troças por parte dos agentes que me perguntavam se eu estava anotando tudo.

A fim de resguardar a identidade dos atores sociais e associações que colaboraram e possibilitaram a realização da pesquisa, optei em não revelar o nome dos interlocutores e dos locais onde as observações foram realizadas. Sendo reveladas quando constituem de informações publicizadas pelas agências e instituições às quais estes se encontram vinculados.

Dentro das instituições as disputas são produzidas e reproduzidas em diferentes escalas e culminam em ações práticas de agentes estatais, servidores de carreira ou não, aplicada em territórios para atender públicos e interesses, ora específicos, ora difusos. Estes fenômenos podem ser observados em diferentes perspectivas. Através das observações dos formuladores centrais do serviço e acompanhando os processos de concepção, implantação e

---

<sup>8</sup> Extinto órgão governamental que congregava políticas públicas e serviços de Segurança Pública implementados pelo governo do estado.

<sup>9</sup> Promulgada pelo Decreto 9.288/18, a Intervenção Federal culminou na nomeação de um militar do exército para exercer o controle de todos os órgãos de segurança pública do Estado. Cf.: RAMOS, Silvia (coord.). Intervenção federal: um modelo para não copiar. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019.

<sup>10</sup> O movimento #EleNão consistiu na maior manifestação pública organizada majoritariamente por mulheres no Brasil. Realizadas em oposição às ideias e projetos defendidos pelo então candidato à Presidência Jair Messias Bolsonaro, teve início nas redes sociais através do uso da *hashtag* #Ele Não e ganharam as ruas das urbes brasileiras e também no exterior. Cf.: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

resultados, denominada *top down*. Da perspectiva *bottom up* acompanhando os atores na linha de frente da execução, os *burocratas de rua*, e da síntese destas duas perspectivas (FERREIRA; MEDEIROS, 2016).

Por vezes é nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança que esses agentes implementadores passam a se conhecer e onde interagem. Mas nem sempre resultam em articulações institucionais mais profundas, culminando, na maioria das vezes, numa sobreposição de serviços similares para o atendimento de demandas. Tais articulações institucionais que vislumbram a implantação de políticas públicas e a implementação de serviços públicos<sup>11</sup> dependerão da operacionalização de uma decisão política, sendo esta o resultado direto das deliberações dos agentes políticos, também denominado por *burocratas de gabinete*, e são acompanhadas de atos normativos formais.

Os serviços públicos, aqueles que chegam à população, serão implementados através da ação direta de agentes denominados por *burocratas do nível da rua*<sup>12</sup>, estes servidores públicos e prestadores de serviço que terão sua atuação moldada por: a) fatores relacionais - discricionariedade, interações com o público, relações com o sistema de gestão; b) fatores institucionais e gerenciais - *accountability*, normas e regras; e c) fatores pessoais - crenças (LIPSKY, 1980).

Tanto os burocratas de gabinete quanto os burocratas de nível de rua organizam-se dentro de uma hierarquia formal, instituídos pelo órgão ao qual se encontram vinculados. Fator que me levou ao prédio anexo do Palácio das Laranjeiras para solicitar a autorização para acompanhar o cotidiano do trabalho desenvolvido pelos agentes do Programa no nível da rua, caracterizando tal estudo na perspectiva *bottom up* de observação.

No primeiro capítulo apresento as escolhas metodológicas para a realização deste empreendimento monográfico. A participação nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança atuantes na região Central do município de Rio de Janeiro e a observação das performances dos agentes, de diferentes instituições, nesses espaços de participação social e

---

<sup>11</sup> Concebo como ações distintas para melhor compreensão do leitor, atribuindo ao termo políticas públicas as atividades estatais fundadas através de instrumentos normativos e jurídicos que visam nortear formulações específicas em atendimento a uma agenda pública abstrata. Em diferenciação a esta categoria, farei uso do termo serviços públicos para apresentar o processo de implementação da política pública. Denominado de Governo em Ação tais atividades relacionam-se diretamente com o trabalho profissional dos agentes executores e de sua relação com o público a ser atendido.

<sup>12</sup> Outras denominações para tal categoria de profissionais podem ser encontradas na literatura sobre estudos de implementação de políticas públicas e burocracia estatal, tal como Burocrata de Rua, Profissional de Linha de Frente, Implementador do nível da rua, etc. (FERREIRA & MEDEIROS, 2016).



interação entre Estado, sociedade civil e mercado<sup>13</sup>, possibilitando perceber as disputas e os discursos acerca do tema Segurança Pública que permeiam as relações na região central do município.

No segundo capítulo apresento o Programa Centro Presente, um dos módulos das Operações Segurança Presente iniciadas em 2017 na Lapa, bairro famoso da capital carioca por sua boemia e que durante os anos 2013 e 2014 passou por grandes transformações urbanísticas, vindo a ser palco e área de dispersão - e confronto - durante as manifestações que antecederam a Copa do Mundo das Confederações.

No terceiro capítulo apresento uma discussão em voga apresentada pelo campo à pesquisadora, um achado durante o acompanhamento do cotidiano dos agentes, dentro e fora da Base: o caráter simbólico acionado pela vestimenta dos atores sociais e como esse torna-se elemento central de conflitos e coesão entre o corpo social institucional, produzindo significados e efeitos internos e externos às instituições.

A relação histórica entre os setores públicos e privados norteiam a concepção e o financiamento de políticas públicas no Brasil. A agenda de redemocratização possibilitou o desenvolvimento de espaços institucionais legítimos de participação e interação entre agentes institucionais de ambos os setores. Com o advento da reforma gerencial dos anos 1990 e a absorção de políticas internacionais em decorrência dos megaeventos, novos pontos de contato entre Estado e mercado foram concebidos a fim de atender a demanda por serviços, fazendo surgir a identidade de *parceiro investidor*.

Essa relação tem concebido a implantação de diferentes serviços públicos que, depois de findado o financiamento realizado pelo *parceiro* aponta para fenômenos distintos, porém relacionados. A disputa pela reconfiguração para a manutenção do serviço, o atraso ou o fim do trabalho remunerado realizado por policiais militares e agentes egressos de institutos militares de defesa a serviços de segurança pública remontam à desvalorização e à precarização do trabalho policial, bem como o processo de sucateamento das estruturas físicas e tecnológicas, ou a precarização do ambiente onde são prestados serviços de segurança pública financiados através de parcerias com o setor privado.

---

<sup>13</sup> A distinção entre Estado, Sociedade Civil e Mercado constitui-se, para fins analíticos desta monografia, como categorização das instituições criadas para organizar e controlar a vida social, que, após os anos 1970, foram globalizadas e incorporadas pelo Estado brasileiro nos anos 1990 através da Reforma Gerencial. (BRESSER-PEREIRA, 1995). Considera-se Sociedade Civil as instituições associativas não governamentais que participam dos espaços de controle e participação social. Ao referir-me ao setor privado agrego as esferas Sociedade Civil e Mercado. Ao referir-me ao setor público, congrego as instituições e agências concebidas por atos normativos e responsáveis pelo processo de implementação de ações de caráter público.

## CAPÍTULO I – Por onde começo?

Era uma manhã ensolarada quando saí de Niterói sentido Rio de Janeiro para minha primeira incursão de pesquisa: participar da reunião de um dos Conselhos Comunitários de Segurança da região Central do Rio de Janeiro.

Os Conselhos Comunitários de Segurança no Rio de Janeiro - CCS foram criados em 1999, em conjunto com as Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP, com o objetivo de promover o diálogo e a interação entre Sociedade Civil, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ e Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ, e, ao longo dos anos agrega a participação de outros setores governamentais que atuam dentro desta área. Foi reconhecido como elemento promotor e colaborador para o aprimoramento do sistema de segurança pública durante o ano de 2018<sup>14</sup>.

A criação destes organismos prevê a reordenação na interação entre Estado e sociedade, agora territorialmente delimitados e institucionalmente estabelecidos. As reuniões dos CCS são espaços de compartilhamento de informações, apresentações de demandas e de contato entre distintos atores e corpos sociais que atuam dentro de um território definido.

“São nas reuniões dos conselhos estudados que os participantes e as chamadas autoridades explicitam seus interesses e posições, fazendo do conselho um interessante lugar para observar as performances destes atores políticos, os jogos de status, poder e prestígio nele desempenhados e a enunciação e mobilização dos diferentes capitais políticos, sociais e simbólicos” (PATRICIO, 2013, p.2.).

A região central da cidade do Rio de Janeiro congrega três Conselhos Comunitários de Segurança, dos quais escolhi participar daqueles com atuação territorial correlata aos territórios de atuação do Programa Centro Presente.

---

<sup>14</sup> A Resolução SSP nº263, de 26 de julho de 1999, dispõe sobre a criação das Áreas Integradas de Segurança Pública e dos Conselhos Comunitários de Segurança, também denominados de Conselhos Comunitários de Área. A resolução SSP nº 629, de 19 de maio de 2003 institui a revitalização dos CCS, prescrevendo a finalidade e as ações a serem realizadas nas reuniões do CCS. As resoluções SSP nº 781 de 08 de agosto de 2005; nº 78 de setembro de 2007 e nº 547 de 12 de abril de 2012 regulamenta os Conselhos Comunitários de Segurança e atribui denominação, funções e símbolos ao CCS. Em 2018, o Decreto nº 46 de 27 de dezembro de 2018, assinado pelo então Interventor Federal ratifica as finalidades dos CCS e os vincula, institucionalmente, à coordenação do ISP.

Ao chegar no endereço informado no site do ISP<sup>15</sup>, um sobrado recém-reformado<sup>16</sup> com portas que abriam diretamente para a calçada me convidava a entrar enquanto a voz da moça do GPS informava que eu encontrara o local. A sede de uma associação da sociedade civil onde seria realizada a reunião do CCS Zona Portuária. Entrei buscando com o recepcionista a informação sobre onde aconteceria a reunião. Apontando para um corredor, ele informou - *Porta à direita!*. Ao lado da porta uma mesa com bolos, pães, biscoitos e frios dava boas-vindas aos que chegavam. A ausência de pessoas ao seu redor anunciava que a reunião já havia começado.

A porta à direita revelava um pequeno auditório, com teto e paredes pintadas na cor preta. O pequeno palco iluminado destacava aqueles que ali estavam para representar as instituições públicas de diferentes esferas governamentais, além do Presidente e Vice-presidente do Conselho. Cerca de 80 cadeiras voltadas para o palco davam ao ambiente um aspecto de teatro. Lado a lado com o público, porém afastadas da centralidade dada pela disposição do palco e das cadeiras, duas policiais militares femininas<sup>17</sup> ocupavam uma pequena mesa disposta no único espaço de entrada de luz no salão.

Assim como a organização espacial do local distinguia os lugares dos representantes do Estado - o palco - e o lugar da Sociedade Civil - a plateia -, a vestimenta dos presentes evidenciava a diferença entre os corpos institucionais de origem dos agentes do Estado. Sentados em cadeiras, lado a lado, no palco. Todos aguardavam o presidente do Conselho finalizar sua saudação de abertura da reunião.

Um a um os agentes se apresentavam. Não havia uniformidade na organização do discurso, nem no tempo utilizado. Em linhas gerais, informavam o nome, graduação (no caso dos militares), a função exercida na instituição e a instituição de origem. Alguns agentes também prestavam contas dos serviços prestados por suas instituições.

Falavam sobre uma e outra melhoria na infraestrutura como a aquisição de novas viaturas, alteração no quadro de servidores, novos investimentos, entre outros. Sempre reafirmando a delimitação territorial de atendimento do serviço e os limites de atuação de sua instituição. Houve também a troca de solicitações entre os agentes para que houvesse maior

---

<sup>15</sup> O Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão que coordena os CCS, disponibiliza as informações acerca dos CCS's. Entre tais informações encontram-se as agendas de reuniões ordinárias mensais e extraordinárias.

<sup>16</sup> Dentre as ações de impacto social promovida pela reforma urbana na Região Portuária e suas imediações pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), encontra-se o projeto Porto Maravilha Cultural. Tal associação, fundada em 1879, encontrava-se com o imóvel-sede interditado pela Defesa Civil desde 2012, sendo um dos beneficiários do *legado* da intervenção urbana realizada na região.

<sup>17</sup> Também denominadas de PMF em. *C.f.*: SOARES e MUSUMECI, 2005.

interação dentro da área, entre outros assuntos que esses julgassem pertinentes publicizar aos presentes.

Compunham o espaço de autoridades os representantes da Inspetoria da Guarda Municipal, da Unidade de Ordem Pública, do 5º Batalhão de Polícia Militar, o comandante da UPP Providência e um Tenente do Exército Brasileiro, representando o Gabinete da Intervenção. O Presidente e o Vice-Presidente atuavam como moderadores, garantindo o prosseguimento ordenado da reunião.

O comandante da UPP apresentou que, apesar do término do programa, a UPP Providência seria mantida e fortalecida. Seu efetivo seria aumentado e as atividades de patrulhamento<sup>18</sup> estendidas ao Morro do Pinto e no entorno dessas comunidades. Atribuindo tal possibilidade ao retorno do destacamento de policiais que prestam serviço pelo RAS<sup>19</sup> para atuarem na UPP.

Durante o discurso do representante do Batalhão da PMERJ, o último representante a falar<sup>20</sup>, ressaltou que naquela AISP os índices criminais estavam melhores que no ano anterior. Atribuindo os “*índices no verde*” às novas viaturas e ao RAS que “*ajuda a aumentar o policiamento na rua*”. O Presidente o interrompeu solicitando que, para a próxima reunião, fossem apresentados os índices de criminalidade daquela região. No momento, o Batalhão da área destacava-se entre os demais batalhões por ter atingido as metas<sup>21</sup>. Enquanto o policial militar confirmava a possibilidade de atender ao pedido, um homem sentado na primeira fileira da plateia, trajando calça jeans e camiseta, levantou-se e, em tom de autoridade, solicitou a fala. Ao se apresentar como representante da 4ª DP<sup>22</sup>, o presidente do Conselho

<sup>18</sup> Atividades de policiamento a pé ou com veículos.

<sup>19</sup> Regime adicional de serviço, representado pela sigla RAS, similar ao PROEIS constitui num sistema de remuneração do trabalho policial realizado no dia de folga.

<sup>20</sup> Estabelecido por protocolos, cerimoniais e regimentos de etiqueta, a condução de eventos institucionais é concebida através de um ordenamento ritualístico. A ordem na qual as autoridades são convidadas a compor mesas, bem como seu local de assento e o ordenamento das falas encontram-se intrinsecamente relacionadas ao lugar do cargo/função na hierarquia interna instituição a qual o agente representa e ao lugar onde a instituição encontra-se inserida na hierarquia burocrático-política da gestão governamental.

<sup>21</sup> “Criado em 2009, o Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM) é um modelo de gestão por resultado, desenvolvido pela Seseg, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional (SSPIO). Tem como principal objetivo desencadear ações integradas de prevenção e controle qualificado do crime e estabelecer as metas para a redução da incidência dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade. Assim, com a implantação do SIM, a Seseg pretende, também, aprimorar a gestão e o processo de integração institucional das Polícias Civil e Militar.”. Fonte: <http://www.sistemademetas.seguranca.rj.gov.br/> <Acessado em 06 de maio de 2019>.

<sup>22</sup> Delegacia Regional de Polícia. Tais regiões, compreendidas por um aglomerado de bairros, são delimitadas através de atos normativos governamentais.

evidenciou certo desconforto. Interrompeu a fala do policial civil, o convidou para compor o palco enquanto solicitava a outro membro do conselho situado na plateia a colocação de mais uma cadeira no espaço dos representantes estatais.

Os policiais civis não possuíam uniformes definidos, o que resultou no não reconhecimento prévio do agente localizado na plateia. Quando estes querem que sua identificação seja realizada previamente deixam visível, na altura da cintura ou na altura do tórax, seu distintivo. Essa forma de identificação também pode ser observada em policiais militares quando não fazem uso de uniformes, sendo esta situação denominada de paisano<sup>23</sup>.

Recusando o convite para juntar-se aos agentes no palco, em tom de explicação, prosseguiu a fala. Os dados solicitados ao comandante do Batalhão da Polícia Militar são dados coletados através das ocorrências registradas pela Polícia Civil nas delegacias. Sua coleta e produção dependem unicamente da notificação dos crimes, ou melhor, da comunicação destes à Polícia Civil, através do registro de ocorrência. Reforçando a importância da realização do registro aos presentes “*para que o trabalho das polícias possa ser realizado em conjunto*”. Continuou explicando o fluxo administrativo das informações até que essas se transformem em dados estatísticos e que serão utilizados para mensurar a atividade policial desenvolvida pelos Batalhões da Polícia Militar.

Antes que desse por encerrada sua fala explicativa, o policial civil foi interrompido por uma voz feminina vinda das últimas fileiras da plateia. Entoando sua indignação, a mulher - moradora da região - questionou sobre qual delegacia estaria atendendo aquela área<sup>24</sup>, dando início ao relato de um assalto que sofrera e do atendimento que não recebera.

Armados, os assaltantes entraram em um salão de beleza, localizado naquele bairro, onde além do roubo também assediaram as mulheres. Ao buscarem a delegacia para registrar a ocorrência foram encaminhadas à outra delegacia, sendo informada que aquela DP, supostamente, não atendia a área onde ocorreu o crime. Na outra delegacia, após mais de 3 horas esperando, foram mal atendidas e não conseguiram realizar a ocorrência. - *Igual ao SUS*, concluiu a mulher.

---

<sup>23</sup> Os agentes policiais militares que cumprem a função de investigativa nos Batalhões também desenvolvem seu trabalho “a paisano”, forma esta encontrada para ocultar a prévia identificação de sua vinculação profissional.

<sup>24</sup> No Rio de Janeiro, as delegacias são caracterizadas por tipos de atendimento. Há as delegacias regionais, que realizam o atendimento a setores geo-espaciais delimitados e as delegacias especiais, que realizam o atendimento de forma especializada a públicos e ocorrências específicas, como a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, a Delegacia Especial de Apoio ao Turista, entre outras.

O policial civil, dando prosseguimento, justificou que, em decorrência do “*pouco material humano*” disposto às delegacias, as ocorrências estavam sendo atendidas por uma “*escala de gravidade dos casos*”, sobretudo as Delegacias com *Central de Flagrantes* em sua estrutura. No processo de reorganização da região central da cidade, desde 2016 a 1ª DP Praça Mauá estava realizando seu atendimento junto à 4ª DP Praça da República. Acarretando, também, em mudanças recentes na equipe e em sua delimitação territorial de atuação, estando, naquele momento, indefinidas as áreas de atendimento de cada DP.

Finalizou sua fala apresentando que as ocorrências poderiam ser registradas em qualquer delegacia, uma vez que esta realiza o encaminhamento da ocorrência para a delegacia responsável pela área onde ocorreu o evento registrado, para que as investigações fossem realizadas. E reafirmou a necessidade da realização do registro.

Um senhor se levantou da plateia e pediu a palavra. Ao receber o microfone direcionou seu corpo esguio para o palco e engatou a falar, em tom de reclamação. Há pessoas que circulam pelo bairro, pessoas que perturbam o sossego dos moradores. Caminham fazendo barulho e bagunça, incomodando os moradores e algo precisaria ser feito para conter esse tipo de situação.

Tomou um ar e continuou. Encaminhando uma possível solução ao problema apresentado. Solicitou que a GM-Rio<sup>25</sup> passasse a realizar patrulhamento dentro do bairro, nas ruas onde há casas e não somente nas vias principais, ressaltou que a Guarda Municipal deveria atuar também *dentro do bairro* e não somente nas áreas comerciais e vias principais. Obteve como resposta do representante da Guarda que o pedido seria encaminhado às patrulhas.

Após a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, o presidente destacou que há muito o Conselho vinha tentando realizar um café da manhã, com o intuito de estabelecer parcerias com a Firjan e por “*problemas burocráticos não foi permitido o agendamento*”. Mas que, com o apoio dos membros voluntários do conselho, foi possível realizá-lo naquela manhã.

A representação institucional presente na reunião, em suas falas, dimensionava a complexidade envolta na prestação de serviços urbanos de ordenamento público da região

---

<sup>25</sup> GM-Rio – Guarda Civil do Rio De Janeiro. Instituída Pela Lei Complementar Municipal nº 100, de 15 de outubro de 2009 e regulamentada Pelo Decreto Municipal nº 38254 de 9 de janeiro de 2014 constitui de autarquia que substituiu a Empresa Municipal de Vigilância S.A.- EMV, responsável desde 1993 pela prestação de diferentes serviços de vigilância, controle e segurança.

central da cidade. Essa, diferente de outros bairros, congrega públicos difusos como turistas, moradores, comerciantes, passantes, entre outros e, por consequência, demandas e compreensões distintas quanto ao tema segurança pública. A relação estabelecida entre o ator social e o território constitui como elemento para dar legitimidade às demandas apresentadas nos espaços onde a participação encontra-se vinculada a questões socioespaciais.

Contudo, os serviços de policiamento e segurança desenvolvidos dentro do território de abrangência do CCS Zona Portuária são realizados por efetivos da Guarda Municipal através da Unidade de Ordem Pública (UOP), por policiais militares vinculados ao 4º BPM e à UPP Providência, por agentes do Centro Presente e, segundo o representante do Gabinete de Intervenção, pelos militares do Exército. Cada qual realizando abordagens conforme as orientações e protocolos de sua instituição e em ruas determinadas por seus gestores.

Evidenciando a distinção entre diferentes setores em uma mesma área territorial, cada qual recebe uma ação de patrulhamento. Através da diversificada atuação dos profissionais, pude verificar que na região central há uma categorização de áreas orientada pela interação entre os atores sociais no território. Essa relação estabelecida pela divisão das atividades sociais norteia a implantação de diferentes serviços públicos, em alguns casos desde sua concepção. No caso da região central do município do Rio de Janeiro, pude verificar a divisão entre área de residência, área comercial, área de circulação/acesso aos modais de transporte público e área turístico-cultural.

Não tendo encontrado representantes do Programa Centro Presente nesta reunião, aproveitei que naquele mês ainda ocorreria a reunião do CCS Centro Antigo/Lapa, outra oportunidade para buscar me inserir no campo de pesquisa. Saí de Niterói num final de tarde quente de outono rumo à Lapa, região conhecida por seus bares e vida noturna.

Na Rua do Lavradio buscava o Palácio Maçônico, local onde ocorreria a reunião. Uma construção antiga pouco suntuosa para quem vê de fora abriga, em dois andares, grandes salões nominalmente identificados. Os símbolos incompreendidos por leigos, como eu, preenchem espaços do teto, das escadas e de outros lugares do prédio que serve, em dias normais, de local para o encontro de seus membros.

Do lado de fora do portão de entrada um pequeno aglomerado de pessoas buscava entrar no prédio. Em um elegante terno preto, um segurança me atendeu e orientou como chegar à reunião - *acompanha o fluxo!*. Seguindo suas orientações avistei um homem e uma

mulher, ambos vestidos de farda cor caqui<sup>26</sup>, que entraram por uma porta lateral à porta principal do prédio. Subi uma escadaria de metal os acompanhando até o andar superior da casa.

Uma grande estátua no centro do corredor recepcionava aqueles que acessaram o andar isolado do restante do prédio. Em sua parede, do lado esquerdo, retratos de ilustres figuras do passado político luso-brasileiro compunham um memorial de membros, organizado em dois agrupamentos distintos. Cada agrupamento era composto por um quadro maior, seguido de quadros menores organizados em duas fileiras. Um desses locais de destaque era ocupado por José Bonifácio<sup>27</sup>, enquanto Dom Pedro I aparecia em uma das duas fileiras dispostas neste mesmo agrupamento. Havia também placas de júbilo à instituição. Ao lado direito, três suntuosas portas de madeira e, por trás dessas, três salões diferentes.

Ao final do corredor, precedida por uma pequena escada de três ou quatro degraus, a terceira porta encontrava-se aberta. Um pequeno *hall se* formava em frente à porta. Cerca de dez pessoas aglomeravam-se diante de um aparador de vidro onde estava disposta a lista de presença da reunião. Entre esses, alguns rapazes trajando coletes do Programa Lapa e do Centro Presente.

Entramos na sala onde um degrau dentro da sala separava o lado de dentro do lado de fora. Para tomar assento na plateia, situada nas laterais do salão, era necessário passar por duas colunas gregas que juntamente com o tapete azul construía um caminho que se estendia pelo salão até o palco, em formato de altar. Outros objetos adornavam o salão de teto azul celeste com estrelas de gesso prateadas desgastados pelo tempo.

Em seu interior, tomavam assento em um dos lados destinados ao público os agentes do Programa, identificados por seus coletes. Os demais participantes sentaram do outro lado. Eu, inclusive. As autoridades acomodavam-se em cadeiras localizadas no palco e assim prosseguiu a reunião-fórum com a saudação de abertura de sua presidenta.

Feito isso, convidou os representantes da organização que acolhia a reunião e os representantes das instituições de Segurança Pública, que ainda não haviam se acomodado para compor o palco. A presidenta iniciou os informes. Em seguida a pauta. E prosseguiu apresentando os palestrantes que realizariam as palestras do Fórum sobre Segurança Pública, iniciado na reunião anterior. Entre os apresentadores do dia fora anunciado o coordenador da

---

<sup>26</sup> Cor do uniforme da Guarda Civil Municipal da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>27</sup> A primeira loja maçônica do país fundada por José Bonifácio ainda durante o Império.



Operação Lapa Presente, que apresentaria o Programa e os dados de atendimento e prisões realizados, além da homenagem ao Coordenador de uma das bases e aos agentes do Programa.

A palavra foi passada para o primeiro palestrante, um general paraquedista da reserva. Este iniciou pedindo palmas aos agentes Centro Presente e afirmando que seria teórico (e não ideológico) na palestra sobre Segurança Pública e Defesa Nacional<sup>28</sup> que se estendeu, gerando uma alteração na organização da reunião.

Havia prevista também a apresentação de uma iniciativa privada de monitoramento de vídeo denominada Luz Azul<sup>29</sup>, que acabaria ocorrendo na reunião de dois meses seguintes, juntamente com a última leva de homenagens.

Uma ação realizada pela direção deste CCS foi a de prestar homenagens aos agentes das bases situadas em seu território de abrangência<sup>30</sup>. Assim, garantiam o aumento significativo do público participante nas reuniões, além de publicizar o apoio do Conselho e seus membros ao Centro e Lapa Presente e seus agentes. Durante as reuniões, fosse na fala da presidenta ou dos membros, era recorrente a reafirmação da defesa do programa e sua manutenção.

É que às vésperas do término do primeiro convênio de financiamento do Programa, ocorrido no ano de 2017, ventilava-se a possibilidade de extinção do mesmo. Diversas foram as manifestações de comerciantes e moradores realizadas na região central da cidade dos quais a direção do Conselho auxiliou na articulação e mobilização.

Após a terceira palestra, a presidenta solicitou a inversão da pauta, para que fossem realizadas as homenagens. Assim, os agentes do Programa poderiam voltar às ruas para realizar seu trabalho. Um a um, nominalmente, os agentes eram chamados no microfone. Chegando ao palco recebiam, pelas mãos do coordenador de sua base, dois certificados. Nos impressos padronizados, uma linha em branco era disposta para que fosse preenchida à caneta

---

<sup>28</sup> Tema recorrente da época devido a Intervenção Militar corrida no Rio de Janeiro.

<sup>29</sup> O Programa Luz Azul consiste numa iniciativa privada de coleta e arquivamento de imagens através do sistema de videomonitoramento existente em imóveis, sobretudo da região central do município, disponibilizando tais imagens às instituições policiais através do acesso direto ao banco de imagens disposto em um software online. Denomina-se Luz Azul pois, além da coleta e arquivamento das imagens, os imóveis que fazem a adesão à iniciativa também instalam luzes azuis em locais visíveis em sua fachada demarcando que naquele local há o sistema de vigilância, o que, segundo seus apresentadores, previne as ações criminosas que poderiam ser realizadas naquele local e em suas proximidades. O Programa é inspirado no Greenlight Security, implementado em cidades de outros países.

<sup>30</sup>São bairros abrangidos pelo CCS Centro Antigo/Lapa Centro (parte), Lapa e Paquetá. Este também compreendem os bairros atendidos pelos serviços da 5ª DP.

com o nome do agente. Seguindo de uma frase de agradecimentos *dos cidadãos de bem* aos serviços prestados à sociedade.

Por último, eram chamados os coordenadores de Base, para os quais era entregue uma placa de vidro com um agradecimento semelhante, este entregue pelas mãos da presidenta. Ao final, posicionavam-se para a foto lado-a-lado os entregadores e os receptores das homenagens. Os agentes se retiravam da reunião enquanto os coordenadores mantinham-se representando o Programa. Ritual esse repetido nas demais reuniões que eu viria a participar.

Os agentes das Operações Segurança Presente<sup>31</sup> são diferenciados por elementos dispostos em seus coletes que, apesar do formato padronizado, carregam características específicas de cada módulo do programa implementado e da organização hierárquica de cada base. Com um zíper de encaixe na parte frontal e dois bolsos na parte inferior da frente, os coletes possuem, na altura dos ombros e na parte inferior que vai do meio do abdome até a altura do quadril, as cores corresponde ao módulo do Programa ao qual o agente está de serviço ou é vinculado. Branco na altura do dorso, no canto superior direito é possível ver a logomarca do Programa que também se encontra estampada no centro branco das costas. Na parte inferior estão estampadas as logomarcas das instituições ao qual o mesmo é vinculado e também de seus financiadores. Entre a costura de separação das cores uma faixa cinza refletora garante certa segurança ao agente no trabalho de período noturno.

No Programa Lapa Presente, por exemplo, a logomarca constitui de um desenho em referência aos Arcos da Lapa com os dizeres abaixo “Lapa Presente”, os agentes financiadores constituem de setores públicos estaduais e municipais e a parte inferior dos coletes são cinza. No Centro Presente os coletes são vermelhos e a logomarca é constituída pelo desenho da Igreja da Candelária cercada de prédios com janelas coloridas, uma representação do início da Av. Presidente Vargas, abaixo os dizeres Centro Presente. As logomarcas das instituições correspondem a instituições públicas municipais e estaduais, além da FECOMÉRCIO<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> O termo “Operações Segurança Presente”, “Programa Presente”, “Segurança Presente”, sem o recorte territorial específico de cada módulo do Programa é utilizado por seus agentes quando se referem ao Programa como um todo. Para referirem-se a um módulo específico é comum suprimirem o termo Programa ou Operação e utilizarem apenas o nome do módulo precedido de “Presente”. Ex.: “Centro Presente”, “Lagoa Presente”, “Lapa Presente”.

<sup>32</sup> Quando iniciei a pesquisa a FECOMÉRCIO ainda era a financiadora do programa. Durante o campo a mesma foi substituída pelas logomarcas do Sistema S e do SESC. Essa alteração, segundo os agentes, se deu devido à troca do agente financiador quando da renovação do contrato, ocorrida em julho de 2018.

Apesar da padronização, alguns coletes possuíam numeração e *nome de guerra*<sup>33</sup> fixados com velcro no canto superior esquerdo, outros não possuíam. Uns mais desbotados que outros. Outros mais sujos que alguns. O uso do nome de guerra e da numeração, mais tarde, foi-me revelado como sendo algo novo incorporado em algumas bases e que vinha sendo organizado em outras. O nome condizia com o nome de guerra utilizado nas instituições militares de origem dos agentes que atuam no Programa, sendo alterado apenas quando havia muitos agentes com o mesmo nome, sendo nesse caso, possível escolher o uso de outro sobrenome ou do primeiro nome. Quanto às numerações, estas correspondem ao lugar ocupado na hierarquia da base pelo agente, tema que será melhor abordado no capítulo III.

Os agentes apresentavam uma feição de cansaço. Nenhum ostentava o armamento<sup>34</sup> ou portava algum símbolo que pudesse identificar quais agentes eram civis e quais eram policiais militares. Aparentavam compor as fileiras mais baixas da hierarquia do trabalho policial. Naquele momento a ampla maioria dos coletados<sup>35</sup> presentes era de não brancos.

Após a leitura da ata da reunião anterior, realizada sempre por um senhor de cabelos brancos e idade avançada que compunha a direção do CCS, abria-se o microfone para que a plateia pudesse apresentar suas demandas. Eram típicas as reclamações sobre barulho, consumo de álcool e outras substâncias. A necessidade de medidas de controle de casas noturnas, bares e da população externa ao bairro, que causavam transtornos aos moradores, era recorrente.

Havia, nas reuniões do CCS Centro Antigo/Lapa uma grande participação de pequenos empresários, síndicos de prédios localizados na região, membros de associações pró segurança e, também, membros de associações não governamentais. Em todas as reuniões representantes das associações, que possuíam em seu corpo agentes empresariais, reivindicavam a fiscalização e a remoção dos camelôs e ambulantes da porta de lojas, passeios públicos e demais locais com circulação de pessoas.

---

<sup>33</sup> Terminologia utilizada para o uso do sobrenome estampado nas indumentárias militares. Este é atribuído ao ingressante nas organizações militares produzindo significados e diferenciando os de dentro e os de fora. (Leirner, 2009).

<sup>34</sup> Aos policiais militares é permitido portar armamento letal, não sendo incomum o uso dentro e fora do serviço.

<sup>35</sup> Coletado é uma categoria nativa dos Moto Clubes para distinguir quem pertence e quem não pertence a alguma organização de motociclistas. O uso do colete entre eles constitui uma demarcação de qual moto grupo ou moto clube pertence. A fixação de *patches* caracteriza informações pertinentes a cidade de origem e de hierarquia dos membros e será acionada neste trabalho com fins de mencionar os agentes que atuam no Programa.

Em defesa dos lojistas e pequenos empresários, os diferentes discursos atribuíam os direitos de comercialização àqueles que contribuíram com os impostos, taxas, encargos e condições de comprovar a legalidade na aquisição do produto que estava sendo vendido e também a disposição de estrutura predial aos clientes-consumidores.

Certa vez um síndico de um aglomerado predial comercial solicitou a palavra para reivindicar a fiscalização dos ambulantes alegando que estes seriam uma concorrência desleal com os comerciantes. Afirmando que a diferenciação de preço dava-se em razão da formalização do empreendimento e do recolhimento de tributos e taxas para manter o comércio funcionando. Em outra, o mesmo ator social, utilizou da suspeição hipotética sobre os ambulantes para ajustar a reivindicação à pauta de segurança. Atribuindo aos ambulantes o estigma de prováveis receptadores e distribuidores de carga roubada, o que justificaria o uso da força estatal para coibi-los de vender naquela região.

Em sua fala apresentava um ciclo de criminoso que começaria com o roubo da carga na Baixada Fluminense e com a distribuição e venda dos produtos no centro do Rio, prejudicando os lojistas e a população de um modo geral, devendo o Estado atuar com maior veemência nas fiscalizações e abordagens.

Em todas as reuniões a oposição lojistas-ambulantes era latente, porém em nenhuma presenciei a participação de ambulantes, fossem organizados ou individualmente. Em algumas reuniões a ausência dos setores fazendários e fiscais da Prefeitura levavam os representantes da Guarda Municipal a informar que tal demanda não poderia ser atendida por eles, pois tal atuação seria de competência de outro setor do Poder Executivo Municipal.

Nas reuniões com a participação de agentes representantes do setor de fiscalização tributária/fazendária estes apresentavam dados e resultados das ações de abordagens, apreensões e fiscalizações realizadas e das medidas em execução para sanar o problema com os ilegais. Estes também se organizam em divisões territoriais específicas.

Além dos serviços de policiamento e de fiscalização tributária, serviços de limpeza e organização urbana são englobados pelos CCS como parte da Segurança Pública. Todos esses corpos estatais atuam simultaneamente dentro desses zoneamentos da região central do município do Rio de Janeiro; porém disforme, uma vez que cada instituição possui uma abrangência territorialmente demarcada distinta da outra. Essa sobreposição da prestação de

serviços públicos ocorre de forma pouco articulada, sobretudo no que tange às práticas de patrulhamento. O que gera, segundo algumas opiniões, o *deixa que eu deixo*<sup>36</sup>.

Após a primeira reunião do CCS Centro Antigo-Lapa encontrei um interlocutor, que prontamente se disponibilizou a fazer o contato com um conhecido da sua turma de PMERJ, que por acaso coordenava uma das Bases localizadas na região central. Colocou-se à disposição, este disponibilizou o contato do Coordenador Geral do Programa que, por sua vez, colocou sua equipe à disposição para que eu pudesse tirar dúvidas e também autorizou a observação da Base.

Neste momento, optei por uma das Bases, sendo critérios para tal escolha essa se situar dentro do território de abrangência do CCS Centro Antigo - Lapa, além de sua localização próxima e entre modais de transporte público urbano, com vasto comércio e prédios públicos adjacentes, vindo a ser um espaço de intensa circulação de pessoas onde se fazia presente, também, uma diversificada interação entre moradores, empresários, trabalhadores, entre outros segmentos. Movida pela curiosidade em saber quem eram os agentes de colete e o que faziam na base durante o processo de implementação do Programa Centro Presente, me coloquei novamente a cruzar a Baía de Guanabara em busca de respostas. Trajeto que seria repetido por mais alguns meses.

## **CAPÍTULO 2 – Organização da Base. Afinal, o que fazem os agentes?**

*“Ninguém quer fazer o que a gente faz aqui. Policiamento, abordagem...”*

*(Caderno de campo)*

Durante as duas primeiras décadas dos anos 2000<sup>37</sup>, a “Cidade Maravilhosa” sediou diferentes megaeventos e com estes ocorreram grandes modificações urbanas. Além das obras

---

<sup>36</sup> Na linguagem futebolística, faz alusão a situações nas quais dois jogadores, num mesmo posicionamento de indecisão, permitem que o adversário faça o gol sem resistência. Na Psicologia Social o termo pode ser traduzido por “preguiça social” ou “vadiagem social” e refere-se a redução do esforço individual frente ao trabalho em equipe por haver certa desconsideração quanto à responsabilidade do indivíduo na obtenção do resultado. (Myers, 2014[2010]. p.221-224)

<sup>37</sup> Desde a Eco92, ocorrida no ano de 1992, o Rio de Janeiro tem recebido diferentes eventos internacionais, porém entre 2007 e 2016 os denominados megaeventos na localidade se intensificaram, tendo destaque os Jogos Pan-Americanos em 2007, Jogos Mundiais Militares em 2011, Cúpula da ONU sobre o Meio Ambiente Rio+20 2012, Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014, Jogos Olímpicos de Verão e Jogos Paraolímpicos em 2016.

de infraestrutura, diferentes agendas governamentais<sup>38</sup> transformaram o município em um laboratório, sobretudo na área de segurança. Essas modificações atribuíram novas peculiaridades ao cotidiano local.

Enquanto as UPP's, tidas como solução aos problemas de segurança pública a partir da pacificação em áreas de favela, apresentavam resultados pouco eficazes, nas áreas centrais da cidade o Programa Operação Presente destacava-se como alternativa para a redução dos índices de criminalidade.

Na região Central, a implantação do VLT, a remoção da Avenida Perimetral, a reforma da Praça XV, a construção do Boulevard Olímpico e o fechamento parcial da Avenida Rio Branco, alteraram o cenário urbano e o cotidiano do centro comercial e financeiro da cidade. Nesta região também se encontram situadas as principais estações de transferência entre modais<sup>39</sup> de transportes<sup>40</sup> da capital do estado.

Dos serviços públicos de segurança pública implantados, os que não acabaram sofreram cortes em seu financiamento e a readequação para a atuação na cidade em sua normalidade. Estão entre estes o Centro Integrado de Comando e Controle (CCIC) e o Programa Lapa Presente, mantidos financeiramente pelo Poder Executivo municipal e estadual; a Operação Segurança Presente, que abarca “Aterro Presente”, “Lagoa Presente” e “Méier Presente”<sup>41</sup> e o Programa Centro Presente, financiados através de convênios que integram recursos da iniciativa privada e do setor público de âmbito estadual e municipal.<sup>42</sup> O financiamento de serviços públicos pela iniciativa privada não é algo novo e não se restringe às Parcerias Público-Privada (PPP) estabelecidas na lei 11.079 de 30 de dezembro de 2004, que regulamenta as concessões públicas de obras e serviços.

O termo *parceiro investidor* tem sido cunhado para caracterizar o financiamento privado de serviços públicos prestados diretamente pelo Estado, sobretudo na área de segurança pública. Os discursos do aumento da criminalidade, associados à crise financeira e

---

<sup>38</sup> Além das alterações espaciais, o Plano Rio Pós16 era composto por agendas sociais que compreendiam a segurança pública, tida como área onde o legado pós megaeventos teria maior impacto (GOÊS,2011).

<sup>39</sup> Diferentes pontos de ônibus, estações e terminais que compõem o sistema de transporte urbano na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>40</sup> Terminais de ônibus, aeroportos, portos, terminais rodoviários, estação de trem, barcas e vias principais da cidade.

<sup>41</sup> Também chamados de Amarelinhos ou “Minions”, devido à cor do colete (amarelo).

<sup>42</sup> Os Programas Lapa Presente e as Operações Segurança Presente foram criadas a partir do Decreto Estadual 45.475 de 30 de novembro de 2015, sendo modificado pelo Decreto 45.702 de 30 de junho de 2016 que também cria o Programa Centro Presente e, posteriormente, pelo Decreto 45.896 de 27 de janeiro de 2017.

a precarização da estrutura para a realização dos serviços públicos de segurança encontram-se no cerne da justificação para a realização de tais parcerias.

A instalação de convênios entre instituições privadas e públicas para a execução e financiamento de políticas na área de segurança pública no Rio de Janeiro não é recente. Em 1998, o estado já recebia cerca de 690 milhões de dólares que preenchiam as lacunas orçamentárias da área de segurança, denotando o processo de privatização dos agentes policiais,

“O papel do Estado, nesse processo, é mais visível quando componentes da organização policial são privatizados, como no Rio de Janeiro, onde o governo estadual é pago para subcontratar grupos de policiais militares para proteger prédios governamentais, bem como instalações de empresas e negócios privados. Tendo sido transformados em vigilantes, esses policiais militares em serviço fornecem proteção para instituições privadas ou prédios públicos em troca de equipamento (muitas vezes melhor do que o fornecido pelo Estado) e remuneração financeira (uma parte vai para a própria organização da Polícia Militar)” (HUGGINS, 2010).

Essa modalidade de parceria para a área de segurança não apenas congregava a contratação dos policiais para serviços de vigilância, mas também o financiamento direto de serviços governamentais. Em 2011 e 2014, as UPP's receberam recursos, não somente financeiros, de diferentes setores privados, entre eles a ONG VivaRio, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a empreiteira Odebrecht, o grupo EBX e a Coca Cola Brasil. Dentre as finalidades para o financiamento encontrava-se a aquisição de novos equipamentos de trabalho para os policiais militares, como armamento e colete balístico, estruturação das bases e a implantação de projetos de “gestão social”<sup>43, 44</sup>

Em janeiro de 2014, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou a Operação Lapa Presente. Com funcionamento diário entre 21h e 5h30, foi implantado através de uma parceria com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro com objetivo de ampliar a segurança na região, demanda que ganhou pressão popular e midiática após a ocorrência de dois homicídios no final do ano anterior, entre eles de um conhecido dono de bar (GONÇALVES, 2018).

A Lapa, localizada na região do Centro Antigo da cidade, tem sofrido mudanças em sua estrutura espacial desde o século XVII e é conhecida pelo antigo Aqueduto da Carioca que hoje sustenta os trilhos do bonde de Santa Tereza, e por ser o berço da boemia e lugar de

<sup>43</sup> C.f.: GANEM MISSE, 2013.

<sup>44</sup> PORTAL UPP com o URL <<http://www.upprj.com/index.php/faq>>.

“malandros”. Durante os anos 1990 e 2000 ganhou centralidade não somente um lugar, mas uma marca, sendo projetada uma nova reestruturação socioespacial buscando dar ordem e organização ao espaço (CARUSO, 2015).

O que tem ocorrido é um deslocamento do que defino como “centralidade da Lapa”, isto é, o bairro deixa de ser o centro das atenções, tanto por parte de empresários como dos gestores públicos, que passam a construir uma “nova centralidade” a partir dos olhos que se voltam para a zona portuária do Rio. O Rio de Janeiro, enquanto Cidade Olímpica, tem construído uma agenda de revitalização cujo objeto é apresentar à sociedade fluminense e internacional o que denominaram como “uma nova porta de entrada do Rio” através do projeto municipal Porto Maravilha (CARUSO, 2015).

Esse processo de transformação urbana não carregou consigo somente as reorganizações espaciais e a revitalização de prédios e praças. Para atender à demanda por segurança e policiamento ao público que transitaria durante as Olimpíadas na região Central da cidade, sobretudo no Boulevard Olímpico<sup>45</sup> onde ocorreram as transmissões de jogos e atividades culturais das mais diversas, o módulo Centro Presente das Operações foi inaugurado no dia 04 de junho de 2016.

Em quatro etapas, uma a uma, as Bases do programa foram implantadas em locais de grande circulação de pessoas, sobretudo próximo a modais de transporte público e de visitação turística. Estão localizadas na Praça Mauá (em frente ao Museu de Arte do Rio e do Museu do Amanhã), na Praça XV (em frente à estação de barcas), na Praça da Carioca (em frente à entrada/saída do metrô - estação Carioca) e na Avenida Presidente Vargas (em frente à Central do Brasil). Além das Bases, o patrulhamento é realizado por trios de agentes, formando um *cinturão de segurança* na região que interliga outros modais de transportes públicos coletivos, aéreo nacional (Aeroporto Santos Dumont), urbano e interurbano terrestre (Terminal Garagem Menezes Cortes, Rua 1º de Março e outros pontos de ônibus de maior circulação na região) e o VLT<sup>46</sup>.

A parceria entre setor privado e setores públicos (municipais, estadual e federal) objetiva *coibir roubos e furtos, consumo e comércio de drogas, e ainda promover o ordenamento urbano* nas áreas de abrangência do Programa<sup>47</sup>.

<sup>45</sup> O Boulevard Olímpico, denominado Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, consiste em um calçadão com cerca de 3,5km de extensão passando pelos bairros da Gamboa, Saúde e Centro.

<sup>46</sup> O VLT Carioca - Veículo Leve sobre Trilhos - é um serviço de transporte público coletivo, movido à energia elétrica, que possibilita a integração entre modais de transporte da região central da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>47</sup> C.f: Portal do Governo do Estado, 2016.



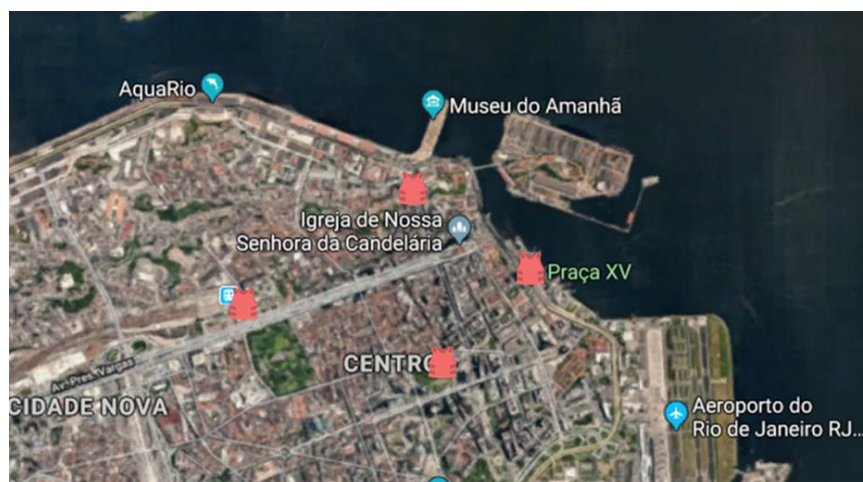


Figura 1 - Localização das Bases do Programa

Disposta a acompanhar o cotidiano dos agentes das bases do Programa Centro Presente, novamente me desloquei à capital, desta vez ao Palácio das Laranjeiras<sup>48</sup>, para o encontro com o gestor administrativo e operacional deste módulo do Programa, sendo muito bem recebida.

Para cada módulo da Operação há uma equipe de gestão político-administrativa formada por um policial militar com oficialato adido<sup>49</sup> e uma equipe administrativa, composta majoritariamente por agentes civis. Os setores responsáveis por todas as Operações vinculadas à Secretaria de Estado de Governo se encontravam organizados em uma grande sala. A separação das equipes era delimitada por divisórias de MDF e vidro. As divisórias que constituíam a parte superior em vidro possibilitavam ter uma visão ampla da sala mesmo quando os agentes encontravam-se sentados. Estações de trabalho, algumas com computadores e outras não, eram ocupadas por coordenadores, gestores e equipes, dispostos nessa grande sala. Em cada entrada de setor, colado no vidro, um pequeno cartaz impresso que informava sobre qual setor do Programa estava localizada naquela subdivisão.

Apresentando o local, o coordenador gestor explicou que o diferencial das Operações se iniciava ali, naquele gabinete, onde não havia salas ou espaços físicos em separado ou delimitados que reforçassem uma hierarquia estabelecida. A “*gestão enxuta*” e a “*proximidade*” entre os membros da equipe, independente da função, imprimia para os

<sup>48</sup> Casa oficial do Governador do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>49</sup> Termo utilizado para se referir ao policial militar que encontra-se prestando serviço à um órgão externo à PMERJ.

agentes o que se esperava do programa nas ruas. Um dos objetivos das Operações consistia na revalorização de práticas policiais pouco valorizadas, como a abordagem e o atendimento a populações vulneráveis, desenvolvendo *não um trabalho de choque de ordem, mas um ordenamento urbano em conjunto com o acolhimento social*. Buscava-se, assim, desenvolver o *sentimento de pertencimento* do morador e comerciante ao local onde era implantado.

A proposta baseada no policiamento de proximidade em um território definido e os agentes envoltos em sua implementação identificados com o colete – *caracterizando o agente não mais como um Policial Militar a serviço da instituição PMERJ, mas um policial militar que desempenhando um trabalho de abordagem e de proximidade com o cidadão, que não era valorizado dentro dos Batalhões*, tinha por objetivo constituir uma espécie de *polícia do bairro*.

Formado no Curso de Especialização de Justiça Criminal e Segurança Pública, outrora oferecida pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, o coordenador gestor colocou-se a apresentar alguns marcos teóricos e outras políticas de segurança que deram conformidade aos conceitos norteadores do Programa, para *contribuir com a minha pesquisa*. A “Teoria das Janelas Quebradas” e a Operação Tolerância Zero de Nova York<sup>50</sup> norteiam a gestão. Por outro lado, o Plano Nacional de Policiamento por Quadrante da Colômbia<sup>51</sup>, o Sistema Kōban<sup>52</sup> do Japão e o Plano Quadrante dos Carabineiros

---

<sup>50</sup> Modelo da moderna política criminal norte-americano, o conceito *broken windows* influenciou diferentes políticas públicas de segurança e de ordenamento público na segunda metade do século XX. Cunhado pelo cientista político James Q. Wilson e o psicólogo da área criminal George Kelling, foi publicado em 1982 e estabelece uma relação de causalidade entre desordem urbana e criminalidade. Compreendendo por desordem desde pequenos delitos, como vandalismo, até o desobedecimento de regras informais forjadas na relação entre pessoas e agente de segurança dentro do território. Outra característica deste conceito é a de que o agente deve estar entranhado no seio da comunidade, criando um vínculo que possibilite o ordenamento em conjunto entre população local e a autoridade policial. (KELLING e WILSON,1982). Na década de 1990 o conceito foi aplicado em Nova York sob o nome de Tolerância Zero. Implantado inicialmente nas estações de metrô para realizar a prisão de puladores de catraca e de pessoas que cometeram pequenos delitos, passou a nortear a ação da polícia da cidade que passou a realizar abordagens que levaram ao cumprimento de mandados de prisão, remoção de segmentos populacionais tidos como desordeiros da região central da cidade e a redução dos índices de criminalidade.

<sup>51</sup> O *Plan Nacional de Vigilancia Comunitaria por Cuadrantes - PNVCC* foi implementado nas cidades de Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla, Cúcuta, Bucaramanga, Pereira y Cartagena. Consiste na divisão da cidade em quadrantes para que os cidadãos se comuniquem mais rápido com as forças policiais, otimizando o serviço de vigilância dentro de territórios. Busca impactar na atividade criminal e na percepção de segurança da população.

<sup>52</sup> Consiste num sistema de vigilância utilizado há mais de cem anos no país e que faz uso de postos policiais distribuídos em territórios para atender crimes e acidentes. Através do patrulhamento em diferentes transportes e a pé, os agentes ajudam a organizar as o trânsito e, através de visitas, montam um mapeamento da área, sabendo quem reside, trabalha e atua na área - quem é de dentro - e quem é de fora. (DO NASCIMENTO et.al.,2016)

do Chile<sup>53</sup> foram apresentados como suporte à política de proximidade. Além destes, o modelo de policiamento comunitário - Cosme e Damião - implantado pelo Coronel Nazareth Cerqueira no final dos anos 1980 e retomado em 1993 na cidade do Rio de Janeiro também foi citado como projeto inspirador incorporado na concepção do Programa.

No livro que relata a trajetória do Coronel Nazareth Cerqueira em sua jornada pela implantação de novas práticas à tradicional PMERJ, o Coronel Jorge Braga apresenta como era realizado o policiamento comunitário.

“Era um policiamento feito em dupla, Cosme e Damião, ou sozinho. Andava-se por determinado quarteirão e ruas; a comunidade conhecia o policial e a maioria das pessoas gostava dele. Havia, dentro do quartel, um telefone para receber chamadas, nosso telefone eletrônico. O policial não tinha um dia certo, ele fazia a escala dele e participava dos eventos na comunidade. Havia também a ronda escolar; a sala de oficina das crianças das comunidades pobres, onde aprendiam a trabalhar como borracheiro, carpinteiro, mecânico. Existiam os programas da criança e adolescente para populações de rua, principalmente menores infratores. Também existia um trabalho chamado Policiamento de Bairro. Por meio dele, parava-se uma Kombi que realizava pesquisas sobre satisfação, criminalidade... O policiamento circulava com esse intuito e depois entrava na Kombi e ia embora. Depois, era feito um policiamento para o horário de incidência de roubo e específico para aquele local onde tinha um tipo determinado de roubo, principalmente o de residências; isso era chamado de área de prevenção. O policial era bem conhecido e tinha comunicação permanente com a comunidade. Não eram substituídos, porque nesse modelo não se deve trocar. É preciso manter o camarada sempre ali, para ele ser conhecido e querido pela comunidade. Tem que ter aquela vocação de policial comunitário.” (LEAL, A. et al., 2010. pp-78-79).

Com o patrulhamento, as Operações implementam a política de prevenção através da inibição de pequenos delitos, sobretudo em áreas com concentração comercial e turística, tendo por metas reduzir índices de criminalidade, promover o reordenamento urbano e a garantir o direito de ir e vir dos moradores e turistas. Essa atuação é realizada através de redes institucionais públicas, com a Prefeitura do Rio, com a Guarda Municipal e serviços de Assistência Social, e através da articulação territorial com moradores e comerciantes<sup>54</sup>.

O Programa Centro Presente é financiado através de um convênio firmado entre setores público e privado<sup>55</sup>. O primeiro convênio possuía validade de 24 meses e vínculo

<sup>53</sup> El Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva - PCSP, implementado no Chile em 1927, passando por modernizações durante os anos 1990 e 2000 que culminou na expansão das áreas de atuação de seus agentes e dos territórios de atuação. “El Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva es un sistema de vigilancia por sectores (Cuadrantes), donde se desarrollan acciones preventivas y de procedimientos, en un área cuya vigilancia corresponde a una Unidad de Carabineros. Su sentido general es obtener una mejor eficiencia en el accionar policial y acentuar una relación de trabajo directa con los habitantes de cada cuadrante”. (CARABINEROS,2010,p.19)

<sup>54</sup> C.f: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2657772>.

<sup>55</sup> Os Stakeholders do Programa Centro Presente durante os primeiros 36 meses de convênio consistiam na Prefeitura do município do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro e a FECOMÉRCIO.

inicial à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH/RJ<sup>56</sup>), recebendo um investimento calculado em R\$ 47 milhões para a execução de 12 meses<sup>57</sup>, vindo a ser renovado em junho de 2017 por mais 12 meses.

### **Uma estrutura que, às vezes, se desestrutura**

Em junho de 2018, quando iniciei as observações diretas nas Bases do Programa Centro Presente, a mídia noticiava a negociação entre os financiadores, expondo um certo clima de incertezas sobre sua manutenção. Comerciantes e personalidades políticas, além de pequenas passeatas com cartazes organizadas pelo CCS Centro Antigo-Lapa engrossavam o coro de reconhecimento da eficácia do Programa. Na Av. Presidente Vargas uma grande faixa em apoio ao Programa foi estendida em um dos prédios. O convênio veio a ser renovado, com a redução do horário de funcionamento e com um novo *parceiro investidor*, o SESC<sup>58</sup>.

Desde a primeira renovação do convênio, as Bases do Programa Centro Presente têm sofrido alterações em sua estrutura. Tais modificações demandaram dos agentes criativos rearranjos. Durante o período de vigência do primeiro convênio, que abarcou o período Olímpico, o Programa contava com estrutura de apoio (tenda, van e carros), equipamento para patrulha (motos, bicicletas e câmeras-usada para registrar as abordagens), armamento letal e não letal (spray de pimenta e arma de choque), GPS e colete de identificação. As bases móveis consistiam em vans adaptadas. Equipadas com ar-condicionado, televisores para controle de vigilância e acesso remoto ao banco de informações da Polícia Civil, funcionava como espaço de suporte operativo em tempo real para as atividades de policiamento. Findo o período de eventos, as modernas vans foram removidas, dando espaço para tendas articuladas estilo gazebo, com lonas laterais onde estavam estampadas as logomarcas do Programa e de seus stakeholders.

No dia em que fui recebida na Base, um contêiner acabava de ser incorporado à estrutura da tenda, que aos poucos foram sendo organizados pelos próprios agentes. Através do financiamento coletivo e da articulação dos coordenadores, objetos como porta chaves,

---

<sup>56</sup> Deste ponto em diante ao me referir a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos utilizarei a sigla SASDH/RJ.

<sup>57</sup> O convênio que se encerraria em junho de 2017 foi renovado por mais 12 meses.

<sup>58</sup> “Mantido pelos empresários do comércio de bens, turismo e serviços, o Serviço Social do Comércio - Sesc - é uma entidade privada que tem como objetivo proporcionar o bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores deste setor e sua família.” (site institucional SESC).

contact para as janelas, armários, tomadas e outros arranjos foram sendo organizados para atender a necessidade do dia a dia.

Os contêineres transformaram-se em um espaço para guarda de bens pessoais como mochilas e capacetes, para a realização de refeições, troca de roupa, carregamento de aparelhos celulares, e, por vezes, para a realização de alguma conversa ou reunião mais restrita. A tenda, mantida ao lado ou em frente das bases, era o local de atendimento à população e onde os agentes concentravam suas atividades administrativas e de interação.

Visando melhorar o espaço físico para atender o cotidiano específico de cada base, outros rearranjos aproveitando estruturas já existentes foram realizados pelos próprios agentes. Na base *Bravo*, situada na Praça XV em frente à estação do VLT e da Barcas, por exemplo, uma antiga cabine de informação turística desativada, após as Olimpíadas, foi anexada ao container base, criando um espaço de copa, onde foram colocadas uma geladeira e uma cafeteira. Na *Charlie*, situada no Largo da Carioca, a área da base está localizada ao lado da cabine da PMERJ, onde também há um espaço de cozinha e um banheiro. Ambas bases e suas respectivas estruturas agregadas são cercadas por grades móveis, delimitando o espaço das bases, separando-os das Praças onde se encontram implantadas.

Como não há banheiros, os agentes se trocam dentro dos contêineres, assim como praticam suas necessidades fisiológicas em diferentes locais, sobretudo comerciais, por onde realizam o patrulhamento. A ida ao banheiro é informada pelo rádio e anotada pelos agentes da base. Os agentes fazem uso dos banheiros próximos às bases. Por exemplo, na Bravo faz-se o uso do banheiro das Barcas e na Charlie o comum é a utilização do banheiro da cabine do Batalhão. O uso do banheiro de um dos prédios situado próximo às bases era comum por parte dos agentes, sobretudo os que faziam serviço de patrulhamento. Entretanto, a constante parada de trios de agentes identificados, ficando dois aguardando enquanto um utilizava o banheiro, gerou certa percepção de ócio, sendo solicitado pela coordenação do programa que os agentes não mais utilizassem o banheiro do local.

Além das bases há também *pontos-base, móvel, local estratégico onde as viaturas ficam paradas, na esquina ou cruzamento, um local aberto para que o policial seja visto*. Além do ponto-base móvel, cabines da PMERJ localizadas dentro do território, desativadas ou sem atividade durante o dia, eram negociadas para serem ocupadas por agentes estímulos a serviço do Programa.

Os coletes estavam sendo trocados, assim como os demais materiais que possuíam a logomarca do antigo parceiro financiador. Os agentes já não mais dispunham de armamentos não letais e o colete balístico utilizado era cedido pela SEAP. A manutenção das bicicletas, assim como de demais itens do espaço físico das bases, era realizada pelos agentes ou por parcerias estabelecidas no território ou dentro da PMERJ.

Certa vez eu pude acompanhar a instalação do aparelho de ar-condicionado em um dos contêineres, que foi realizado por um policial militar eletricitista que passou uma tarde inteira tentando encontrar o cabeamento elétrico da praça para realizar a ligação do aparelho que se encontrava sem uso há algumas semanas por não ter sido instalado.

### **O Programa Segurança Presente visto de perto**

Chovia quando fui à base pela primeira vez. Fui recepcionada pelo subcoordenador que iniciou a apresentação da base. Afirmando que eu escolhera uma *base tranquila* em comparação de ocorrências e atendimentos realizados pela base Delta, situada na Central do Brasil e que essa característica influenciava diretamente no perfil do policial que escolhia tirar o dia de serviço no local. Segundo ele, a sua maioria era oriundo do QG<sup>59</sup>. Ao longo do tempo pude perceber, pela farda, que eles também tinham origem de Batalhões, UPP's, do Hospital, entre outros setores da PMERJ.

Dentro das alas o que diferencia uma da outra, segundo os agentes, é a idade e a religião dos agentes. Dentre as alas que acompanhei, uma – segundo o seu adjunto – era considerada a ala mais calma que atuava na base, por ser composta majoritariamente por evangélicos, o que norteava a administração dos conflitos de forma pacífica e o respeito entre seus membros.

Os agentes públicos que atuavam na base são divididos em duas categorias: civis e militares e em três tipos de profissionais, classificados pelo seu regime de trabalho: assistente social, fixos e estímulo.

As assistentes sociais realizam uma escala entre si, revezando dois dias trabalhados por um de folga. Seu trabalho consistia em atender a população em situação de vulnerabilidade que procura a base e encaminhá-los a serviços públicos de atendimento social como a emissão de documentos. Cada base possui 3 assistentes sociais.

---

<sup>59</sup> O QG, como é chamado pelos policiais, congrega a sede do quartel general da PMERJ, também denominado DGP, e é o local onde se realiza o trabalho administrativo da PMERJ.

Os agentes fixos encontram-se caracterizados entre policiais militares e agentes civis<sup>60</sup>. Os policiais militares compõem a coordenação da base e também as alas. São vinculados à PMERJ e transferidos oficialmente para atuar exclusivamente nos programas do Segurança Presente, a serviço da SEGOV, através de Portaria publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Cerca de 10% dos agentes que compõem o Programa são fixos, estes são considerados os *multiplicadores* do conceito do Programa, sendo *deslocados para os projetos novos para plantar a semente, por já conhecerem o Programa*.

A coordenação de cada base é composta por oficiais da PMERJ. Divididos em coordenador e dois subcoordenadores, eles possuem escala própria entre si e atuam de forma que sempre haja um deles de serviço acompanhando a ala. Compete ao Coordenador as funções de representação externa como a participação em agendas públicas – tais como as reuniões do Conselho Comunitário de Segurança da área e reuniões com os gestores do Programa, mesmo essas ocorrendo fora do seu dia de trabalho. E funções de caráter interno, tal como deliberar sobre questões pertinentes à rotina de trabalho, acompanhamento das equipes<sup>61</sup>, sendo remetido ao coordenador apenas questões atípicas que demandam tomada de decisão - *a última palavra é sempre do coordenador*.

Cada base possui três alas que revezam a escala de trabalho entre si. Alternam um dia de trabalho e dois de folga. Segundo um dos agentes, essa organização foi estipulada após surgir a demanda dos agentes para alteração da escala de trabalho de 8 horas para 16 horas diárias. As alas são denominadas por Alfa, Bravo e Charlie e são compostas por agentes civis e policiais militares, sendo estes também categorizados como fixos.

Cada ala é composta por um adjunto de ala, um chefe de base, um auxiliar de chefe de base, um auxiliar de van ou base, um motorista e um PM fixo. A hierarquia aplicada nas funções das alas possui relação com o tempo de atuação destes nas Operações Segurança Presente.

A função de adjunto de ala é exercida exclusivamente por policiais militares oficiais da reserva remunerada que retornam à ativa<sup>62</sup>. Ao ingressar no Programa, declaram não mais

---

<sup>60</sup> Também denominados de SEGOV por serem contratados em cargo de comissão vinculados à esta secretaria.

<sup>61</sup> Considerando que o coordenador e os subcoordenadores atuam com escala própria e que o acompanhamento do cotidiano da Base é realizado por aquele escalado para o dia, neste trabalho, me referir à coordenação ou ao coordenador estarei fazendo menção à função específica atribuída à ambos os cargos.

<sup>62</sup> “Art. 6º - São equivalentes as expressões na ativa, em serviço ativo, em serviço na ativa, em serviço, em atividade ou em atividade policial-militar conferidas aos policiais-militares no desempenho de cargo, comissão,

almejar ascender na escala de oficialato. Estão hierarquicamente vinculados à coordenação de base. Os adjuntos ocupam a função de coordenação da ala, sendo o responsável pela supervisão do trabalho desempenhado pelos agentes fixos e assumindo a coordenação da base quando a coordenação se ausenta.

Os agentes civis são egressos das Forças Armadas, indicados pelo Comando do Leste<sup>63</sup>. Dividem-se em dois agrupamentos. Os agentes civis mais antigos - de Programa - realizam atividades de coordenação das rotinas administrativas nas funções de Chefe de Base, Auxiliar de chefe de base, auxiliar de van ou base, motorista. Os agentes civis mais novos auxiliam o patrulhamento ostensivo, acompanhando a dupla de estímulos e realizando a filmagem das abordagens realizadas. Tal procedimento visa *a transparência da ação e respaldo ao abordado caso se sinta violado*.

Os estímulos são policiais militares que se cadastram no Programa de Estímulo Operacional - PEOp<sup>64</sup> e se voluntariam para trabalhar até 90 horas em seu dia de folga de forma remunerada. Consistem em policiais que não constituem o segmento de oficiais, não sendo restrito aos oficiais e aos policiais fixos a participação no PEOp.

Após terem seu cadastro aprovado, o policial recebe acesso ao sistema, uma plataforma online, onde pode selecionar quantos dias de folga irá dispor para atuar no PROEIS<sup>65</sup> ou no RAS. O próprio sistema limita a possibilidade de se inscrever por mais horas e também possibilita que o policial decline da inscrição com até 24 horas de antecedência.

O RAS (Regime Adicional de Serviço) é a modalidade de troca voluntária do dia da folga para atuar a serviço dos Batalhões da PMERJ. O PROEIS (Programa Estadual de

---

encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade policial-militar ou considerada de natureza policial-militar nas organizações policiais-militares, bem como em outros órgãos do Estado, quando previstos em lei ou regulamento.” - Lei Estadual 443 de 01 de julho de 1981.

<sup>63</sup> O Comando Militar do Leste é um dos Comandos Militares de Área do Brasil. É o Comando da 1ª Região Militar e da 1ª Divisão de Exército, com sede no Rio de Janeiro e da 4ª Região Militar sediada em Belo Horizonte. Fonte: Wikipédia

<sup>64</sup> Criado pelo Decreto nº 45.475, de 27 de novembro de 2015, alterado pelos Decretos nº 45.702, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 45.831, de 23 de novembro de 2016 e pelo Decreto nº 46.261 de 09 de março de 2018; o Programa de Estímulo Operacional constitui a regulamentação para a atuação dos Policiais Civis e Militares empregados nas operações desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, bem como estipula os valores do dia de trabalho.

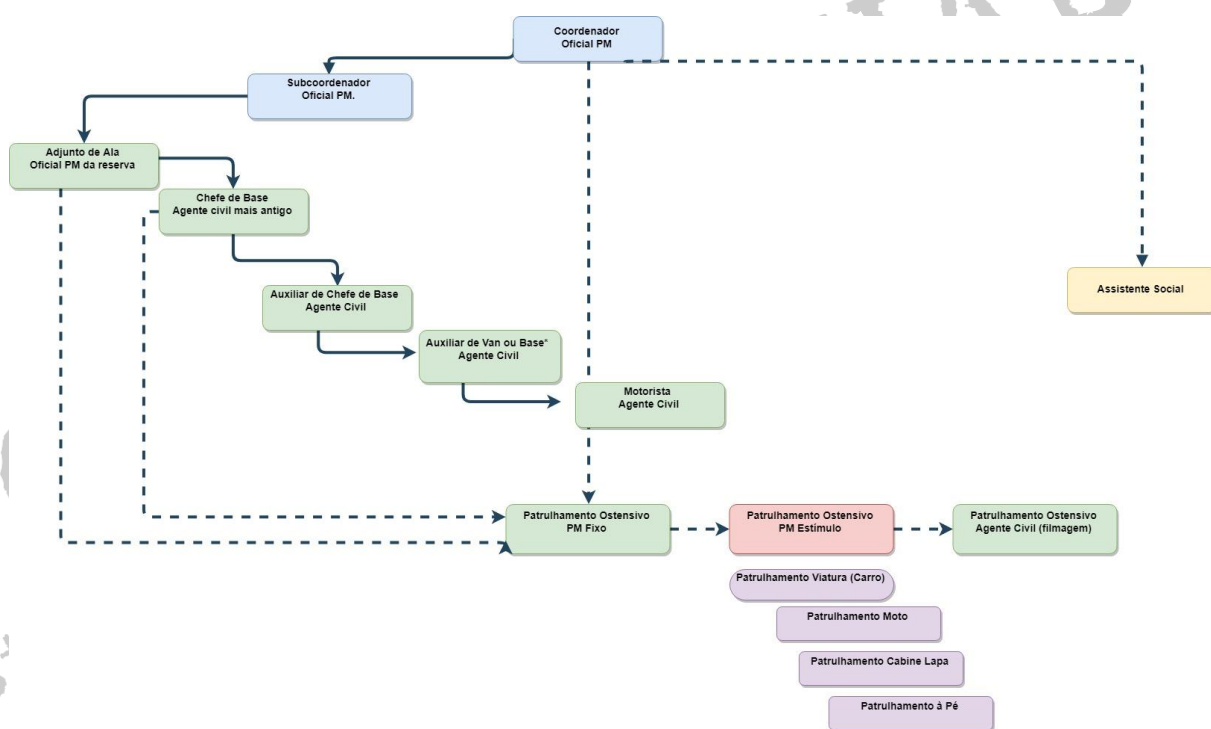
<sup>65</sup> Criado pelo Decreto nº 42.875 de 15 de março de 2010 e alterado pelo Decreto 43.309 de 24 de novembro de 2011, autoriza a celebração de convênios para a área de Segurança.



Interação na Segurança) é a modalidade que permite ao policial optar em desenvolver o trabalho nos programas e convênios, entre eles as Operações Segurança Presente<sup>66</sup>.

Todas as quintas-feiras, às 6h para as Operações Presente no Méier, Lagoa e Aterro e às 7h para os demais convênios, o Policial Militar acessa a plataforma onde é possível optar pela Base e pelos horários onde irá trabalhar durante o período de folga. O rito de inscrições é realizado semanalmente por aqueles que desejam *banicar*<sup>67</sup> no Programa.

Os estímulos realizam o patrulhamento, a abordagem e a entrega do serviço *na ponta*.



**Figura 2 - Organização da Base**

As bases começam a funcionar, efetivamente, às 8h, de segunda a segunda, incluindo os monótonos feriados onde a maioria das ruas ficam vazias e o transporte público é escasso. Os agentes civis chegam mais cedo, entre 6h e 7h, para retirar o material que será utilizado

<sup>66</sup> Além dos convênios vinculados à SEGOV, os policiais podem atuar em Convênios do PROEIS celebrados com Prefeituras ou Concessionários de Serviços Públicos, entre elas as Barcas, a Light, o Trem do Corcovado, a Supervia, o BRT, o Metrô, entre outros. Fonte: <http://www.pmerj.rj.gov.br>.

<sup>67</sup> Outras categorias como *tirar*, *estar de serviço*, *tirar serviço* podem ser utilizadas com o mesmo sentido pelos agentes.

durante o expediente de trabalho. Ao chegar na Base iniciam o trabalho de organização e limpeza do espaço.

Entre 8h e 9h chegam os estímulos que assinam junto ao Chefe da Base e ao Auxiliar a escala<sup>68</sup> do dia. Para cada trio composto por dois policiais militares e um agente civil, há uma demarcação específica da rua onde o patrulhamento a pé deve ocorrer; o mesmo ocorre com a área onde o patrulhamento é realizado em bicicletas e motocicletas, dentro da microárea atendida pela Base. Tais posições no território são informadas neste momento.

Os agentes que realizam o patrulhamento retiram os equipamentos, rádios, máquinas fotográficas e coletes balísticos, devidamente numerados, sendo anotado em formulários específicos o nome de quem retirou e a numeração do equipamento.

Próximo às 9h o coordenador ou policial militar com função mais próxima ao coordenador na escala hierárquica de organização da base, reúne todos em uma roda. Nesse momento é realizada a chamada nominal dos estímulos e passam-se informes sobre os acontecimentos do dia. Antes de liberá-los para a rua, aquele na função de coordenador do momento reforça também o zelo durante a abordagem, sendo incentivado a não fazer uso da violência.<sup>69</sup> Após o término das falas, os trios são liberados para o patrulhamento, ficando na base apenas os agentes fixos com funções pré-determinadas.

Entre 12h e 14h é realizada a hora do almoço. Alguns fixos e estímulos regressam à base para carregar o celular, se alimentar, assinar algum formulário que tenha sido esquecido pela manhã, entre outras coisas. Nesse momento espalham-se pelo espaço e conversam sobre diferentes assuntos.

Após o almoço, por volta das 14h ou 15h, é realizada a supervisão das equipes (trios de policiamento) pelo coordenador ou subcoordenador presente no dia. Antes de sair da base faz-se um informe via rádio marcando o início da supervisão. Ele escolhe, dentre os agentes que se encontram na base no momento, quem o acompanhará. Em companhia de um agente civil - normalmente o mais antigo presente no local - e por um policial militar fixo, em trio, saem para verificar se as equipes se encontram em seus respectivos postos e quais eventos ocorreram ao longo do expediente.

---

<sup>68</sup> Lista de presença que consta os dados do agente. Essa listagem é gerada através da seleção realizada pelo agente quando escolhe a Base onde irá *bancar* as horas de trabalho voluntário remunerado.

<sup>69</sup> Durante o período eleitoral, sobretudo agentes de segurança candidatos, que solicitavam o uso da fala para se apresentar e apresentar suas propostas. Essas versavam sobre a institucionalização e o compromisso com a manutenção do Programa.

Ao chegar numa rua onde determinada equipe estava situada, ele solicitava, também via rádio, a localização desta se dirigindo ao seu encontro. Ao encontrá-los o coordenador pergunta se há alguma ocorrência, algo suspeito, como está o patrulhamento, entre outras coisas, buscando informar-se do trabalho e das demandas apresentadas no local durante o período de atividade da equipe.

Durante o expediente de trabalho, a assistente social realiza o atendimento e o encaminhamento de pessoas em situação de rua para serviços de atendimento socioeconômico. Consiste o atendimento padrão no encaminhamento de pessoas em situação de rua que haviam perdido seus documentos para a retirada de novos através da Defensoria Pública. A partir de uma parceria entre o Programa e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a base, todas as tardes, torna-se o local para encaminhar a pessoa em situação de rua para a triagem – *na Ilha* – para que essa possa dormir em um dos hotéis sociais dispostos pela política municipal e estadual de assistência social. Nem todas as bases congregam tal parceria, mas todas as assistentes sociais possuem proximidade com a população de rua que reside em espaços públicos próximos à base.

Nesse período da tarde, os agentes fixos executam suas funções na Base. Levam para carimbar os comprovantes de estacionamento dos policiais em serviço no dia, realizam o preenchimento de outros formulários, organizam a base, auxiliam no atendimento de ocorrências atípicas, acompanham os grupos de WhatsApp<sup>70</sup> construídos para manter a comunicação entre a base e os agentes, entre a base e os moradores, comerciários e trabalhadores do território, e preenchem o caderno de meritórias<sup>71</sup>.

Todas as tardes, por volta das 14h, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos estacionava seu micro-ônibus e sua van próximo a base Charlie. O micro-ônibus era utilizado para transportar os encaminhados para *a Ilha*, costumeiramente saía entre 15h e 16h. Não era incomum que pessoas em situação de rua que se encontravam trabalhando em horário comercial tivessem que ser orientadas a buscar a base da Lapa Presente, que funcionava após as 20h, para tentar ingressar no serviço de acolhimento. Ao lado da van, parava também um caminhão pequeno de caçamba aberta e dois funcionários da Companhia de Limpeza Urbana - COMLURB.

---

<sup>70</sup> Aplicativo de telefone desenvolvido por Brian Acton e Jan Koum, que constitui o arcabouço das redes sociais. É utilizado para a comunicação entre pessoas ou entre grupo de pessoas.

<sup>71</sup> São denominadas meritórias o dia de folga dado ao policial que realiza uma abordagem que gera a prisão do abordado. Tal medida adotada por todos pelos módulos da Operação Segurança Presente visa reconhecer e prestigiar o trabalho realizado pelo policial dentro dos conceitos norteadores do Programa.

Uma das atividades exercidas pelos Policiais Militares fixos era o acompanhamento da Operação da COMLURB, consistindo em garantir a integridade física dos agentes envolvidos da Operação, sendo escalado o policial que estivesse na Base ou próximo a ela.

Entre as 17h e 19h outro momento de refeição é realizado, sendo este um novo momento de socialização entre os agentes fixos e estímulos. Às 20h é informado pelo rádio o encerramento do dia de trabalho. Nesse momento, os agentes recolhem e conferem todos os equipamentos retirados pela manhã. Os coletes balísticos são contados e as câmeras e seus cartões de memória são checados um a um seguindo a numeração disposta nestes. Os rádios são desmontados e aos poucos a Base começa a ser fechada pelos agentes fixos que encerra seu expediente às 21h.

### **Observando as ruas**

Minha primeira saída se deu acompanhando o Coordenador da Base onde eu estava realizando a pesquisa à outra Base da região. Ele precisava entregar a escala, deliberada em uma reunião naquela manhã, que determinava a escala de destacamento de efetivo para acompanhamento das Operações da COMLURB.

Coincidentemente neste mesmo dia o Coronel, criador e mentor das aspirações do Programa, durante sua passagem pelo local decidiu parar para conversar com os colegas de Instituição. Dos projetos no qual se encontrava engajado estavam o seu livro onde ele relata o processo de concepção e implantação Operações Lei Seca e Segurança Presente. Comovido pelo meu interesse em conhecer o Programa, iniciou a apresentação ali mesmo, na Base.

Concebido visando modernizar as tradicionais práticas profissionais da PMERJ, segundo ele, o Segurança Presente busca desenvolver duas formas de *Proximidade*, uma que reduza as distâncias e as punições entre os membros e outra que aproxime o policial (agente) da população.

A *Proximidade* de caráter interno opõe-se, supostamente, ao atual modelo militarizado de gestão da PMERJ que deixa preso o policial que esquecer a *cobertura*<sup>72</sup> ou aquele que se esquece de fazer a barba. Para o Coronel, tais medidas punitivas prezavam pela imposição da força e não pelo diálogo. Evidenciando que não era contrário à penalização do descumprimento de regras, se dizia, porém, a favor da concepção de regras e punições

---

<sup>72</sup> Boné padronizado da organização que compõe o uniforme. Herdado do uniforme da PMERJ, também é incorporado ao uniforme de outras instituições como a Guarda Municipal.

atualizadas, desde que não retirassem um policial de seu trabalho por algo sem gravidade e que não gerasse constrangimento e desestimulasse o policial.

A *Proximidade* de caráter externa condiz com as práticas policiais durante a entrega do serviço ao cidadão, assimilando a relação governo-negócio, onde o Estado assume o caráter de prestador de serviços e o cidadão de cliente, devendo o agente deixar seu *ethos* de policial militar para ser aquele que entrega o serviço de segurança pública.

A construção do *ethos* policial militar, ou melhor, a ressocialização no mundo da caserna imprime marcas simbólicas que são visíveis ao primeiro olhar, que se mostram evidentes logo no primeiro contato. O espírito da corporação encontra-se cuidadosamente inscrito no gestual dos policiais, no modo como se expressam, na distribuição do recurso à palavra, na forma de ingressar socialmente nos lugares, no jeito mesmo de interagir com as pessoas etc. creio que mesmo uma pessoa desinteressada e distante do universo dos policiais militares é capaz de notar algumas características peculiares e até pitorescas do seu comportamento (MUNIZ, 1999, p. 89).

Esse duplo conceito de *proximidade* norteava as atividades dos agentes da base demarcando a diferença entre o trabalho prestado no Programa Presente e o desenvolvido durante as atividades policiais de outros institutos da PMERJ.

Um caso pode ajudar a visualizar. Era quase dezenove horas quando uma mulher se aproximou pedindo auxílio para que os agentes intervissem num conflito que envolvia ela, a mãe e um ambulante informal. O conflito vinha se desenvolvendo há algumas semanas, vindo a resultar num registro de ocorrência na semana anterior, em razão do rapaz ter agredido o irmão da mulher e de ter tentado quebrar sua banca. Seu início teria se dado com a disputa pelo uso do local, onde as bancas de produtos foram expostas - *Ele tava esquentado, alterado, porque quer que eu saia dali*. Continuou - *Sou livreira e não camelô*, argumentando que atuava ali, na porta do metrô, há anos e que possuía todas as autorizações da prefeitura. Solicitou aos agentes que eles pudessem intervir e remover o rapaz - *alto, forte que queria dar porrada nas mulheres*-, evitando assim o agravamento do conflito e uma nova ida à delegacia.

O coordenador então, diante da demanda, explicou à senhora que não poderia intervir para remover o outro ambulante, por não ser da competência do Programa e sim da Guarda Civil Municipal tal fiscalização. Mas que mandaria um agente para conversar com o rapaz. Chamando um PM fixo explicou a situação e o local do conflito e pediu para que o PM acompanhasse a senhora, ressaltando que o mesmo deveria buscar sanar o conflito sem gerar outro, ressaltando mais de uma vez ao agente - *conversa como polícia*. Apenas a frase e uma troca de olhares entre os agentes evidenciou a codificação envolta na ação sugerida.

Eu não tive a oportunidade de perguntar o que isso significava me sendo passada a ideia de que não há apenas uma forma de *ser polícia*, havendo muitas variáveis que convergem para o que podemos compreender como sua atuação discricionária. Kant de Lima (1994), entretanto, sugere que a discricionariedade policial, no Brasil, não envolve a opção por agir de acordo com critérios tais como oportunidade e razoabilidade. Envolve antes a obrigação de atuar diante da observância de um provável delito. No caso, me pareceu que a perspectiva de administrar o conflito se insere como uma variável importante no âmbito do programa. Muito embora a senha “converse como polícia”, na ocasião faça apelo ao lugar que tem a Polícia Militar no imaginário social, muito diferente do que tem, por exemplo, a Guarda Municipal. Em outras palavras, o potencial de constrangimento da primeira é muito maior. Assim, a introdução de variáveis pretensamente mais modernas, diferentemente do que se afirma, não descartam aspectos próprios dos arranjos tradicionais de controle.

Essa oposição entre o tradicional e o moderno expressa, simbolicamente, no uso do colete, não é refletida na socialização dos agentes envolvidos no Programa. Os agentes civis e militares fixos, em sua organização na base, reproduzem o sistema organizacional e hierárquico da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Assim como os estímulos acabam por realizar formas de prestar os serviços de segurança. Reféns de sua condição de militar, enquanto usam o colete em seus dias de folga - a serviço do cidadão-cliente -, suas práticas serão condizentes com os valores do Programa, porém este não altera a forma de atuação deste policial em outros territórios, sobretudo nas favelas onde o serviço público de segurança será prestado tendo por agenda norteadora o combate.

### **CAPÍTULO III – Farda ou Colete? Representações em disputa.**

*“Você está vendendo o produto. Uniformização”.*

(Sobre o uso da cobertura - Caderno de campo)

Passava das dezenove horas quando a Presidenta do Conselho solicitou ao Coordenador do Lapa Presente que apresentasse o Programa. A cadeira de madeira e sem apoio já gerava certo desconforto em quem assistia as apresentações. Assumindo o microfone ele prometeu ser breve. Fez uma rápida apresentação dos números de prisões e atendimentos sociais efetuadas pelo Programa Lapa Presente, no último mês e desde que o Programa foi

implantado, focando sua apresentação em um debate posto no momento havia sobre o uso ou não uso da farda pelos policiais militares que atuavam nos programas vinculados à SEGOV,

*“O Programa está para completar o trabalho da polícia, nos orgulhamos da nossa farda e em ostentar a farda policial militar, porém quando chegamos [em referência à implantação do projeto] na Lapa as pessoas que frequentam tem um viés ideológico sobre a polícia militar.”*

....

*“Entendendo que a utilização do colete seria importante para representar o Estado e nos confundiam com a Guarda Municipal.”*

...

*“Agentes egressos da FFAA eram cooptados pelo tráfico e hoje eles regressam ao seio da polícia militar. O colete foi a forma encontrada para tornar mais palatável para o público da área para que estes aceitassem a nossa presença na área.”*

...

*“Fardados ou não estamos para combater o mal.”*

(Coordenador Lapa Presente - Reunião do CCS/Caderno de Campo. Grifo meu)

Na reunião do mês seguinte os policiais militares já não mais comungavam do mesmo uniforme. O uso da farda por debaixo do colete agora diferenciava visivelmente os policiais e os agentes civis. Essa nova determinação entrelaçava-se com as discussões sobre a renovação do convênio, em Julho de 2018, deixando evidente quem era policial e quem era agente civil, *quem tem arma e quem não tem.*

Outras soluções como uma nova insígnia, um broche ou uma braçadeira foram também debatidas como forma de demonstrar que o policial militar estava a serviço do Programa, vindo a ser uma surpresa para os defensores do uso do fardamento o uso do colete por cima da farda, contrariando, inclusive, tradicionais regras da instituição PMERJ. Pela falta de manga nos coletes, os *patches* expostos dos uniformes policiais revelavam o local de seu serviço ordinário e sua graduação enquanto policial militar. Os diferentes cortes, tonalidades e detalhes da farda da PMERJ, apesar de parecer que contribuem para a ideia de que *o padrão da polícia militar do Rio de Janeiro é não ter padrão*, aos olhos treinados podem revelar o período de ingresso na instituição.

Ao perguntar sobre as funções desempenhadas e suas relações com a hierarquia militar, o *adjunto* me informou que no Programa segue-se a hierarquia estabelecida pela

função que o agente desempenha dentro do Programa, ocorrendo de ter policiais de graduações menores em espaços de coordenação e policiais com graduações maiores em espaços de subordinação, dando como exemplo a sua própria situação com o coordenador daquela base. A hierarquia militar somente é acionada caso seja percebido ou falado algo que desrespeite ou ofenda a patente. Somente nesses casos *puxa-se para a parte militar, caso ocorra uma ofensa pessoal ou uma agressão moral, ordena-se a prisão.*

Por diversas vezes, eu ouvi meus interlocutores realizarem comparações entre o *trabalho na base* e o *trabalho no Batalhão*, reportando-se a questões como a forma de se ordenar que se faça algo, o distanciamento entre oficiais e praças e entre as graduações existentes nesses agrupamentos, a forma de punição e a forma de ordenar o cumprimento de um pedido realizado pelo comandante ou por um coronel.

A distância existente entre os cargos dispostos hierarquicamente na PMERJ influencia diretamente na relação de quem manda - quem obedece de uns sobre os outros. Inclusive, na operação de atividades ilícitas. Dois *estímulos* conversavam comigo durante o horário de almoço sobre como a corrupção pode ser verificada dentro da instituição e no sistema militar, onde o coronel ou o comandante do batalhão manda o policial fazer algo e este não pode negar fazer. Caso venha a se negar é punido por descumprir uma ordem superior e caso busque ajuda na Instituição pode ser desqualificado:

- *o cara manda você ir lá pegar um negócio pra ele, você vai dizer não pra ser preso? (...)*

- *antigamente era pior, hoje você ainda pode recorrer ao comando e pedir pra ser trocado de lugar, mas é complicado(...)*

- *você não pode reclamar, dizer que não quer trabalhar com/para... Qual o motivo? (...)*

- *Tá criando fofoca?*

(Caderno de campo)

Apesar de afirmarem que hoje há uma abertura maior para conversar e apresentar demandas, isso é sempre feito com muita ressalva. Um deles, ao ser transferido do Batalhão



para um setor administrativo, afirmou que hoje ele consegue falar com mais proximidade a um coronel ou major, mas que somente o faz quando há abertura, quando o ambiente ou a situação em que se encontram o permite falar livremente, mas, ainda assim, o faz com algum zelo.

Naquele momento também havia uma organização, entre os agentes de cada base, para incorporar aos coletes o nome de guerra e uma numeração. Não era algo uniforme entre todas as bases, uma havia começado e as outras aderiram a ideia. O nome de guerra condiz com o último sobrenome que também era utilizado pelos agentes civis nas instituições militares que serviram. Os policiais militares fixavam o *patch* de seus uniformes da PMERJ em um velcro no colete, e os agentes civis recebiam *patch* com os mesmos nomes de quando estavam vinculados às Forças Armadas. Caso ocorresse de ter muitos agentes com o mesmo sobrenome em uma mesma base, era possível escolher o uso de outro sobrenome ou do primeiro nome.

Quanto às numerações fixadas nos coletes dos agentes fixos civis e militares correspondem ao seu lugar na hierarquia da base, tidos como uma forma de tornar visível a divisão organizacional disposta, até o momento, em documentos.

O coordenador da base e o agente civil chefe de base conversavam acerca da implantação da identificação numérica. O primeiro afirmava que havia feito a divisão hierárquica enquanto mostrava um papel com a informação. O número 1 corresponderia ao coordenador, os números 2 e 3 aos subcoordenadores. Após estes, os adjuntos de ala, os policiais militares e, em seguida os agentes civis, que receberiam suas numerações numa relação escalar conforme a posição de sua função. Quanto mais distante da numeração atribuída aos militares, mais distante seria a sua atuação da burocracia da base. A lógica atribuída para a definição desta organização hierárquica seria a arma de fogo.

Em relação aos agentes civis, a hierarquia é construída a partir da definição das funções que estes exercem dentro das alas, sendo estas atribuídas por critério de antiguidade do agente no Programa. Há, em alguns setores, tanto nas bases quanto no gabinete, agentes civis que atuam nas Operações desde seu início, no Lapa Presente. Essa condição os dá prestígio para a ocupação de funções de cunho burocrático-organizacional, sendo atribuídas tais posições na hierarquia como reconhecimento da responsabilidade que o agente possui no desenvolvimento de suas funções.

Ao ter a concessão para observar as Bases de dentro, o Gabinete colocou dois agentes civis a disposição para que eu pudesse tirar dúvidas e para que eles pudessem me auxiliar a entrar nas bases. Ambos atuavam nas Operações desde o início. Em algumas alas, a função de Chefe de Base também foi concedida a agentes civis que acompanhavam o Programa Centro Presente desde a instalação da sua primeira base, em junho de 2016. Pela coordenação geral das Operações, esses agentes atuam como *multiplicadores* dos valores originários do Programa Operações Segurança Presente.

Tais valores consistem na manutenção do controle social em determinadas áreas comerciais e turísticas da cidade, buscando não intervir fazendo uso de ações de choque de ordem<sup>73</sup>, estas atribuídas à Guarda Municipal, sobretudo em se tratando do chamado comércio informal. Havia, inclusive, por parte dos agentes, o estímulo às pessoas em situação de rua que buscam auxílio social na base para que esses tentassem prover seu sustento sem realizar mendicância ou, eventualmente, até mesmo pequenos furtos.

Articulando, como referi no capítulo anterior, conceitos da Teoria das Janelas Quebradas, da política de Tolerância Zero e da Polícia de *Proximidade* acionadas no processo de implementação ou da entrega do serviço à população, o Programa promove práticas de policiamento, patrulhamento e abordagem da população pouco valorizada quando da atuação do policial militar em seu cotidiano dentro da PMERJ. O que pode resultar em procedimentos interessantes ao serem observados.

Era quase quatorze horas e eu acabara de regressar do almoço juntamente com os agentes fixos. Era comum que fossemos almoçar juntos e, mais tarde, soube que tal prática me gerou algum prestígio junto aos rapazes. O coordenador chamou para acompanhar a *supervisão* apenas um agente civil e eu. Seguindo uma das ruas ele colocou-se a, durante o trajeto, me explicar como era realizada a abordagem e qual era o público a qual essa se dirigia.

Numa rua, sentados no meio fio e encostados numa banca de revistas, três adolescentes negros conversavam durante o que parecia ser seu momento de trabalho. Todos trajavam camiseta, chinelo e bermuda e um deles carregava uma caixa de engraxate enquanto outro portava uma embalagem de paçocas já pela metade. Ao avistar os adolescentes, o coordenador me olhou e disse que iria me mostrar como era realizada a abordagem. Junto ao agente civil ele colocou as mãos para trás e, indo em direção aos garotos, deu boa tarde. Eles

---

<sup>73</sup> Política de controle a desordem urbana que compreende, na maioria das vezes, a imposição de força e violência.

prontamente se levantaram e o coordenador solicitou que lhe mostrassem os documentos. Estes prontamente removeram de bolsos e da cueca seus RG's. Todos possuíam menos de 18 anos de idade.

Enquanto segurava o documento de um dos meninos, perguntava-lhes de onde eles vinham, o que estavam fazendo ali, se tinham passagem [isto é, se já haviam sido levados à delegacia em algum momento]..., e os meninos respondiam prontamente. Oriundos de um município da Baixada Fluminense, estavam ali tentando, visivelmente, angariar algum dinheiro através da comercialização de doces e engraxando sapatos. Então o coordenador pediu ao agente para revistar a caixinha de engraxate. Ao fazê-lo e sem nada encontrar dispensou os rapazes.

Seguimos nossa caminhada enquanto ele me explicava que pessoas que cometem pequenos furtos na região costumam esconder nessas caixas de engraxate facas, material usado para cometer o delito, ou até mesmo as utilizam para esconder coisas roubadas. E que os policiais do Programa sabiam onde procurar<sup>74</sup>, afirmando que as pessoas que olham, acham que são engraxates e por não darem atenção acabam sendo assaltadas. Ao chegar na esquina desta rua, o capitão encontra-se com a equipe 01 e realiza a supervisão. Encerrando a coleta de informações verbais, seguimos para a outra Base.

Após o encontro com o coordenador e a realização da entrega da escala da COMLURB, já escurecendo, foi dada a continuidade à supervisão das equipes dispostas do outro lado do território de sua Base. Nesse momento, o coordenador dispensou o *agente civil* para que ele desse início aos procedimentos de finalização do expediente enquanto nós seguimos.

A rua pela qual seguimos não possui muitos comércios e a proximidade de um feriado prolongado a fazia ficar mais esvaziada que o comum. Algumas pessoas em situação de rua já se ajeitavam debaixo das marquises e espaços prediais mais cobertos, entre eles a entrada de algumas agências bancárias. Era cerca de 19 horas quando, no rádio, foi realizada uma chamada para atendimento de uma ocorrência. O coordenador então me olhou e disse: *agora vou te mostrar como atendemos uma ocorrência; vai ser bom pro seu estudo?*

---

<sup>74</sup> O saber prático acionado por policiais militares do Rio de Janeiro constitui de categoria nativa denominada “faro policial”, sendo esta central para apreender as materializações de suspeição e suas motivações durante a realização do patrulhamento ostensivo (ALBERNAZ, 2015).

A ocorrência devia-se a um chamado do gerente de um banco localizado na mesma rua em que nos encontrávamos. Buscando nos prédios seguimos, eu e ele, tentando localizar a numeração para encontrar o local da ocorrência. Cerca de 10 minutos depois chegamos ao local, concomitantemente, a outros vinte agentes do Programa Centro Presente. Todos para realizar o atendimento, oriundos não somente da base situada naquele território, mas também de outras bases do centro. Logo em seguida encostou, com a moto, um agente de segurança privada<sup>75</sup> que realizava o serviço de vigilância da rua onde se localizava a agência. Para minha surpresa o segurança era um policial, que eu já havia encontrado durante a pesquisa.

Adentraram na agência o coordenador, acompanhado do segurança-policial, enquanto eu e os agentes esperávamos, do lado de fora. Estes últimos aguardavam informações sobre a ocorrência e do como proceder. Ao sair, o coordenador narrou o acontecimento.

Um funcionário terceirizado, auxiliar de serviços gerais do banco, havia furtado do caixa pouco mais de mil reais e ido embora após o expediente. Ao perceber o ocorrido, o gerente do banco acionou o programa para realizar o atendimento da ocorrência. Dispensando todos que estavam de prontidão para agir aguardando na porta do estabelecimento, seguiu comigo para concluir a supervisão das equipes.

Enquanto andávamos, ele informou que o gerente havia ligado para o funcionário e pedido para que ele regressasse à agência. O segurança-policial ficara de *tocaiá* no banco, aguardando para *pegar o flagrante*. Cheguei a comentar com o coordenador que achava difícil que o funcionário voltasse, ainda mais por ser véspera de um feriado prolongado.

Alguns dias depois ao chegar à base um fixo me informou, comemorando, que o funcionário havia regressado e, abordado pelo segurança-policial, foi encontrado na cueca do funcionário a quantia furtada. Ao ser encaminhada à delegacia a ocorrência, categorizada como flagrante, foi contabilizada como atendimento da base, uma vez que o segurança era, também, policial que atuava no Programa. Esta ocorrência não foi noticiada.

Pouco antes os agentes comentavam sobre a ocorrência, sendo narrado o ocorrido de forma detalhada, como a estratégia foi empregada para pegar o bandido. Nesse momento, um dos agentes que também estive no local começou a comentar sobre outro policial militar que atua em outra base. O rapaz recebera, entre os agentes, o apelido de *Percy - o ladrão de*

---

<sup>75</sup> No Brasil denominada de vigilância privada, vigilância patrimonial, entre outras.

*ocorrências*<sup>76</sup> por sempre buscar fazer a condução dos suspeitos à delegacia e realizar o registro da ocorrência, vindo a garantir a *meritória* para si, mesmo quando não realizava a abordagem.

Há em cada base um livro ata onde são registradas as informações sobre as ocorrências que resultaram em prisão e quais policiais a realizaram. A partir desta é contabilizado o número de prisões realizadas ao longo do processo de implementação do Programa. Essa prática fora adotada como forma de reconhecer o trabalho que é pouco valorizado dentre as práticas policiais galgadas na política de combate dos *patameiros*<sup>77</sup>.

Por parte dos policiais militares que atuam no Programa há também uma sensação de reconhecimento profissional, atribuída pela descentralização do comando (que passa a ser regido pela organização da base) e flexibilização da hierarquia militarizada, que os garante *liberdade para trabalhar*. Ao apontarem as mudanças institucionais ocorridas com a Intervenção Federal, um deles afirmou que na Polícia Militar há uma *ingerência política grande, gerada por vaidades políticas e interesses do gestor eleito*. Em oposição aos *Jurunas*, aqueles que ascendem na instituição através da articulação política, a noção de mérito, meritocracia combinando através do tempo de atuação, quantidade e qualidade dos atendimentos e dos registros das ocorrências, são colocados como um valor importante de reconhecimento do trabalho desenvolvido dentro do Programa: “*aqui você é estimulado a melhorar*.”, observou um de meus interlocutores.

No caso da Polícia, o trabalho exercido fora do tempo de trabalho formal gera um mercado de trabalhos, com nichos específicos que se organizam em relação às hierarquias, e também nas relações de sociabilidade que ocorrem nas esferas onde o trabalho policial é realizado. Não era incomum presenciar indicações e trocas de telefones para contato *caso surgisse algum trabalho eu te indico*, apontando para outras intersecções entre o público e o privado no decorrer da prestação de serviços de segurança na urbe.

Os policiais detentores do oficialato - e também gestores políticos dos serviços de segurança pública - possuem preferência em realizar *bicos*, sobretudo por estes pagarem melhor e não descontar o imposto de renda. Elemento tido como prejudicial frente aos gastos domésticos que o policial tem após ingressar na carreira, tendo que pagar *gasolina, carro, casa em local seguro, escola pros filhos,...* entre outros itens que denotam mobilidade social

---

<sup>76</sup> Em relação ao personagem Percy Jackson o ladrão de raios, protagonista das séries *Percy Jackson & the Olympians* e *The Heroes of Olympus*, escrita por Rick Riordan.

<sup>77</sup> Policial militar que desenvolve trabalho no Patamo, patrulhamento tático móvel.

do policial que ascende ao oficialato e galgam maior segurança e qualidade de vida aos seus familiares. Em relação ao PROEIS quando questionado sobre o papel deste na regulamentação de uma modalidade de trabalho similar ao *bico*, há o reconhecimento deste de formas distintas. Entre os oficiais, a compreensão que o PROEIS *legalizou vantagens por possibilitar um leque maior ao policial e desvantagens, por nem sempre ser pago em dia e por entrar no imposto de renda.*

Os policiais militares que *bancavam* como *estímulo operacional* viam a oportunidade de trocar as horas de folga por horas de trabalho remunerado como uma forma de prover o consumo de bens que não seriam acessíveis somente com a remuneração paga pela corporação. Como me confidenciou um dos profissionais: *A gente trabalha para pagar sombrancelha à frio, unha acrígel... Durante a semana a gente trabalha pra pagar as contas né? E no fim da semana pra pagar a graça.*

A incorporação de agentes egressos das Forças Armadas para atuar no Programa justifica-se como uma forma de oportunizar a jovens que, após completar o tempo de serviço, estariam desempregados, sendo muitas vezes cooptados para atuar junto às facções criminosas. Como explorou Sines (2018), em sua monografia, para os agentes, essa oportunidade vinha a calhar com a falta de vagas no mercado de trabalho e a incerteza de conseguir um emprego, sendo o Programa um momento para vislumbrar outras oportunidades de carreira. Nem todos almejavam incorporar-se à carreira policial, alguns faziam faculdade nas mais diversas áreas e outros buscavam empreender individualmente ou em família.

As assistentes sociais são oriundas, em sua maioria, de outros Programas da área de Segurança, sobretudo do Programa Delegacia Legal. Estas desenvolvem o trabalho que, com o tempo, possibilita a aproximação das pessoas em situação de rua com a base, possibilitando assim distinguir quem são os moradores do microterritório e quem são os forasteiros, quem *dá trabalho* e quem é *bonzinho*. Todas as tardes, para além do atendimento e do encaminhamento, as pessoas que residem nas ruas próximas às bases param para conversar. Por vezes agraciavam as assistentes com frutas, doces e outros mimos que conseguiam *mangueando* pelos centros da cidade.

Essa aproximação com a população tida como marginalizada remonta a manutenção das bases na mesma localidade, criando assim o controle social sobre a população do território tendo como suporte o conhecimento dos diferentes públicos que ali circulam, trabalham, estudam e vivem.

Em relação à composição do corpo de profissionais do Programa, vislumbra-se a reafirmação da existência de um saber prático associado àqueles que, outrora, atuaram em setores de segurança pública e de defesa, que os torna legítimos para ocupar as funções estabelecidas para que o processo de implementação apresente eficácia. As relações entre setores públicos e privados dão-se através de redes, onde os gestores políticos possuem papel central no processo de articulação entre os diferentes setores, e de malhas<sup>78</sup> que se constituem através do trabalho desenvolvido no cotidiano, abarcando aquelas que se dão dentro do território. Tanto as redes quanto as malhas operam com fins a projetar e introjetar prestígio ao trabalho policial, seja por meio de novas parcerias para a implantação de novas bases e, assim, ampliar as vagas do trabalho realizado fora do trabalho ou para a articulação entre empresas de segurança e agentes policiais, em ambos os casos o reconhecimento materializa-se ao dinheiro extra que irá compor o parco salário pago pelo trabalho desenvolvido nas instituições estatais.

O prestígio materializa-se nas homenagens, no reconhecimento pelas prisões efetuadas e na bonificação, estimulando assim os agentes civis e fixos a desenvolver o trabalho profissional burocrático-administrativo e os estímulos a efetuar as abordagens e a prevenir pequenos delitos, transgressões e, sobretudo, a realizar prisões em flagrante ou em casos de pessoas com mandado de prisão em aberto.

## **Conclusão**

O processo de redemocratização do país possibilitou a legitimação da interação entre setores públicos e privados. A agenda de participação e controle social assegurou a criação de espaços onde Sociedade Civil, Mercado e Estado disputam as decisões políticas acerca das políticas públicas e dos serviços que serão implantados e implementados através da prática profissional de agentes estatais. Nesses espaços de participação, as pessoas se associam uma as outras, seja pelo conflito ou pela coesão, em torno de interesses, negociações e assuntos que alimentam posições divergentes e convergentes, sendo assim espaços tidos como

---

<sup>78</sup> “Usa-se o termo malha ao invés de rede de relações, (...) porque estas últimas têm como centro um indivíduo, que articula a rede, enquanto que nosso caso as relações são comuns a todos os membros da mesma malha”. (KANT DE LIMA, 1995)

essenciais para a prática da democracia (PIRES; SOUZA, 2007) e para a construção de uma governança democrática.

Em um movimento pendular entre a política repressiva e a política inclusiva buscase, historicamente, resolver os problemas de violência na sociedade brasileira (BEATO FILHO, 1999). As políticas públicas de Segurança do Estado do Rio de Janeiro oscilam, historicamente, entre duas agendas de resultados opositoras. Uma visando o controle e o enfrentamento ao crime e outra a organização de uma polícia democrática (CARNEIRO, 2010).

A partir da década de 1990, com a reforma gerencial e a incorporação de modelos de gestão que entranhou na governança pública elementos da iniciativa privada, como as empresas públicas, e atribuiu ao setor privado funções e serviços antes tidos como exclusivos do Estado, tais quais as atividades realizadas pelo terceiro setor – sociedade civil organizada, incorporando no país o modelo globalizado de relação entre diferentes agências que controlam e organizam a vida social. Dentre essas relações, encontra-se a legitimação do financiamento de serviços públicos por setores privados.

Fomentados pelos interesses de *parceiros investidores* durante as duas décadas de realização dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, diversos foram os projetos estatais que receberam financiamento, parcial ou integral dos setores privados. Assim como foi realizado o deslocamento da centralidade geoespacial dada aos bairros da região central em atendimento ao interesse de diferentes setores, entre estes, o Mercado, e, através da legitimação do trabalho de patrulhamento e policiamento desenvolvido pelas Operações Segurança Presente foi sendo incorporado ao território o controle social sobre a circulação de pessoas, entre eles o Programa Centro Presente.

Findos os eventos e a vigência do convênio firmado entre setores públicos e privado, as negociações entre atores representantes do Mercado, Sociedade Civil e Estado para sua renovação consistiram em readequações estruturais do Programa, bem como na disputa por outras configurações.

As reuniões dos Conselhos Comunitários transformam-se em um espaço de legitimação de discursos e interesses de grupos públicos e privados atuantes dentro do território. As bases passaram por adaptações e suas novas configurações remontam ao que popularmente é denominado de sucateamento, sendo necessária a criatividade e as articulações entre os agentes e entre os agentes com outros atores presentes no território –



sobretudo empresários e lojistas – para atender às demandas necessárias ao processo de implementação do serviço de segurança proposto pelo Programa.

Em relação à função exercida no cotidiano das bases, onde os *agentes civis* realizam o trabalho burocrático-administrativo e de fomento a direitos sociais, como o atendimento à população em situação de rua e a filmagem das abordagens, e os agentes militares realizam o trabalho de representação política e tomada de decisão, além da abordagem a transeuntes e a condução destes à delegacia, quando necessário, verifica-se que o sistema organizacional estabelecido pelo Programa atribui duas modalidades que constituirá seu sistema hierárquico.

Uma vez que as funções de coordenação e de representação política encontram-se destinadas àqueles com oficialato, enquanto o patrulhamento e a abordagem são realizados por praças, é possível verificar a reprodução do sistema hierárquico estabelecido pela PMERJ. Enquanto o sistema que organiza a hierarquia entre os agentes civis consiste no tempo em que se dá a atuação nos Programas e Operações Segurança Presente.

Em relação ao prestígio pode-se notar que há diferenças estabelecidas entre os segmentos. Para o Coordenador este está associado às relações estabelecidas com a comunidade, àquelas que possibilitam maior interação entre a Base e a sociedade civil presente no território, culminando na legitimidade do Programa e na consolidação de redes por onde será possível, também, realizar o controle da localidade. Ao policial militar o prestígio encontra-se atribuído à quantidade de abordagens bem sucedidas, ou seja, onde ocorreu a prisão do indivíduo abordado. Enquanto aos agentes civis o tempo de atuação no Programa é tido como métrica para galgar a possibilidade de atuar em outros convênios estabelecidos pelas Operações.

Ao analisar a atuação dos agentes frente aos fatores que moldam a atuação dos Burocratas de Nível de Rua (LIPSKY, 1980), é possível perceber que, ao determinar a atividade a ser exercida por cada categoria profissional envolta na implementação do Programa determinam-se também diferentes gradações de contato com os setores que disputam o conceito e a agenda de Segurança Pública. Ordenando assim os limites e fronteiras estabelecidas a partir de cada categoria profissional à frente do processo de implementação.

Os tensionamentos produzidos pelas disputas interinstitucionais protagonizadas pelos coronéis da PMERJ evidenciam os paradigmas que compõem o *ethos* da instituição. Esses acompanham as deliberações que são apresentadas aos serviços de segurança pública implementados, sendo o uso da farda um episódio tornado público para que, através da

participação popular, fosse mantida a identificação dos agentes pelo uso do colete e a utilização da farda por debaixo deste a solução encontrada para administrar tal conflito.

Evidencia-se que o financiamento vinculado ao *parceiro investidor* tornou-se central na qualidade da infraestrutura das bases e equipamentos disponibilizados para a realização dos serviços, vindo estas a sofrer grandes mudanças após os megaeventos, tornando o imprevisto e a criatividade dos agentes elemento central para garantir o desempenho das funções correspondentes ao cotidiano de implementação do Programa.

Outro elemento central a ser considerado é a baixa institucionalidade na qual o Programa foi concebido – através de Decretos. Tais atos institucionais correspondem à vontade política do gestor eleito ou de seus indicados para gerenciar a Secretaria onde encontra vinculada a iniciativa, podendo estes suspender ou extinguir o convênio com uma canetada.

Quanto à dimensão do trabalho, é possível verificar a existência de uma relação de precariedade entre contratados (aqueles que são remunerados através dos recursos do Programa) e contratante (o Governo do Estado do Rio de Janeiro). Ao não compor o quadro funcional de servidores públicos efetivos, os agentes civis encontram-se numa relação semelhante à vislumbrada nas relações de trabalho de empresas terceirizadas, não havendo estabilidade garantida depois de findado o prazo do convênio. Em relação aos policiais militares, a não incorporação do valor recebido durante o trabalho prestado ao Programa a seu contracheque de servidor público interfere diretamente nos benefícios previdenciários, sendo interessante questionar até que ponto tal medida também interfere nas disputas e negociações referentes à valorização do trabalho do policial militar e controle do tempo fora do trabalho, sobretudo àqueles que ocupam as fileiras mais baixas da hierarquia da PMERJ.

Finalmente, com tudo o que foi disposto acima, percebem-se algumas características acentuadas no padrão operado na relação público-privada que instaura a prestação de serviços na modalidade Segurança Presente. Em linhas gerais, parece primar pela lateralidade e inconstância de seus elementos, contornando a possibilidade de perenizar estruturas e efeitos. O que dificulta a edificação de protocolos de atuação que levem em conta a percepção dos elementos civis que integram a proposta. Como tampouco a forma de atuação irá reproduzir *ipsi literis* as prescrições da atuação policial *stricto sensu*, o que se concerta é resultado de experiências particulares e de mecanizações que operam formas particularizadas de percepção da cidade a ser regulada cotidianamente. Imagetivamente, produz uma sensação de segurança

em parte da população flutuante do perímetro estudado pela presença ostensiva, numerosa e que opera com certa ciclicidade no espaço. A veiculação de um colete cujos diacríticos apontam para a concertação público-privado sugere uma política alternativa de lidar com o tema da segurança, oferecendo por seu turno, uma noção de "apoio" a essa circulação diária.

Ao mesmo tempo, porém, o fardamento exibido logo abaixo do mesmo, parece lembrar que o lobo poderá, a qualquer tempo, dependendo da dinâmica dos acontecimentos, renunciar à pele de cordeiro. O que introduz uma dimensão de incerteza, de imensurabilidade, liquefazendo assim a expectativa de mecanismos de gestão dos riscos para a atuação dos agentes, bem como dos sujeitos sociais com os quais estes venham a estabelecer contato.

### Referências Bibliográficas

BEATO FILHO, Cláudio C.. Políticas públicas de segurança e a questão policial. São Paulo Perspec. [online]. 1999, vol.13, n.4, pp.13-27. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400003>.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Medalhas De Mérito Pedro Ernesto E Moções.

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/ac39d8053a4eaa898325817d005c6d84?OpenDocument>

CARABINEIROS, 2010. <http://www.carabineros.cl/transparencia/og/og1960.pdf>

CARUSO, Haydée. A ordem e a desordem de ontem e de hoje. Notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 1, 2015.

DE LIMA, Roberto Kant. A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/17282/12833>.

DO NASCIMENTO, Decio Estevão; TEIXEIRA, Marcos Aurélio Nascimento. Segurança pública e desenvolvimento local: Experiências do Brasil, Colômbia e Japão/Public safety and local development: Experiences of Brazil, Colombia and Japan. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 5, n. 3, p. 365-385, 2016

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; MEDEIROS, Janann Joslin. Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas. Cadernos EBAPE. BR, v. 14, n. 3, p. 776-793, 2016.

GARAU, Marilha Gabriela; JUNIOR, Paulo R. Leite. Usuário ou traficante? Uma análise sobre as representações de juízes e policiais civis na Lei 11.343/06/2019. No prelo.

GOÉS, Felipe. Os grandes eventos de 2011 a 2016 e seus legados para a cidade. In.: URANI, André e GIAMBIAGI, Fabio (orgs). Rio: a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. pp. 51-59.

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, Marcos. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 40, 2011

KELLING, George L.; WILSON, James Q. Broken windows: the police and neighborhood safety. Atlantic Monthly. 1982 Mar; 249(3):29–38.

LEAL, A. et al. Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.  
[https://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/liv\\_2010\\_O\\_sonho\\_policia.pdf](https://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/liv_2010_O_sonho_policia.pdf)

LEIRNER, Piero de Camargo, « Sobre “nomes de guerra”: classificação e terminologia militares », Etnográfica [Online], vol. 12 (1) | 2008, Online desde 20 junho 2012, consultado em 09 abril 2018. URL : <http://journals.openedition.org/etnografica/1660> ; DOI : 10.4000/etnografica.1660

LIPSKY, Michael. Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980.

MISSE, Daniel G., OS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS. 2013. Disponível em: [http://periodicos.uff.br/confluencias\\_teste/article/download/20199/11870](http://periodicos.uff.br/confluencias_teste/article/download/20199/11870).

\_\_\_\_\_. Cinco anos de UPP: um breve balanço. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 3 - JUL/AGO/SET 2014 - pp. 675-700.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. “Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro, 1999.

MYERS, David G. Psicologia Social 10ª. Ed., ] Porto Alegre: AMGH Editora LTDA. 2014 [2010]

PATRICIO, Luciane. Participar é preciso: uma discussão sobre cidadania e participação social no campo da segurança pública. Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 15, n. 2, p. 179-217, 2013. Disponível em: [http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019969\\_20\\_06\\_2015\\_12-52-41\\_9202.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019969_20_06_2015_12-52-41_9202.PDF).

PIRES, L. S. ; Alves, Mirian . Políticas Públicas de Participación Popular. In: Teixeira, P.; Correa, R.. (Org.). Policia e Comunidade: temas e desafios na implementação de conselhos comunitários de segurança. 1ed.Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2007, v. 1, p. 17-33

Plan Nacional de Vigilancia Comunitaria por Cuadrantes - PNVCC  
<https://www.oas.org/es/sap/dgpe/innovacion/banco/ANEXO%20II.%20PNVCC.pdf>  
Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Rio de Janeiro. Segurança Presente  
avança para o Centro do Rio. 31/05/2016. disponível em:  
<<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2838847>>

RIO DE JANEIRO. Legislação dos Conselhos Legislação dos Conselhos Comunitários de  
Segurança. Rio de Janeiro. <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=4>

SESC INSTITUCIONAL [http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o\\_sesc/](http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/)

SINES, Guilherme Pires. Da Pátria a Guarda: A formação do soldado no Exército Brasileiro e  
as perpetuações no civil que nele habita. Monografia defendida em 2018.

SOARES, Bárbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. Mulheres policiais: presença  
feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

VERÍSSIMO, Marcos. A nova lei de drogas e seus dilemas. Apontamentos para o estudo das  
formas de desigualdade presentes nos interstícios do ordenamento jurídico-penal brasileiro.  
Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 2, 2010.

VLT Rio Institucional <https://www.vltrio.com.br/#/institucional>

# Mesmo com o sacrifício da própria vida! O significado da morte para o policial militar<sup>1</sup>

Fabiano Corrêa Barreto<sup>2</sup>

## RESUMO

A morte em seus múltiplos universos sempre fora um tabu na sociedade. Portanto, negá-la, ressignificá-la ou dar outros sentidos a sua representação traz ao ser humano um alento, uma forma de retardar a certeza da sua finitude. Para profissionais que lidam com esse fato, a morte torna-se mais complexa, em especial para os policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, local conhecido mundialmente pelo alto índice de letalidade praticado por estes agentes. Porém, tais profissionais também são vitimados em proporção muito superior a outros países quando do enfrentamento nas ruas e favelas. Daí seu entendimento sobre a morte perpassa, ora por uma sensação de negligência, onipotência ou reconhecimento do caráter fático da morte em seus processos de formação, no trabalho cotidiano nas ruas e a inserção no serviço administrativo.

**Palavras chave:** morte, formação, vitimização, policial militar.

## ABSTRACT

The death penalty in their multiple universes had always been a taboo in society. Therefore, denying it, reframing it or give other senses its representation back to the human being na encouragement, a form of delaying the certainty of his finitude. For professionals Who deal with this fact at every moment, the understanding of death becomes more complex, especially for the military Police of the state of Rio de Janeiro, known world wide by self lethality practiced by the seagents. However, such professionals are also victimized in proportion muchhig her than other countries when the fighting in the streets and slums. Hence their understanding about the death permeates, pray for a feeling of omnipotence, negligence, or recognition of the factual character of death in their training processes, work laborativo the streets and insertion in the administrative service.

**Keywords:** Death; Training; Victimisation; Military Police

## Introdução

Construir um trabalho que possa avaliar a trajetória de um grupo social específico como a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) entendendo seus mecanismos de produção de saberes, práticas laborais e procedimentais, é sempre um desafio. Mesmo sendo

---

<sup>1</sup>Monografia de conclusão do Bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense defendida no ano de 2017. Foi orientador o professor Pedro Heitor Barros Geraldo. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado, o professor Alexandre Areas e as professoras Flavia Medeiros e Lúcia Lambert.

<sup>2</sup> Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense; mestrando no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Membro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

parte integrante de tal força, à luz da sociedade civil, pensar a atividade policial traz compreensões distintas de pontos de vista.

Hoje a PMERJ compreende sessenta e seis unidades administrativas e noventa unidades operacionais, constituindo um efetivo total de quarenta e cinco mil seiscentos e setenta e sete policiais ditos ativos, ou seja, não aposentados e trabalhando ora na atividade de policiamento, ora na atividade administrativa.

Ao longo de suas carreiras, são submetidos a escalas de trabalho diversas, trabalhos não convencionais aos olhos de atividades ditas comuns, pois a atividade policial requer motivações e práticas operativas diferentes de outros tipos de trabalho.

Uma dessas atividades compreende a prática de combate à criminalidade, cujo embate por vezes leva a enfrentamentos violentos, ferimentos, morte de civis ou a morte dos próprios policiais. É neste contexto que a atividade de policiamento suscita para alguns agentes, dinâmicas diferentes na compreensão de suas atividades, em especial quando do resultado morte, seja dos seus pares ou algozes.

Esses mecanismos muitas vezes são compreendidos pela ótica de um enfrentamento onde a cultura do *ethos* guerreiro e do combate ao inimigo perfaz a prática da atividade policial. Com isso, a violência e a rigidez de tratamento perfazem a atividade laboral em detrimento de uma prática de serviço mais voltada aos mecanismos técnicos na obtenção de resultados que visem minimizar resultados tão perniciosos à sociedade no tocante a preservação da vida.

Nesse trabalho o objetivo é entender como tais agentes entendem suas profissões e compreendem a principal consequência para eles quando da fatalidade e entendimento da morte, sua e de seus pares, além dos recalcitrantes a lei por eles vitimados.

Que respostas são possíveis para esse entendimento, ou, no mínimo, que caminhos podem ser traçados para entender a lógica por trás da vida combativa desses policiais e a representatividade perante a sociedade civil organizada das suas ações, e como tais ações se legitimam dentro do campo das relações de convivência social.

Também se busca o entendimento da dinâmica da segurança pública pelo panorama macro perante a sociedade, onde outros atores compartilham com a polícia militar as vivências próprias desse campo, cuja frente de trabalho requer também dos mecanismos de justiça, respostas ao trato com a coisa pública, essa entendida segundo a Constituição como dever do Estado e responsabilidade de todos.

São esses caminhos pelos quais o entendimento humano experimenta os caminhos da violência, que seria possível percorrer os caminhos da morte. A morte anunciada, negada, ressignificada e/ou enaltecida dentro das suas múltiplas significações. Quando da sua negação, os mecanismos de fuga ou retardamento do fim passam pela compreensão desse fenômeno natural da vida como algo crível, substancial e factível.

Agentes tão próximos da morte, os policiais militares nas suas múltiplas representações são aqueles que mais vivem os múltiplos significados da morte e dela, ora se aproximam ora distanciam-se dependendo do papel adotado como ator social deste ambiente.

É nessa escalada que entender a figura do policial dentro de um contexto que possa trazer a pessoa além da farda, o homem além da instituição e seja possível responder à natureza caótica de sua profissão no tocante a vitimização profissional. Afinal, pensar a morte é pensar um fenômeno humano, além de estratificações sociais, além das hierarquizações propostas pela sociedade, além das representações sociais que regulam as relações em sociedade.

### **Metodologia**

A construção de uma ideia de trabalho de conclusão de curso acerca da prática profissional na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, foram estimuladas em mim pelo exercício de um trabalho etnográfico apresentado na disciplina Antropologia do Direito I, ministrada pela professora Flávia Medeiros. Este consistiu na representação do sujeito em seu processo de formação, iniciando-se nas fases de candidato, aluno e recruta.

O objetivo é apresentar como tais categorias nativas são responsáveis pela construção do profissional de segurança pública, em especial o policial militar. Com isso estabeleci como ponto de partida o meu processo de formação como policial, demonstrando as relações naquele ambiente, as trocas observadas e a submissão ao processo de construção do caráter do indivíduo no seio policial.

Tal discussão também enveredou, em um primeiro momento, pelas práticas e a submissão a processos de castigos corporais, e como nós alunos do curso de formação de soldados da polícia militar fomos tacitamente coniventes com tais atividades em troca de um *status quo* prometido após o período de formação, a condição de ser um policial militar formado.



Essas reflexões foram suscitadas pelo incidente com um aluno do Curso de Formação de Soldados no Centro de Recrutamento e Formação de Praças da PMERJ (CFAP), situado na fazenda dos Afonsos, no bairro de Sulacap, Rio de Janeiro(RJ), cujo recruta veio a óbito após alguns desses processos de castigos corporais e práticas castrenses. Observando esse aspecto, busquei entender o que faz certos indivíduos a abdicarem, de forma mesmo que inconsciente, de seus direitos básicos, tendo até seus direitos humanos violados e/ou cerceados em prol de uma condição futura de prestígio ou promessa de prestígio.

Com isso, procurei observar e aprofundar o presente trabalho por uma perspectiva maussiana acerca das trocas simbólicas e o uso dessas trocas nas relações de trabalho na Polícia Militar (MAUSS, 2013), o que eu ofereço como indivíduo em troca de adquirir a identidade como policial militar. Meu objetivo era compreender a morte em serviço como uma relação de troca entre a atividade realizada e as promessas e barganhas econômicas e sociais presentes na atividade policial. Porém, na construção de um projeto de pesquisa fui estimulado por meu orientador, Dr. Pedro Heitor Barros Geraldo, a observar não as relações de troca no trabalho, mas sim o objeto central da atividade policial, o significado da morte para estes agentes.

Para isso, foi preciso compreender o significado da morte para a sociedade como um todo, observar como a morte é representada pela sociedade, seus usos e sentidos bem como o ponto de vista por parte da sociedade e dos policiais militares acerca do fator morte no exercício da construção do ser humano.

Assim, procuro elaborar o presente trabalho através da reflexão acerca da minha profissão, em especial o período do recrutamento, trabalho no policiamento ostensivo (o policiamento nas ruas, também chamado atividade fim) e a inserção no serviço administrativo (classificado como atividade meio). Tais problematizações se deram através do que eu chamaria de um exercício etnográfico das minhas memórias, compreendendo tais períodos como uma espécie de participação observante acerca dos fatos.

No processo etnográfico, oriundo de minhas memórias, necessário se fez observar como tal processo etnográfico pode afetar o campo quando o pesquisador é nativo do grupo. Para tal, tentei entender as vantagens e desvantagens de pertencer ao grupo estudado, evitando cair em reflexões de senso comum naturais ao ambiente e as pessoas naquele processo. Preciso foi exercitar as reflexões etnológicas de Bronislaw Malinowski (1978) quando da inserção em um grupo nativo, observar o que é diferente sem tecer pré-julgamentos, e,

compreender que uma coisa é observar de fora uma sociedade, e outra, é estar observando-a de dentro, inserido nela.

Mas dado o período passado de minha formação, foi necessário exercer um distanciamento para compreender, avaliar e entender os processos de passagem ao longo da profissão sem estar afetado pelo campo. Por outro lado, trabalhoso fora o exercício de produzir através da memória, as lembranças de fatos que suscitassem discussões próprias e pertinentes ao problema proposto. Portanto resolvi divagar e deixar fluir as lembranças, e através delas, captar pelo crivo do etnógrafo os fenômenos pertinentes e necessários à construção da hipótese.

Fora realizado também, a revisão bibliográfica acerca de assuntos afetos aos temas, análise de pesquisas e registro de caráter quantitativo e qualitativo sobre a Polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Além da elaboração de grupo focal com seis policiais militares, dentre estes, três na atividade fim e três na atividade meio.

## **Capítulo I: A Morte.**

“O leitor se encontra diante de um livro ousado: que propõe abordar o mais difícil dos temas: a morte. A morte negada, escamoteada, escondida, não nomeada, tabu. A morte que nos espreita, de fora, de cima, do lado, de dentro. E, que, nos incomoda, preferimos não vê-la. Ela insiste, reaparece: nas faltas, nas ausências, nos jornais, na TV, nas guerras, no vizinho, no chefe, na traição, na miséria, na saudade, na mentira, na verdade, na favela, no Ministério”. (KOVÁCS, 1992, prefácio XV).

Um dos maiores mistérios da humanidade é o fato social mais empíricoda vida das pessoas, a certeza da morte. Cultuada, enaltecida, ressignificada, em tantos lugares uma divindade. Na vida da sociedade, em especial nas relações afeitas à segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, a morte tem discursos de números de guerra, cor da guerra e vítimas da guerra.

E é a partir deste estado morte, destas mortes como protagonistas destes eventos que profissionais como médicos, legistas, juízes, bombeiros e policiais militares tentam viver com a morte. Em particular os policiais militares são protagonistas da violência, seja como algozes ou vítimas, como guardiões da cidadania ou promotores de um estado de exceção.

Dado os múltiplos significados da morte, é a partir de seu entendimento como um processo de desenvolvimento da vida humana que essa categoria pode ser avaliada e discutida como uma evolução da sociedade. Onde o caminho para a fatalidade ou a finitude traz o fim de um discurso sobre o estado perpétuo da natureza humana. Mas existem fugas, como se

fugir da morte fosse possível, estabelecidos através do caráter pessoal de cada indivíduo, de cada grupo, de cada organização. E essas saídas dão a proposta, a esperança, a fé, uma força representativa quanto a sua vontade de eternizar a vida ou a própria existência. Às vezes tais processos são conscientes, outras vezes inconscientes e voltados para o caminho das sociabilidades e os princípios construídos pelas estruturas de uma nação, aldeia, tribo, culto ou filosofia.

Porém segundo Kovács (1992), é possível ressignificar a morte pelos caminhos por onde passa o desenvolvimento humano, dentro da sua trajetória como indivíduo, nas suas fases de crescimento: infância, juventude, fase adulta e velhice. Onde cada uma dessas pessoas elenca no pensamento uma visão do fatalismo, sua estrutura como fato e sua importância para a vida humana. Mas é a partir da perspectiva de Emile Durkheim (1978) que é possível contribuir sociologicamente para o entendimento de um fenômeno patológico da sociedade, e, o exemplo de fazer tal entendimento além do suicídio, traz o compasso necessário para trilhar em um grupo social qualquer o “fato social morte” depurando seus princípios e significações.

Sendo assim, a criança e a sua visão apaixonada e heroica do personagem humano permitem não perceber a morte como um elemento totalizante do seu universo. O herói morre e renasce num ciclo contínuo de uma epopeia grandiosa e marcada pela riqueza de seus atos. Há aí uma ludicidade primaveril que permite aceitar viver a morte como um acontecimento reversível.

Na juventude, tal ideia não se compraz, o herói é mais robusto, onipotente, capaz. Morrer faz parte do fracasso, não há espaço para a finitude, pois a afirmação como um adulto deve ser construída, testada, ensaiada nos espaços das representações sociais como indivíduo coletivo. Não cabe, portanto, transportar a morte para o pensamento e amargar a sua frustração. Ela continua distante e permeável apenas aos fracassados, aqueles que não puderam ou quiseram enfrentá-la, aqueles que foram inábeis e incautos sofrem os reveses da morte. É o momento de encará-la de frente.

Ao adulto cabe o amadurecimento e o entendimento da morte como um fato. Não há a chance do retorno, nem tão pouco a coragem para enfrentá-la. E por esse simples fato, o que faz sentido é saber os nossos limites para que se evite a morte ou a transporte para um outro sentido.

É dentro destas reflexões que é possível parear um grupo social tão próximo da morte, o policial militar. Dentro da sua carreira passam por vários dispositivos de socialização

que os fazem naturalizar a morte e abraçá-la dentro dos seus dispositivos morais e éticos de sentido e pontos de vista, sociologicamente colocados por Durkheim da seguinte forma:

[...] há uma cooperação espontânea que se efetua sem premeditação quando se tenta atingir fins de caráter privado; e há uma cooperação consciente instituída que supõe fins de interesse público nitidamente reconhecidos. Às primeiras Spencer dá o nome de sociedades industriais; às segundas, o de sociedades militares; e pode-se dizer que esta ideia é a mãe da sua sociologia. (DURKHEIM, 1978, p.97).

Portando, estudando os processos de formação, serviço operacional e burocracia da instituição policial, e as motivações desses agentes em seus trabalhos, será possível compreender as razões pelas quais tais militares vivem a sensação da morte como prática do serviço.

O recrutamento tal qual a infância, seria a infância profissional destes indivíduos. Socializados a partir de um senso lúdico para as representações morais e cívicas do trabalho através dos processos de educação. Voltados a construir um elemento combativo e intrépido, que possa observar a morte não como um fim, mas como o renascimento de um indivíduo ancestral (SANTOS, 2012, P.115), capaz de viver na lembrança de seus compatriotas, capaz de mostrar a força do espírito de corpo presente no grupo representativo de uma instituição. Na construção de uma nova vida, a figura da grande mãe (KOVÁCS, 1992, p.3) agora repousa nos braços daquela que lhe presta informação, dotando-os de especializações próprias da vida castrense.

[...] diferente dos personagens de desenhos animados, que sempre renascem, aqueles jamais retornam. É uma tarefa muito difícil para a criança definir vida e morte, pois na sua percepção a morte é não- movimento, cessação de algumas funções vitais como alimentação, respiração; mas na sua concepção a morte é reversível, pode ser desfeita. Há diferenças entre vivos e mortos, mas os últimos poderão ser ressuscitados sozinhos ou com a ajuda de alguém. (KOVÁCS, 1992, p.4)

A atividade fim, o policiamento ostensivo, com seu combate à criminalidade seria o momento da juventude para o policial militar. Recém saído da caserna (SILVA, 2011) para a rua, incorpora nesse *ethos* próprio a vontade necessária, a guerra ao inimigo. Sua missão resume-se a uma cruzada ideológica cujas moralidades são permeadas por sua formação. O vigor nas atitudes, a sagacidade, o treinamento, tudo é posto à prova num embate constante. E a vida passa ao largo da morte, crível apenas para aqueles que não vestem o sentido que a representação do guerreiro traz, ou seja, a vitória sobre a morte (STORANI, 2008). Dada a justeza da missão, encarar o desafio da finitude é garantir a perpetuação da vida.

Ao construir o mundo, o adolescente deixa as ideias e os pensamentos infantis, o “faz de conta” é relegado como coisa de criança. Adquirir conhecimentos, tornar-se adulto, ter um corpo de homem ou mulher são tarefas da adolescência. A sua palavra-chave é desafiar, pois o adolescente também é um herói como a criança havia sido, só que um herói mais potente, com um corpo mais forte e uma mente mais aguçada, com todas as possibilidades de criação e execução, sem os freios restritivos da razão e da maturidade. Nas representações figurativas os heróis são jovens, belos, fortes, predominando, sempre, a característica da impetuosidade. Não há lugar para a morte, que representa a derrota, o fracasso. Como podemos ver aqui está representada a visão atual da morte: fracasso, derrota, incompetência. Devemos admitir que somos uma civilização adolescente, onipotente, forte, entretanto com pouca maturidade. (KOVÁCS, 1992, p.5)

A atividade meio, o serviço administrativo, a busca pela burocracia seria o processo de maturidade do policial e o reconhecimento da morte como um resultado prático e factível da profissão. A fuga para esse serviço surge da necessidade de olhar para frente e enxergar um horizonte de possibilidades e de outras promessas para o futuro. O romantismo da guerra na sua representação de um sacrifício lógico dá lugar ao reconhecimento da crueza que ela representa. O coletivo garantido pelo espírito de corpo dá lugar ao questionamento para a permanência do eu em detrimento da instituição que o agrega. Portanto, uma morte tão próxima, ao alcance e no encalço do indivíduo não deixa dúvidas do incômodo que a fatalidade provoca. É preciso buscar o caminho inverso do enfrentamento e resguardar o que há de mais precioso, a vida.

[...] ao fazer um balanço dessa experiência, uma grande transformação interna se processa em nós e a morte não se configura mais como algo que acontece somente aos outros, mas que pode acontecer conosco também. Surge, então, a possibilidade da minha morte e isto traz um novo significado para a vida. Esta passa a ser definida e ressignificada pela possibilidade da morte. Não temos mais todo o tempo do mundo, o limite não está lá para ser extrapolado e sim para ser conhecido e admitido. (KOVÁCS, 1992, p.7).

Sendo assim, dada a vida e a morte, ressignificá-la, moldá-la dentro dos padrões de sociabilidade possíveis, aceitar ou inverter seus sentidos, ignorá-la ou aceitá-la depende da evolução cognitiva, do grupo, das razões que caracterizam a vida do militar, e, em especial o policial militar nas suas múltiplas representações da atividade de policiamento. Nesse teatro de operações onde só ao indivíduo compete definir o seu papel crucial, a sua razão de ser (MUNIZ, 1999), um universo de possibilidades só se descortina quando da certeza do entendimento do seu papel integrante no arcabouço da segurança pública.

## Capítulo II.

## 2.1 O Recrutamento

Em 2000, concluí o ensino médio e até então ocupava um emprego em uma loja de material de pesca na ilha da Conceição, em Niterói. A faculdade ainda era um sonho distante, dada as dificuldades do deslocamento até o centro de Niterói, custo de passagem e tempo para preparar-se para o vestibular de maneira satisfatória para conseguir uma boa colocação. Os tempos eram bem difíceis.

O governador Anthony Garotinho propunha uma revitalização nos órgãos da segurança pública, em especial a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), cuja logomarca decalcada nas viaturas indicava os objetivos do seu projeto: “NP” (Nova Polícia). Os concursos para soldado em média selecionavam cerca de 3.000 (três mil) candidatos a cada ciclo. Vi aí uma oportunidade de emprego estável e a chance de continuação dos meus estudos, afinal de contas havia ali a oportunidade de mudar o próprio status econômico, pois enquanto o salário mínimo regional era de cerca de R\$ 151,00, o soldado da PMERJ, após formado com todas as vantagens ganhava em torno de R\$800,00, uma mudança significativa.

Assim prestei concurso e em 13/12/2000 ingressava no curso de formação de soldados da corporação seguindo para o 25º Batalhão de Polícia Militar no município de Cabo Frio, pois a organização do concurso – a Diretoria Geral de Ensino e Instrução da PMERJ – havia colocado as chamadas companhias pedagógicas em alguns batalhões operacionais do Estado (até então os cursos de formação de soldados era realizado no Centro de Recrutamento e Formação de Praças, CFAP, localizado no bairro de Sulacap na chamada Fazenda dos Afonsos).

Tal mudança tinha como objetivo revitalizar o efetivo dos batalhões, facilitar a inserção dos alunos à vida operacional destes, economizar recursos tendo em vista que os formandos permaneceriam naquelas unidades, facilitar o conhecimento dos recrutas às áreas de policiamento onde futuramente iriam policiar – pois o estágio prático seria realizado dentro da área de atuação daquele batalhão escola – e permitir ao comandante da unidade formar seu policial dentro do padrão de comportamento e filosofia de trabalho alinhada aquele perfil de direção.

Com isso, tem início o curso onde um sargento ao referir-se a mim disse uma frase que afeta a identidade do militar por toda a sua carreira: “*Aluno anota aí seu RG porque esse número vai te acompanhar pela vida inteira*”. Até então eu não havia percebido a extensão

daquelas palavras e dado o grau de importância necessária, mas dada a imperiosidade da ordem e o rigor como fora proferida, pois a sujeição a uma posição liminar já havia começado, e, era preciso submeter-se, gravei aqueles números com todas as forças da minha vida!

O RG ou registro geral é uma sequência de números que revelam a sua posição nominal na quantidade de policiais existentes em toda a Polícia Militar do Rio de Janeiro, correspondendo a sua relação hierárquica e de antiguidade perante aos demais policiais. Após a fusão da polícia Militar do Rio de Janeiro e Polícia Militar da Guanabara em 1975 (os quais tinham respectivamente as alcunhas de Treme-terra e Azulões), esse número há época (anos 2000) havia alcançado a marca de 71.000 policiais sendo aí compreendido: os que se aposentaram, os já falecidos e os da ativa. Os RGs de policiais falecidos não são aproveitados na contratação de novos recrutas, ou seja, permanecem com o morto pela eternidade assim como policiais excluídos ou licenciados também. O RG não é aproveitado, havendo a reassunção do RG quando da volta de algum ex policial ao quadro de policiais ativos da corporação, única possibilidade de aproveitamento possível.

Daí outra “máxima” era dita acerca do nosso recrutamento. Como nós éramos os policiais mais “modernos” da corporação, os “ 71 milhão”, termo utilizado para destacar a nossa imensa distância hierárquica dos chamados “antigões” (policiais com vinte, trinta anos de atividade) a todo momento a frase “*essa polícia acabou mesmo!*” era proferida sobre nós. Apesar da condição de “aluno”, nome sempre proferido aos gritos quando éramos chamados para alguma tarefa, todos os policiais “mais antigos” da unidade já nos consideravam como “policiais”. E quando havia a oportunidade de se aproximar do grupo sem que um “Oficial” estivesse olhando, aconselhavam quanto a nossa nova condição alertando para a postura que deveríamos tomar a partir daquele momento, os perigos que deveríamos evitar, pois a “história agora era outra”, éramos PAPA MIKES (categoria nativa utilizada através deste símbolo fonético, geralmente utilizado também pela Marinha do Brasil e pela PMERJ nas suas comunicações via rádio, onde “PAPA” significa a letra “P” e “MIKE” – pronuncia-se “maique” – a letra “M”, uma abreviatura para o nome “policial militar” utilizada pelos policiais militares, sendo os policiais civis chamados de “PAPA CHARLIE”).

O convívio com os policiais operacionais e já formados era proibido e não recomendado. Apesar de naquele período inicial da formação ser meio que porosa essa relação. A razão da proibição era que poderíamos nos “contaminar” com as informações vindas de fora, da “rua” e assim acharmos que já éramos “alguma coisa” e adquirir “ranços”,

“posturas” reprováveis para o meio acadêmico, mas muito utilizadas pelos já formados nas suas atividades policiais. A responsabilidade como anteriormente disse, desse afastamento, ficava a cargo dos Oficiais, os responsáveis pela instrução ou dos Sargentos auxiliares destes<sup>3</sup>.

Todo o deslocamento dentro do quartel era de forma acelerada, ou seja, correndo. Se fôssemos pegos por algum instrutor ou Oficial andando pelo pátio, éramos sumariamente repreendidos. Os castigos passavam pela obrigação da realização de várias repetições de exercícios físicos ou a submissão ao chamado LS (licenciamento suspenso), o que valeria a ficar os finais de semana dentro do quartel dando fim as folgas neste período. A todo momento o medo era ficar “preso”, um incômodo que perseguia tanto os alunos como os formados, pela rigidez do regulamento disciplinar da corporação (o qual permite punições disciplinares que vão desde a repreensão verbal até a prisão, agravada para prisão em separado pelo período máximo de trinta dias). Nas palavras de um Sargento responsável pela reserva de armamento da Unidade (local onde se faz a manutenção de todas as armas de fogo que são usadas no policiamento), “*preso eu já estou, a liberdade vou conquistando ao longo do meu plantão*”. O objetivo era não aparecer nem positiva nem negativamente, não chamar atenção, pois quem “*não era visto, não era lembrado*”, isso diminuía as chances de ser chamado para alguma tarefa ou “suga”, que eram rituais de submissão do aluno a trotes, como ficar em pé no sol por horas, exercícios com bombas de gás lacrimogêneo chamada de o “cigarro do polícia”, exercícios como polichinelos e flexões de braço para “oxigenar o cérebro” e não “cagar o pau” – vacilar, errar – ao completar alguma tarefa.

Nas palavras de um velho oficial que nos dava aula acerca da ética policial militar, está aqui não se confunda com os princípios empíricos que fogem à regra formal na construção do saber prático do policial e a aplicação deste saber de forma desigual e diversa

---

<sup>3</sup>A Polícia Militar se divide em dois quadros de servidores distintos: Oficiais e Praças. Os Oficiais são escalonados, do menor para o maior, pelas patentes concedidas através de um documento chamado “Carta Patente” pelo Governador do Estado através de decreto publicado em Diário Oficial, estruturando-se da seguinte forma: 1º Tenente e 2º Tenente – Oficiais Subalternos; Capitão – Oficial Intermediário; Major, Tenente-Coronel e Coronel – Oficiais Superiores. Os Praças são escalonados, do menor para o maior, pelas graduações e são promovidos pelo Comandante Geral da Polícia Militar através de ato publicado em um documento chamado Boletim da Polícia Militar, estruturando-se da seguinte forma: Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento, Subtenente. Existe ainda para os Oficiais as Praças Especiais que são os alunos do curso de formação de Oficiais e o Aspirante a Oficial, condição probatória, com duração de seis meses, do aluno do curso de formação de Oficial para ser promovido a patente de 2º Tenente. Já os alunos do curso de formação de Soldados, após o curso são promovidos a Soldado PM, cujo estágio probatório tem a duração de dois anos. No período do estágio probatório tanto o Soldado como a Praça Especial (Aspirante a Oficial), podem ser excluídos “a bem do serviço público” pela Polícia Militar, o que resumidamente significa uma demissão do serviço público de forma sumária e com menos formalismo. (Decreto-lei nº 215, de 18 de julho de 1975, Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro).



dos organismos formais da lei e justiça, ou seja, orientado pelas práticas do seu universo relacional e ambiente, a ética policial (KANT DE LIMA, 1994), “punir é fazer justiça”! Embalando em seguida um discurso a luz do regulamento disciplinar, da conduta moderada de um verdadeiro militar e do principal valor a ser observado por todos os policiais: o princípio da “hierarquia e disciplina”, base e estrutura que mantém os costumes, tradições e a própria Corporação.

Dentro do curso de formação tinha até uma máxima que aquele era o melhor momento, o curso de formação. Onde você não está trabalhando e muitos falam, vai deixar saudade, você vai sentir saudade deste período, porque depois você vai trabalhar e vai presenciar a realidade, exercer a atividade fim policial militar. (Grupo focal, soldado F3, quatro anos e sete meses de serviço)

Apesar da suga, dos exercícios físicos extenuantes e de toda a carga de pressões que sofríamos, o grupo de alunos era alertado para aproveitar bem aquele momento, vivê-lo intensamente, pois diziam, “recruta não baba nada, vocês são iguais a bebês, não sabem o que estão fazendo”. Naquela rotina, aqueles que por ventura vinham a entrar para resolver alguma pendência no batalhão davam uma espiada nos “bolas de ferro” (segundo os “antigões” essa era uma categoria nativa também usada para definir nossa condição, semelhante as bolas de ferro presas aos pés dos presos). Quando porventura um deles ficava, por razões diversas, responsáveis por conduzir-nos a algum lugar ou estar conosco para prática de algum policiamento festivo na cidade, oportunidade para praticarmos o exercício da atividade policial ajudando no policiamento, porém, desarmados e apenas com cassetetes – bastões de madeira ou borracha para defesa no uso policial – e, portanto, necessitando da presença de um policial formado e armado presente com o grupo de alunos. Os “antigões” se sentiam presos a essa responsabilidade, impossibilitados de andarem livres, portanto presos aos “bolas de ferro”. “Vocês atrapalham bolas, não posso nem fazer minhas paradas”.

À medida que o curso ia avançando, nossa resistência, dia a dia, era testada, mas também por imposição da nova política de segurança pública imposta pelo governo do estado, algumas aulas teriam que envolver a presença de uma psicóloga e uma assistente social. Foi neste período que fizemos algumas dinâmicas de grupo e uma delas em especial, promoveu um maior alarido no batalhão, é claro que nossos instrutores sabiam o que iria acontecer, mas os demais policiais de serviço ali não.

O exercício começou com um preparo dos alunos. Fomos pintados e paramentados como índios, divididos em grupos e cada grupo ficou responsável por realizar uma determinada tarefa no interior do quartel. Essa tarefa consistia em descobrir, através da

proposição de charadas, certos símbolos ou amuletos que se encontravam escondidos dentro de alguns locais da unidade. Cada amuleto tinha um peso específico em pontuações, quem apanhasse o maior número de amuletos em somatório de pontos venceria a tarefa e estaria autorizado a ganhar dois finais de semana de dispensa de qualquer serviço extra (nesse período começamos a ser alocados em funções de cunho militar dentro do quartel, como apoio a guarda, posto de sentinela, que consistiam em uma vigilância nas extremidades do quartel, o que demandava o uso dos alunos também aos finais de semana).

As reações foram as mais diversas e mais uma vez fomos o foco das atenções. Alguns policiais ficaram até irritados e diziam: *“Olha lá os bolas de ferro, em vez de estarem aprendendo a dar tiro para correr atrás de vagabundo, tão dando pulinho e gritando, sei não, essa polícia acabou mesmo!”*. É claro que éramos submetidos a instruções de tiro, conduta de patrulha, técnicas de abordagem, matérias específicas para o exercício da atividade policial. Mas essa nova postura de aprendizado de acordo com nossas instrutoras, a psicóloga e a assistente social, era para desenvolver em nós o espírito crítico e a capacidade de reagir a situações adversas. Fomos alvo de piadas por um bom tempo, esse episódio não passou em branco e marcou nosso curso pelo resto da temporada.

Estávamos ali entre a caserna e a rua (SILVA, 2011), e, às vezes, a rua vinha nos visitar, mostrar a dicotomia entre o trabalho policial e a academia, alertar para o que nos esperava e nos sacudir daquela ilha da fantasia (SILVA, 2011). Assim, a cada corrida realizada, a cada passo dado, a cada ordem unida ministrada, nossa mente, corpo e espírito ia assumindo uma outra postura, costurando uma nova caminha, assumindo uma nova identidade perante o círculo que nos rodeava, ganhando pontos perante os nossos superiores. A formatura estava chegando e com ela o rigor do tratamento impelido por aqueles que nos formava diminuía.

## **2.2 Era apenas um RP.**

Paralelamente ao nosso recrutamento, convivíamos no batalhão com um grupo de jovens chamados pela sigla RP (Reservistas da Paz). O projeto reservistas da paz consistia em aproveitar jovens recém saídos das forças armadas em serviços de patrulhamento nas ruas e no apoio em batalhões. Com isso, segundo o governo do Estado, esses jovens além da oportunidade do primeiro emprego, poderiam ao familiarizar-se com a PMERJ, ingressar

através de concurso na corporação, o que alguns fizeram posteriormente, não só para a academia de praças como para a academia de oficiais. No auxílio ao policiamento sempre andavam em pequenos grupos, desarmados e sob a chefia de um policial armado.

Apesar de alguns conflitos de relacionamento no começo dessa relação, entre os alunos do curso de formação de soldados e os RP – o que levou um deles a exclusão do programa, pois em determinada situação discutira com um dos soldados alunos sendo o fato levado ao conhecimento do comandante do batalhão e conseqüente punição do reservista – aos poucos as relações foram tornando-se cordiais. Embora os RPs não fossem militares, tacitamente havia o entendimento que nós éramos hierarquicamente superiores aos reservistas e que a cordialidade e o respeito deles para conosco sofreriam o mesmo processo que as relações hierarquizadas dentro do quartel. Afinal, um dia eles também poderiam ser policiais e deveriam socializar a cordialidade, respeito e camaradagem, princípios que norteiam a vida militar. Ainda mais eles, egressos das forças armadas e mais do que ninguém, conhecedores da “hierarquia e disciplina”.

Essa também fora uma das razões dos cursos de formação de soldados terem sido deslocados do CFAP para outras unidades da corporação. Pois os reservistas da paz passavam por um pequeno treinamento antes de assumirem a parte prática do programa, o que num primeiro momento foi realizado na Fazenda dos Afonsos. O projeto foi implementado em larga escala no Centro da Cidade do Rio de Janeiro e próximo aos comércios da região. Usavam um uniforme diferenciado do uniforme operacional policial, parecendo com as fardas de passeio da PMERJ, diferenciando-se destas pela cor azul marinho.

Em Cabo Frio, devido à carência de uniforme, os mesmos usavam o que era vulgarmente chamado de “bichoforme” (calça azul jeans, camisa branca e tênis preto) e como não podiam assumir atividades na rua com esses trajes, ajudavam em funções administrativas dentro da unidade. Este também era o uniforme usado pelos soldados alunos até o recebimento da primeira farda, a chamada 5º A do RUPMERJ (Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Rio de Janeiro, sendo o 5º a representação numérica correspondente a quantidade de uniformes existentes), o chamado MUG, motivo de grande alegria e satisfação perante os recrutas, pois agora “nós parecíamos policiais de verdade”. Tal alusão ao apelido diz respeito também a nossa condição como alunos, indefinida, liminar e a procura de uma nova identidade legitimada pela “passagem a pronto” jargão militar que significa estar formado. Parecíamos os “invertebrados”, semelhante ao curso do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) onde profissionais oriundos dos batalhões convencionais são

assim adjetivados para demonstrar sua distância com relação a figura combativa e guerreira destes milicianos, ou seja, uma figura amorfa, incompleta, indefinida e incapaz de pertencer a aquele grupo social, motivado por um *ethos* próprio e particular, características dissonantes que vão desde a condição do estado físico até a postura e idoneidade moral (STORANI, 2008).

Então tínhamos naquele ambiente, o quartel, duas classes distintas de neófitos (STORANI, 2008), aqueles que ao longo da jornada completariam sua trajetória a caminho da autoafirmação como pertencentes aquela estrutura, prestes a se formarem – os soldados alunos. E outra classe, sem promessas de vitória, com uma breve expectativa de galgar a mesma condição dos recrutas e à margem do grupo – os RP. A situação ainda se agravava, pois alguns deles eram filhos de ex-policiais, policiais aposentados e até policiais da ativa e assumiam trejeitos e posturas semelhantes aos policiais formados, inclusive capitaneando trabalhos de segurança privada no mercado informal em cargos de chefia de boates, comércios e afins, muitos deles conseguidos pela condição de serem um RP ou até mesmo de se auto intitulem policiais. Assim, houve um estreitamento ao longo do tempo das relações e um sentimento tácito de pertença de grupo que culminou com a mesma porosidade nas relações sentida entre os alunos do curso de formação de soldados e os policiais formados, pois afinal “vestíamos uma mesma camisa” e “combatíamos a mesma guerra”.

Era tempo de festejar aqueles que ficaram, aqueles que atingiram a glória prometida através do esforço pessoal, os que tentaram e conseguiram sobrepujar a vida de PI – tal qual explica Kant de Lima (1994), a representação aqui também tem o significado de pé inchado, porém adjetivado como um indivíduo à toa, um Zé ninguém, alguém que não pertence ao grupo dos PAPA MIKES – e comemorar a formatura.

### **2.3 A Pista.**

Após a solenidade de formatura, realizada na praça do município de Armação dos Búzios, inclusive com a presença do Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro na época, fora dado um recesso a turma os quais deveriam retornar para o serviço e apresentações ao Comandante da 5ª Cia/Búzios (há época o batalhão de Cabo Frio era dividido em cinco regiões administrada pelas chamadas Companhias –Cia– assim distribuídas: 1ª Cia- Centro da Cidade e Arraial do Cabo, 2ª Cia- São Pedro da Aldeia, 3ª Cia- Araruama, 4ª Cia- Saquarema, 5ª Cia- Armação dos Búzios).

Sendo assim, comecei meu serviço na rua, onde mesmo cumprindo estágio durante o curso externamente, agora tudo era novidade, pois éramos formados, e qualquer ação ou omissão da nossa parte em atendimento ao público, seríamos responsabilizados. Porém, este serviço mais livre das pressões do batalhão não duraria muito tempo. Um novo recrutamento iniciou-se na unidade e assim os soldados alunos já no período de estágio na rua necessitavam de um policial formado para acompanhá-los. Como apesar de formados éramos os mais modernos na escala hierárquica do batalhão, fomos convocados para essa missão.

O fato causou grande descontentamento na turma, pois agora a escala passaria a todos os dias de segunda a sábado, seis horas por dia, diferente da escala de vinte e quatro horas de trabalho por quarenta e oito horas de descanso que cumpríamos no DPO (Destacamento de Policiamento Ostensivo). Para muitos de nós aquilo teria sido “piruação” (categoria nativa que quer dizer fofoca, intriga, sugestões fora de contexto ou mal colocadas) dos “antigões”, os quais sentiam inveja dos recém-formados por irem para uma das melhores Companhias de trabalho da região, onde só dava “gringo” e “bacanas”, artistas famosos e afins.

O fato é que os mesmos “antigões” usaram da antiguidade hierárquica para não tirarem o serviço, diziam que o PO (policiamento realizado a pé e em alguns bairros da região) era coisa para “recruta” e além dos que chegaram para recrutamento, havia os recém-formados para realizar tal missão. Assim, eu que morava muito longe de Cabo Frio, ficava praticamente a semana inteira no batalhão, dormindo no alojamento do quartel. Até que surgiu a oportunidade de ser transferido para um batalhão da região de Niterói, mais próximo de minha casa.

Embora o serviço não fosse operacional (fui trabalhar na guarda do quartel), o convívio naquele ambiente e as boas relações que fazia com meus superiores, deram-me a oportunidade de ser indicado para outro setor, cuja atividade envolvia o trabalho no policiamento ostensivo de forma mais contundente e na atividade mais repressiva no combate à criminalidade.

Para esta atividade éramos preparados e treinados para todo o tipo de enfrentamento, utilizando as melhores armas que havia no mercado (aquela época as pistolas calibre .40 e as Carabinas marca Cout M4 calibre 5.56 eram o que havia de mais inovador no emprego policial), viaturas novas e coletes também. Utilizávamos um fardamento diferente, camuflado, o que dificultava sermos vistos em determinados ambientes, principalmente em meio urbano e nas favelas. Éramos conhecidos como Grupo de Ações e Operações e Repressivas (GAOR).

As atividades em muitas oportunidades envolviam a localização de criminosos e o combate direto ao tráfico de drogas em diversas favelas dos municípios de Niterói e São Gonçalo, entre elas Morro do Estado, Complexo do Caramujo, Vila Ipiranga, Complexo do Salgueiro, Complexo da Coruja, ou seja, locais onde traficantes armados com equipamentos de alto poder destrutivo tomavam conta do local. Não era incomum a ocorrência do enfrentamento armado a esses grupos, com resultado morte para ambos os lados. Íamos também em socorro a outros policiais que por algum motivo ficavam encurralados no interior das favelas em meio ao fogo cruzado, muitas vezes conseguindo resgatá-los.

Foi uma fase heroica da minha passagem pela PMERJ. Estava no auge da forma física, jovem para o trabalho que realizávamos. Lembro quem em uma determinada operação em uma comunidade em Niterói, a qual estava em guerra de facções criminosas (o tráfico de drogas no Rio de Janeiro divide-se em várias gangues ou facções criminosas, entre as de maior influência temos: Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando e ADA– amigos dos amigos– em Niterói e São Gonçalo, a maioria do mercado de drogas são de responsabilidade do comando vermelho e terceiro comando, os quais em algumas ocasiões entravam em luta por disputa de territórios), um dos policiais do policiamento convencional que viera em apoio, pois estava próximo, não conseguiu subir as escadarias, estava logo atrás de mim e lembro bem ele ter falado: *“Pô irmão, dá pra mim não, sobe que daqui, vou voltar”*. Como eu não podia abandonar a minha patrulha, continuei a subir.

Esse era um dos diferenciais da nossa equipe, agíamos semelhante ao BOPE, em uma rígida conduta de patrulha (mecanismo de progressão no terreno onde um grupo de milicianos age avançando no ambiente ponto a ponto de forma a tomar o espaço por completo, não deixando que o adversário volte a ocupá-lo). Tínhamos uma rígida disciplina nas posições adotadas por cada membro da equipe e a comando de um sargento que era o tomador das principais decisões em momentos complexos. A missão era não ser abatido e voltar para casa com o sentimento do dever cumprido. Nossa conduta, balizada pelo comandante do batalhão, era irretocável. Éramos tidos como os “certinhos”, pois não havia a aceitação do “arrego”, parte estruturante de relações de negociações espúrias entre traficantes e policiais através do uso da propina. Para Pires (2010), compõem relações de poder cuja precariedade do sistema transforma em mercadoria política e faz do agente que o impõe um ator cuja autoridade faz dessa vantagem um mercado.

No recrutamento, o “arrego” como categoria nativa transformava-se em uma interjeição que denota reprovação em certos atos praticados, como uma atitude imperfeita em

sua execução, e, portanto, merecedora de uma expressão de insatisfação e reprimenda. A expressão “arrego militar!” , quando errávamos alguma função, ou na ordem unida, ou na educação física era recorrente na voz dos nossos instrutores. Na rua não, era a visão do que havia de mais inglório na guerra à vagabundagem. Receber “arrego” era, no pensamento do combatente, daquele que lutava a guerra contra as drogas, indiretamente matar um amigo de profissão, compactuar com o banditismo e misturar-se a ele. Tal qual o BOPE que eram chamados de faca na caveira e nada na carteira (STORANI, 2008, p 49), ser um policial cumpridor de sua missão para nós, era abdicar do vultoso mercado que o “arrego” envolve (PIRES, 2010).

Inicialmente você não mede as consequências, você tem a preocupação de ser aquele policial bom de serviço, você vai pra dentro mesmo, você é um pouco displicente mesmo, é aquela vontade de ser aquele policial bom de serviço.(Grupo focal, sargento F1, quinze anos de serviço)

Éramos um grupo combativo, diferenciado e, portanto, perseguido e temido pelo tráfico de drogas. Nos confrontos não era incomum haver a baixa entre bandidos, e, tal fama corria por entre as favelas. A cada missão a cumprir os confrontos tornavam-se mais acirrados, mas gostávamos daquela emoção, daquela adrenalina. E foi justamente em um momento de aparente calma que houve o baque, perdemos um dos nossos.

O GAOR era dividido em duas equipes, chamadas A (alfa) e B (bravo), trabalhando em revezamento de dias. Fazia parte da equipe A e nos dias de folga comecei um curso de pré-vestibular para tentar o concurso ao curso de formação de oficiais (naquela época o processo seletivo tinha como porta de entrada o vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ). Portanto, como a minha escala de serviço era das duas da tarde as duas da manhã, das sete da manhã ao meio dia eu estava no curso e como era próximo do trabalho, dava tempo de assumir o serviço com certa tranquilidade.

Foi em um destes dias de aparente tranquilidade que eu recebi uma ligação quando estava no curso. Um dos colegas que estava de serviço na ala B ligou dizendo que um dos nossos colegas havia sido baleado. De acordo com ele, os mesmos estavam passando próximo a uma comunidade conhecida como Chácara, divisa com o morro do Estado no centro de Niterói, quando escutaram disparos e o colega reclamou de uma queimação embaixo da axila. Ao perceberem que o tiro havia entrado pela junção do colete e atingido o amigo, socorreram-no levando-o para o Hospital Antônio Pedro. Chegou conversando normalmente, mas a situação se agravou. O tiro havia perfurado o pulmão, causara hemorragia e de acordo com o

médico o amigo morrera sufocado pelo próprio sangue. A morte bateu à nossa porta, lembramos das brincadeiras, do momento de descontração e das intensas trocas de tiros onde sequer havíamos sido baleados e agora tínhamos um colega morrendo daquela forma, sem ao menos poder defender-se.

Para nós fora uma situação bastante traumática. Por mais que nos sensibilizemos com a morte de companheiros em outros batalhões ou no dia a dia em notícias televisivas, a morte tão próxima de nós, com um companheiro de trabalho que estava ali compartilhando do mesmo objetivo, comungando sonhos, esperanças, desejos, nos afetava mais. Representou um momento muito difícil e a oportunidade de pensar nossas ações. Fomos pegos de surpresa, até então não havia morrido ninguém daquela equipe. Segundo Medeiros:

Há mortos e outros mortos. Entre as diversas mortes-acontecimento, há mortes-evento que têm seu significado diferenciado pelo que são, ou melhor, por quem foram os cadáveres. E são esses corpos apresentados que fazem com que o acontecimento morte seja reinterpretado. Assim, quem é o morto e como foi sua morte faz uma morte ser vista, ou não, como um evento. (MEDEIROS, 2016, P.47)

Então, aquele morto, aquela morte, ou morte-evento (MEDEIROS, 2016) era um acontecimento “dos nossos”. Como tal, seria um elemento a ser lembrado no ritual castrense. Tal qual os rituais de morte entre os Nagô, ele seria um “Ancestre” ou um “Egun” – representações individualizadas e sociais daqueles que apesar de “despachados” para o “òrun” (céu), devem ser lembrados de tempos em tempos – para mostrar ao grupo a sua herança divina (SANTOS, 2012).

Algum tempo depois o GAOR fora descontinuado e toda a equipe restante colocada para a segurança de magistrados no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A razão fora o assassinato no estado do Espírito Santo de um Juiz da Vara de execuções Penais daquele estado. Aqui, alguns juízes também vinham sofrendo ameaças e solicitaram ao Comandante Geral da PMERJ uma equipe para sua segurança. Como o Comandante Geral fora nosso comandante no batalhão onde trabalhávamos, solicitou nosso grupo para essa missão.

Para mim tal trabalho só atrapalhou minha estratégia de estudos, pois algumas vezes faltava ao curso para cumprir o serviço que se iniciava pela manhã e às vezes ia até a madrugada. Não tinha mais tempo para cumprir as tarefas do curso, até nos finais de semana era empregado no serviço de escolta. Aquilo foi causando-me tamanha insatisfação que pedi para sair daquele serviço, o que para alguns era motivo de assombro, diziam: *“Pô polícia! Vai perder essa oportunidade de ficar trabalhando com o doutor, vai ficar queimado em.*



*Qualquer um queria ficar no seu lugar, vai tomar um bico para qualquer batalhão”, e coisas do tipo.*

Quando da reunião com o Comandante Geral nos fora prometido que aqueles que não se adequassem ao serviço ou não quisessem fazê-lo, poderiam pedir para saírem a qualquer tempo. Era uma promessa dele. Como tinha essa carta na manga, resolvi aceitar o serviço num primeiro momento e, com o andar do tempo, não satisfazendo minhas aspirações, resolvi ir embora. Fui devolvido a meu batalhão de origem conforme o combinado sem qualquer problema, que para alguns foi mais um motivo de assombro por não ter tomado um “bico” (tal categoria nativa diz respeito a transferi-lo para um lugar que não seja da sua vontade, a sua revelia e de forma fortuita e artilosa, com o único objetivo de atrapalhar a sua rotina de trabalho e vida pessoal).

Comecei uma nova jornada no trabalho e agora fora da rua, fora do policiamento ostensivo, exercia a atividade de plantonista no quartel, o que para mim fora uma oportunidade de tentar recuperar o tempo perdido com relação aos estudos. Porém não consegui a aprovação no vestibular. Outros concursos internos foram surgindo, onde fui aprovado para o curso de formação de sargentos, passando um ano fora do quartel. Lá conheci colegas que já eram universitários ou tinham concluído a faculdade. Muitos deles não trabalhavam na atividade fim e sim na atividade meio.

Para alguns policiais, os profissionais da atividade meio eram beneficiados pelo conhecimento que acumulavam dentro das seções, pois tinham acesso a materiais que o policial das ruas não tinha, porém, a verdade é que o policial ao sair da academia pouco preocupava-se com o apuro do conhecimento. Os mais jovens ainda buscavam, como nós, outras oportunidades na carreira, mas a grande maioria com mais tempo de profissão não queria estudar. Nós mesmos quando da realização do concurso ao curso de formação de sargentos fomos criticados, muitos diziam que perderíamos dinheiro ficando um ano em um curso, só fazendo dívidas e fora de alguns empregos informais, o “bico” (categoria nativa aqui utilizada para caracterizar atividades de segurança informais realizadas na folga de forma irregular, pois o regulamento disciplinar prevê dedicação exclusiva ao serviço).

A verdade é que aquele período de curso aprofundou em mim a certeza de cada vez mais exercer atividades menos operacionais e mais administrativas. Afastar-se da correria do dia a dia na “pista” e procurar aprofundar o conhecimento para dar um *up* na carreira. Agora como sargento, as possibilidades de assumir funções mais burocráticas era um fato,

principalmente porque éramos os chamados “sargentos de curso” diferentes dos “sargentos de tempo de serviço<sup>4</sup>”.

Com isso, ao término do curso, volto ao quartel disposto a pôr minhas ideias em prática e assumir serviços de natureza administrativa. Mas conhecedores da minha experiência nas ruas, dada a minha condição de sargento, fui promovido a chefe de equipe e voltei a atividade fim. Passado algum tempo, por questões de logística, fui transferido para o quartel do município de São Gonçalo-RJ. Como lá o serviço administrativo abrigava poucos policiais continuei no serviço nas ruas, até que dada a minha amizade com alguns policiais da minha antiga unidade fui convidado a retornar para o batalhão de Niterói onde exerceria uma atividade exclusivamente administrativa e em consonância com meus objetivos. Ali, com o tempo de promoção encurtado, fui promovido a subtenente envolvendo-me cada vez mais em funções de apoio aos oficiais chefes de seções e adquirindo mais ainda o ranço da administração. Como diria um dos “antigões”, havia encontrado um “cantinho para me esconder”.

### **Capítulo III**

#### **3.1. Grupo Focal.**

A elaboração do grupo focal envolveu a presença de 06 ( seis) policiais militares, sendo que três deles encontram-se na atividade fim e os demais na atividade meio. Cinco deles são praças e apenas um oficial de baixa patente (segundo tenente). O tempo de serviço prestado na corporação oscila entre quatro a dezesseis anos, sendo um deles recém-formado estando com cerca de um ano de corporação. Foram identificados por mim pela sigla F, sendo

---

<sup>4</sup>Diferente do plano de carreira onde a praça da PMERJ pode chegar de soldado a subtenente sem prova, após 25 anos de serviço, ou seja, esperando apenas o tempo mínimo para ser promovido, os policiais que são aprovados em concursos internos para sargento têm esse tempo de progressão na carreira encurtado. Isso permitiu que policiais cujo tempo de serviço fosse menor que os demais pudessem ascender na carreira e ficarem hierarquicamente superiores a policiais com mais tempo de serviço que eles, este foi o meu caso. Os sargentos de curso, como éramos chamados, levavam mais tempo na academia de sargentos para concluir o curso e, em tese, tinham um maior preparo para resolver questões afetas a administração que os demais sargentos promovidos por tempo de serviço. A antiguidade é dada pelo posto ou graduação, portanto aquele que for promovido primeiro dentro do mesmo quadro de policiais será mais antigo. Assim o militar subsequente na escala hierárquica só poderá sair daquele quadro para uma colocação superior quando aquele mais antigo que ele o for primeiramente, dentro da mesma graduação. (Regulamento de Promoção de Praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 7.766, de 28 de novembro de 1984.).

numerados sequencialmente de um a seis (F1, F2, F3 e assim sucessivamente), sendo suas identidades protegidas pelo anonimato facultado a pesquisa. Apenas um deles exerce sua atividade laboral na região metropolitana, porém, fora da capital do estado. Os demais trabalham próxima a Capital do Rio de Janeiro e dois deles exercem a atividade fim em uma Unidade de Polícia Pacificadora<sup>5</sup>. A média de idade destes profissionais oscila entre vinte e cinco e quarenta e um anos, todos universitários, alguns deles egressos dos serviços nas Forças Armadas.

A visão dos profissionais acerca da corporação a qual servem passa ora pelo orgulho da missão que exercem, ora pelo ostracismo, desestímulo à atividade e sensação de desamparo perante suas atividades laborais. Todos falaram sobre a “guerra às drogas” porque passa a sociedade e o clima de medo envolvendo o ambiente da segurança pública. Alguns falavam que o policial militar se tornou um “ser matável”, como uma espécie de caça perpetrado pelos bandidos a esses agentes. Manifestaram ainda a desconfiança que nutrem pelo poder judiciário, o qual para eles não tem seu discurso alinhavado com a sua prática policial, pois “*polícia prende e a justiça solta*”, ou seja, para eles, a prática delitiva sofre grande estímulo por uma falta de coercibilidade dos juízes e promotores. Faltaria também reconhecimento por parte da sociedade em relação às suas atividades.

Com o passar do tempo fui mudando minha opinião, entrei na polícia em 2002, e hoje agente vê esse cenário triste, como você comentou. Tivemos neste final de semana o suicídio daquele policial do Hospital da PMERJ, colegas morrendo quase que diariamente e isso causa um impacto tremendo nas ações que o policial venha a participar. Acredito que muitos colegas aí tenham deixado de abordar diante deste cenário aí, e até mesmo diante da falta de apoio do Comando, do abandono de órgãos do judiciário com relação até a uma determinada situação em ocorrência que o policial venha a se envolver. (Sargento F1, quinze anos de serviço)

---

<sup>5</sup> Implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa das UPPs - planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional - foi elaborado com os princípios da Polícia de Proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. O Programa engloba parcerias entre os governos – municipal, estadual e federal – e diferentes atores da sociedade civil organizada e tem como objetivo a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do Estado com a população. A pacificação ainda tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades. O Estado do Rio de Janeiro possui 38 UPPs e a polícia pacificadora conta com um efetivo atual de 9.543 policiais. As UPPs em operação abrangem aproximadamente 264 territórios. Cabe ressaltar que os efeitos proporcionados pelo programa extrapolam as comunidades pacificadas, se estendendo a suas áreas adjacentes, beneficiando direta e indiretamente uma população bem maior. O programa também está na Baixada Fluminense, com a UPP Mangueirinha. Fonte: [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)

E você começa a ver essas coisas e sua vibração, quando você sai da academia começa a diminuir, você vai perdendo o gás, começa a questionar certa situação, e aí é o judiciário, é da mídia que manipula, aí falo: opa! Acho que to muito acelerado! Assim comecei a desacelerar e a fazer “política” para sair da atividade fim. (Soldado F3, quatro anos de serviço)

Institucionalmente a corporação trata o policial como números, morrendo ou vivendo você é mais um número. Não há um estudo para verificar essas mortes ou uma política que cessem esses eventos, muitas das vezes o policial morre por falta de logística, containers para abrigar policiais, falta de treinamento que muitas das vezes numa conduta de patrulha se esse policial errar ele vai morrer e matar a equipe dele, então a polícia não está preocupada com isso. (Cabo F4, onze anos de serviço)

A morte está presente no cotidiano policial, no entendimento tanto da mídia quanto do policial, agente não se entende como “matável”, mas a mídia parece que sim!.. Então, eu me entendo como um profissional que busca conciliar o serviço e a proteção da sociedade, trocando em miúdos, a atividade constitucional da polícia, o policiamento ostensivo, trocando em miúdos, aquela frase “servir e proteger”, mas enquanto você “serve”, enquanto você “protege”, eu olhando para mim enquanto profissional, enquanto pai, enquanto chefe de família, eu tento proteger minha própria vida antes disso tudo, porque o policial tá morrendo a cada dia...Eu me enxergo nesse teatro aí na morte que permeia nossa profissão, como uma pessoa que tenta não fazer parte dessa estatística negativamente... ( Sargento F5, dezesseis anos de serviço)

Hoje, o policial é um “ser matável”, achei essa frase interessante. Fazendo uma análise bem filosófica, bem maluca, pensei na “sujeição criminal do Misse”<sup>6</sup>(a relação de tratamento a alguém já fadado pelas suas maneiras, características físicas e culturais a ser rotulado como um criminoso)(MISSE, 2008). Tem a sujeição criminal aquela que agente olha aquele tipo de pessoa e acha que ela vai adotar certos comportamentos e acha que aquela pessoa é “matável”. Acho que isso está acontecendo com os policiais, acho que já naturalizou. Morre policial não se tem nenhuma comoção e agente está entrando nessa guerra, tá ficando insano isso, já não há mais razão. O bandido mata o policial pelo simples fato de ser policial, o policial mata o bandido pelo simples fato de ele ser bandido. Agente escuta muitas histórias. Eu venho de uma família que não havia policial nenhum, depois de um tempo um primo se tornou policial, mas eu escutava muitas histórias dos “policiais antigões” né? Aquela coisa, às vezes o policial tava no ônibus, foi rendido, às vezes tomavam só a arma e não o matavam, às vezes nem isso fazia. Hoje em dia, o cara não pode estar com nada, se o cara achar que é policial ele vai matar. Então, tem essa questão da naturalização da morte, acho que ela tem alguma coisa que agente pode buscar como origem, não só em uma, mas em várias que é a questão da formação. (2º Tenente F6, cinco anos de serviço)

---

<sup>6</sup>No Brasil, a prevalência extralegal desse processo é generalizada. Não se trata de uma exceção, mas de uma regra. Para distinguir esse processo social de um processo de incriminação racional-legal, chamo-o de “sujeição criminal”. Nele, primeiramente, busca-se o sujeito de um crime que ainda não aconteceu. Se o crime já aconteceu e se esse sujeito já foi incriminado antes, por outro crime, ele se torna um “sujeito propenso ao crime”, um suspeito potencial. Se suas características sociais podem ser generalizadas a outros sujeitos como ele, cria-se um “tipo social” estigmatizado. Mas a sujeição criminal é mais que o estigma, pois não se refere apenas aos rótulos, à identidade social desacreditada, à incorporação de papéis e de carreiras pelo criminoso (como na “criminalização secundária” de Lemert). Ela realiza a fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado. É todo um processo de subjetivação que segue seu curso nessa internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um “espírito” que lhe tomou o corpo e a alma. Não é à toa que, no Brasil, a chamada “ressocialização” de sujeitos criminais se faça predominantemente via conversão religiosa (MISSE: 2008).

O período do recrutamento para estes agentes foi o mais agradável para suas atividades, desenvolveram o senso de pertença de grupo, espírito de solidariedade que os fazem reconhecerem-se como policiais militares. O incentivo ao espírito combatente e ao *ethos* guerreiro deram-se nesse período, onde canções, rituais e práticas lúdicas faziam parte da dinâmica da formação. Por outro lado, o caminho da profissão é um caminho em prol de um emprego melhor, estabilidade, posição social. O caminho para PMERJ passa por uma epopeia, por empregos na iniciativa privada ou funções temporárias nas forças armadas e uma chance de continuidade do status que até então havia na vida anterior, interrompida por uma dispensa do quadro ativo, medo do desemprego ou falta deste.

Alguns entram ali, primeiro porque é um concurso público, você quer ter uma “estabilidade”, você quer ter um status dentro da sociedade e você acaba vendo que a questão da estabilidade, não tem estabilidade em si, você acaba lidando diariamente com a morte. (Soldado F2, um ano e meio de corporação).

Tenho quatro anos e sete meses de corporação, num primeiro momento entrei para PMERJ porque queria estabilidade, sair da empresa onde trabalhava. (Soldado F3, quatro anos e sete meses de corporação).

Sou policial militar há onze anos e quatro meses, antes de ser policial militar era guarda municipal de Niterói, prestei concurso também para guarda-vidas do Corpo de Bombeiros, fui aprovado nos dois concursos, mas optei por entrar para PMERJ por já ter dois irmãos na corporação (Cabo F4, onze anos e quatro meses de corporação).

### 3.2 Morte e profissão.

A morte faz parte do serviço policial. Essa assertiva dentro do grupo estudado oferece uma dinâmica muito peculiar. De todos os policiais entrevistados, a cultura da militarização e combate ao inimigo perpetrada pelas ações de policiamento gera essa verdade inofismável. Mas não só os “matáveis” são atingidos por essa lógica fratricida, vitimizadores também. Sendo tal lógica amparada pela própria instituição que os forma, ou informa uma função, pois toda construção do policial militar gera nestes agentes a certeza da não responsabilização da instituição com o caráter prático do enfrentamento, a perda da vida.

Para essa mesma parcela de profissionais, trotes ou sugas, e outros tipos de ritos de passagem, continuados através das práticas nas ruas, reforçam a ideia de que a guerra é o caminho por onde passam suas atividades e que a vitimização do outro, ou do seu algoz seria a moeda de troca, a justa medida da forma como foram confrontados. A morte é justificável, é uma rotinização, uma prática, uma maneira de fazer-se “ser” perante seu grupo social.

Mas esta autoafirmação também tem seus paradoxos. Todos do grupo concordam que a morte tão próxima, colocada lado a lado em algum momento de sua passagem profissional os traumatizou, ou fez acordar para relativizarem seu papel como profissional de segurança pública. Uma maturidade de ações que mesmo para aqueles ainda ligados à atividade fim, os levou a pensarem friamente o quanto são apoiados pela instituição PMERJ, quais os perigos dessa prática laboral, a filosofia de trabalho e que caminhos possam tomar suas carreiras após tal reflexão.

A morte tanto no curso de formação, quanto no batalhão também, a morte do, vou falar “inimigo”, do bandido, é tida como um prêmio. Até o objeto de estudo que eu tenho feito é a questão do “policial bom de trabalho”, quem é o “policial bom de trabalho”? Geralmente, ah esse cara é bom de trabalho! Ah, é o cara que é “de guerra”, do GAT (Grupo de Ações Táticas, utilizado em operações nas favelas) e tal. E aí tem aquele cara lá no administrativo que resolve tudo, porque ele não é um cara bom de trabalho? Então assim, a morte ela é tida. Eu pelo menos, é a percepção que tenho, tanto no curso de formação, ela é tida como um prêmio. Logo, os primeiros “autos de resistência” que tiveram na “turma”, que começaram a aparecer o pessoal, pô parabéns! Aquela alegria e tal, ah agora sim! Ah, parabéns! Legal! Aí depois, vai lá “responder”, aí entra no excesso, aí agente começa a ver até que ponto isso é legal. Então assim, é, a questão na formação e nos batalhões, eu posso garantir que essa questão da morte ela é tida como um prêmio do outro e é até insano que agente não consegue perceber, que é aquela coisa agente ta morrendo também, agente ta morrendo” (2º Tenente F6, cinco anos de serviço).

**Gostaria de saber se após esses episódios que ocorreram com vocês de enfrentamento ou violência, se há algum acompanhamento psicológico fornecido pela instituição?**

F4: Eu não tive, até porque a polícia é tão violenta que acabou com o setor de psiquiatria da própria unidade, não existe. Até porque, ano passado tivemos seis policiais que cometeram suicídio e até hoje acharam que isso foi normal. Eu não tive, eu busquei válvula de escape no esporte, sempre pratiquei esporte, esquecer que era polícia, através da minha família, dos meus irmãos que são bem mais antigos na polícia que eu e viviam essa realidade, porque apoio jurídico, psicológico dentro da unidade isso não existe.

**E os demais tiveram?**

F3: Mesma coisa que F4 falou (todos, risos), eu não tive.

Essa relação morte e profissão, evidenciada pelos relatos acima, deslocam a rotinização de suas tarefas como profissionais de segurança pública para outro plano, ao terem plena consciência de suas ações. Dado o caráter factível da morte, o desejo é evitá-la, buscar um outro sentido para suas atividades. É curioso pensar que mesmo aqueles ainda na atividade fim redimensionam a natureza do trabalho, quer evitando confrontos, sendo mais cauteloso em suas atividades, quer dando outros sentidos e significados a sua rotina de trabalho.

Seria um serviço mais proativo, de você agir, pois antes de você entrar na corporação dá de cara com a situação do roubo em série na rua e acaba sendo vítima

dessa situação. Então você entra com a ideia de mudar esse cenário e você acaba esbarrando com os “problemas estruturais” da corporação. Eu tinha uma visão de lidar mais com os “serviços operacionais”, você vê o policial no jornal subindo morro, fazendo operação, mas quando você está vivendo aquilo mais de perto, na realidade, você vê que o perigo é muito grande”, você lida com a morte muito de perto”. Eu trabalho na UPP e diariamente você é monitorado pelos traficantes, tem situações ali se ele quiser te matar, ele te mata. Às vezes você tá “na mão dele”, geografia ruim, o equipamento não é bom, às vezes, você deixa de agir, sabe onde eles estão, sabe a quantidade de fuzil, de droga, você pode até se dar bem, prendê-lo e apreender arma e droga, mas aí, eles sabem a sua rotina, o carro que você vem, você se torna refém da situação”. (Soldado F2, um ano e meio de corporação).

Sim, quando eu fui transferido para o 12º BPM. Por intervenção política toda a minha guarnição foi transferida para o batalhão de Niterói. Quando eu pensei, peraí! Estou trabalhando para que? Trabalhando para quem? A política tomou conta e passei a ver que o que eu fazia não era mais certo, e aí eu vim para Niterói, que é um local mais tranquilo, mais calmo que não possuía até sete anos atrás situações de enfrentamento constante, mas dentro do meu perfil operacional. Eu verso que nós somos clientes do nosso próprio trabalho, nós não podemos nos omitir, não é porque sofremos com problemas de logística, que eu vou me omitir a fazer um patrulhamento, a conter um assalto, se não patrulhar, não fazer o serviço operacional a minha mulher ao sair com meu filho na rua vai sofrer as consequências, meu companheiro de trabalho em casa vai sofrer as consequências, agindo sem, como dizemos inventar, fazendo apenas o previsto, pois a polícia não te ampara. Assim, hoje eu trabalho dentro desses quesitos, minha equipe trabalha dentro desses quesitos, somos clientes do nosso próprio trabalho”. (Cabo F4, onze anos e quatro meses de corporação).

Hoje consigo enxergar a polícia de uma forma diferente. Hoje trabalho numa UPP, numa função... não mais séria, a seriedade continua igual quando soldado, cabo, sargento, a seriedade continua igual. Mas devido ser uma função de cobrança, de proximidade com o comandante, agente acaba enxergando melhor as práticas que agente fazia antes, as práticas que agente achava que fazia certa, não reprováveis, mas agente achava aquilo normal, em termos de conduta policial, devido essa condição hierárquica. É aquela pirâmide estamental, a partir do momento que agente vai subindo o degrau, agente vai olhando de cima para baixo e vai observando o quanto de errado agente trabalhava, mas como era conveniente, agente acaba deixando passar batido porque é conveniente. Então hoje, a realidade onde eu trabalho é a UPP, o morro com uma densidade demográfica alta, relevo geográfico absurdamente inclinado, difícil de trabalhar a acessibilidade de viatura é pequena, noventa por cento do patrulhamento é a pé e a área foi redominada pelo tráfico, pelo crime organizado ou desorganizado, porém presente, eles estão lá...” (Sargento F5, dezesseis anos de serviço).

Portanto, muito comum se faz evitar a morte, mesmo que esse processo se faça de forma a reorganizar os espaços de ação contra o inimigo presente, mesmo e apesar de sentir ainda presente a figura de um inimigo comum, de uma sujeição criminal direta e inversamente proporcional a ação praticada, mesmo que essa sentida a luz do olhar desses agentes.

Quando se amadurece a ideia da morte, próxima e presente em cada ação ao longo das práticas profissionais, da atividade policial, a natureza do trabalho, sua razão e as formas de administração dos conflitos mudam no entendimento particular e íntimo dos usos e formas de sentir no outro e em si o propósito basilar de suas profissões: o policiamento ostensivo e a

preservação da ordem pública. Partindo, assim, de uma microvisão para macrovisão desses agentes os reflexos são expostos diretamente na atividade fim e nas relações de saúde e interpessoais entre tais agentes cuja sociedade civil é parte integrante.

Também teve uma questão de um colega de formação que morreu, aí é tipo um baque, quando acontece essa morte pode ser dividido o curso. O curso antes da morte desse colega, era mais a preparação física e os momentos bons e ruins que você vivia com os companheiros, e depois que esse colega morreu, parece que caiu mais a ficha que poderia acontecer comigo. (Soldado F2, um ano e meio de corporação).

Aí fiquei muito impressionado com tudo aquilo, porque até então, você quer trocar tiro, você tá vibrando. Mas aí quando acontece a primeira morte, que foi da soldado Fabiana, que foi a primeira policial e feminina a morrer, e foi na UPP Nova Brasília. Estava de serviço nesse dia, UPP vizinha a UPP do Alemão, o que divide as duas é uma rua, Joaquim de Queiroz, que em determinado momento se transforma na rua Canitá, e nesse dia os bandidos realizaram uma ação diferente atacando as UPPs do Alemão, Fazendinha e Nova Brasília, as pessoas começaram a gritar no rádio (sistema de rádio frequência para comunicação instalado nas bases e nas viaturas): policial ferido! Policial desesperado também gritando no rádio, fuzil parou, travou, containers não são à prova de balas, saímos dos containers, ficávamos correndo de um lado para outro na rua tentando se abrigar dos tiros, quatro policiais e um fuzil, sabendo que a probabilidade desse fuzil dar pane era grande, e aí você tem aquele contato direto ali com a morte e ainda escuta de um morador: “acabaram de passar trinta bandidos armados ali”, a 50 metros da gente, e aí trinta contra quatro, bateu o desespero e pensei vou entrar na tubulação de esgoto, não tem o que fazer e vou fugir porque aí é sobrevivência! E depois dessa morte, teve a de um cabo lá da nossa UPP, em patrulhamento onde tomou um tiro na cabeça. E você começa a ver essas coisas e sua vibração, quando você sai da academia começa a diminuir, você vai perdendo o gás. (Soldado F3, quatro anos e sete meses de corporação).

Eu, eu particularmente, eu acho que a estratégia que a polícia está adotando é uma estratégia burra. Porque se faz sempre a mesma coisa... Ah morreu... Eu tive um “divisor de águas”! Morreu um grande amigo meu, se formou, na época ainda era aspirante a oficial, e ele morreu, tomou um tiro na cabeça na UPP, tinha poucos meses de formado, e ele foi um amigo muito próximo, muito merecedor, era morador de rua, uma história bonita e aquilo foi um “divisor de águas”! Porque? Porque o pessoal falava, porque tem que pegar os caras, tem que matar, e eu, em meio a toda essa tristeza eu falei agente pode matar mil, que não vai trazer o colega de volta. Então assim, isso foi um “divisor de águas” para mim, porque agente entra naquela animação, acelerado, e agente “toma um baque”, “coloca o pé no freio” e começa a pensar assim, caramba, será que vale à pena mesmo?”. (2º Tenente F6, cinco anos de serviço).

Sendo assim, toda a base estruturante do serviço policial para esses profissionais tem deixado todos eles à mercê de uma política de segurança pública cujo abandono institucional, banalização da vida e desamparo jurídico fazem parte. Com isso, o reconhecimento da morte, a aproximação desta, criam nestes agentes o questionamento necessário ao afastamento de uma atividade mais laborativa e alinhavada ao combate em prol de um serviço mais burocrático, e, na impossibilidade deste, uma ação mais sensível a precaver-se quando no exercício da atividade fim.



Todos se igualam quando de uma passagem traumática pelos vieses da violência cujos personagens são igualmente atingidos, mesmo que tal vitimização seja em escala desproporcional entre policiais militares e marginais da lei. Aqui, tal assertiva não visa observar o aspecto moralizante ou desmoralizante da ação, mas o critério agregador ou desagregador que motiva tais agentes. Ou seja, como esses personagens são apresentados no processo de vitimização em relação a violência praticada ou sofrida na atividade policial, como a vida adquire importância maior conforme o extrato social da onde cada um pertence, policial ou marginal.

### **Conclusão.**

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em sua cruzada de combate ao tráfico de drogas tem levado seus agentes a um ambiente hostil, cujo relacionamento com a sociedade tem suscitado amplas reflexões acerca de seu papel no campo da segurança pública no tocante aos usos e métodos de trabalho.

Se por um lado, segundo pesquisas atuais, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro carece de legitimidade junto à opinião pública a ponto de ser uma das últimas instituições em critérios de confiança, ficando à frente apenas do judiciário, essa mesma opinião pública, de maneira expressiva, quando da opinião acerca de quem deve matar bandidos, elege essa instituição como aquela detentora do direito ao uso próprio da pena capital contra aqueles que violam a lei, em alguns tipos de crimes como estupro, homicídio e outros mais violentos. Dicotômica opinião.<sup>7</sup>

Tal opinião talvez se dê, segundo a mesma pesquisa, a alguns fatores históricos como a herança colonial escravocrata que atinge nossa sociedade e a seletividade penal que abarca como população potencialmente perigosa os descendentes desse processo, hoje ocupantes das parcelas mais pobres desta mesma sociedade morando em periferias e favelas e alvos comuns dos arbítrios e abusos na violência policial, promovendo assim na sociedade uma ideologia justiceira (LEMGRUBER; MUSUMECI, 2017, p. 34).

Todo esse quadro tem contribuído para uma ideologia de guerra que beira ao fratricídio, pois pretos pobres tem se enfrentado com resultado morte para ambos os lados,

---

<sup>7</sup>Pesquisa – Julita Lengruber, Inácio Cano, Leonardo Musumeci. Olho por olho? O que pensam os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”; CeSeC; Universidade Candido Mendes- RJ. Maio 2017.

tanto bandidos como policiais militares, cuja grande maioria em suas baixas patentes (praças) tem naquele seguimento sua origem étnica.

Nesta cruzada contra a criminalidade tais ações, segundo alguns autores, têm sido desencadeadas através da transformação do aparato policial militar na construção de uma política de segurança pública ao longo dos anos, principalmente no regime militar. Até então a preocupação com a segurança nacional colocava as polícias militares dentro de um conceito de combate ao inimigo na figura do subversivo político, onde esse inimigo passa a apresentar para as polícias outra medida, a de controle social (PINHEIRO,1981). Com isso a sociedade através da abertura política e o processo de democratização elege um novo adversário representado pela retórica da guerra às drogas, mascarando assim a herança militar presente em tais ações.

Para promover-se tal incentivo, o sistema castrense ainda tem suas vantagens, pois inibe questionamentos acerca do papel do agente de ponta, aquele que atua na primeira linha, acerca das suas atividades, pois obedecer sem questionar são as bases deste sistema. Porém, dada a aplicabilidade e a natureza da atividade realizada, a segurança pública – a resolução de conflitos, muitas vezes difusos e complexos – tem suscitado impasses e entraves à prática policial e a eficiência da atividade fim no tocante ao atendimento satisfatório ao público usuário deste serviço, a população. Luiz Eduardo Soares apresenta como saída a esse sistema hierarquizado e fadado a tirar a autonomia do agente policial a desmilitarização desse sistema, estabelecendo um ciclo único de polícia, realizando tanto investigações como o policiamento ostensivo (a PEC 51, ainda em tramitação no Congresso Nacional e proposta pelo Senado Federal).

Hoje a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro na ativa engloba cerca de mais quarenta e cinco mil homens, sendo cerca de 78% na atividade fim, mais de 17% na atividade meio e 5% fora da corporação em atividades como cessão a outros órgãos públicos, secretarias, prefeituras e afins, segundo registros coletados através do sistema de pessoal da PMERJ (SISPES). Para tal, os registros oferecidos foram filtrados e divididas as unidades que realizam a atividade de policiamento ostensivo, razão de ser da existência da polícia militar, e aquelas que realizam outros tipos de trabalho técnico burocráticos, conforme quadro em anexo, o termo DGP em separado diz respeito a Diretoria de Pessoal da PMERJ, local onde estão registrados os policiais fora da corporação e cedidos a outras instituições. O número de profissionais na atividade meio ainda pode variar para mais, isso porque não foi possível enumerar o número de policiais militares que mesmo em batalhões operacionais

desempenham naquelas unidades serviços administrativos, necessários ao funcionamento burocrático dos quartéis.

Do exposto é possível observar o massivo índice de policiais totalmente desligados da atividade fim, inclusive não sendo possível ainda observar aqueles que mesmo em serviço nas unidades operacionais encontram-se realizando serviços burocráticos podendo a cifra de 17% aumentar seu percentual. Ou seja, quase um terço dos policiais militares entre oficiais e praças não praticam atividades externas de policiamento salvo em momentos específicos como grandes eventos de maior envergadura e que não implicam em maior risco aos agentes.

Aliado a isto temos as diferenças em postos e/ou graduações, o que implica em uma maior ou menor aplicação destes homens conforme a sua antiguidade, quanto mais antigo menor será a chance de ser empregado na atividade fim. Tais atividades para estes policiais do serviço administrativo são reguladas por um dispositivo interno que prevê o chamado BPB (Batalhão de Policiais de Burocratas, Aditamento ao Boletim da PM nº 121 de 05 de julho de 1995).

Portanto cria-se uma reserva de serviços a policiais, e estes, ficam fora dos mecanismos do policiamento dito ostensivo, cuja natureza é bem diversa e menos perigosa que as atividades de ponta. Nem todos conseguem tais objetivos, mas a seletividade se dá pela natureza do serviço técnico realizado como área médica, de ensino, correcional e afins. O próprio batalhão de burocratas (BPB) antes criado para regular o trabalho do pequeno efetivo de policiais que realizam a atividade meio (o serviço administrativo) e protegê-los de escalas excessivas de trabalho, hoje são utilizados, dado o fluxo bem maior de policiais no expediente, complementando a atividade fim (o serviço nas ruas). Assim o que era excepcional tornou-se rotineiro.

A nossa Carta Magna em seu artigo 144 positiva a polícia militar como força armada, reserva do exército, responsável pela preservação da ordem pública e pelo policiamento ostensivo, ou seja, polícia dita administrativa. À polícia civil cabe a investigação de crimes, portanto enumerada como uma polícia judiciária. Tais funções quando a luz do campo do paradoxo jurídico do ser e do dever ser, colocam essas duas instituições em posições conflitantes em suas ações, dada muitas vezes a alternância de suas funções policiais. Polícia Militar exerce investigação através do serviço reservado e Polícia Civil exerce policiamento ostensivo através de suas delegacias especializadas.

Para Muniz (1999) tal dicotomia se dá por ser a atividade policial um serviço público e de natureza civil sendo aplicado muitas vezes de forma militarizada, ainda uma atividade de

combate ao inimigo representada pelo crime organizado e o tráfico de drogas, herança dos tempos de exceção vividos no regime militar, cultura essa entendida por alguns atores como um processo de *vigilantismo* (PINHEIRO, 1981 p.71).

Essa crise de consciência laboral e produtiva tem suscitado processos de saber cujas dinâmicas tem colocado frente a frente o entendimento do poder de polícia. Questionado como orientador de uma cultura verdadeira e genuinamente propícia a proteger os cidadãos dos abusos e arbítrios de poder. Questionando também o papel do Estado como o único portador do uso legítimo da força e detentor do monopólio da violência, cuja seletividade penal, representada pelo direito subterrâneo segundo Aniyar de Castro (1984), tem ampliado para às populações periféricas da América latina o ônus de uma postura fadada ao banditismo e a práticas perniciosas à sociedade. Neste aspecto é possível ver no sistema policial e de justiça brasileiro seus reflexos no alto índice de prisões e homicídios perpetrados contra essas mesmas populações periféricas.

Quanto a polícia, vemos o quanto sua atuação tem prejudicado sua legitimidade, reconhecimento de autoridade e postura como uma organização democrática e própria a construção de uma identidade democrática e adequada às novas formas de administração de conflitos, as quais requerem uma prática de conhecimentos mais propícias a resolução de problemas, dinamizados pela interação social em detrimento de combate a um inimigo comum. Respostas que passam pelo crivo do homem de ponta da atividade policial, carecendo assim de um planejamento e treinamento mais autônomo ao campo de trabalho na atividade fim.

Dada a hierarquia estrutural da polícia militar, até a morte, ou a promessa dela para a prática da profissão através do juramento policial, sofre estratificações e distinções quando do seu compromisso castrense, observadas através da passagem das praças a pronto e dos oficiais a pronto, conforme se segue:

#### **SEÇÃO-I**

##### **Do Compromisso Policial- Militar**

**Art. 31** – Todo cidadão, após ingressar na Polícia Militar mediante inclusão, matrícula ou nomeação, prestará compromisso de honra, no qual afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres policiais-militares e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los.

**Art. 32** – O compromisso a que se refere o artigo anterior terá caráter solene e será sempre prestado sob a forma de juramento à Bandeira e na presença de tropa formada, tão logo o policial- militar tenha adquirido um grau de instrução compatível com o perfeito entendimento de seus deveres como integrante da Polícia Militar, conforme os seguintes dizeres: Ao ingressar na Polícia Militar do Estado do

Rio de Janeiro, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, *mesmo com o sacrifício da própria vida*.

1º - O compromisso do Aspirante-a-Oficial PM será prestado no estabelecimento de formação de oficiais, de acordo com o cerimonial constante do regulamento daquele estabelecimento de ensino. Esse compromisso obedecerá os seguintes dizeres: Ao ser declarado Aspirante-a-Oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, assumo o compromisso de cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, *mesmo com o sacrifício da própria vida*.

§ 2º - Ao ser promovido ou nomeado ao primeiro posto, o Oficial PM prestará o compromisso de oficial, em solenidade especialmente programada, de acordo com os seguintes dizeres: Perante a Bandeira do Brasil e pela minha honra prometo cumprir os deveres de oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria. (obs.: não há a expressão “mesmo com o sacrifício da própria vida”). (Lei Nº 443, de 01 de julho de 1981. Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro).

Observa-se que até o juramento a Aspirante-a-Oficial, considerado ainda uma praça, embora com a qualificação “especial”, a promessa de sacrificar sua vida pela instituição ainda é uma certeza, uma verdade a ficar bem clara para seu compromisso como profissional. Com isso, tal distinção deixa claro o caráter estamental das funções policiais militares. Dentro destes critérios tais observações, processam-se também nas forças armadas, porém de modo diverso, pois lá em tempos de guerra somente a alta cúpula de oficiais permanece no “teatro de operações” local este distante do front e propício ao estudo da atividade inimiga.

Com relação a Polícia Militar, as relações de poder deixam expor uma hierarquia, que mais que funcional, presta mais uma distinção social dos seus quadros que uma projeção de atitudes de natureza técnica visando a organização de padrões em uma estrutura pré-organizada. Dada a sociedade brasileira agir dentro de relações de poder do campo relacional onde indivíduo e pessoa tomam aspectos difusos e graus de importância distintos (Da MATTA1997), essa distinção também se observa na PMERJ, onde até a letalidade atinge praças e oficiais de forma diferenciada, apesar das praças terem suas carreiras menos atrativas, tanto na projeção funcional quanto no caráter de prerrogativas e direitos.

Em uma sociedade piramidal e hierarquicamente desigual (KANT de LIMA, 1994), o mesmo fenômeno ocupa lugar comum nessa força policial, estabelecendo estruturas de poder galgadas de forma diferente e nada isonômica. Nesse contexto atitudes que visem reconhecimento de direitos e manifestações de desagravo sempre envolveram maior adesão de profissionais de baixa patente em detrimento dos altos escalões da corporação, cujas funções específicas e incentivos monetários alocados nos chamados cargos de comando, chefia e

direção tem incentivado um maior alinhamento com as diretrizes governamentais que uma pertença de classe e sentimento de grupo. Este só é estimulado quando pela ótica de operacionalizar no indivíduo uma persona de combate e cultura de guerra urbana.

Mas, apesar disso, dada a necessidade e a urgência de uma agenda voltada a um aparato de segurança pública mais democrático e menos combativo, ideias, pensamentos e óticas de trabalho tem mudado. A formação de novos agentes, muitos deles cooptados da iniciativa privada, tem trazido jovens de formação acadêmica cujo treinamento militar não é suficiente a inspirar nestes uma formação que tire deles o espírito crítico e questionador, voltado a tentar entender os entraves e paradoxos das suas atividades.

Essa mentalidade, apesar de trazer entraves aos objetivos impostos à corporação, tem trazido novos caminhos ao campo da segurança pública, mesmo que de forma lenta e gradual, menos eficazes, mas mesmo assim, soando como tentativas a contribuir de forma positiva para a vida da sociedade. Tais propostas culminaram com a aproximação da sociedade organizada e as instituições policiais tentando entendê-las de dentro para fora, observando e tentando compreender seus pontos de vista, visão de mundo e mecanismos de funcionamento. Trazendo para dentro da instituição policial militar profissionais formados em outro campo de saber e alinhados ao trabalho acadêmico das universidades.

Mas, instituições como essas, burocratizadas e acostumadas a produzir sua própria identidade e conhecimento, acostumadas a relacionar pragmaticamente relações de causa e efeito a prática da administração de conflitos, tem reagido de forma reativa e sintomática aos questionamentos a elas dirigidos, elaborando discursos que segundo Michel Foucault, produzem:

[...] uma vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção... penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 1970, p.17)

Sendo assim, o próprio sistema de justiça e polícia produzem espaços que se relacionam complementando um ao outro quando do trato a criminalidade e ao criminoso, exercendo pressão para que a construção da identidade criminosa possa sofrer punição direta e inversamente proporcional à reparação à vítima, única variante suprimida ou esquecida nos processos de construção de direito e reparação de danos. Nem mesmo seus agentes, quando

incapacitados em seus trabalhos, tem na reparação a justa medida de seu comprometimento com a instituição e tratamento adequado. A instituição é incapaz de prover segurança jurídica necessária a defesa de interesse dos seus pares dentro de uma medida que promova isonomia de condições.

É nesse ambiente diverso do espaço da segura pública, que agentes são obrigados, pela força do juramento e profissão, a subir favelas, enfrentar o banditismo, construir um cenário de guerra onde – posto que a guerra não distingue vítimas – é possível matar, mas também é possível morrer. Onde não há espaço para pensar ou reagir preventivamente, aplicando, assim, a lógica combativa do enfrentamento e do confronto.

Dada tal assertiva, imperioso se faz construir uma identidade heroica na figura do neófito aspirante a policial, adestrá-lo, conduzi-lo ao caminho da vitória, mesmo que essa o transforme em uma herança pátria em razão do sacrifício da sua própria vida. Mas tais mecanismos não se processam assim, como um matadouro onde rezes seguem pacificamente ao morticínio. Atitudes de reação surgem e formas de entendimento criam no íntimo do miliciano uma crítica a suas ações, obrigando-o a relativizar seus espaços, sua importância e seu papel perante a estrutura policial militar.

Essa evolução o transforma e encaminha o espaço democrático da segurança pública para outro patamar, pois enquanto uns pensam que a humanização destes profissionais poderiam minar sua importância e força junto a suas atividades, outras policiais em sociedades cuja democracia tem formas mais robustas de existência, tem ganhado com um modelo de polícia mais atrelado a práticas de reconhecimento de direitos e respeito aos direitos humanos, até mesmo ao reconhecimento de garantias para os próprios agentes com relação a sua vitimização profissional.

O desafio agora é romper nessa estrutura burocrática, o paradoxo, a representação como uma força de combate em detrimento da representação como uma instituição representativa dos anseios da sociedade, contribuindo para o entendimento e coesão desta. Nascida há mais de duzentos anos, a polícia militar, antes, representação de espaços de poder do Império, controlando e vigiando as populações pobres (HOLLOWAY 1997), hoje, vive o desafio de romper com essa lógica de atuação, deixando de lado práticas excludentes e atitudes que não coadunam com uma nova mentalidade nos modelos de polícia.

Para tanto, o significado de suas profissões, representado no entendimento sobre a morte, como diria um dos policiais do grupo focal, do “outro” e de nós mesmos, requer mais que maneiras de não se compreender como um “ser matável”, a oportunidade de distanciar-se

de um fenômeno que aproxima a todos, e, coloca a todos em igualdade de condições. A fuga quando do entendimento do fatalismo da atividade policial tem, ao meu ver, refletido dentro do campo empírico e epistemológico, suscitado mecanismos tácitos de fuga de uma realidade crível cuja razão de ser tem dado tantas reflexões.

Parafraseando Durkheim quando da patologia do suicídio compreendida através da sociologia do suicídio, a representação patológica da morte em razão da representação social da morte, poderia ser compreendida pela estrutura social presente em um grupo. Dada a estabilidade ou não deste grupo é possível entender seus fenômenos sociais e traçar as razões psicológicas, as razões sociológicas da morte. Na polícia militar não seria diferente, enquanto durar a estabilidade de sua estrutura, como única forma de dizer a verdade sobre a atividade policial a luz de seus operadores, durarão os mecanismos que levam tais atores sociais a entender a morte a luz do íntimo conhecimento e da evolução do desenvolvimento humano.

“ Em cada soldado tombado mais um sol que nasce no céu do Brasil”  
(Canção do policial militar)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aniyar de Castro, Lola. **Derechos humanos, modelo integral de La ciência penal y sistema penal subterráneo.**In Zafaroni, Eugenio Raúl. Sistemas penales y derechos humanos em América Latina. Primer informe. Buenos Aires, de Palma, 1984.

Da MATA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** 6ª ed. Rio de Janeiro; Editora Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio.**(Os pensadores). Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura... [ et al] – São Paulo, Abril Cultural, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no College de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo:Edições Loyola, 2014.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro; repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Tradução Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMA, Roberto Kant de (1994). A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Tradução Otto Miller. 2ª. Edição revista. Rio de Janeiro, Forense.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** (Os pensadores). Traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; revisão de Eunice Ribeiro Durham. 2ª Ed. São Paulo; Abril Cultural, 1978.



Maus, Marcel (1972-1950). Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas: Marcel Mauss. Título original: Essaisur Le Don. Tradução: Paulo Neves. 1ª edição **Cosac Naify Portátil**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 288pp.

MEDEIROS, Flavia. **Matar o morto. Uma etnografia do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro**. Niterói, Eduff, 2016.

MIRANDA, Dayse. **Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro** / organização Dayse Miranda.–1. ed.–Rio de Janeiro: MórulaEditorial, 2016

MISSE, Michel. Acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008.

MISSE, Michel. **Sujeição criminal. Crime, polícia e justiça no Brasil** / Organização Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LEMGRUBER, Julita; CANO, Ignacio; MUSUMECI, Leonarda. **Olho por olho? O que pensam os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”**. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e crise política: o caso das polícias militares**. A violência Brasileira; São Paulo; editora Brasiliense, 1982.

PIRES, Lenin. **Arreglar não é pedir arrego. Uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Antropologia) - de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Fluminense, 2010.

SANTOS, Juana elbein dos. Os Nagô e a morte: Pàde, Àsèsè e o culto Égun na Bahia. Traduzido pela Universidade federal da Bahia. 14 ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua: o dilema do pato: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de polícia Militar Dom João VI**. Niterói-RJ. Editora da UFF, 2011.

STORANI, Paulo. **Vitória sobre a morte: a glória prometida - O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE**. Dissertação (mestrado em Antropologia). Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª Ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2015.

ZALUAR, Alba. **Etos guerreiro e criminalidade violenta. Crime, polícia e justiça no Brasil** / Organização Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

## FONTES DIGITAIS.

YouTube: Luiz Eduardo Soares defende a PEC-51: desmilitarização para uma segurança pública cidadã, <https://www.youtube.com/watch?v=B6zXb4mU2HY>. Acesso em 22/05/2017.

YouTube: Departamento de Voluntários da Paz – SSP, <https://www.youtube.com/watch?v=nE1knq2qKlc>. Acesso em 22/05/2017.

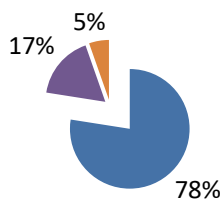
Extra OnLine: Seis oficiais são indiciados pela PM por treinamento que terminou com morte de recruta, <https://extra.globo.com/casos-de-policia/seis-oficiais-sao-indiciados-pela-pm-por-treinamento-que-terminou-com-morte-de-recruta-14040979.html>. Acesso em 14/06/2017.

### Anexos

#### POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADES OPERACIONAIS	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	DGP	EFETIVO TOTAL
35.391 policiais	7.828 policiais	2.458 policiais	45.677 policiais

#### TABELA DE EFETIVO



FONTE: [https://sispes.pmerj.rj.gov.br/est\\_opm\\_qtde.asp](https://sispes.pmerj.rj.gov.br/est_opm_qtde.asp) (acesso em 24/05/2017)

**ROCHA, Talitha Mírian do Amaral. “Quem dirige em São Gonçalo dirige em qualquer lugar”: uma etnografia das práticas e representações da Guarda Municipal. Niterói: EDUFF, 2016. 180 p.**

Marcos Alexandre Veríssimo da Silva<sup>1</sup>

No Brasil, pesquisas oriundas das ciências sociais, com base em estudos empíricos realizados junto a instituições que compõem o chamado *sistema de segurança pública* (idealizado no Art. 144 Constituição Federal), têm construído consensos que se reafirmam, a cada encontro, a cada seminário e a cada defesa de dissertações e teses. Um destes consensos se refere à presença de uma ausência. Em grande parte dos casos, a ausência total ou parcial de alguma sistematicidade institucional daquilo que se enuncia no dispositivo constitucional. Em suma, não há, a rigor, o referido *sistema*, com as instituições e corporações trabalhando de maneira coordenada e planejada, para o bom funcionamento do todo, que neste caso seriam as políticas públicas de segurança. Por outro lado, é este mesmo ordenamento constitucional pós 1988 que marca, no plano das ideias, uma proposta de ressignificação da concepção de segurança, que no período imediatamente anterior da história do Brasil, conhecido como Regime Militar (1964-1985), remetia à noção de Segurança Nacional, princípio que passaria então a ser substituído discursivamente pelo conceito de Segurança Pública.

Neste contexto, a desconcentração administrativa para a iniciativa de participação dos municípios brasileiros nas políticas públicas de segurança alcançou legitimidade, recursos, e, como consequência, a atenção dos pesquisadores e estudantes de diversas áreas de conhecimento, notadamente nas chamadas ciências humanas, entre as quais a antropologia. Sendo assim, estudos sobre corporações como guardas municipais ganham destaque na formação de um campo de pensamento das políticas públicas de segurança (MIRANDA; MOUZINHO; MELLO, 2003; MELLO, 2011; MIRANDA; AZEVEDO; ROCHA, 2014; VERISSIMO, 2020, entre outros). O que os diferentes trabalhos vêm demonstrando é o fato de que, não obstante discursos e avanços, um

---

<sup>1</sup> INCT-InEAC, professor de sociologia da SEEDUC-RJ, mestre e doutor em antropologia pelo PPGA-UFF. Niterói, Rio de Janeiro- Brasil. E-mail: maverissimo.silva@gmail.com

longo caminho (CARVALHO, 2001) ainda haverá de ser percorrido, com percalços, na direção de uma efetiva substituição de modelos de segurança pública marcados pelo ponto de vista do estado em favor daqueles que partam da ótica das sociedades.

Para os interessados no estudo de tais processos, ou na produção de tecnologias sociais para com eles lidar, o livro de Talitha Rocha, intitulado “*Quem dirige em São Gonçalo dirige em qualquer lugar*’: uma etnografia das práticas e representações da Guarda Municipal”, é, por assim dizer, leitura obrigatória. A autora já avisa no início que o *sistema*, na maioria das situações empiricamente observadas, se mostra uma abstração, e que não eram tais preocupações que constituíam sua problemática de pesquisa, embora esta ausência tenha sido um dos elementos das conclusões de sua investigação. O que oferece, com toda competência, é uma interessante e detida descrição etnográfica de estruturas de pensamento e ação, produzida na interlocução com mulheres e homens que usam o uniforme e as insígnias da GMSG, patrulhando os espaços públicos desta que é uma cidade com mais de um milhão de habitantes, de acordo com as mais recentes projeções censitárias, e segundo maior colégio eleitoral do estado do Rio de Janeiro.

Este livro foi originalmente apresentado como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, trabalho agraciado com o Prêmio de Excelência UFF 2016, na categoria Melhor Dissertação de Mestrado da grande área de “Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes”. A pesquisa, de caráter etnográfico, foi orientada pelo professor Edilson Márcio Almeida da Silva, do Departamento de Antropologia da UFF, e desenvolvida no âmbito do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC).

Dentro do modelo idealizado de *sistema de segurança pública*, deveria ficar a cargo dos municípios, em convênio ou não com as polícias estaduais, mas sempre em articulação, o controle dos fluxos e paradas de veículos e pedestres nos centros urbanos do país. Caberia, então, à municipalidade, cuidar do trânsito, elemento decisivo para o sucesso de uma política pública de segurança. São os acidentes de automóveis e atropelamentos, que ocorrem não apenas nas rodovias, mas em grande parte também nos núcleos urbanos, uma das principais causas de morte classificadas como não naturais no Brasil. Afeta diretamente a segurança dos cidadãos, incidindo assim sobre o

exercício do direito civil de ir e vir e à chamada “qualidade de vida”. Na maior parte das cidades brasileiras de grande e médio porte, fica a cargo de sua Guarda Municipal (ou Metropolitana, as denominações podem variar) implementar, por meio do emprego de equipamentos e recursos humanos, as operações de coordenação e controle dos fluxos de trânsito nos perímetros urbanos. Algumas cidades já possuíam há décadas uma corporação nestes moldes, outras optaram por instituí-la para este fim.

A Guarda Municipal de São Gonçalo foi originalmente criada no ano de 1938, passando seus agentes a atuar, portando armas de fogo, na defesa do patrimônio da prefeitura e nas ruas da cidade. Era a época identificada na historiografia como Estado Novo. Na década seguinte, o município passou a ser conhecido com a Manchester Fluminense, em razão do destaque obtido na produção industrial, então em fase de crescimento no estado do Rio de Janeiro. Não obstante, esta pujança no setor produtivo decaiu em décadas posteriores (GUEDES, 1997). Em 1994, a GMSG foi extinta por um decreto do então prefeito. Parecia ter se criado o consenso, junto à classe política dirigente no município, de que não havia mais serventia para uma corporação como esta. Porém, quatro anos após, o prefeito seguinte restaurou a Guarda Municipal, desta feita sem o porte de armas de fogo, e já a partir de 1998 passou a empregar seu efetivo nas operações de controle de trânsito. Um novo Código Brasileiro de Trânsito passara a vigorar no país em setembro de 1997, endossando a ideia constitucional de protagonismo dos municípios nas operações de planejamento, controle e fiscalização do trânsito de veículos e pessoas pelas ruas da cidade.

O livro traz um resgate histórico não exaustivo destas idas e vindas da instituição Guarda Municipal de São Gonçalo e também da história da cidade, culminando no momento atual em que as operações e intervenções nas vias e, eventualmente, nas vidas das pessoas, encarnadas nas figuras dos guardas municipais, conforme assinala a autora, configuram-se de modo que *“o trânsito não é importante apenas para a Guarda Municipal, mas uma questão cara a todo município”* (p. 165). Assim, tendo as operações de trânsito se configurado como sua missão precípua, cotidianamente a GMSG constrói o seu devir em contextos diversos, por vezes hostis, outras tantas se confrontando com as famosas *“carteiradas”* (p. 116), seja de maneiras sutis ou grosseiras.

A Guarda Municipal da cidade de São Gonçalo é parte de um suposto *sistema* que em tese deveria funcionar com diferentes corporações em articulação no sentido de prover segurança pública, em seu caso, concentrando as ações de controle do trânsito que possam resultar em um ir e vir minimamente seguro, ágil e previsível, em uma grande e complexa cidade. Não apenas grande e populosa, mas também uma cidade da qual se diz, jocosamente, que quem ali consegue dirigir, o faz sob condições tão inóspitas para tal prática que não terá, por isso presume-se, dificuldades para conduzir um automóvel em qualquer lugar do universo. Um contexto no qual um dos mais importantes bairros, Alcântara, como demonstra Rocha, por conta dos padrões de fluidez de veículos, pessoas e animais ali verificado, é chamado de “Pequena Índia” (p. 46).

As descrições etnográficas deste livro me fizeram lembrar, em alguns momentos, das palavras de um delegado de polícia que tive a oportunidade de entrevistar, em agosto de 2007<sup>2</sup>. Segundo ele, em se falando de trânsito, a cidade de São Gonçalo era uma “*terra de ninguém*” que o deixava, de acordo com seu próprio vocabulário, “*apavorado*”, isso em razão da reiterada tendência de pedestres e condutores de veículos em ignorar minimamente leis básicas de trânsito, como a sinalização semafórica e regramentos de parada, estacionamento e circulação, entre outros. Usou também a palavra “*selva*” para definir o trânsito da cidade (VERISSIMO, 2010).

Pois é em uma cidade como esta que incide o trabalho da Guarda Municipal. E é, por sua vez, sobre parte dos campos microfísicos onde tal trabalho se configura que incide o olhar da etnógrafa, que veio propiciar uma primorosa descrição. Há que se ressaltar, aqui, a imensa habilidade no estabelecimento de relações de interlocução demonstrada pela antropóloga para alcançar o sucesso que alcançou em uma situação como esta. Após palestrar e assistir palestras nos cursos de formação para novos agentes da GMSG, a autora começou a ficar conhecida por estas pessoas, ao mesmo tempo em que começava a intuir para onde olhar em sua etnografia. Uma vez constituídos estes elementos – ser conhecida por parte dos agentes e saber em alguma medida o que

---

<sup>2</sup> Naquela ocasião, o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense havia sido requisitado e contratado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo para elaborar um Plano Municipal de Segurança. Eu fazia parte da equipe do NUFEP, motivo pelo qual entrevistava um dos delegados da 72 DP. Sobre o trabalho de campo, envolvendo dezenas de pesquisadores e estudantes, que estruturou o referido Plano de Segurança da cidade de São Gonçalo, ver: BARBOSA; MOUZINHO; KANT DE LIMA; SILVA: 2008.

procurar em sua investigação – e matriculada no mestrado do PPGA, passou, a partir de novembro de 2013 e até novembro de 2014, a flunar por duas regiões da cidade para isso especialmente escolhidas. Foi, mais especificamente, nas ruas do centro da cidade e do bairro Alcântara (ou “Pequena Índia”, de acordo com a classificação nativa) que a etnografia foi realizada. Para isso, criou a rotina de praticar cotidianamente o trabalho de campo, como disse, mais ou menos das 9:00 às 18:00 (p.27).

A partir daí, passou a observar *in loco* o trabalho dos guardas nas operações de trânsito, ou seja, daquilo que pode ser definido como pretensão de ordenar o que é em grande medida representado como caótico, “*terra de ninguém*”, selvagem, apavorante. Conversou intensa e frequentemente com os agentes, muitas vezes tendo acesso à reflexões de primeira mão (em alguns casos, não conformistas) feitas por estes trabalhadores sobre aquilo que faziam, no momento em que faziam (ou eram ordenados a fazer). Frequentou seus postos de serviço nos espaços públicos, os fazia companhia na hora do lanche, e também teve a oportunidade de com os mesmos conversar também em coletivos, enquanto se deslocavam, e nas bases operacionais da Guarda Municipal. Chegou a cultivar amizade com duas guardas. Eis como ela própria define suas estratégias de aproximação às relações do campo:

A observação direta foi uma estratégia metodológica importante. Quando não estava andando pelas ruas, mantinha-me próximo a um guarda, procurando observar seu trabalho e sua interação com o entorno. Também conversava com eles, mas, na maior parte das vezes, ficava um pouco afastada para não atrapalhar e/ou interferir demasiadamente em suas ações. Aproximava-me, porém, quando ocorriam “imprevistos”, tais como colisões, acidentes, pequenos conflitos etc. Buscava não ficar muito tempo junto a um único guarda. Durante o dia, ia de um lado a outro do bairro observando o trabalho de diversos agentes e conversando com eles. A observação do trabalho dos guardas foi realizada, portanto, *do ponto de vista de um transeunte*, mesmo porque nunca cheguei a dirigir pelas ruas da cidade. (ROCHA: 2017, p.27, *grifo meu*)

Dessa maneira, fazendo uso da observação participante como forma de produção do conhecimento, Rocha apresenta uma etnografia muito bem escrita, com foco em processos sociais envolvendo o resultado de decisões políticas implementadas formalmente em nome da noção de segurança pública. Em nome do município e supostamente articulados a um *sistema*, estes homens e mulheres atuam em complexos processos de atualização de práticas e representações, protagonizando (e antagonizando)

dilemas brasileiros (DA MATTA, 1979; KANT DE LIMA, 2008). Ao receberem ordens para intervir nos fluxos formais e usuais de trânsito na cidade, ao aplicar o ato administrativo da multa em condutores de veículos em razão de irregularidades que não são raras, nas festividades, se deparam o tempo todo com forças e representações correntes que associam, de forma naturalizada, o caos, a desordem e os atos antissociais, ao devir da cidade.

Por isso, além de sua relevância no âmbito dos estudos das instituições empregadas no campo das políticas públicas de segurança, este livro também se configura como uma via privilegiada para o conhecimento – para além de surrados estereótipos – da realidade da cidade de São Gonçalo. E estereótipos não faltam. Tida como uma “cidade dormitório” (p. 164), sobre este município recai todo um universo de preconceitos oriundos de sua dita condição de região periférica da metrópole carioca (GUEDES, 1997), embora a distância entre o centro da cidade e a cidade do Rio de Janeiro não passe dos 27 quilômetros.

Entende-se por “cidade dormitório” municípios populosos que tem a capacidade de oferta de emprego muito aquém do número total de sua população economicamente ativa, forçando-os a irem à busca de postos de trabalho em cidades vizinhas. E apesar do gigantismo demográfico de levadas e levadas de gonçalenses que, todos os dias, lotam sucessivos coletivos para ir ao trabalho fora de seus limites (principalmente em Niterói e no Rio de Janeiro) tal volume de gente leva a conclusões equivocadas. A rigor, São Gonçalo não pode ser chamada de “cidade dormitório”. A contestação acadêmica de tal representação estereotipada da cidade pode ser encontrada no trabalho do geógrafo Marco Nepomuceno: 61% por cento da força de trabalho está empregada no próprio município. Trabalhadores de cidades como Itaboraí e Rio Bonito vão a São Gonçalo todos os dias para trabalhar (NEPOMUCENO, 2019).

A despeito disso, o planejamento urbano e viário da cidade, configurando-se na construção de vias expressas que desconfiguraram seu litoral (BR 101) e o abandono de praças pela municipalidade, resultando no esvaziamento dos espaços públicos, parece retroalimentar constantemente a visão estereotipada de “cidade dormitório”. Já o livro de Talitha Rocha, mostra, por sua vez, que o trabalho executado pela Guarda Municipal sobre o trânsito da cidade convive o tempo todo com dilemas mais ou menos análogos a este. Por vezes, sua etnografia mostra os guardas *no fio da navalha* entre a altíssima



complexidade de sua tarefa de pôr alguma ordem e funcionalidade em fluxos naturalizados como caóticos, e o permanente risco de, ao operar mais pessoalmente do que por meios institucionais materialmente estruturados e sistematicamente configurados (que nem sempre lhes são disponibilizados), retroalimentar também – mesmo que inadvertidamente – as antigas representações em torno da noção de “terra de ninguém”.

### **Referências Bibliográficas:**

BARBOSA, Antonio Rafael; MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes; KANT DE LIMA, Roberto; SILVA, Edilson Marcio. **Reflexões sobre a municipalização da segurança a partir do diagnóstico de segurança pública do município de São Gonçalo (RJ).** *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.]

GUEDES, Simoni L. **Jogo de Corpo: um estudo de construção social de trabalhadores.** Niterói: EDUFF, 1997

KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaio de Antropologia e Direito.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008.

MELLO, Katia Sento Sé. **Cidade e conflito: guardas municipais e camelôs.** Niterói: EDUFF, 2011.

MIRANDA, Ana Paula; MOUZINHO, Gláucia; MELLO, Kátia Sento Sé. **Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os “camelôs”.** Rio de Janeiro: REVISTA COMUM, dezembro de 2003.

MIRANDA, Ana Paula; AZEVEDO, Joelma; ROCHA, Talitha (organizadoras.). **Políticas públicas de segurança municipal: Guardas Municipais, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

NEPOMUCENO, **Do espaço privado à privação dos espaços: representação e retração do espaço público em São Gonçalo – RJ.** [Dissertação de Mestrado]. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2019.

VERISSIMO, Marcos. **As políticas de segurança municipal e a construção do conhecimento antropológico.** In: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía;

PIRES, Lenin (orgs.). **Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada (Volume II)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

\_\_\_\_\_. **“De sol a sol”: a Guarda Municipal do Rio de Janeiro e a segurança pública na “cidade maravilhosa”**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

• CAMPO • MINADO •  
Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

# As formas de protesto. Violência policial e familiares de vítimas de *gatillo fácil*.

Maria Victoria Pita<sup>1</sup>:

Para Julio

## Introdução<sup>2</sup>

No meu trabalho de pesquisa sobre os protestos contra a violência policial<sup>3</sup>, concentrei-me especialmente na análise das formas que assumiu, em suas modalidades, em sua linguagem e nas práticas em que se sustentaram. Estava especialmente interessada em poder descrever e explicar de que maneira essas mortes - que inicialmente não respondem à denominação de "crimes políticos" - chamadas de "gatillo fácil"<sup>4</sup>, foram politizadas através dos protestos, das denúncias e do questionamento da violência estatal<sup>5</sup>. Também estava interessada em perceber a

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social (UBA) pesquisadora do Núcleo de Antropologia Política e Jurídica (ICA /FFyL/UBA) Pesquisadora Adjunta em CONICET

<sup>2</sup> Tradutoras: Johana Pardo (Professora da Faculdade de Letras - UFRJ) e Hully Falcão (Pesquisadora de pós-doutorado INCT-InEAC-CAPE/PPGA-UFF).

<sup>3</sup> "Formas de vivir y formas de morir: los familiares de víctimas de la violencia policial" Tesis Doctoral. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires. 2000, mimeo

<sup>4</sup> A expressão "gatillo fácil" é a denominação, de uso popular, que se refere a fatos de violência policial. A denominação faz alusão a "leveza" ou a "facilidade" com que a polícia dispara, produzindo feridos e mortos, em situações que vão desde o que se denomina "uso desmedido da força até "execuções extrajudiciais" e "falsos enfrentamentos" (cfr. CELS Relatórios sobre a situação dos Direitos Humanos na Argentina -vários anos- e CELS e Human Rights Watch, 1998). A história local, segundo é contada por aqueles que formam parte do campo dos protestos contra a violência policial na Argentina, atribuem a autoria da expressão a astúcia de um velho advogado penalista que advogou na causa de um dos casos mais renomados de violência policial, conhecido como "O massacre de Bugde", ao final da década de 1980. O advogado cunhou o termo inspirado nos escritos do jornalista Rodolfo Walsh (1995 (1969)), que tinha denominado uma série de artigos referidos às práticas violentas da polícia na província de Buenos Aires como "a seita do gatillo alegre" (esta série de artigos foi posteriormente reeditada no livro *El violento oficio de escribir*, que é citada nesta tese). No uso popular, esta denominação tornou-se -em certo sentido- genérica, aludindo também a casos resultantes de outras metodologias repressivas (apreensões ilegais, torturas), tanto quanto a fatos produzidos por outras forças armadas e não exclusivamente pelas polícias.

Nota do tradutor: Mantivemos a expressão "gatillo fácil" por ser de fácil compreensão do sentido que se dá a expressão. Ela poderia ser traduzida pela frase popular que diz: "atira primeiro, pergunta depois", mas perderia o seu uso como categoria de enquadramento, como as vítimas do *gatillo fácil*.

<sup>5</sup> Aludir a essas mortes como mortes não políticas, baseia-se no fato de que não se trata da morte daqueles que tem se dedicado à resistência política, isto é, não ter sido vidas construídas nem forjada a partir da opção de resistência ao poder (Tiscornia, 2006). A esmagadora maioria das vítimas da violência policial são jovens, homens e, também em sua maioria, provém dos setores populares, dos bairros mais pobres. Trata-se, em todo caso, de mortes de vidas não políticas, mortes que conseguiram através de protestos e de denúncia pública serem politizadas. Assim, sustentar que não se trata de fatos «de violência política», isto é, de crimes políticos, não implica que não se trate de mortes políticas. Pelo contrário, é possível defini-las como mortes políticas na medida em que é o poder da polícia, a face exposta do poder do

centralidade e importância, nesse processo de politização, de um tipo particular de ativista político, as famílias das vítimas. O fato de ter focado a análise nos atos de protesto com pouca repercussão pública, nas manifestações relativamente menos organizadas do que aquelas que são convocadas perante os casos de maior significado público - portanto, menos “controladas”<sup>6</sup> pelas diferentes organizações que fazem parte do campo do protesto contra a violência policial- e que, portanto, têm uma participação maior de *familiares* do que militantes convencionais, permitiu-me indagar sobre a linguagem na qual o protesto popular é expresso e que tem como objetivo denunciar especialmente a polícia e o violento e brutal exercício do poder policial.

Neste artigo, estou interessada em descrever e oferecer uma análise sobre as formas de protesto que por vezes assume formas temerárias, relativamente desorganizadas e fora dos moldes do protesto tradicional, e nas quais certas ações que podem ser lidas em termos de “rituais de humilhação”, por meio do uso de insultos e expressões grosseiras, operam no sentido de retirar simbolicamente o status de um outro que insulta e humilha, que burla e ridiculariza, que objeta, e questiona: a polícia. O interesse por essas formas populares de protesto, cujas características e diferenças com os protestos tradicionais não impedem que sejam consideradas políticas na medida em que questionam, denunciam, discutem e confrontam relações de poder, reside no fato de darem conta de uma matriz local, e também de uma matriz igualitária e ao mesmo tempo relativamente violenta, que opera no momento de gerenciar a conflitiva relação sociedade civil-polícia.

---

Estado, o que as tem produzido. Neste sentido, são mortes políticas na medida em que expressam pura sujeição ao poder soberano e seu poder de “dar morte”. É por isto que a hipótese da pesquisa da qual provém este artigo sustenta que o ativismo, o protesto e a confrontação dos familiares, seu trabalho de politização consiste, no movimento de desvelar seu estado de *vida nua*, submetida, reduzida ao despojo e à pura entrega ao poder soberano, isto é, seu estado de exclusão incluída e a resistência a permanecer nele (Agamben. 1998). De alguma maneira, poderia se pensar que estas formas de intervenção, aludindo das mais variadas formas à linguagem dos direitos, rejeitando sua condição de seres instáveis, aludem a outra condição possível de estar sujeito ao poder soberano que pretende expressar a necessidade de limitação ao poder de polícia.

<sup>6</sup>Alguns protestos que envolvem a presença massiva de militantes das distintas organizações que fazem parte do campo de protesto contra violência policial, são normalmente realizados em lugares consagrados às manifestações políticas -como *la Plaza do Mayo* e *la Plaza de los Congresos* - e apresentam uma estrutura “dramática” mais controlada e organizada. Geralmente, algum militante ou ativista atua como orador e apresenta, por sua vez, os diferentes oradores do ato, bem como leem alternadamente uma série de palavras de ordem que são reiterados de maneira cíclica e que funcionam como *leit motiv* da convocatória. Nesses atos, os *familiares* têm um espaço reduzido de participação para falar e em muitas ocasiões, inclusive, nem todos falam, mas apenas um ou dois, que atuam como “a voz dos familiares”. Nos protestos de menor dimensão, por outro lado, a maior parte dos oradores são *familiares* e a participação de militantes não familiares é notadamente menor.

Tentarei me explicar melhor. As formas como estas mortes são denunciadas, bem como as palavras de ordem com que os *familiares* das vítimas reclamam por elas, fazem alusão em grande medida – genericamente falando - a um universo partilhado com as reivindicações e denúncias do movimento tradicional dos direitos humanos: demanda-se justiça, protesta-se contra a impunidade, denuncia-se a violência de Estado. Isto torna-se evidente, principalmente nos casos que, por diferentes razões, adquiriram uma notória visibilidade pública, ou nos casos que podem ser considerados "paradigmáticos"<sup>7</sup>. Contudo, é possível observar que, nos casos de menor importância pública e/ou midiática, em atos de presença e denúncia perante os tribunais da Grande Buenos Aires, em escrachos em bairros pobres, em situações que são expressas em uma grande escala, minuciosa e pormenorizada, é possível advertir toda uma série de marcadores de sentido que sinalizam chaves morais nas quais são pensados, tanto os jovens, quanto o poder policial e através dos quais se expressa o protesto. E ainda que compartilhem com aqueles atos maiores algumas palavras de ordem e "tecnologias manifestantes"<sup>8</sup>, estão em grande medida estruturados por essas narrativas das pessoas de *carne e osso*. Nestas intervenções, as palavras de ordem aparecem carregadas de afetividade e os fatos denunciados não aparecem desterritorializados, mas sim, pelo contrário, inseridos na trama de relações sociais que deram lugar a sua ocorrência. Assim, a partir de sua análise, observa-se como é acionada toda uma série de avaliações emocionalmente carregadas que revelam o mundo moral em que a denúncia destas mortes está ancorada. Nestas formas de intervenção dos familiares, atua-se e experimenta-se um confronto com o poder policial e ativa-se uma posição de resistência

---

<sup>7</sup> Sobre a conversão de um caso em paradigmático, ou seja, sobre a conjunção de circunstâncias particulares que levam a que uma morte pela violência policial se torne um "exemplo" (paradigma), pode se ver Tiscornia (2006). A autora ressalta que são diversas as circunstâncias políticas e sociais que fazem um fato singular se tornar paradigmático, condensando circunstâncias particulares que tornam o fato e o clima social em que ocorreu e, por, convertido em um exemplo que valde centenas de casos do mesmo tipo" (op.cit.: 10).

<sup>8</sup> Os protestos adotam diversas modalidades, distintas metodologias de manifestação pública e coletiva que é definido como tecnologias manifestantes. Referir-se a elas em termos de tecnologia, supõe considerá-las -segundo a Foucault (1975)- como um conjunto de técnicas e práticas associadas que supõem um saber e um domínio de suas formas e forças em termos de efeitos produtivos. Seguindo este autor é possível defini-las como uma tecnologia difusa, visto que não aparecem formuladas em termos discursivos de maneira organizada, nem contam com uma série de regras associadas e sistemáticas. Embora sim, elas importam uma quantidade de práticas, ações e rotinas que lhe são próprias delas. Estas tecnologias manifestantes não são exclusivas de um determinado tipo de organização, instituição ou grupo. Ao contrário, são usadas e valorizadas e imprimem nelas um signo particular, que fazem seus modos de "dramatizar" o protesto e seus conteúdos específicos.

e confronto, ao mesmo tempo que essas formas reforçam sua posição, autoridade e legitimidade.

Essas situações, que podem ser pensadas como “ocasiões” no sentido atribuído por Tonkin (1995)<sup>9</sup>, em que os conflitos não parecem ter sido arrancados da areia em que estão inseridos (Correa, 1983), são assim apresentadas como “ocasiões” em que os familiares, em uma linguagem na qual primam as emoções e sentimentos, organizam uma impugnação moral, e são expressos politicamente, manifestando uma série de significados que explicam a cesura que distancia a sociedade civil da polícia. O sentimento antipolicial (*antitiras*), a rejeição ao abuso de autoridade, a violência de Estado e a arbitrariedade do poder policial, mais uma vez expressas através de um repertório emocional, trazem à cena uma série de avaliações morais que inevitavelmente entram em jogo e que também põem em questão a honra dos envolvidos na disputa. Considerar esta dimensão moral e emocional das intervenções dos familiares nos leva a pensar sobre as múltiplas formas em que o protesto pode ser expresso. E, também, perguntar-nos em que avaliações se ancora a legitimidade daqueles que assim se apresentam e manifestam. Deste modo, este universo de valores através dos quais a violência de Estado está relacionada e contra a qual se manifesta, protesta e denuncia, que se torna visível nas microcenas que aqui são expostas, espera, se não revelar, ao menos levantar uma série de coordenadas para pensar sobre os modos particulares em que politizam estas mortes e expressam a impugnação à violência do Estado, bem como sugerir algumas vias possíveis para ensaiar etnografias de corte comparativo sobre a questão.

### **Rituais de humilhação**

Os insultos à polícia que em muitas ocasiões surgem durante os protestos, podem ser considerados como expressão manifesta das avaliações morais que - com sua carga emotiva e cognitiva - operam desafiando e questionando a hierarquia desse "outro

---

<sup>9</sup> La ocasión refiere a la oportunidad de comprensión de la relación entre situaciones, prácticas y lugares en que emergen, y remite en particular a la importancia de la consideración los enunciados y los contextos espaciales y situacionales en que se producen (Tonkin, 1995. Apud. Escobar, 2005).

A ocasião se refere à oportunidade de compreender a relação entre situações, práticas e lugares onde emergem, e se remete em particular à importância de considerar, os enunciados e os contextos espaciais e situacionais em que se produzem (Tonkin, 1995. Apud. Escobar, 2005).

" que se ridiculariza e insulta, o que reforça uma autoridade própria e, simultaneamente, expressa um confronto impossível de resolver. Assim pensados, os insultos – e especialmente aqueles carregados de conotações sexuais - expressam de uma maneira ritualizada uma relação de poder que se inverte. Os insultos, as expressões obscenas que não evitam ridicularizações (zombarias) e, por vezes, até humor - e a forma particular como são articuladas com algumas palavras de ordem de um repertório militante mais amplo, fazem parte da linguagem desses protestos. Aludir a uma linguagem de protesto implica considerar que ela é construída – ou seja, que o protesto é um construto social e que implica um sistema resultante da articulação de um conjunto de ações, de palavras de ordem carregadas de sentido- coisas que se diz serem também coisas que se fazem- (Peirano, 2002: 11) - e de uma forma de ocupar espaço. E nele, os insultos operam como uma das modalidades de confronto com a autoridade que expressa a impugnação ao poder instituído, conseguindo assim se manifestar de maneira eficaz, as formas particulares em que os setores populares enfrentam e traduzem as suas experiências em relação à violência policial.

Encarar a análise destas práticas de protestos que implica considerá-los como rituais que envolvem ações coletivas expressivas (Alencar Chaves, 2002: 135), é como a manifestação das interpretações dos sujeitos que promovem, que exibem um ponto de vista e colocam em jogo, pela via da comunicação simbólica, que importa palavras e atos, um conjunto de crenças e representações sobre as hierarquias sociais e a ordem social no seu conjunto (Tambiah, 1985<sup>10</sup>). Em grande medida, parte de sua eficácia reside em acionar crenças fortemente arraigadas num determinado universo social. Crenças que, neste caso, não incidem no sentido de reforçar uma ordem estabelecida,

---

<sup>10</sup> Tambiah afirma que o ritual é “um sistema culturalmente construído de comunicação simbólica. Consiste em sequências ordenadas e pautadas de palavras e atos, frequentemente expressas através de múltiplos meios, cujo conteúdo e arranjo se caracterizam por graus variáveis de formalidade (convencionalidade), estereótipo (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual em seus traços constitutivos é performativa em três sentidos: no sentido austiniano, pelo que dizer algo é também fazer algo como ato convencional; no sentido bastante diferente de uma execução encenada que usa múltiplos meios pelos quais os participantes experimentam o evento intensamente; e no sentido de marcadores (*indexical*, *values* ou *shifters*) tomo este conceito de Peirce- que são atribuídos e inferidos pelos atores durante a execução" (Tambiah, 1985: 128). No mesmo sentido é que Alencar Chaves (2002) quando analisa a manifestação dos Sem Terra no Brasil- chama a atenção dos rituais como compreendidos em sua acepção ampla, como "atos, preferências, interações e práticas -eventos que se aliam semântica e pragmaticamente" (2002: 139). A partir desta perspectiva, a eficiência da ação ritual consiste em ativar um conjunto de crenças, de modo tal que a forma e o conteúdo, e neste sentido "o dito e o feito", são indissociáveis.

mas, pelo contrário, operam simultaneamente na impugnação de uma autoridade e uma ordem estabelecida de coisas (o poder policial), e na construção de uma nova legitimidade (a figura do *familiar* como aquele que tem autoridade legítima para a denúncia e o protesto). De modo tal que, estes rituais, podem ser considerados como umas das tantas “formas legítimas de manifestação do dissenso, se tornando instrumentos de construção de novas legitimidades” (Alencar Chaves, 2002: 140).

Esta perspectiva é complementar à definição de ritual proposta por Da Matta (1979), que salienta que os ritos, enquanto elementos privilegiados da “tomada de consciência do mundo”, podem ser considerados como um veículo através do qual se transforma algo natural em social. E para que essa transformação possa ocorrer, afirma, é necessária uma forma de dramatização. “É pela dramatização que tomamos consciência das coisas e passamos a vê-las como tendo um sentido, cabe ressaltar como sendo sociais. Uma emoção é apenas um dado indiscernível no meio de um *continuum* de sentimentos que ocorrem em uma linha indeterminada.. Porém no momento em que o *continuum* foi rompido por meio de um ato coletivo, na ocasião em que o grupo decidiu classificar as emoções reconhecendo apenas quatro ou quarenta nessa linha indefinida, foi possível individualizar tais fatos como coisas sociais e, assim, falar com eles, retificá-los e domesticá-los. É a partir dessa tomada de consciência que os dados infraestruturas podem ser dramatizados, tornando-se “coisas sociais”. Melhor, é através da dramatização que o grupo individualiza algum fenômeno, podendo transformá-lo em um instrumento capaz de individualizar a coletividade como um todo, dando-lhe identidade e singularidade. A maneira básica de realizar tal coisa, que a elevação de uma infraestrutura de dados para coisa social é o que chamamos ritual” (Da Matta, 1979: 36).

Pensar sobre as formas particulares de protesto dos *familiars* sob essa perspectiva, em como -e fundamentalmente seus conteúdos, é especialmente fértil. Os familiares das vítimas, constituídos como *familiars* -isto é, como ativistas uma vez que conseguiram organizar ou traduzir suas emoções e individualizar os fatos ocorridos, construindo uma narrativa e um relato sobre eles e identificando quais, do seu ponto de vista, são as razões pelas quais esses fatos ocorreram -isto é, quando os fatos são pensados como coisas sociais, intervêm dramatizando e representando um (seu) papel e nele, legitimando a rede. E nessas dramatizações fugazes, estão sempre atualizando sua forma de perceber, expressar e representar essa visão do mundo, um relato que pretende



dizer algo sobre a ordem social, porém a partir um dizer que implica necessariamente um certo ponto de vista.

Visto deste modo, nessas situações, pode-se analisar como os *familiares* das vítimas que já deixaram o contexto onde ser familiar de alguém faz parte das coisas do mundo e se tornaram os principais oficiadores destes rituais, atuando como pessoas morais, executam um discurso e uma série de ações que propiciam: o reforço de sua posição como familiares, isto é pessoa autorizada por razões que estão além do direito e que são traduzidas na linguagem do direitos e da política para a prontidão e a impugnação e a inversão de posições acusando, insultando e ridicularizando a polícia e, através disso, a neutralização imaginária de seu poder. Nesses atos rituais, o posicionamento dos familiares contra a polícia e sua violência, contra um sistema de justiça que denunciam como parcial, isto é, contra as instituições estatais como *loci* de poder, é realizada através de uma separação que se poderia dizer ser própria de todo ritual. Esse processo de separação que opera na construção e distinção desse grupo, desse coletivo e que, portanto, reforça sua identidade como alteridade, dá lugar a uma inversão dramatizada de relações de poder.

### **Um escracho**

O *escracho* é uma atividade que, de vez em quando, é realizada pelos *familiares* de vítimas da violência policial. É uma forma de protesto que os *familiares* começaram usar na mesma época em que as organizações tradicionais de direitos humanos e especialmente a organização H.I.J.O.S<sup>11</sup>, começaram a usá-la na segunda metade da década de noventa. Trata-se de uma “tecnologia militante” que foi posteriormente estendida a outros espaços do campo do protesto nacional. *Escrachar* em lunfardo<sup>12</sup>

---

11

“Hijas e Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio” é uma organização fundada no início da década dos anos '90 pelos filhos daqueles que foram detidos e desapareceram durante a última ditadura militar.

<sup>12</sup> Lunfardo: jargão usado em Buenos Aires no início do século XX. Gíria da camada social considerada inferior da cidade de Buenos Aires, na Argentina, usada em letras de tangos “*lunfardo*”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/lunfardo> [consultado em 13-07-2020] Nota de tradução

significa fotografar<sup>13</sup>, mas também “quebrar a cara” e “pronturiar”<sup>14</sup>, e em sentido mais amplo significa expor alguém (Tiscornia, 1998a; Pita, 2004). E essa é justamente a ideia dessa atividade: se fazer presente na porta da casa do agressor e, uma vez lá, denunciá-lo publicamente, manifestar o repúdio, “colocar ao descoberto” (expô-lo) diante do resto da comunidade e, especialmente, de seus vizinhos.

Já o deslocamento até a casa do acusado é parte do ato de protesto. Eles anunciam para onde o grupo está indo, explicam o fato que está sendo denunciado e entregam repartem folhetos aos vizinhos. Uma vez na porta da casa, fazem inscrições nas paredes, o grupo para ali por um tempo para fazer um breve ato de presença, denunciando e realizando o *escracho* em sentido estrito. *Expõe* quem mora lá, denunciando-o aos vizinhos e ao bairro. O *escracho* provoca diversas reações. Além daqueles que participam ativamente da convocatória comparecendo desde seu início, é possível observar durante esses atos alguns vizinhos da pessoa que é objeto do *escracho*, que assistem ao grupo passar. Alguns participam como audiência expectante; outros decidem espontaneamente se somar ao coletivo e participar do protesto; outros, decidem retirar-se. Evidentemente, quando essa atividade ocorre no bairro onde moram tanto a família do morto quanto o assassino, ao mesmo tempo em que se ativa a rede de relações existentes, reconfigurada a partir do crescente ativismo dos familiares da vítima, esta também se torna tensa. Muitos no bairro estão sabendo o que vai a ocorrer. De fato, geralmente há um trabalho prévio de convocatória através de folhetos e avisos colocados em alguns comércios e instituições locais, (quiosques, alguma loja, a escola, a unidade de saúde) e, também, a informação circula de boca em boca através dessa rede de relações. Tudo isto foi o que ocorreu, por exemplo, no *escracho* que será descrito a seguir.

Naquele dia, um sábado à tarde, estava previsto um *escracho* a um policial acusado de matar um jovem do mesmo bairro. Os familiares do caso há muito tempo desejavam poder fazer isso. Segundo eles já o haviam *escrachado* de alguma maneira *em papéis, em cartazes*, “o tipo já se sente perseguido, e bom, e agora vamos ver que

---

<sup>13</sup> Em lurfardo, o *escracho* refere-se à antiga prática policial de fotografar (*escrachar*) aos “delinquentes habituais” para elaborar a “galeria pública”, que consistia em grande uma faixa elaborada com essas fotografias e que se distribuía nas delegacias da Capital “este cartaz se colocava nas delegacias á vista de vigilantes e pesquisas. Uma regulação da Polícia da Capital advertia que ‘Os sujeitos que figuram na galeria pública estarão sujeitos a observação estrita e severa’” (Salessi; 1991)

<sup>14</sup> “Pronturiar” refere-se a abrir a ficha de antecedentes criminais FAC. Equivale à expressão “fazer um B.O.” em português. Nota de tradução

*acontece com o tema das manifestações, com o escracho, com a multidão de pessoas”.* Para eles, o *escracho* significava, além de fazer a polícia se sentir perseguida, poder mostrar no bairro que eles não estavam sozinhos, “*eu quero que eles vejam as pessoas com quem eu ando e que não tenho medo deles*”, me disse a mãe do jovem.

O *escracho* foi pensado como uma atividade dos *familiares* do caso apoiado pela Coordenadora contra a Repressão Policial e Institucional (CORREPI), uma das organizações mais antigas no campo do protesto contra a violência policial<sup>15</sup>. Esta organização, diretamente ligada a esses *familiares* -sua advogada que está encarregada da causa judicial, também considerava importante a realização do *escracho*, embora aludisse a outras razões mais genéricas, ou seja, menos particulares. Esse bairro da Grande Buenos Aires tem uma importante quantidade de casos de violência policial, portanto, para a organização representava um lugar de especial importância para fazer um *escracho*. A organização forneceu folhetos para difundir a convocatória. Os *familiares* do caso se ocuparam de difundir sua realização no bairro, convocando os vizinhos conhecidos e amigos. Participaria, além disso, todo o grupo de *familiares de gatillo fácil* da organização.

No dia do *escracho* chegaram ao ponto de encontro (a dois quarteirões da casa dos *familiares* do jovem, ao lado da via de acesso principal do bairro) *familiares* de gatillo fácil, vizinhos e amigos da família, a advogada da organização e alguns poucos militantes da organização. Havia cerca de trinta pessoas. Os *familiares* do jovem tinham conseguido uma bandeira argentina bastante grande e no seu centro colocaram uma foto do garoto com a inscrição “*Justiça para Martín*”, ao seu lado um cartaz escrito à mão dizia: “*‘Donoso’ assassino, lembra de Martín e agora todos os garotos que matou lembram de você e exigem justiça*”. Outro cartaz dizia “*Justiça para Martín. Basta de gatillo fácil*”. “*Donoso*” Assassino. A morte de Martín não vai ficar impune, nem as mortes dos outros garotos que você matou. “*Justiça*” para Martín. Assassinado em “3-06-11” em “*Recondo y el Arrollo*”

Assim que chegaram todos aqueles que eram esperados<sup>16</sup>, começou a passeata

---

<sup>15</sup> A Coordenadoria contra a Repressão Policial e Institucional (CORREPI) – deixaria a definição da sigla em espanhol mesmo- é uma das mais antigas organizações neste campo de protesto. Iniciou suas atividades em 1992 e é formada por “ativistas anti-repressivo, famílias de vítimas do ‘gatillo facil’ e grupos de ativistas de direitos humanos ” ([www.correpi.lahaine.org](http://www.correpi.lahaine.org)).

<sup>16</sup> Nos dias prévios, muitos familiares ligaram para a casa da familiar que fazia o *escracho* para avisar que estariam presentes ou para se desculpar em caso de não poder participar. Todos sabiam que se realizaria

pelas ruas do bairro em direção à casa do policial, Cada familiar ia com seu cartaz, alguns deles levam no pescoço com uma fita, alguns tinham suas camisas com as fotos dos jovens estampadas. Um cartaz maior que dizia prisão aos assassinos. *Comissão de Familiares de vítimas de repressão policial* era sustentado por alguns ativistas *familiares* que caminhavam por detrás dos *familiares* do caso em questão. A passeata começou em silêncio, porém, mal iniciou, começaram a proferir a denúncia e os insultos “*Donoso assassino, la concha de tu madre!!! Você é o assassino de Martín! As-sas-si-no! As-sas-si-no!*”. Um membro da organização pediu as *palavras de ordem da* Coordenadora contra a Repressão Policial e Institucional (*Correpi*), “*por favor!*,” numa tentativa de imprimir, a partir de sua perspectiva, um conteúdo político claro. Isto implicava reduzir, em certa medida, o fluxo de insultos, e especialmente, a profusão daqueles de carácter sexual, que escapam ao repertório político militante. No entanto, sua tentativa não prosperou e, ainda que alguns momentos gritassem palavras de ordem que são parte do repertório habitual da organização -e que são impostas nos atos maiores e mais controlados por ela-, o *escracho* esteve dominado pela lógica que os *familiares imprimiram*.

No caminho para a casa do policial, alguns vizinhos saíam de suas casas ou das lojas e olhavam o grupo passar. Os que já estavam na rua, no meio de alguma atividade (garotos jogando futebol numa quadra, um homem lavando seu carro) interrompiam suas tarefas para ver o que estava acontecendo. Alguns se somavam. Alguns transeuntes paravam, observavam e logo seguiam seu caminho. O grupo se deteve por uns minutos no lugar onde o jovem foi morto, em uma das principais avenidas limítrofes do bairro.

Uma das irmãs do jovem morto, com megafone na mão, começou a gritar: *Donoso, compadre, la concha de tu madre! Assassino filho da puta! Vai ser esconder agora! Por que você não sai? Não tem culhão para matar rapazes como faz sempre? Você não tem sangue para nos enfrentar, covarde? Por que você não sai como quando matou meu irmão? Filho da puta, sai agora!*

Duas viaturas da polícia de Buenos Aires com policiais a bordo estavam ao lado do caminho para atuar como vigias do *escracho*. Um familiar grita: *Escondido! E,*

---

esta atividade e entre os familiares, independentemente da convocatória da organização, é uma prática habitual ratificar pessoalmente sua presença, em grande medida, porque essas atividades são vistas como coletivas (dos familiares), mas também, pessoais (assim, por exemplo, este era “o *escracho* de Elsa”). E também porque estas ocasiões são parte daquelas que é possível ratificar e exibir o compromisso.

sinalizando as viaturas, grita a puro pulmão: *aí estão os tiras que protegem o assassino! Tira! Tira! Tira filho da puta!* Grita a irmã e gritam todos: *eu já sabia, eu sabia que o Martín foi morto pela polícia!* Cantam primeiro para dar lugar a outro canto, *alerta! Alerta! Alerta aos vizinhos, ao lado de sua casa está morando um assassino!* Uns e outros cantos se sobrepõem, grita-se muito, e mais de uma vez uns gritos se sobrepõem aos outros: *está escondido porque não tem culhão para fazer frente às crianças!* Grita a irmã do Jovem e continua: *senhores vizinhos, não tenham medo deste filho da puta, este mata garotos, como chamam: não tenham medo dele, senhores! Ele matou Martín Cazolla, este filho de puta se chama Donoso, vocês conhecem ele! Donoso, compadre, a concha de tu madre<sup>17</sup>! Se chama Donoso senhores, e vocês conhecem ele. Não tenham medo, venham com a gente.* Ficamos por um momento parados em frente ao lugar onde Martín foi morto. *Alerta! Alerta! Alerta aos vizinhos, ao lado de sua casa está morando um assassino! Senhores vizinhos!* Fala a irmã do jovem: *aqui faz quase três anos, este filho de mil putas, porque ele não é uma pessoa, matou meu irmão, Juan Martín Cazolla, de 17 de anos de idade, toda sua vida pela frente, arruinou toda a família, matou todos nós, porque ele tirou a vida do meu irmão. Ajudem-nos a esclarecer isso, há três anos isso aconteceu aqui. Então, não tenham medo, nós não estamos sozinhos, pode acontecer com vocês também, todos somos pais, vocês têm filhos. Vamos a casa dele!* Diz ela.

Todos nós retomamos a marcha em direção à casa do policial, a dois quarteirões de distância. Em frente à casa, que estava completamente fechada –tinha até uma proteção adicional sobre a persiana frontal - uma vizinha se aproximou da mãe do jovem e parabenizou-a dizendo: *finalmente alguém veio para falar algo a este filho da puta que acredita ser o dono do bairro, é o machão do bairro!* Na porta da casa do policial começou, então, o escracho propriamente dito. Mais vizinhos, mulheres, crianças, jovens e idosos se juntaram ao grupo. A denúncia foi expressa basicamente através de insultos que, em mais de uma ocasião, tomavam a forma de desafio e afronta. Ao mesmo tempo foi pedido apoio aos vizinhos, dizendo-lhes que não tivessem medo. A irmã do jovem morto grita: *Filho da puta, assassino covarde! No te dá o sangue, Donoso<sup>18</sup>!, É um covarde! É um gato! Um "mata garotos"! Não te dá o sangue para matar aos garotos, n É um gato, Donoso! Donoso, compadre, vai tomar no cú! Você é*

<sup>17</sup> Uma possível tradução para este palavrão seria “a buceta de sua mãe” N.T.

<sup>18</sup> Uma possível tradução deste palavrão seria “você não tem culhão” N.T.

*um filho da puta! Vai acabar! Vai acabar! Esse costume de matar! Senhores vizinhos, não tenham medo, aqui estamos nós! Vocês estão vivendo com um assassino! É um gato refugiado<sup>19</sup>! Donoso, compadre, a concha de tua mãe! Por que você não sai? Só queria a Cazollita? Estamos todos! Estamos todos os Cazolla aqui! E aguentamos, não estamos sozinhos, e nos bancamos, filho da puta, assassino! Lixo! Vizinho! Não tenha medo de deste bandido, que não faz nada sem uma arma na mão, não se garante, é um velho infeliz que não serve para nada, se não tem uma arma na mão. Velho infeliz!*

Depois de muito tempo em frente à casa, três jovens militantes se aproximaram da porta e escreveram com tinta spray nas paredes: *Não é um policial, é toda a instituição, Donoso Assassino, Basta de Tortura e Gatillo Fácil, Policial assassino, Donoso covarde, mata garotos.* A irmã do jovem se somou e escreveu *veado* e sob a inscrição: *Donoso Assassino, e acrescentou, boqueteiro.*

O escracho terminou com um breve discurso da mãe do jovem, que afirmou: *só quero falar para Donoso que estou aqui, que não descansarei até que ele esteja preso, porque é o que ele merece. E que não há razão da polícia estar aqui, porque não somos assassinos, viemos simplesmente pedir justiça, em nome de Martín e muitos outros garotos que foram mortos, mortes que não estão sendo denunciadas. A gente já perdeu o medo, a gente perdeu tudo, estamos sem consolo. Não tenho medo deles porque hoje eu perdi a calma, somente peço justiça e que os vizinhos saibam do assassino que tem como vizinho e que nos ajudem a esclarecer a morte de Martín, se vocês sabem de algo, denuncie, porque amanhã pode acontecer com vocês ter um assassino muito perto de casa, não tenham medo, porque isso é o que ele quer gerar, medo aos vizinhos, para que o que quer que ele faça não seja denunciado, nem tenham medo vizinhos, denunciem, porque senão vamos ter outro Martín, não podemos permitir que nossos filhos sejam assassinados por este chacal assassino que não mede consequências e mata os garotos pelas costas.* Ao final das palavras do familiar houve aplausos e o grupo começou a se retirar.

Estes atos de protesto, como mostrado nas primeiras páginas, apresentam uma forma diferente dos atos regidos pela lógica e o repertório militante. Nestes últimos, as palavras de ordem são acordadas previamente pelas organizações participantes e o

---

<sup>19</sup> Gato e Refugiado são categorias nativas usadas pela autora que serão explicadas no decorrer do texto. Optamos em não traduzi-la, pois perderia o sentido etnográfico atribuído. N. T.

objetivo é que todos eles tenham um conteúdo político explícito, parte do repertório usual de slogans<sup>20</sup>. No tipo de *escrachos* descritos acima, pelo contrário, a emoção, a manifestação de sentimentos e os insultos são parte da linguagem do protesto. Porém isso, ao menos do meu ponto de vista, não diminui politização do protesto. Pelo contrário, parecem expressar-se aqui numa linguagem particular pouco convencional, porém altamente popular-, toda uma série de avaliações que conseguem destacar a existência de uma comunidade moral e emocional que se expressa e age através desse repertório de confronto, resistência e contestação.

A menção de não ter medo e o apelo aos vizinhos sob expressões tais como “pode acontecer com vocês também” e “todos somos pais, [vocês também] tem filhos”, aparecem ao mesmo tempo buscando a adesão à denúncia, ao fazer referência a um personagem que todos conhecem no bairro (“vocês conhecem ele”) e legitimando – como familiares - sua intervenção. Os insultos ofendem a quem é nomeado assassino e descrito como um filho da puta, um refugiado, que não tem culhões e que “os insultos proferidos aludem, fundamentalmente, à desonra do insultado, seja por ser um filho da puta, ou por ser um corno, um veado, por não ter as qualidades e atributos da hombridade como sinônimo de masculinidade própria de quem se orgulha de ser um homem honrado, trata, principalmente com qualificações ofensivas que se referem ao comportamento sexual de sua mãe, sua esposa e de si mesmo. Esta questão foi claramente explicada por Pitt-Rivers, que aponta que “os homens se consideram responsáveis pelo comportamento de suas mulheres, porque reside a essência de sua honra moral, e a honra moral é a essência da honra, porque está em conexão com o sagrado de uma forma que a honra política e social não estão . Isso é claramente perceptível num fato que de outra forma pareceria anômalo: o de que os insultos mais graves que podem se dirigir a um homem não se referem a ele mesmo, mas às mulheres de sua família, especialmente sua mãe, também sua irmã e, de uma maneira um pouco diferente, sua esposa” (1979: 125). O mesmo sentido ocorre para o corno. Insultar alguém, chamando-o de tal modo, coloca em questão a hombridade desse varão pela via do ataque à honra de sua esposa, da qual – como sinaliza Pitt Rivers, a dele mesmo depende- de modo que o adultério dela representa - não é só uma violação dos direitos dele, mas uma demonstração de seu fracasso no cumprimento de seu dever” (op cit:49).

---

<sup>20</sup> É até habitual que não só as palavras de ordem que serão ditas e que farão parte da convocatória e/ou mobilização sejam discutidas e acordadas, mas também é usual que uma ordem de precedência seja discutida e acordada entre eles.

Se o ideal do homem honrado é expresso com a palavra hombridade e, pode se notar que é precisamente o ataque e no questionamento dessa masculinidade, sobre a qual repousa a hombridade, que se ataca e se insulta. Não ter culhão, matar por trás, ser um covarde, alguém que é valente com uma arma na mão (isto é, não é por si mesmo, mas pelo valor agregado que uma arma proporciona), tudo isto são imagens que remetem a um homem com sua hombridade deturpada.

Assim simultaneamente à denúncia destas mortes, através da qual se intenta restituir a humanidade daquele que foram mortos como um cachorro, para retirá-los da categoria de seres matáveis ; a denúncia expressa através de uma linguagem carregada de insultos, e opera confrontando e humilhando com o propósito de rebaixar o status daqueles que os mataram. Flynn (1977) observa que os insultos, como ofensas verbais, estão sempre ligados a uma relação de poder e são normalmente usados para legitimar e reproduzir uma ordem moral; para legitimar uma hierarquia entre grupos sociais no interior de um grupo, ou para socializar indivíduos em um grupo. No uso que os familiares fazem deles, os insultos estão demarcando fronteiras morais, sinalizando hierarquias que são invertidas nestes protestos e, ao mesmo tempo, reforçando a identidade do grupo de familiares como tal. A verdade é que os insultos, tal como afirma Guimarães (2000), são eficazes para demarcar a distância do insultador em relação ao insultado, o insulto considera este autor: “é uma forma ritual de ensinar a subordinação através da humilhação” (s/n). Assim, o uso dos insultos - no caso que nos ocupa- pode ser visto como uma tentativa de colocar –ao menos discursivamente- a pessoa insultada em uma situação de inferioridade, que é submetida a um ritual de humilhação pública. O componente sexual desses rituais de humilhação opera informando parte das chaves morais nas quais o protesto é figurado. Isto porque denegrir e humilhar são atos expressos através de insultos nos quais os assassinos são destituídos das qualidades morais que, atribuídas aos sexos, implicam certos comportamentos esperados e aceitáveis (Pitt Rivers, 1979). Assim, os insultos importam a degradação pública através da qual uma inversão de hierarquia é encenada e dramatizada, uma inversão de hierarquias . Aquele que se acha o dono do bairro é chamado de covarde.

Quando o grupo estava saindo, uma vez finalizado o escracho, um familiar grita aos policiais que, de suas viaturas, tinham permanecido estacionados a uma quadrado lugar que estavam vigiando o “filho da puta”! “Vá vigiar a tua mulher que está



transando com outro! Enquanto você está aqui, tua mulher está chupando a pica de outra pessoa!” Não é estranho, mas pelo contrário, melhor ajustado como seu exato oposto, que aqueles que, como disse a vizinha que se aproximou para parabenizar os familiares, se comportam como o macho do bairro, aqueles que são popularmente chamados de “porongas”, são atacados através de insultos que colocam em dúvida sua virilidade. Os insultos verbais de caráter sexual se apresentam como uma atividade política que opera nessa chave moral e que pretende minar a autoridade, diminuindo o status daquele que é insultado. Assim, estes tópicos não referem tanto a uma questão de caráter genérico, mas sim ao uso destes índices genéricos (Sirimarco, 2006) que são precisamente aqueles dos que se investe o poder policial. Nesse sentido, Sirimarco referindo-se *ao self* do sujeito policial, afirma que o gênero não opera apenas como um registro no qual se expressa esse self e que este implica um discurso e uma atitude onde o imperativo da virilidade, expressa em termos de ser ativo, prepotente e desafiador, imitando a linguagem masculina. Para o sujeito policial, assinala, “a masculinidade é proposta como um telos. Torna-se, portanto, o modo de ação incentivado a partir do discurso institucional, na medida em que se entende que encarar o agir e a atitude própria ao exercício do poder policial. O poder é concebido como eminentemente masculino e que estrutura, por conseguinte, sujeitos que, para o desempenho de sua função, se posicionam a partir de um registro (construído e naturalizado) de masculinidade” (Sirimarco, 2006 s/n). Estas observações são particularmente esclarecedoras, especialmente quando estes tipos de insultos apresentam um caráter recorrente. Pensar: a partir destas coordenadas é possível destacar as formas e a linguagem que se expressa o protesto, a denúncia e a confrontação com o poder policial realizado pelos *familiares*, e permite assinalar como, através de que ações e linguagem um grupo pode atuar, dramatizar, enquanto seu valor -que se expressa na falta de medo-, a destituição simbólica do status do outro que se insulta. E isso porque alguns dos insultos revelam algo mais, que dá conta de uma crítica ao poder e sua contestação, que aparece travestida em indicadores genéricos. Insultos tais como *refugiado e gato*, provenientes do jargão prisional, permitem pôr em evidência esta afirmação. Ser um *refugiado*, em tal linguagem, implica ser alguém que busca proteção (refúgio) em quem tem certo poder, e isso porque não é capaz de resolver por si mesmo uma afronta. E assim se insultava ao policial em questão por contar, segundo os *familiares*, com pessoal policial, que durante o *escracho* controlava os eventos; como também, por ser protegido e

encoberto pelos seus colegas, que oferecem álibis quando mata a algum garoto do bairro. Ser um *gato*, me explicaram -que é como o *refugiado*, uma categoria prisional- é *ser aquele que lava os pratos de outro, lava as coisas para eles, atende, faz-se de mulher. E os militares, a polícia, são isso, são os “gatos” do governo.*

O ritual de humilhação encontra, assim, nos insultos sexuais, uma forma eficaz de produção de vergonha e de afronta, pública ao mesmo tempo em que apresenta uma poderosa crítica ao poder do Estado -que aparece alternadamente sem maiores distinções como estado e como governo -, que é visto como aquele que encobre, que dá refúgio, que permite o exercício da violência e exige submissão. Diante disso, os rituais de humilhação colocam em prática uma forma de protesto temerário, popular, relativamente desorganizada e por fora dos moldes do protesto tradicional ajustado aos padrões políticos convencionais, mas não menos política, na medida em que questiona, discute, desafia e exige. E, nesse mesmo ato - ao menos durante esse ato - ele consegue apresentar aquele que é objeto do insulto, como sujeito sem honra e submetido ao poder do outro. A cadeia semântica que estes insultos desencadeiam refere-se, então, a alguém que não é capaz de responder a uma afronta que questiona sua honra, porque não tem *culhão*, ou seja, não se trata de um homem completo, mas sim de um covarde. Ser um *refugiado* e ser um *gato* expressa esse sentido de quem, feminizado, se encontra sob o governo de outro que o protege e o serve. Notadamente, é através de categorias prisionais que a linguagem moral se liga a uma dimensão política.

Este tipo de protesto parece ser construído como uma espécie de vingança ritualizada que põe em jogo todo um *léxico* emocional (Middle-ion, 1989) e moral que permite a expressão de contestação e a confronto e que, encontra por essa via, a forma de politizar o protesto. Uma politização que acaba formulando uma demanda de justiça que, se expressada claramente, implica em uma demanda de esclarecimento e castigo. Mas o conteúdo dos insultos proferidos, assim como a forma imprudente, desafiadora e às vezes ameaçadora, é a maneira de agir à *falta de medo* que é discursivamente proclamada. Nesse sentido, pode-se afirmar que a força simbólica desses insultos torna possível agir sobre essa falta de medo, que opera sustentando a denúncia de fatos que, segundo se diz, *não podem ser permitidos.*

### **Um protesto na porta dos tribunais**

No caso descrito a seguir, podemos ver como o grupo de *familiares*, pela via dos insultos com forte carga sexual, desafia e busca humilhar e assim minar a autoridade policial. Mas, ao mesmo tempo e em que se denuncia, põe em jogo também toda outra série de valores morais para demonstrar sua própria legitimidade como *familiar*. Assim, a operação simbólica trabalha em dois sentidos, de um lado com afronta e destituição simbólica de status e autoridade pela via da humilhação, e de outro com a exibição de valores associados ao sangue e à falta de medo que legitimam aos *familiares* e seu protesto, apresentando, deste modo, um jogo de construção de identidades contrastivas, um *eles* e um *nós* que expressa pura alteridade e uma distância irredutível.

Desta vez, se trata de um típico protesto às portas dos tribunais, em um distrito da Grande Buenos Aires, por ocasião do início de um julgamento oral a um policial acusado pela morte de um jovem. Havia se reunido no local um pequeno grupo de *familiares de gatillo fácil*. Tratava-se de um julgamento muito esperado, não só porque era a oportunidade de assistir ao julgamento de um policial, conhecido na região - inclusive por seus colegas- por seus habituais abusos e seu agir prepotente e violento que havia acabado com a vida de um jovem; mas também porque era o *julgamento do Polo*, o que equivalia dizer que era o julgamento das *irmãs Ortiz*, conhecidas por todos os *familiares* como *mulheres de ferro*. *Elas estão sempre em tudo, sempre acompanham*, dizem os *familiares* sobre elas, após nomeá-las.

E assim, naquela manhã, bem cedo, bem antes do início do julgamento, os *familiares* começaram a se reunir na porta dos tribunais. Como era de costume, todos chegavam com seus cartazes. Como em outras oportunidades, o grupo (de umas vinte pessoas) alternou ao longo do dia- entre discursos breves e virulentos, limitados no tempo, e cantos de palavras de ordem e insultos. Os discursos eram proferidos por distintos familiares. Neles, o caso denunciado foi apresentado -como é de costume - de maneira explícita, assim como outros casos que se estavam denunciando. A apresentação e a denúncia pretendia não apenas expor, denunciar, mas também chamar a atenção para a legitimidade do protesto, bem como para a legitimidade de quem parece denunciar sua característica de familiar.

Os familiares estavam na calçada em frente ao prédio dos tribunais. As portas do prédio haviam sido cercadas para a ocasião (uma instalação reforçada de segurança ocorreu durante o mesmo protesto) com uma série de cercas/painéis de tela metálica.

Um cordão policial (com efetivo masculino e feminino) foi colocado ali para guardar a entrada do prédio. Além desses policiais encarregados pela guarda, podia-se observar outro efetivo dedicado a outras tarefas -fundamentalmente do deslocamento de detentos- que entrava e saía dos tribunais. Os policiais que vigiavam a entrada aos tribunais falavam entre si. Os de maior patente entravam e saíam do prédio, alguns visivelmente incomodados olhavam os familiares de forma ameaçadora. Nessas ocasiões, em tom caricato e jocoso, alguns dos familiares gritavam: *ei! Muito corno! Muitos cornos à direita! Ui! Outro à esquerda! Ou quando passava uma policial feminina: ai! Olha que bunda gostosa tem a loira! Quantos batalhões não terão passado por essa bunda, hein?* Também, algumas vezes, durante o deslocamento de policiais que entravam e saíam dos tribunais, gritavam: *emagrece gordo, que vão te mandar embora da polícia! Ei, gordo, você vai ter que perder peso! Vai em cana por ser gordinho, hein? Parece um leitão! Ei! Comam menos, devorem menos!*

Aqueles que eram interpelados diretamente, isto é, para quem era evidente a proximidade física, aqueles que foram insultados cara a cara, olhavam com visível incômodo para os familiares. E isso dava lugar a chacotas: *Ai, que cara de mau!* respondiam a seus gestos, e todos os familiares, soltavam gargalhadas.

Fonseca (2000) aponta que o estilo humorístico “revela algo” e se pergunta como proceder para definir esse “algo”. A autora chama a atenção sobre certas interpretações do humor que não deixam de trabalhar uma imagem unívoca da moralidade convencional”<sup>21</sup> (2000: 156) segundo a qual as piadas e as fofocas buscariam ridicularizar um comportamento desviante ou condenar transgressões. Ela, pelo contrário, adverte sobre a possibilidade de pensar no humor como um instrumento capaz, não só de reforçar, mas também de minar a autoridade convencional. E esta observação, especificamente orientada para a análise do desempenho das mulheres neste campo, permite-lhe analisar os modos em que as mesmas redirecionam a moralidade em termos da definição dada por De Certeau como “táticas de consumo”, “engenhosidades

---

<sup>21</sup> Fonseca afirma que “o humor licencioso poderia ser analisado, por exemplo, segundo Radcliffe-Brown, como instrumento usado para suavizar tensões latentes na estrutura social...assim as piadas ou achincalhes também poderiam ser vistas como uma forma de designar um bode expiatório, permitindo o sacrifício simbólico de certos indivíduos para a expiação de um grupo...segundo outra hipótese, a piada seria uma maneira de estigmatizar desviantes, tendo como consequência o reforço da norma vigente. Finalmente, as piadas ligadas a assuntos libidinosos poderiam ser interpretadas, sob uma perspectiva psicanalítica, como uma maneira de aplacar angústias psíquicas - uma válvula de escape por onde sairiam as tensões do jogo de atração/repulsão-transgressão/respeito às normas.” (2000: 156).

do fraco para tirar vantagem do forte, [que] desembocam numa politização das práticas cotidianas” (De Certeau 2000: XLVIII). Considero esta leitura especialmente adequada para pensar nestes casos, nos quais o humor aparece associado a toda uma série de ações que simultaneamente ao insulto, à ridicularização e ao cômico que, combinados, operam no sentido de questionar e desafiar a autoridade; ações nas quais especialmente as mulheres fazem uso das valorações morais atribuídas à sua posição. Neste sentido, parece claro o uso engenhoso –e eficaz- de umas mulheres que encontram *um modo de fazer* no qual põem em jogo procedimentos populares, minúsculos e cotidianos, esquemas “antidisciplinares” (De Certeau, 2000: XLV), amparadas no lugar convencionalmente atribuídos às mulheres mães, a estas se admite o transbordamento emocional, como sinal “natural” de uma fragilidade que, na figura de mulher-mãe, aparece tão inquestionável como inatacável (Nash, 1999; Pita, 2001; Daicli, Pita e Sirimarco, 2007).

Todos os insultos dramatizavam uma afronta ao status de masculinidade policial e, mantidos ao longo de mais de quatro horas, alternava entre um contexto de preferência de violência verbal marcado por um alto grau de raiva, e zombaria que tornava os policiais uma piada<sup>22</sup>. Os insultos e as chacotas referiam-se, como em outras ocasiões, ao questionamento da heterossexualidade dos policiais homens, e também à sua falta de coragem e aos seus supostos defeitos físicos. Já as mulheres policiais, pelo contrário, eram insultadas, sendo insinuada sua promiscuidade sexual, o que evidentemente aludia à falta de pureza sexual, traduzindo assim o insulto que afeta a honra em função do sexo daquele a quem era dirigido. Durante todo o protesto, como no escracho descrito acima, parte do repertório de palavras de ordem militantes foi misturado com os insultos e práticas de humilhação verbal da polícia.

A presença majoritária de *familiares* mulheres agrega um plus de significado aos insultos e às burlas. Trata-se de *familiares* que, enfatizando seu caráter de mães, insultam e zombam, com o objetivo de humilhar aos homens questionando sua masculinidade e a honradez. Em extremos opostos da divisão moral dos sexos, as mulheres enfatizam sua posição de mães daqueles jovens *mortos como um cachorro*,

---

<sup>22</sup> A burla é também -de acordo com Pitt-Rivera (1979) - uma das formas através das quais se podem destruir a reputação.

numa espécie de vingança ritual diferida - em nome de suas filhas, buscam humilhar e desonrar, insultar publicamente. Ao fazer uso instrumental de sua posição de mulheres e ao tocar sobre a suposta fraqueza do gênero extremo que provocam. Mas, além disso, neste tipo de humilhação ritual, torna-se evidente que, ao insultar os policiais, o corpo institucional é atacado. Os insultos são *como* ofensa moral, proferidos por estas mulheres, que tentam atacar, objetar, questionar e até ridicularizar a autoridade desses homens, cujo poder pode ser minado ao questionar sua masculinidade, que *também é* parte constitutiva da retórica e das práticas que configuram um registro de atuação viril do corpo policial definido, de certo modo, como a essência do “policia” (Daich, Pita e Sirimarco, 2007), da instituição policial encarnada – corporificada- nesses homens. Nesse sentido, esses insultos -numa chave genérica- insultam a esses homens enquanto corpos institucionais (Sirimarco, 2006).

Uma das familiares começou a cantar: *“pólicia, pólicia, quero fazer um acordo, se matam seu filho, o que você vai me responder?”* Todos começam a cantar. Depois de um tempo, enquanto pode-se notar o deslocamento das viaturas policiais que chegavam, algumas delas transportando detidos, outras apenas o pessoal da polícia, outro familiar começou a dizer: *“não temos medo, não importa quanto carros de patrulha venham, não importa quantos agentes venham, eles mataram nosso filho, por isso não temos mais medo, então, se querem reprimir a gente ou bater com pedaços de madeira, não temos medo de vocês! Já nos tiraram nossos filhos, assassinaram.. Se trouxerem mais patrulhas, se trouxerem mais policiais não vamos sair correndo. Não! Já mataram nossos filhos, nos tiraram a metade de nossos sonhos, a gente já está morta. Se isso incomoda é porque estamos pedindo justiça, então que isso incomode sim! Vocês mataram nossos filhos, estamos em maioria aqui, todas as irmãs aqui, e estes policiais assassinos continuam matando nossos filhos dia após dia . Viemos para pedir justiça, não viemos colocar uma bomba aqui, aí dentro está o assassino de nossos filhos! Portanto, não vamos sair atirando porque trazem mais tiras. Tira filho da puta!*

Uma pergunta que pode ser formulada de maneira retórica e que não espera uma resposta, pois funciona como uma afronta, como uma familiar explicará depois: *“eu canto assim, o que você vai me responder!/? Porque ele vai me responder [ênfases]? Qual lado ele vai estar, nós já sabemos! Ele vai estar do outro lado!* Esta formulação expressa um desafio que poderia ser descrito como imprudente e, também como uma confirmação da existência de dois lados opostos, sem conciliação nem encontro

possível, onde a pertença institucional funciona como um *a priori*. A alteridade se sustenta, assim, a partir do valor do *não ter medo*, que concede coragem para reivindicar. Pode-se ver, deste modo, como o apelo à coragem -resultado da falta de medo- se apoia em duas fontes provedoras de valor, *a maternidade* e a morte, que se entrelaçam narrativamente. O apelo à maternidade traz a relação com os laços de sangue e a “obrigação sagrada” de proteger os filhos, obrigação que é possível de sustentar a partir do valor agregado de *não ter medo*. Assim, umas mães que já não tem mais medo enfrentam à polícia, desafiando essa suposta valentia viril daqueles que mataram seus filhos.

Denúncia, afronta e insulto. E, ao mesmo tempo, defender o direito de exigir justiça. O deslize semântico é quase imperceptível. A denúncia estende-se desde o caso que os convoca -nesta ocasião esse julgamento oral- até a confrontação da atuação da polícia nos bairros, construindo uma denúncia generalizada. Os insultos sexuais funcionam não só como instrumentos para destituir de status a polícia, mas também se refere ao tratamento da polícia para com os jovens, onde a metáfora sexual funciona como referência a situações de abuso e submissão: *cornos! O que não podem fazer com as mulheres, eles podem fazer com os garotos, “cornos! Se eles mexem com os nossos filhos, descarregam em nossos garotos, porque eles não servem para nada em casa. A única coisa que fazem é sair e a matar, isto tem que parar, todos os dias matam garotos, cada dia que passa mais garotos matam, nós não queremos fazer como eles, sair e matá-los, porque não somos assassinos como eles, eles estão preparados para matar. Isto tem que terminar, porque não queremos começar uma guerra civil, porém, cada vez resta menos filhos, a cada dia vem outra mãe. Eles matam nossos filhos todo o dia.*

Segato afirma que a masculinidade é um *status* que implica uma hierarquia e, portanto, uma posição de poder diferencial, mas que está condicionada à sua obtenção. Isto supõe, segundo esta autora, que a masculinidade está sujeita a uma reconfirmação contínua através de um processo de “provação e conquista” (2004: 8) e, acima de tudo, sustenta que a reconfirmação desse status está subordinada à “cobrança de tributos de outro que, por sua posição naturalizada nesta ordem de status, é percebido como o provedor do repertório de gestos que alimentam a virilidade”. Esse outro, no mesmo ato em que faz entrega do tributo instaurador, produz sua própria exclusão da casta que consagra. Em outras palavras, para que um sujeito adquira seu status masculino, como

um título, como um grau, é necessário que outro sujeito não o tenha, mas que lhe outorgue ao longo de um processo persuasivo ou impositivo, que pode ser eficientemente descrito como uma tributação” (2004: 8). Pensado o confronto simbólico a partir das coordenadas propostas por Segato, pode-se observar em que ponto uma linguagem carregada de índices genéricos é eficaz para dizer e agir sobre o confronto com a polícia e desafiar o poder policial. Por meio deste recurso, parece se conseguir isto, visto que é minada uma autoridade e uma hierarquia associadas -pela via da virilidade- com o poder, contribui em reforçar uma autoridade que repousa sobre um valor como a coragem, que parece estar vinculada a laços de sangue e, em particular neste caso relatado, à maternidade como a expressão mais direta desse laço.

### *Encontros eficazes de linguagens diferentes*

Nos diferentes atos de protesto analisados na pesquisa - dos mil só dois tem sido expostos aqui-, eles não deixam de incorporar, não obstante, palavras de ordem do repertório político e militante, o qual permite afirmar que a lógica dos *familiares* não supõe necessariamente sua supressão ou evasão por percebê-las alheias. Entretanto, o que pode ser notado é que essas palavras de ordem são integradas a um campo semântico específico e adquirem sentido pleno na atuação de um enfrentamento que é verbal, mas que também importa fisicalidade. Eles estão frente a frente, gritam na cara, e isto pode resultar em algum sentido paradoxal. Enquanto se canta fazendo alusão a toda uma instituição. “Vai acabar esse *costume de matar! Eu sabia, Eu sabia, que Polo, foi morto pela polícia! Atenção, atenção, não é um policial, é toda a instituição! Basta de “gatillo fácil”, basta de tortura!*” Se interpela cara a cara os funcionários policiais. Uma lógica própria das relações pessoais (a mesma que colore as relações no bairro e que leva a falar de “os direitos humanos” como pessoas), também permeia esses atos de confrontação, onde o que parece dominar é a dimensão das relações entre uns e outros, relações de proximidade nas quais esculpem com um peso significativo as emoções e as corporeidades. *Falar na cara, ver sua cara, esse enfrentamento* se apresenta como uma ação oposta a *matar pelas costas, se esconder como rato, ser um covarde*, onde a afronta implica uma interpelação pessoal. Assim, a entoação das palavras de ordem próprias do



repertório militante é, em certo sentido, re-traduzida e podem conviver com aquelas outras intervenções carregadas de insultos.

*Agora todas as mães estão aqui! Tem muita gente! Eles mataram meu filho, e a toda esta gente que está aqui, mataram os filhos de todos. Todos estes policiais assassinos, [que] não querem olhar para cara da gente, estão com medo! Mas nós não somos assassinos, queremos ver a cara de vocês, não somos assassinos covardes como este cara. [...] [Todos cantam] Policial, policial, como você parece amargurado enquanto você anda por aí matando garotos, tua mulher foi ao hotel! Eles são nossos filhos, não é qualquer coisa que mataram, quando vejo um cachorro que está machucado me dói, eu não gosto, nem com um animal que eu não gosto. E se trata de nossos filhos! Mas estes não tem nem filhos, nem nada, não gostam de ninguém, são assassinos, eles estão pronto para matar! Nós parimos a nossos filhos e estes filhos de puta matam nossos filhos, eh? As pessoas que passaram pelo que estamos passando sabem o que é perder um filho, e não por doença nem nada, mas sim [que] os matam a tiros, ou a golpes, ou a tortura. Se não houver justiça aqui vamos vir todas as vezes que seja necessário! Queremos ver que faça justiça, basta de impunidade já! Queremos ver justiça, que se faça justiça por nossos filhos e por todas, eh! Uma familiar acrescenta, eles só tem filhos porque as mulheres engravidam de outros. A familiar que estava falando, diz então: são tão amargurados que as mulheres têm filhos com os vizinhos! Vocês não sabem o que é ter um filho morto, porque vocês não têm filhos. Os filhos de vocês são os filhos do vizinho! Cornos! Vocês não sabem o que são os filhos, vocês não sabem o que é uma mãe, porque tem uma família com dos pais, o delegado e o subdelegado! Estes filhos da puta esperam que a gente morra para que tudo acabe e aí está o filho da puta, aí dentro está o assassino. Não sei se foi parido pela mãe ou não sei por que virgem! Se tem uma mãe, não tem que ser tão filho da puta. Com certeza que não tem filhos!*

Os familiares, enquanto se apresentam a partir dos laços de parentesco, para assim exercer uma razão última e, à luz de suas argumentações, inobjetable, proferem insultos que pretendem humilhar e insultar e para fazê-lo recorrem à mesma série de valorações através das quais se legitima sua denúncia e seu direito a denunciar, porém com sinal invertido. Ou seja, os familiares, e especialmente aquelas que são mães, aludem o que sinalizam como o mais sagrado que possuem (a vida de seus filhos), e insultam os policiais por estarem por fora desses valores. Assim, falam para eles “não

sabem o que é ser pai ou mãe, não têm filhos, nem honra ou vergonha, estão preparados para matar. São apresentados assim, como desumanos, seres com qualidades contranaturais -*não sei se foi parido pela mãe o não sei porque virgem* - anômalos -*têm uma família com dois pais, o delegado e o subdelegado!* Além da óbvia alusão, nesta imagem, à “família policial”, chama a atenção tanto a marca genérica para aludir ao poder policial (o poder como eminentemente masculino), quanto o fato de que acrescenta, aos insultos que atacam a hombridade, –pela via da desonra - mais um significado. Se trata de alguma maneira de não-homens, de seres vinculados a tabus, de natureza altamente ambígua. E, nesse sentido, esta imagem consegue mostrar com potência a distância simbólica construída entre esses outros aos que estão confrontados com um “eu” que fala<sup>23</sup>.

*Como com os nazis, com vocês também vai acontecer,*

*Aonde forem, iremos buscar,*

*olê, olê, olê, olá*

*Para os garotos justiça já!*

*Para os tiras nunca mais a impunidade!*

*E dê alegria, alegria ao meu coração, o sangue dos tombados em rebelião, você vai ver já!*

*As balas que você atirou vão voltar! E sim senhor! Vamos encher o paredão de tiras*

Como entender a incorporação destas palavras de ordem próprios do repertório militante no marco deste protesto? A partir da minha perspectiva, estes cânticos informam um ponto de encontro de intersecção entre a lógica dos *familiares* e a lógica militante. A afirmação de uma verdade (*eu sabia*), o aviso ameaçador e temerário de perseguição do matador (*aonde quer que eles vão, iremos buscar*) e a ameaça direta (*as balas que você atirou vão voltar, vamos encher de tiras o paredão*) que alude no repertório militante às mortes políticas (*mortos em rebelião*, compreendendo um ponto

---

<sup>23</sup> É neste sentido que Leach trabalha sobre a linguagem e o tabu, indicando precisamente que “o tabu serve para separar o “eu” do mundo e, depois, para dividir o próprio mundo em zonas de distanciamento social [...]” (1983: 192).

de encontro entre ambas.

Como foi apontado no início deste trabalho, estas mortes não poderiam ser definidas, no sentido estrito, como mortes políticas, mas pelo contrário, são politizadas *post factum*, pode-se observar de que maneira específica se produz essa politização e os diversos significados que tem segundo os atores envolvidos. Como é que estas palavras de ordem se tornam significativos para os *familiares*? São significativos da mesma forma que para o resto dos militantes e ativistas? As perguntas assim colocadas tentam sinalizar que estas palavras de ordem parecem eficazes e significativas para os *familiares* por razões diferentes das que são para os militantes. Ou seja, parecem ser palavras de ordem que se tornam eficazes, não por causa daquela pretensão ideológica e pedagógica da organização -expressa naquele pedido de um membro da organização que exigiu *palavras de ordem de Correpi, por favor!* - que afirma educar no sentido de “doutrinar” os familiares, mas porque *trata-se* de palavras de ordem que se encaixam nesta lógica de vingança ritual que organiza as intervenções dos *familiares*. E isto assim porque, de certa forma, elas se entrelaçam à lógica das *pessoas de carne e osso* que pretendem enfrentar cara a cara o matador, insultá-lo e maldizê-lo pela via dos *rituais de humilhação*.

Assim, parece haver um ponto de encontro ou articulação entre a lógica política militante e as intervenções dos *familiares*, expressa no registro das emoções e dos sentimentos. Quem se apoia em quem? É a lógica militante que legitima os *familiares*? Há, talvez, uma tentativa da organização de enquadrar o seu protesto contra estas mortes numa lógica de intervenção que tem legitimado politicamente as palavras de ordem, a fim de politizar o protesto, como uma tentativa de construção de inteligibilidade para o cenário político mais amplo? De acordo com as afirmações dos advogados e militantes - não *familiares*- da organização isto poderia ser visto assim. Um ativista da organização explicava as estratégias que, em diferentes momentos, foram desenvolvidas para *integrar o familiar direto na discussão mais política*. Do ponto de vista deles, isso apresentava uma série de problemas, porque por um lado não era possível *a militância e o familiar sentar numa mesma mesa, porque não compartilham a mesma linguagem, porque são pessoas* [os familiares] *que não têm experiência militante*, porém, por outro lado, se considerava a importância de que os *familiares* fizessem parte da organização. Assim, considerou-se necessário e importante que os *familiares* tivessem na organização um espaço próprio, *mais fechado*, que respondesse à *necessidade do*

*familiar de trabalhar com iguais, visto que era unicamente frente a outro familiar que poderia chegar a se abrir, mas, ao mesmo tempo que também tivessem contato com a militância, porque de outra maneira seria apenas um organismo de autoajuda... uma coisa de terapia. Sua explicação buscou mostrar como a organização -de diferentes maneiras- tentou enquadrar os familiares. Do seu ponto de vista, é a organização que consegue -ou tenta conseguir- politizar não só o protesto por estas mortes, mas também os familiares. Os familiares, a partir desse ponto de vista, com sua falta de experiência militante e seu descontrole emocional -considerado um excesso e confrontado com a razão- devem ser enquadrados. Porém, ao mesmo tempo, ainda que se mantenha essa falta de politização nas intervenções, se reconhece nelas uma identidade própria, um status diferenciado, os familiares não são a militância, porém, milita-se com os familiares. A forma de trabalhar que finalmente encontraram forjou-se sobre este reconhecimento. E isto -independentemente de intenções deliberadas- colaborou com a consolidação da identidade dos familiares como um grupo próximo, porém separado da militância, como um tipo particular de ativista.*

A partir da lógica dos familiares, pelo contrário, estas palavras de ordem parecem reforçar sua legitimidade para um protesto que se traduz em seus próprios termos de confrontação e contestação, onde o político, o desafio e a alteridade ao poder parecem se expressar em outra linguagem, não porque seja “ideologizado”, menos eficaz no momento de sustentar a confrontação. O vínculo, a articulação com a militância a que eles genericamente se referem como direitos humanos, aparece a partir da sua perspectiva como um plus de poder e proteção que os assiste em seu protesto. Eles estão com os direitos humanos, são as pessoas com as quais se movem, que reconhecem com saber, poder e capacidade de influência, e cuja associação os fortalece, lhes dá ferramentas e também os ajuda a ir em frente. Agora, com estes aliados, a partir de sua perspectiva, eles têm mais poder e instrumentos para sustentar sua denúncia e seu protesto. O que parece evidente na lógica militante é, então, certa dificuldade em considerar como políticas aquelas intervenções que não apresentam um discurso político explícito, não conseguindo, assim, compreender que a economia política insista nestas formas de intervenção próprias dos familiares que apresentam um caráter confrontador e de denúncia ativa sob uma linguagem popular e altamente precisa, e com efeitos não só durante o protesto, mas também no fortalecimento do grupo de familiares e na concomitante construção de legitimidade que isto importa.

Quase ao final do protesto, nos portões dos tribunais, uma das *familiares* fala em voz alta:

*Enquanto sairmos às ruas, mesmo que seja uma só vez, enquanto sairmos à rua para lutar, nossos filhos vão estar vivos, e isso é o pior, porque eles vão ter que ver os olhos e vão ter que ver o sorriso de nossos filhos, isso é o pior para eles. E outra, acrescenta: outra coisa que queria dizer, é que a senhora de Garrido [o policial acusado] disse numa quitanda, aí onde vive, que nós somos um bando de mulheres loucas. Um bando de loucas porque viemos reclamar? Mataram nossos filhos! Ela não sabe, porque ela não sabe o que é parir um filho! Nos chama de loucas, porque viemos pedir justiça? Loucas porque não podemos fazer outra coisa senão pedir justiça? Nós não somos assassinos como os policiais!*

Estas formas de intervenção atuam, pela via das emoções, uma forma particular de politizar um protesto, se considerarmos que politizar significa identificar relações de poder e questioná-las. Compreender estas formas de intervenção *também* como parte de um protesto político, permite analisar os modos particulares com os quais os setores populares enfrentam e traduzem suas experiências a respeito da violência policial. Seguindo Geertz, poderia se ressaltar que a estrutura de ação importa (como tal) uma estrutura de pensamento, de modo que sua descrição implica também descrever uma “constelação de ideias” (2000: 231), visto que as ideias são “significados veiculados”, que sendo símbolos, descrevem, denotam, representam, exemplificam, rotulam, indicam, evocam, retratam, enfim, definem “o que de uma maneira ou de outra significa (2000: 232). Definir estas intervenções como ritos implica considerá-las como um comportamento que alude a dimensões verbais e não verbais, um complexo de palavras e ações (Leach, 1966; Peirano, 2002) que revela uma *forma de viver*, de experimentar e atuar conflitos e dramas sociais (Turner. 1957, 1974). Neste sentido, estas formas ritualizadas de protesto permitem expressar a *eficácia* da *crença* que intervém de maneira a possibilitar que se atue em uma série de ideias, que se constituem ao mesmo tempo , num *lugar* privilegiado, para analisar como os grupos pensam sobre determinados fatos e situações<sup>24</sup>. As valorações morais que são expostas, os significados

---

<sup>24</sup> Nesta linha, Díaz Cruz (1998) e Sidorova (2000) assinalam que os rituais constituem ações pensadas e pensamentos praticados, Sidorova vai um pouco além ao considerar que "a ação ritual, altamente simbolizada e significativa, é convertida em foco de interesse da pesquisa antropológica, enquanto que o estudo dos dizeres rituais tem sido considerado como complementar aos fazeres" (2000:94). Atendendo especialmente aos argumentos desta autora a respeito da importância do dito, do cantado, como constitutivo da ação ritual, é que me debrucei sobre as análises do conteúdo dos insultos e palavras de ordem

que são colocados em circulação no protesto, informam em grande medida sobre uma comunidade moral e emotiva constituída pelos *familiares*, como também as suas formas criativas de construir uma linguagem para o protesto.

## Conclusões

Guillermo O'Donnell traça um diálogo com Roberto DaMatta, o antropólogo brasileiro, a propósito do artigo deste último “*Você sabe com que está falando?*”. Colocando como eixo a comparação, O'Donnell afirma que essa pergunta na Argentina costuma ser formulada, assim como no Brasil, para invocar uma suposta hierarquia que indique com quem se está falando, sua despolitização, seu estar “*fora de lugar*”. Não obstante, a resposta costuma ser, pelo menos em Buenos Aires, afirma O'Donnell “*E o que me importa?*” Ou em outras ocasiões, inclusive, “*o que essa merda me interessa?*”. Esse ritual indica o cientista político argentino, embora não omita o conhecimento de hierarquias -porque “não nega nem anula a hierarquia: a ratifica, embora da forma mais irritante possível para o ‘superior’, mandando-o à merda” (166)- implica também uma forma relativamente agressiva de recolocar o orador num plano de igualdade. Em minha opinião, o interessante da questão é a forma como, observa O'Donnell, a pessoa que responde “se arrisca” porque “ninguém me atropela”. Nesses casos, ressalta este autor, a “hierarquia ficou violentamente marcada e, por ambos, reforçada -porém, também ficou, no mesmo ato, questionada na sua vigência (...) ridicularizada e suja” (166). Estas respostas aludem a certo imaginário igualitário, que pretende colocar o outro na mesma hierarquia -igualando- algumas vezes, inclusive, de maneira imprudente. Imagino as ações dos familiares a partir destas coordenadas.

Tal como observei através das intervenções e protestos analisados, estes contêm uma grande dose de insultos empregados com o objetivo de humilhar e -se cabe a expressão- desonrar. De certa forma, estes rituais de humilhação parecem estar operando na chave indicada por O'Donnell. A hierarquia é questionada. E, simultaneamente a isto, assim como na “cerimônia de tratamento” descrita por este

autor, evidencia-se uma modalidade de tramitar os conflitos e enfrentar a autoridade. Assim, o apelo a um universo igualitário -a um mundo de direitos que ali como horizonte anima e sustenta simbolicamente essa falta de medo- permite atuar a impugnação (não a dissolução) da autoridade. Objeta-se a hierarquia do outro e se ridiculariza. E, de certa forma, é impugnando essa hierarquia que os familiares -pela via do contraste- conseguem fortalecer a própria, numa confrontação irresolúvel e que, portanto, pode ser infinita.

Se as mortes por violência policial são um aviso da face descoberta do poder do estado, sendo o poder policial -e sua violência uma das manifestações mais explícitas do poder soberano e sua capacidade de dar vida e morte (Agamben, 1998; Foucault, 1992 e 1998); e se a violência policial dá conta de uma ordem social onde é possível alertar sobre a existência de *seres matáveis*, neste ponto, Argentina e Brasil se aproximam. Mais uma razão para tentar iniciar pesquisas etnográficas de natureza comparativa com o objetivo de descrever, analisar e tentar compreender as diversas formas em que os distintos coletivos -e particularmente aqueles dos setores populares- aqui e ali, criam e/ou encontram e atuam sobre linguagens e práticas -uma gramática social- capazes de denunciá-la.

A pesquisa na qual se baseia este artigo não foi concebida como uma pesquisa comparativa entre a Argentina e o Brasil. Não obstante, as observações de O'Donnell nos levam a desejar iniciar esse caminho sempre que for possível vislumbrar, por detrás destas práticas, uma matriz social que as torna possíveis e nas quais adquirem sentido e legitimidade. O que nos resta, então, é indagar, tanto essas matrizes que operam de modo imaginário, quanto as experiências que as sustenta ou as discutem. Penso no conhecido provérbio “no Brasil, todos são iguais.. porém algumas pessoas são sempre mais iguais que outras” (Kant de Lima, 1994), que parece remeter a uma aceitação de uma desigualdade social “mitológica das pessoas” (Piault, 2004:43), e que se conjuga adequadamente com aquela percepção que predomina no imaginário brasileiro e que se representa como uma nação sem conflitos, cordial (Da Silva Catela e Reyes Novaes, 2004) e, também, pouco propensa ao protesto. No entanto, uma importante quantidade de trabalhos<sup>25</sup> confronta essa imagem cristalizada e mostra, não só uma sociedade

---

<sup>25</sup> Uma ilustrativa e esclarecedora tematização da questão é abordada pelos textos compilados

altamente mobilizada e com uma alta presença de organizações, -muitas das quais compostas por familiares de vítimas da violência policial-, como também notáveis diferenças e desacordos a respeito da violência policial e das formas de construir o protesto. De fato, a experiência de “*Basta! Eu Quero paz*” e o *Mural da dor* -ícone dessa campanha impulsionada pela ONG Viva Rio e acompanhada por mais de 50 organizações do país- no Rio de Janeiro, no mês de julho do ano 2000, realizou-se não sem conflitos e dissidências (Leite. 2004), evidenciado que, em certa medida, a proposta de paz civil não conseguiu resolver a cesura que, também ali, separa aos setores populares da polícia<sup>26</sup>.

Tal como argumenta Michel Misse, “mais que a força da lei, uma significativa parcela de jovens da periferia do Rio de Janeiro teme e odeia a polícia. Esses jovens representam-na não como força legal, mas como um ‘outro generalizado’ constituído por indivíduos que se sentem investidos pela lei da força, uma força ilegal paradoxalmente revestida de força de lei....toda a corporação policial parece ter sido alcançada pela desconfiança e, seguindo a mesma lógica da produção da sujeição criminal, tornou-se ‘estrangeira’”: os policiais se converteram nos ‘alemães’, os inimigos

---

de Birman e Pereira Leite (2004), especialmente o texto de Leite neste volume. Também cabe citar Leite (1997) sobre os casos de Acari, Candelária e Vigário Geral, os textos de Nobre (1994), Alvim e Paim (2004), Soares (1996) e Ferraz (2004).

<sup>26</sup> No trabalho de Leite (2004) analisam-se as diferentes percepções, tematizações e atuações sobre a violência no Rio de Janeiro. A autora se centra especialmente no papel das “mães da violência”, analisando não apenas o processo pelo qual estas mães se tornaram ativistas -processo muito semelhante, tanto no proceder individual e coletivo, quanto nas práticas dos familiares cuja experiência tenho trabalhado-, mas também apresentando as distintas interpretações e reações que produziu a mencionada “ação propositiva” que, segundo a autora, promoveu certo “escurecimento dos conflitos sociais e uma hipótese de reconciliação da cidade (e da sociedade brasileira) para a construção da paz” (2001:154). A campanha “Basta! Eu quero paz” foi acompanhada de um mural que se denominou Mural da Dor. Tratava-se de um mural de grandes proporções que se instalou no Largo da Carioca, permanecendo ali durante dois dias, e onde familiares de vítimas de violência colocavam fotos, mensagens, palavras de ordem, desenhos, que denunciavam histórias de violência e morte. O lugar se tornou durante esses dias, relatam Da Silva Catela e Reyes Novaes, “num amplo espaço para um ritual de lembranças e de dor. Mais que para chorar aos mortos, esse era um espaço para colocar em evidência morte de jovens, injustas e inexplicáveis. Casos de violência de diferentes tipos: gatilho fácil, violência familiar, roubos, enfrentamentos de grupos de funk, tráfico de drogas, balas perdidas, sequestros” (2001: 122). De acordo com a análise de Leite, em grande medida o conflito resultou da decisão do Viva Rio -movida por este “anseio de tolerância e paz”- de integrar ao Mural da Dor “na condição de vítimas, os policiais, convocando a todos ao perdão e à reconciliação” (171-172). Isto provocou a visibilização da dissidência, o desacordo e também a resistência em aceitar uma proposta de reconciliação por parte das mães de vítimas da violência policial, e isto não deriva -adverte a autora- de um desejo de vingança fundado na “lei do talião” que exige “olho por olho, dente por dente”, mas sim na impossibilidade da mãe de abandonar sua resistência, rebeldia e raiva. É a carência de alternativas, afirma referindo-se a Barrington Moore Jr., o que alimenta o componente moral da cólera e a revolta popular que surge da violência sofrida.



mortais, representados como cruéis, arbitrários, desleais, corruptos, servís com relação aos “ricos”, enfim, como covardes” (2005:130-131). Estas afirmações, que parecem revelar proximidades mais que diferenças com a experiência e o imaginário dos setores populares dos habitantes dos bairros pobres de Argentina e, particularmente de Buenos Aires, possibilitam iniciar trabalhos etnográficos que permitam indagar sobre o tema .

### **Bibliografia Referida**

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer I. El poder soberano y la nuda vida*. Valencia: Pretextos.1988

ALENCAR CHAVES, Christine. A Marcha Nacional dos Sem-terra: «tudo de um ritual político. In: PERAINO, Mariza (org.), *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.2002

ALVIM, Rosilene; PAIM, Eugênia. 2004. Muitos nomes, muitas vidas. Em busca da memória de Sandro Do Nascimento. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia (orgs.). *Um Mural para a Dor Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Rio de Janeiro, UFRGS. 2004

BARREIRA, Irllys. Política, memória e espaço público, a via dos sentimentos. En: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, p.97-117, jun.2001

111

—A expressão dos sentimentos na política. En: Costa Teixeira, Carla y Alencar Chaves, Christine (orgs.), *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.2004

— A política de perto: recortes etnográficos de campanhas eleitorais. *Novos estudos*. - CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 177-194, Mar. 2006

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia(Orgs).Um Mural para a Dor. Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Rio de Janeiro: UFRGS.2004

CORREA, Mariza. *Morte em Família*. Representações Jurídicas de Papéis Sexuais Rio de Janeiro: Edições Graal Itda. 1983

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar editores.1979

— Morte. A morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro In: *A Casa & a Rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco.1997

DA SILVA CATELA, Ludmila; REYES, Regina. Rituais para a dor. Política, religião e violência no Rio de Janeiro. In: *Um Mural para a Dor*. Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Birman, Patricia:Leite, Márcia. Rio de Janeiro:UFRGS.2004

DAICH, Deborah. PITA, Maria Victoria. SIRIMARCO, Marina. *Configuración de territorios de violencia y control policial: corporalidades, emociones y relaciones sociales*. Revista Cuadernos de Antropología Social, le Filosofía y Letras: Universidad de Buenos Aires: 2007

DAS. Veena. *Critical Events*. An Anthropological perspectiva on contemporary India. Delhi y Oxford: Oxford University Press.1995

DE CERTEAU, Michel. *La invención de lo cotidiano*. Artes de hacer. México:Universidad Iberoamericana - Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente.2000

DÍAZ CRUZ, Rodrigo. *Archipiélago de rituales*. Teorías antropológicas del ritual. Barcelona: Anthropos/UAM.1998

ESCOLAR, Diego. La soberanía en el campo. Poder, etnografía y secreto en los Andes sanjuaninos En: *Historia, poder y discursos*. Wiide, Guillermo y Schamber, Pablo (comps.). Buenos Aires, p. 49-76.2005

FERRAZ, Joana D'Arc Fernades. *A chacina de Vigário geral: a evidencia como princípio*. Tesis Doctoral - PPCIS. Universidade do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004

FLYNN, Charles. *Insult and society: patterns of comparative interaction*. Port Washington / New York, Kennikat Press,1977

FONSECA.,Claudia. *Família, fofoca e honra Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federa! do Rio Grande do Sul.2000

FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar*. Buenos Aires: Siglo XXI. 1975.

\_\_\_\_\_.—. *Omnes et singulatim: hacia una crítica de la razón política'* En: La vida de los hombres infames. Madrid, Ediciones La Piqueta, 1992.

\_\_\_\_\_ *Del poder de soberanía al poder sobre la vida*. Undécima lección. 17 de marzo de 1976 En: *Genealogía del racismo* Buenos Aires: Ahamira Nordan Comunidad, 1998.

GEERTZ, Clifford. 2000. *Negara. El Estado-teatro en el Bah del sigh XLX Bueno»* Aires, Paidós.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O insulto racial: as ofensas verbais» registradas em queixas de discriminação'. In: *Estudos Afro-asiáticos*, n 38, Rio de Janeiro, Dez.2000.

LEACH, Edmund. Ritualization in man' *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*. Serie B. v. 251. n.772.1966

\_\_\_\_\_.Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: DA MATTA, Roberto (org). *Edmund Leach*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo, Ática,1983.

LEAVITT, John. Meaning and feeling in the Anthropology of emotions In: *American Ethnologist*, v. 23. n. 3. p. 514-539.1996. LEITE, Márcia Pereira. As Mães em movimento. In: *Um Mural para a Dor*. Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Birman, Patricia:Leite, Márcia. Rio de Janeiro: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_.Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: tomas e imagens do Reage Rio In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, v.3 n. 4. 1997

MIDDLETON, Dewight. Emocional style: the cultural ordering of emotions. In: *Ethos*, v. 17. n.2.1989

MISSE, Michel. Sobre la construcción social del delito en Brasil. In: Tiscornía, Sofia y Pita, María Victoria (eds). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Estudios de antropología jurídica. Buenos Aires: Antropofagia/Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Buenos Aires: 2005.

MOREIRA, María Verónica. Una mujer en campo masculino y la identificación de género en el proceso de producción del conocimiento antropológico Ponencia presentada en el Seminario Internacional Fazendo Género 7 Relações de género, feminismo e subjetividades - ST 33. Mes de Agosto, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

NASH, Mary. *Hojas*. Las mujeres republicanas en la Guerra Civil. Madrid: Tauros, 1999.

NOBRE, Carlos. *Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

O'DONNELL, Guillermo. ¿Y a mí, que mierda me importa? Notas sobre sociabilidad y política en la Argentina y Brasil. In: *Contrapuntos*. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización. Buenos Aires: Paidós, 1997.

PEIRANO, Mariza. A análise antropológica de rituais. En Mariza Peirano (org.), *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PLAULT, Marc-Henri. Da violência, ou como se livrar dela. A propósito do sequestro de um ônibus no Rio de Janeiro. In: *Um Mural para a Dor*. Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Birman, Patricia; Leite, Márcia. Rio de Janeiro: UFRGS, 2004.

PITA, María Victoria. La construcción de la maternidad como lugar político en las demandas de justicia. *Arenal*. Revista de Historia de las Mujeres. v.8 n 1, Ene/Jun. Universidad de Granada, España, 2001.

\_\_\_\_\_. Violencia Policial y Demandas de Justicia: acerca de las formas de intervención de los familiares de víctimas en el espacio público In: TISCORNIA, Sofía (comp.); Burocracias y violencia. Ensayos sobre Antropología Jurídica. Buenos Aires: Antropofagia/Facultad de Filosofía y Letras-UBA, 2004.

\_\_\_\_\_. *Formas de vivir y formas de morir: los familiares de víctimas de la violencia policial*'. Tesis Doctoral, Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires, mimeo, 2007.

PITT- RIVERS, Julián. *Antropología del honor o política de los sexos*. Ensayos de antropología mediterránea. Barcelona: Editorial Crítica, Grupo Editorial Grijalbo, 1979.

\_\_\_\_\_. Introducción y Epílogo: el lugar de la gracia en la Antropología. En: PITT-RIVERS; PERISTIANY (eds.), *Honor y gracia*. Madrid: Alianza editorial, 1993.

SALESSI, Jorge. Identificaciones científicas y resistencias políticas. In: LUDMER, Josefina: *Las culturas de fin de siglo en América Latina*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Una cartografía simbólica de las representaciones sociales: prolegómenos a una concepción posmoderna del derecho. In: *Estado, derecho y luchas sociales*. Bogotá: ILSA, 1991.

SEGATO, Rita. Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado: la escritura en el cuerpo de mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. In: *Serie Antropología*. Brasilia, 2004.

SIDOROVA, Ksenia. Lenguaje ritual. Los usos de la comunicación verbal en los contextos rituales y ceremoniales En: *Alteridades*, v10, n.20 p 93-103, 2000.

SIRIMARCO, Mariana. *Corporalidades. Producción (y replicación) del cuerpo legítimo en el proceso de construcción del sujeto policial*. Tesis Doctoral defendida en la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, mimeo, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. A tríplice ferida simbólica e a desordem como espetáculo. In: Soares, Luiz Eduardo et.al (Orgs). *Violencia e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume-Dumará, 1996.

TAMBIAH, Stanley. *Culture, Thought, and Social Action An Anthropolical Perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

TISCORNIA, Sofía. *Antropología de la violencia policial*. El caso Walter Bulacio. Tesis Doctoral, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, mimeo.2006

\_\_\_\_\_. Policía y Justicia en Buenos Aires en el debate de los derechos humanos Conferencia dictada en la XXI Reunión de la Asociación Brasileira de Antropología en el panel procesos de globalización de justicia, seguridad y ciudadanía la Perspectiva comparada (Brasil. Portugal. Argentina y Angola), 1998.

TONKIN, Elizabeth. *Narrating Our Pasts. The Social Constructs of Oral History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TURNER, Victor. *Schism and Continuity in an African Society*. Manchester: Manchester University Press, 1957.

\_\_\_\_\_. *Dramas, Fields and Methaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

WALSH, Rodolfo. El violento oficio de escribir Obra periodística 1953 1977 (Edición a cargo de Daniel Link). Buenos Aires: Planeta.1995

#### Informes

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). 2006. *Derechos Humanos en Argentina / informe 2005*. Buenos Aires, Siglo XXI/CELS.

—*Informe sobre la Situación de los Derechos Humanos en Argentina 2004*. Buenos Aires: Siglo XXI/CELS.2005

-*Informe sobre la Situación de los Derechos Humanos en Argentina 2002*. Buenos Aires: Siglo XXI/CELS.2003

-*Informe sobre la Situación de los Derechos Humanos en Argentina 2001*. Buenos Aires: Siglo XXI/CELS. 2002

-*Informe sobre la Situación de los Derechos Humanos en Argentina 2000*. Buenos Aires: Eudeba/CELS.2001

—*Informe sobre la situación de los Derechos Humanos en Argentina 1999*. Buenos Aires: Eudeba/CELS. 1998.

-*Informe anual sobre la situación de los Derechos Humanos en la Argentina 1996*. Buenos Aires, Eudeba/CELS. 1997

- *Informe sobre la situación de los Derechos Humanos en la Argentina. Año 1994*. Buenos Aires, Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) y Facultad < Filosofía y

Letras-UBA, Serie Extensión Universitaria, n 5.1995

- *Informe sobre Violencia Policial y Urbana Año 1993*. CELS/UBA- Buenos Aires, Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) y Facultad de Filosofía y Letras-UBA, Serie Extensión Universitaria, n 2.1991

CELS/HUMAN RIGHTS WATCH AMERICAS. *La inseguridad policial: Violencia de las fuerzas de seguridad en la Argentina*. Buenos Aires, EUDEBA/CELS. 199



**Entrevista: Pedro Heitor Barros Geraldo, professor do Departamento de Segurança Pública da UFF, e primeiro coordenador do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social.**

**Campo Minado:** Inicialmente, pedimos para que você narre a sua trajetória acadêmica até assumir a coordenação do Tecnólogo.

Eu agradeço a iniciativa de vocês. Acho importante guardar uma memória sobre o trabalho de gestão da Universidade e também valorizar essa construção institucional na qual estamos trabalhando há alguns anos. Eu sou formado em direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, formei em 2003 e iniciei o mestrado em Sociologia e Direito em 2004. Pude estudar na UFF nesse

período, tendo contato com o NUFEP<sup>1</sup>, que inicialmente se deu pelo contato com uma disciplina do professor Roberto Kant de Lima. Também fiz parte do NUPIJ - Núcleo de Pesquisas em Prática Jurídica, que coordenado pelo professor Ronaldo Lobão na Faculdade de Direito da UFF. Estávamos no início ainda e o professor Roberto Fragale era coordenador do núcleo. Esse foi o primeiro núcleo de pesquisa da faculdade de Direito. Essa socialização com o PPGSD me permitiu aprender o Direito a partir de um outro ponto de vista. Eu não conhecia muito a sociologia, conhecia alguma coisa de política, mas sociologia e antropologia muito pouco e, graças a esse programa e a ideia de interdisciplinaridade, a coordenação do programa, inclusive, ficava no ICHF (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia), pude passar a refletir o direito de outra maneira e passei a me interessar por outros temas. No NUPIJ, o Prof. Fragale era coordenador de um projeto Capes Cofecub e, o seu orientador em Montpellier, Michel Miaille, que foi professor e um dos fundadores do departamento de ciência política da faculdade de direito da Universidade de Montpellier. Ele trabalhou o Direito a partir de um ponto de vista crítico. Esse trabalho marcou um conjunto de pesquisadores aqui no Brasil. Graças ao CAPES-Cofecup, eu tive acesso a essa discussão sobre identidade e, pelo PPGSD, tive acesso a disciplinas externas, onde em uma estudei com o professor Kant na UFF e em outra com a professora Fátima Tavares na UFJF, chamada Epistemologia da Sociologia, em um programa de Ciência da Religião.

Uma das questões que Miaille trabalhou a vida inteira, foi sobre a laicidade, um problema ainda para os franceses. Aqui no Brasil parece algo evidente para os juristas, o que fez me interessar por essas questões. No mestrado tive acesso a esse conjunto de discussões e fiz minha dissertação em 2004 sobre as estratégias na campanha política para a prefeitura do Crivella, onde as identidades de senador e bispo se misturavam e se confundiam segundo uma estratégia. Isso me permitiu sair um pouco do campo do Direito e ter acesso a uma discussão voltada para a Sociologia Política. No mestrado foi uma socialização acadêmica muito intensa, foi quando aprendi a participar de um congresso e aprender como fazer isso. Na Faculdade de Direito da UFJF quando me

---

<sup>1</sup> Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa, fundado em 1994 pelo antropólogo Luís de Castro Faria. Posteriormente coordenado pelo professor Roberto Kant de Lima, o NUFEP foi a base da rede institucional e internacional de pesquisa que deu origem ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Atualmente o NUFEP é coordenado pelo professor Fabio Reis Mota, do Departamento de Antropologia da UFF.



formei tinha apenas um professor doutor. Em 2003 consegui uma bolsa de um programa que financiava monografias, tinham 20 bolsas pra Universidade inteira e eu fui um dos bolsistas. Isso mostra que inicialmente esses espaços serviram de interseção para que eu pudesse deslumbrar outro tipo de olhar sobre o direito que não fosse exclusivamente o destino reservado a maior parte de meus colegas, que era ser operador do Direito. No mestrado, pois participei de um colóquio em Montpellier no quadro do CAPES COFEPUB, Eu ainda não sabia falar francês, inclusive até hoje não sei o que eu falei ou o que eles entenderam, mas isso me permitiu ter acesso ao grupo de pesquisa do professor Miaille que se tornou meu orientador depois. Também pude conhecer um amigo e colega de profissão, Fernando Fontainha, que hoje é diretor do IESP-UERJ. Nós temos uma formação em comum. Ele também se candidatou à bolsa de doutorado da CAPES, onde tinham quatro bolsas de ciência política e quatro para direito. Assim, fomos pra Montpellier onde ficamos um pouco mais de quatro anos.

Minha socialização na França foi muito intensa. O início foi um pouco difícil, pois uma das questões muito importante na chegada de um pesquisador estrangeiro é a socialização nos laboratórios de pesquisa, onde aprendemos como tudo funciona. Você não sabe nada, nem onde compra uma agulha, não sabe como se orientar na cidade, portanto o acolhimento é importante. Na França, tem muitos acolhimentos institucionais, onde tem orientação pra todos os procedimentos administrativos como o visto, inscrição na faculdade; e a CAPES é uma instituição muito zelosa com os bolsistas e foi bastante comigo. Uma excelente agência de financiamento, eu diria. Financiava as bolsas, a inscrição de matrícula na Universidade e um auxílio de saúde.

Eu estou contando isso tudo, pois isso que me despertou a sensibilidade sobre o que é a Universidade e o que são essas políticas, pois entendo que eu sou resultado dessas políticas educacionais durante todo meu tempo acadêmico. Eu fico pensando sobre o acesso a Universidade hoje, pois entrei na faculdade de direito em 1998 em uma faculdade particular em Juiz de Fora. E haviam duas faculdades de direito, a Federal e a particular, quem não passava na Federal, entrava na particular, que tinha a maior parte dos alunos de Direito da cidade. Só que a Faculdade Federal de Juiz de Fora só recebia 80 alunos por entrada. No

ano que fiz o vestibular, a reitora, que hoje é a deputada federal Margarida Salomão, teve uma discussão com a Faculdade de Direito e fez aumentar a entrada do vestibular, aumentando de 80 pra 100. Isso significa mais 10 carteiras na sala de aula. Essas políticas educacionais de ciência e tecnologia me atenderam durante toda minha formação.

Voltando pro doutorado, lembro que o primeiro ano foi muito difícil, foi um ano de socialização dentro do laboratório. Aprendemos dando cabeçada porque nossos colegas não se reuniam cotidianamente num lugar de trabalho. Aprendi muito nessa minha socialização com a pesquisa notando a importância de ter um lugar de trabalho, um espaço pra fazer as discussões coletivas.

Cheguei na França com o projeto de estudar laicidade, pois na época estava rolando a discussão sobre a lei sobre o véu na França, mas acabei mudando pois comecei a me perguntar se estava me afastando muito do direito e como poderia pensar sobre o direito aqui na França. O que estava em discussão era justiça de proximidade. Fui fazendo pesquisas e estudando ciência política francesa, a maneira como eles estudam políticas públicas era tudo muito quadrado, como dizem os franceses. Estava no departamento de ciência política e indo aos tribunais pra fazer entrevista e eu acabava assistindo as audiências. Assim, fui me dando conta que o ritual de audiência da justiça francesa não tinha nada a ver com a brasileira. E durante minha graduação em direito, trabalhei três anos na vara da infância e juventude em Juiz de Fora, no gabinete de uma juíza. E já tinha trabalhado numa secretaria, por isso, sabia como funcionava o fórum e as práticas jurídicas. O que acabou se tornando minha tese, descobrindo como era a justiça francesa, aprendendo como são os procedimentos, o que significa a lei pros franceses e defendi minha tese em 2011. Voltei pro Brasil neste ano e entrei em contato com o professor Ronaldo Lobão, por intermédio do professor Fragale.

Você defende a tese na França e tem um mês pra voltar e, quando você volta, seu diploma não vale nada. Não dá pra fazer concurso público. Você precisa pedir para um programa de pós-graduação na área reconhecê-lo. Aliás, o nome era “revalidação”. Daí, conheci o Lobão no NUPIJ e, numa segunda reunião, conheci Lenin Pires e Roberto Kant de Lima. Mas, essa reunião foi em um botequim da Rua Presidente Pedreira, conhecido na Faculdade de Direito. Eu fui contratado ali. Depois graças ao

Lobão e ao INCT, eu tive uma bolsa de pós-doutorado do CNPQ, logo depois a CAPES lançou um projeto do PNPd, que é o Programa Nacional de Pós-doutorado, e escrevi o projeto junto com o Prof. Fábio Reis Mota e outros professores. Ganhamos o projeto e acabamos beneficiando diversos bolsistas que hoje também se tornaram professores. Isso mostra a importância desse financiamento público para as carreiras dos pesquisadores. Então, eu cheguei na UFF em 2011, não mais como aluno.

Em 2012, eu entrei em outro processo que já estava em discussão na UFF, que era a criação do curso de bacharelado em Segurança Pública. Eu aprendi sobre essa discussão e aprendi como estava organizado o campo da segurança pública no Brasil, pois estes assuntos não eram comuns nas Faculdades de Direito. Na minha formação em direito, não tocavam nesse assunto para socializar os operadores do direito sobre essas questões. Essas discussões não tem um lugar pra existir dentro da Faculdade de Direito.

O tempo que fiquei fora foi muito importante aqui no Brasil. Às vezes comentam algo que ocorreu neste período e eu não consigo achar na minha memória quando isso aconteceu, então, quando isso acontece já sei que foi no período que estava na França. Eu não mantinha um contato frequente com colegas pesquisadores no Brasil. Depois de um tempo fora, você passa a viver e aprender as coisas daquele lugar e fica alheio ao resto.

Essa socialização acadêmica me permitiu rodar a Europa. Eles são muito autocentrados, mas eu consegui participar com financiamento do laboratório de pesquisa de alguns eventos na Europa. E com isso percebi que eram poucos doutorandos que faziam isso. O campo da ciência e da hierarquia são realmente uma outra constituição.

Voltando pro Brasil, em 2012, o Departamento de Segurança Pública foi criado e teve o primeiro concurso de seleção para vaga temporária. Passei no concurso e no departamento tínhamos o Kant, Lobão, Lenin e eu. Depois teve concurso para efetivo, onde entramos eu, professora Vivian Paes e o professor Vladimir Luz; depois vieram as seleções de substituto, que entraram os professores Marcos Veríssimo, Elizabete Albernaz, Paula Pimenta Veloso,

Flávia Medeiros, Izabel Nuñez. E essa foi a história de minha chegada no pós-doutorado do PPGA-INCT, com essa inovação administrativa.

Todas essas experiências foram me orientando a compreender o papel social da Universidade.

Sobre o pós-doutorado, ele me deu uma experiência sobre essa administração burocrática e política da Universidade. Isso foi o mais importante. Foi assim também que me envolvi com o Tecnólogo, pois quando me deram o resultado do concurso, o projeto do Tecnólogo já estava em marcha. Fui numa reunião no CEDERJ com o Kant e o Lenin, depois houve outras com a Mônica Garelli e, finalmente, a reunião que me avisaram que eu coordenaria o curso por ser o primeiro a tomar posse.

Nesse momento, me deram um monte de nomes de pessoas que eu não conhecia e, eu queria ficar na UFF, pois sempre vi com muito entusiasmo o INCT, principalmente o trabalho do NUFEP e do NEPEAC. Sou admirador desse trabalho de organização coletiva, que não depende só de uma pessoa. O professor Kant é o fiador e orientador de todas as questões, mas há uma organização coletiva que permite uma formação e organização de muitos conhecimentos, de diferentes temas e disciplinas, e aplicação de recursos e tecnologias humanas. Eu um sou produto dessa tecnologia.

A minha entrada no Tecnólogo me socializou com uma novidade para mim que era educação a distância, onde aprendi com as professoras Mônica, a Masako Masuda, a Regina Moreth e a Vânia Laneuville Teixeira; e os professores Carlinhos Bielschowsky e Celso Costa, o que foi um privilégio, pois são conhecedores da Universidade pública e têm experiência administrativa e principalmente, eles têm uma atenção muito especial com a educação a distância.

No início da coordenação do Tecnólogo, eu fui muito ao CEDERJ, porque eu ainda não sabia fazer nada e eu precisava fazer conhecer as pessoas e aprender o que eu precisava fazer. Sinto que essa experiência me abriu os olhos para esse tipo de expansão e de interiorização da Universidade pública está organizada de baixo pra cima. Você tem que começar formando as pessoas e no lugar onde elas estão, pra que as pessoas permaneçam nesses lugares e construam uma melhor condição de vida no lugar em que elas já vivem. A educação a distância que proporciona isso, você vê com essa coisa de

vários campi da UFF, que também são muito importantes, mas se formos comparar o número de pessoas que habilitamos profissionalmente com algum conhecimento, em volume de pessoas, ele é muito maior na EaD do que a educação presencial pode fazer. Muitos professores do interior trabalham com no vai e vem; trabalham lá, mas estão aqui. Isso não interioriza e acho que a educação a distância desempenha um outro papel.

O curso de Especialização em Políticas Públicas foi uma oportunidade que me apareceu. O ex-deputado federal Luiz Alfredo Salomão apresentou um projeto de curso financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, financiando esse curso pra oferecer para um número de pessoas, e, graças à Mônica Garelli, o curso saiu de uma maneira a contemplar os diferentes interesses. Ofertamos 200 vagas, mas formamos em torno de 90 alunos, um pouco acima da média de conclusão dos cursos à distância, que tem uma evasão muito alta. O curso me permitiu montar um material sobre políticas públicas com vários professores e pesquisadores da UFRJ, onde aprendi a gerir e administrar os problemas da gestão, que não são simples e nem poucos. Esse curso me ensinou a construir confiança na gestão. O tecnólogo também, ele só funciona se tiver confiança. Toda vez que você aumenta o controle, como está acontecendo, aumenta a desconfiança e isso não é bom pra ninguém. Os controles começam a produzir conflito onde não existia. Ou seja, desnecessariamente. Nosso escopo é formar os alunos. Temos que ter controle de qualidade, sim, mas não ficar produzindo relatório atrás de relatório que vai produzir um controle maior sobre a qualidade do curso, como tem acontecido.

Foi uma experiência de organização de como se monta e administra uma especialização. Aprendi os desafios da administração plural e democrática da Universidade. É plural, pois tem que lidar com um monte de gente diferente, de lugares e histórias diferentes e é democrática pois não dá pra você sair excluindo todo mundo de qualquer jeito, e preciso construir os argumentos pra produzir uma orientação inclusiva nas decisões.

**Campo Minado: Pedimos também que você narre como foi o desafio de coordenar um curso de graduação à distância, da UFF, no sistema CEDERJ, cujos alunos eram policiais e outros agentes da segurança pública.**

No curso de Tecnólogo o maior desafio foi ter sido um curso que começou muito grande, implementado de cara em sete polos. O desafio era como fazer a presença da Universidade em todos esses lugares. No início, minha orientação dependeu muito do Kant, do Lobão, da Monica e do Lenin. Aliás, foram eles que me ensinaram sobre administração burocrática e política da Universidade e que me ajudaram a pensar sobre como lidar com esses problemas, então eu não fiz nada sozinho. Algumas decisões eu tomei sozinho enquanto coordenador do curso. Algumas acertei, outras errei. Tenho uma clareza dessas decisões que eu tomei quando eu achava que já dominava o assunto. E todas elas apoiadas nesse conhecimento coletivo de gestão que a gente elaborou e construiu durante a implementação do curso.

Outro desafio foi a implementação de um curso que não existia. Aprender os dilemas e discussões do campo da segurança pública, que não são evidentes e nem são fáceis. Isso me demandou um trabalho muito grande. Eu me associei ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, participei de algumas reuniões pra aprender o que estava acontecendo. Eu ia em todas as aulas inaugurais e visitas docentes, que são as atividades presenciais do curso. Nos dois finais de semana de evento, eu participava dos dois, pra poder circular entre os espaços. Acho que só não conheci três dos doze polos, por consequência de uma política de gestão: eu deixava todos escolherem primeiro e eu ia naqueles que sobravam. Então sempre ia aos lugares mais distantes.

O desafio foi o de aprender um projeto, mas também de apresentar esse projeto, pois eu tinha que falar de uma coisa que não existia antes e que as pessoas não acreditavam que pudesse existir. As pessoas não entendiam o que era o projeto. Eu sabia uma coisa, nessa administração eu poderia contar com certo conhecimento operativo do mundo do direito, dessa hierarquia na faculdade de direito a gente aprende como a

discussões. Então assim, ter que fazer esse trabalho me ensinou duas coisas: primeiro a montar esses argumentos, pois o público do curso vinha cheio de preconceito

com a Universidade. Montar esses argumentos pra poder discutir e montar alguns consensos foi uma coisa difícil.

Os alunos diziam que o curso a distância era para os praças e o curso presencial para os oficiais e, não era, tínhamos que explicar que o curso não era pra polícia, e o que é mais impressionante é que se deixasse fazer do jeito que os oficiais queriam, era assim mesmo. Teve uma reunião da UFF com a presença do comando da Polícia Militar, queriam fazer o Tecnólogo especificamente pros oficiais e explicamos que não poderíamos discriminar a entrada desta maneira. Um dos oficiais perguntou, então, o que eles, os policiais, ganhariam com isso. Kant respondeu que não sabia o que ganhariam, mas que a Universidade tinha o papel de disponibilizar esse conhecimento para sociedade. Se eles vão querer ou não, é decisão deles. Logo depois disso, o Tecnólogo foi o curso mais procurado do CEDERJ e, até criar o curso de Engenharia de Produção na UFF, o Tecnólogo foi a maior procura.

O curso me ensinou essa linguagem que precisa ser inventada pra falar desses assuntos. Eu já ouvi em congresso que aqui na UFF as pessoas são colaboracionistas, que a gente colabora com a polícia, como se fosse ilegítimo trabalhar junto a eles, o que não é verdade porque nosso projeto pedagógico do curso e do instituto são únicos no Brasil, não tem outro parecido com o nosso, pois procuram reproduzir e produzir um conhecimento junto com os profissionais da segurança pública.

O segundo desafio foi conhecer a realidade da graduação a distância no polo, uma coisa que eu já sabia graças a Mônica Garelli era que os tutores presenciais eram essenciais pra nossa forma de produção e reprodução do conhecimento. Sem eles, não ia rolar. Tínhamos que dar um jeito de ouvi-los, entender e conhecer toda essa organização muita complexa. Imagina, um polo que tem um governo local dentro de um município que se articula com uma instituição estadual, que financia essas atividades e uma instituição federal que coordena essas atividades no polo do município.

O que me chamou atenção foi o desafio de aprender como eu poderia, então, explicar as pessoas a ter uma atenção com esse curso. Eu sabia que não

podia fazer do jeito que já era feito, o curso era inovador. Isso ficou claro no seminário Segurança pública e universidade relativo ao projeto JCNE da Faperj um dos seminários que fizemos (<https://youtu.be/E8YIik2Wy-A>).

O que eu gostava bastante era o fórum de coordenadores. Foi a principal experiência interuniversitária. No CEDERJ, você tem contato com pessoas que vem de outras culturas administrativas de organização, o que é algo fabuloso. Você tem colegas de instituições públicas de ensino do Estado do Rio de Janeiro. Todos com suas histórias e conquistas locais. O presidente da fundação, que era o Carlos Bielshowsky, tinha um espírito de defesa do CEDERJ que é admirável. As pessoas criticavam muito o Carlinhos, certamente com suas razões, mas ele tinha um engajamento e dedicação à fundação que era algo fabuloso. Até o último minuto que ele esteve na presidência, eu o vi lutando por mais recursos. Até a última reunião que participei no fórum de coordenadores, ele estava, ia em todas, sempre fazia questão de falar e opinar.

Essa experiência de aprender outras culturas e tecnologias universitárias foi muito novo e não foi fácil de aprender e conhecer todas essas formas de organização. E também a valorizar esse trabalho de gestão. Nessa encrenca política que a gente vive, se temos que aprender alguma coisa, é a valorizar o trabalho de gestão. Porque quando ele é mal feito, como está sendo agora na administração federal com essa crise sanitária, o estrago e o prejuízo são incalculáveis. E nos instrumentos da educação, você ter pessoas que brigam pra angariar recursos, lutam pra mostrar o valor e o impacto da educação, essas pessoas precisam ter seu trabalho reconhecido, não com um tapinha nas costas, mas com a continuidade do trabalho, não é pra perder a memória do que foi construído e querer reinventar as coisas.

Esse trabalho junto ao CEDERJ me ensinou a importância da gestão acadêmica e uma coisa que aprendi muito é o valor da democracia na Universidade, como você inclui as pessoas nas decisões, como as decisões e os instrumentos acontecem. E eu me diverti muito fazendo, uma das coisas bacanas que fizemos foi inserir como tutores os alunos da graduação. Não foram muitos imediatamente, mas foi muito importante fazer isso porque ampliou o acesso a esse recurso, as pessoas se reconhecem e entendem que aquilo também é delas.



Ter a confiança e a desconfiança dos diretores. Eu tive os dois, o que me mostrou que temos que trabalhar pra produzir confiança nessas pessoas. Mesmo aquelas que desconfiaram, todas as vezes que precisaram da gente, tiveram nosso apoio. Mas felizmente, em São Gonçalo por exemplo, a Cleyde Mara ajudou muito a gente; a Rejane, em Petrópolis, Ana Ferraz, em Campo Grande; a Rita, em Itaperuna; em Resende, a Alice e a Tânia; o Charles, em Rio Bonito; a Deisieli, em Belfort Roxo; a Fátima, em Niterói; a Rosali, em Nova Friburgo; a Ana Paula, em Três Rios; a Eveliane, em Barra do Piraí; e a Marta, em Angra dos Reis, como todas as equipes de apoio nos polos. O fato de construirmos várias coisas novas foram desafios, mas foi graças a esse apoio institucional e a confiança das pessoas. Ganhar essa confiança difundindo o espírito do curso me pareceu muito legal nessa construção.

Outra atividade foi durante a crise financeira, onde os tutores tinham reivindicações sobre diversos assuntos e queriam uma discussão dentro do CEDERJ, pois havia dificuldade de aumentar o orçamento. Desde 2016 o orçamento da educação foi caindo, o do Rio foi caindo antes, inclusive. Então o CEDERJ foi perdendo recurso financeiro ao longo dos anos. Então, não dá pra falar em aumento de bolsa. Eu sempre falava com o Carlinhos que eles não queriam somente o aumento do valor de bolsa, mas também outras coisas como o contrato de bolsa virar contrato de trabalho, pra passar a prever licença para emergências médicas, por exemplo, dentre outros direitos; e houve uma discussão dentro do fórum de coordenadores onde me propus a fazer um grupo de trabalho pra fazer um seminário na UFF, onde eu, Dylla, Mônica e Cláudio junto a alguns alunos como a Nívea e a Nathaly, organizamos e trabalhamos nesse evento. Aconteceu em um sábado de manhã. Está gravado no Youtube (<https://youtu.be/5XKxxY0Vgsc>). Todos falavam sobre o CEDERJ colocando demandas de reconhecimento, principalmente. Então o fato de a gente ter tentando se aproximar dos tutores foi muito positivo, os presenciais principalmente. O trabalho de informação e aproximação dos tutores com as pós-graduações difundindo as seleções de mestrado, por exemplo. Teve muita coisa legal que a gente conseguiu construir ao longo desses anos e acho que esse espírito do curso se deve muito a esse trabalho, pois as pessoas acreditam muito

nele. Muitas pessoas me diziam isso. Como ele era algo muito importante, relevante e diferente. Sempre fundado nas experiências dessas pessoas envolvidas, permitindo reconhecer a importância do curso por todos que participavam dele, inclusive aprender a operacionalizar e a ensinar essa reflexividade, que acho que o que o curso constrói é isso, uma pedagogia da reflexividade.

A dissertação da Érika fala sobre isso. Ensinamos as pessoas a pensarem de outra maneira. Esse argumento foi construído em sala também. Imagine um auditório com mais de 100 alunos policiais, armados, sempre tem vários armados, perguntando sobre a Universidade e, eu sempre perguntava se eles queriam aprender uma coisa nova ou confirmar o pensamento prévio deles. Isso mostrava pra eles que estavam na Universidade pra aprender alguma coisa. E o pior que pode acontecer com o aluno é ele não conseguir terminar o curso e não ter o diploma, nada além disso. Ele nunca sofrerá nenhum tipo de sanção física, porque eles realmente acreditam que isso possa acontecer. Eles experimentam alguns fracassos no curso como se fosse algo pessoal contra eles. E isso foi uma coisa que tivemos que desconstruir identificando esses problemas, a como ensinar os alunos a não se apoiarem em opiniões pessoais para opor aos conteúdos das pesquisas sociais.

Também fizemos diversos seminários de tutores trabalhando nisso também, pra identificar os problemas a serem administrados. Foram muitos desafios que a gente encarou e permitiu construir, por exemplo, esse dispositivo das Atividades Complementares, com o grupo de pesquisa LABIAC que a Monica deu essa forma administrativa e perfeita, onde a gente agora tem uma disciplina com um grupo de pessoas dedicadas a discutir isso. É muito positivo. São grandes inovações.

Utilizamos instrumentos jurídicos disponíveis, utilizando a nossa capacidade de organizar e reunir recursos humanos competentes, que sabem o que estão fazendo. E tem outra coisa que não posso deixar de falar, uma coisa fabulosa construída é a secretaria do curso de Tecnólogo. Eu digo fabuloso porque temos pelo menos duas secretárias que são formadas no curso de bacharelado no curso de Segurança Pública e Social. São pessoas que não só aprenderam a ética desse trabalho e desse serviço público, essa responsabilidade pra organizar. A secretaria já chegou a administrar 5.000 alunos. Começamos só com o Cláudio, depois ficou só a Dylla, depois chegaram

Adriana e Nivea. Eu saí na época que Nivea chegou e, desde então, graças a orientação da Mônica, talhando essas atividades junto a Ludmila, Rolf e agora a Andréa. A secretaria do curso sabe o que o curso significou pra elas e sabem o que ele significa pros alunos. As duas escreveram suas monografias sobre o curso também.

Minha primeira bolsa de jovem cientista junto a FAPERJ foi para pesquisar sobre a administração de conflitos acontecidos no curso. E todos esses desafios que vieram juntos, alguns problemas burocráticos, as soluções e os conflitos que vieram surgindo. O primeiro conflito foi em Resende, logo na seleção dos tutores. Foi com a diretora de polo que queria chamar reforço policial pra prova do vestibular de policia. Deu tempo do Kant e da Mônica orientarem e dissuadir a ideia de chamar a polícia pra fiscalizar os policiais fazendo prova. O que certamente criaria muitos conflitos.

Houve outros conflitos como o de São Gonçalo com problemas de cola, por isso surgiu a necessidade da aula pública do Kant no YouTube (<https://youtu.be/5BCDCAg1U-M>). Em Campo Grande foi o maior e mais difícil de administrar.

Houve um outro grande problema em São Gonçalo dois meses antes de chegar a comissão de reconhecimento do curso do INEP, onde vieram as professoras Cláudia e Karen. Administrar esses conflitos não foi fácil. Discutíamos muito como fazer as coisas. Ir para o polo não era só ir para o polo, a gente sempre conversava antes como ia fazer e o que ia fazer, ainda mais quando tinha algum conflito específico pra administrar, aí que a conversa anterior era longa, pra gente saber abordar, porque é um público muito difícil. Os tutores, os mediadores e articuladores sabem bem disso. Até a mudança de categoria de tutor para mediador a gente viu mudar.

Enfim, a gente conversava muito sobre a forma de tratar os conflitos. Pra dar um exemplo, em Resende, houve uma reclamação do Ministério Público dizendo que a gente tinha excluído os militares da tutoria e vieram questionar o porquê. Por isso, tive que preparar um documento explicando o projeto pedagógico do curso. Explicando o que era a tutoria e ainda tendo que responder

o ministério público sobre isso. Nesse questionamento o ministério público havia pedido algumas informações pra gente e nós sabíamos que tinha uma reclamação, mas eles não mostram o processo pra gente, e a gente pode ver o processo, não tem problema nenhum. Eu fui ao CEDERJ e informaram que o processo estava com o procurador. Pedi ao procurador, ela estava com o processo na mão e não queria me mostrar. Eu falei pra ela que também era formado em direito, que também entendia o que constava no processo e que eu gostaria de apreciar os autos. Na hora ela me entregou o processo, que foi quando eu vi e entendi o que eles queriam, por isso, respondemos desta maneira. Explicamos o que estávamos fazendo, explicamos o projeto pedagógico e a proposta do curso.

Acho que nesse curso a gente pode inventar e construir muitas coisas, mas sempre orientados para o princípio de incluir. Uma outra inovação nossa foi de incluir os tutores coordenadores no colegiado do curso, uma coisa única. Incluir aquelas pessoas responsáveis pela supervisão da administração burocrática e pedagógica nos polos. E a aderência era grande, pessoal vinha de Itaperuna, Nova Friburgo, sempre participaram. As diretoras de polo também sempre eram convidadas e era recorrente a presença dos diretores nas reuniões de colegiado também. São muitas pessoas diferentes envolvidas no projeto, mas esse diálogo e confiança foi o que propiciou a execução do curso até hoje, tem uma confiança que foi possível construir, que foi o mais difícil de se elaborar.

Foram poucos recursos humanos, mas as pessoas que trabalhavam com a gente eram muito competentes, e isso ajuda. A capacidade de trabalho da Mônica, do Cláudio, da Dylla, da Nivea, da Adriana que seguraram a parte administrativa que é pesadíssima. Não é simples. Tem que fazer a revisão de todos os protocolos. Acompanhar e antecipar os problemas que a gente via.

O fato dos professores também terem que aprender sobre o ensino a distância não é simples e com poucos recursos humanos de fato, é muito difícil. Foi preciso muita força de vontade de construir. Sem isso, sem a vontade dessas pessoas e dessa crença nesse projeto coletivo, o curso não existiria. É muito difícil. Acho que hoje poderíamos ter mais tutores, ter mais professores, ter mais secretários no instituto.

Sobre o curso de especialização, sem a Regina Moreth a gente não teria realizado o curso. Ela foi fundamental pra isso.

**Campo Minado: De que natureza foram os primeiros conflitos, e o que se pode aprender com os processos de administração dos mesmos, dos quais ele teve que participar?**

Em Resende, tivemos uma aproximação dos militares, pois lá fica a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Então eles sentiram que havia uma concorrência e houve uma tentativa de cooptação do curso que fracassou, pois nesse curso, como os conhecimentos são multidisciplinares, você precisa de recurso humano que detenha um conhecimento que não seja exclusivamente do direito ou do militarismo. Então não tem jeito. O projeto pedagógico é muito distinto. E uma coisa que é preciso levar em consideração é o seguinte, uma das coisas que aprendi com a minha tese é que os franceses quando acharam que a justiça era muito opaca e ininteligível, tiraram o juiz profissional e colocaram um juiz, vamos dizer assim, que falasse a língua dos cidadãos. A minha tese foi pra dizer que esses juízes, que falariam a língua dos cidadãos, fazem uma justiça mais complicada do que os próprios magistrados. Mas o que eu aprendi? Que se você quiser mudar a maneira de fazer, você tem que mudar quem é que faz. Foi assim que os franceses pensaram quando produziram isso. O que eles deixaram de considerar foram as habilidades cognitivas pra fazer o trabalho cotidiano. Esse treinamento que faltava pra esses juízes de proximidade que não dominavam esse conhecimento, e no nosso caso não dá pra botar um monte de policias e bacharéis em direito pra ensinar o conteúdo do curso, por que se não eles vão ensinar o ponto de vista do estado que eles aprenderam. Então nós precisamos inserir nessa discussão os cientistas sociais principalmente, que detêm esse conhecimento de como é que se organiza a sociedade para falar desses problemas de outro ponto de vista, isso que é mudar o ponto de vista. Isso não impede, por outro lado, que a gente socialize as pessoas com o resultado desse encontro. Por exemplo, a Perla. Ela é um bom exemplo disso, é o resultado desse encontro. Ela é uma policial militar e que tem as formações dos nossos cursos,

tanto da especialização quanto do tecnólogo, mestrado e agora está no doutorado. E ela produz uma linguagem a partir disso, uma linguagem que tem a ver com a segurança e o social, é o produto do nosso trabalho. Explicar essas coisas, enfrentar esses desafios, foi sempre um desafio de elaboração do que nós temos e do que nós queremos construir, de como vamos administrar esses problemas.

O conflito em Campo Grande, por exemplo, saiu uma matéria informando que teve um tiroteio no polo de Campo Grande, mas foi um tiro. Aquilo foi muito difícil de administrar. O problema ali não foi só o disparo. O problema foi terem tratado aquilo como algo natural. Isso que foi o problema. E olha que deu polícia, deu uma confusão danada. Eu não acompanhei o destino dos dois alunos. Mas o problema eram os próprios alunos, eram todos policiais. Como você fala para um policial que ele está produzindo insegurança? Porque ele está levando arma para um lugar onde juridicamente está proibido de entrar com uma arma. Então, temos que lidar. Houve uma reunião em Campo Grande com auditório lotado de alunos argumentando e falando sobre como eles justificam essas práticas. Essas reuniões, que foram combinadas, sabíamos sempre a ordem de como orientar a discussão e os limites. Eu sempre contei muito com a Mônica, com o Kant, Lenin, Lobão, Veríssimo. Sempre muito compreensivos comigo, que sempre me ajudaram muito, inclusive como coordenar essas discussões.

Uma das estratégias dos alunos é jogar uma tensão permanente. Eles jogam uma tensão permanente e vão te acompanhando pra ver até onde você chega com essa tensão. Eles ficam esperando o argumento de autoridade, e é exatamente o que não pode ser feito. A carteira não pode ser usada. São, eles que dominam as estratégias pra lidar com esse tipo de interação. Então, o controle da forma de organizar a administração desses conflitos era uma coisa importante. Todos os conflitos me ensinaram muito. Quando eu achei que já conhecia bastante do assunto, aparecia outra.

Uma tutora me mandou mensagem avisando que tinha sido assediada pela plataforma, dizendo estar indignada e fazendo uma reclamação formal. Lendo o e-mail do assédio, era assim “professora, desculpe perguntar, mas a senhora é casada?” Pensei em informar pra aluna o código de ética, mas vi uma oportunidade pra tratar do problema. Fiz um e-mail longo pra tutora pedindo pra ela me ajudar, questionando se

aquilo era um caso que merecia uma atenção institucional. Eu devolvi pra ela uma pergunta pedindo que descrevesse como ela se sentiu lendo a mensagem e o que aquilo significava pra ela, pra gente anonimizar o texto e tratar aquilo como uma prática a ser discutida. Lembro de discutir com os colegas e deles discordarem deste ser realmente um bom caso a se tratar, pois não havia realmente um problema do ponto de vista deles. Quando lembrei que não precisávamos deixar um problema acontecer para prevenir um conflito. É melhor a gente combinar antes como vamos tratar esses problemas. E ela não deu continuidade ao assunto, eu insisti, mas ela não me retornou. Eu queria fazer uma reunião de tutores só falando sobre isso, porque eu acho que esse caso é muito bom. Porque ele é muito bem sucedido. Pelo ponto de vista da administração, a gente aprende que tem um problema e a gente propõe uma saída engajando o envolvido na construção institucional da administração do conflito. O que eu precisava era de um ponto de vista sobre aquilo. Eu precisava da dimensão afetiva pra entender o que significa isso. Ao mesmo tempo, a gente mostrou pra eles que não vamos mandar os problemas embora. Vamos tratar, mas precisamos de apoio, porque se ela se engaja nessa atividade, aí é uma outra história, se ela está envolvida, é uma coisa que vai servir pra outras pessoas. Passamos a explicitar a regra coletivamente. Uma outra vantagem disso é que não precisa esperar dar nada errado pra tratar desses assuntos. Ela nunca mais me escreveu, pois me parece que ela teve tempo de refletir já que, se esse curso dependeu de alguém pra funcionar, certamente foi dos tutores a distância e presenciais. Sem essa estrutura dos tutores não é possível tocar o curso e eles tem que ter uma postura que é uma habilidade desenvolvida pra lidar com esse público que é muito duro. E os alunos sempre se justificam, que tem que falar alto, tem que se impor, eles têm teorias pra justificar como você performa esse poder. E os vários casos que tivemos no curso dessas violências contra os tutores, fez com que os tutores desenvolvessem uma competência profissional pra lidar com esses desafios, que me parece única. Não é que a gente seja tolerante com a violência, mas a gente tem muita tolerância com esse projeto pedagógico que a gente sabe que não é simples. É aí que reside toda a dificuldade. Mesmo que isso não esteja muito elaborado pros nossos tutores, eu

vejo neles uma competência profissional pra assumir esses valores do curso e pra assumir esse espírito. Eu experimentei isso várias vezes com os tutores. É uma coisa de talhar uma competência. É uma habilidade. É você elaborar um tipo de argumento que serve pra comunicar e produzir um consenso, um argumento que serve pra explicar que o curso é da UFF, da Universidade e não da polícia, então não está na hierarquia de comando militar. Esses modelos cognitivos que ajudam a orientar esse processo pedagógico. E essa habilidade profissional tem a ver com isso, de ter uma consciência disso. No começo os tutores também tinham preconceito, no início muita gente saiu por causa disso, mas os que permaneceram, que não são poucos, inclusive têm muitos doutores que se formaram nesse período, que desenvolveram uma habilidade de diálogo pra construir essas pontes cognitivas entre os obstáculos cognitivos e epistemológicos que os alunos encontram pra conhecer as ciências sociais e entender o que nós estamos falando e, me parece uma coisa única, eu não sei outro lugar que tenha desenvolvido isso de uma forma tão sistemática quanto nós desenvolvemos nesse curso. Tanto é que esse preconceito inicial ele se vira, os tutores coordenadores, por exemplo, passaram a ter uma solidariedade com os alunos, muitas vezes uma cumplicidade com os alunos em relação as dificuldades que eles enfrentam. Os nossos alunos entram no curso e a instituição deles não reconhece esse trabalho. Muitos deles não falam que estão no curso. Os alunos da PMERJ, principalmente, tiveram, durante um tempo, um apoio institucional, mas apesar do apoio existia uma resistência muito forte que esses alunos encontravam com esse curso. Eu recebia muitos e-mails dos alunos quando eu trabalhava na coordenação. O aluno explicava que era escalado no dia da prova do vestibular, pra boicotar o vestibular; outro que quando descobriram que ele foi aprovado no curso, mudaram ele de batalhão, pra desorganizar a vida do cara toda; as piadas em relação ao curso, sobre o curso não ser bem visto pela totalidade dos policiais, também é muito relatado. Muitos desses policiais são os primeiros de suas famílias a terem acesso ao diploma universitário. Não é fácil um curso de uma educação a distância, eles precisam ter muita disciplina e força de vontade pra poder chegar até o final. Nesse curso a distância eles leem mais que os alunos do presencial, porque obrigatoriamente a maior parte das interações são escritas e não orais.



**Campo Minado:** Bom, no próximo ponto gostaríamos de pedir para que você comentasse sobre o trabalho feito nos meses anteriores à primeira avaliação do curso na CAPES, o processo de avaliação, e o resultado, com a nota 4.

A avaliação do curso foi antecipada por um trabalho hercúleo da Mônica Garelli. Sem esse trabalho da Mônica, o curso não seria reconhecido. Foi um período particularmente difícil pra mim. Administrar esses conflitos todos tem um preço. Eu me afetei muito por essas experiências. Me afetaram de verdade. Naquele momento a imagem que eu tenho era de estar na pior forma possível. Eu estava muito desconcentrado, um pouco descrente inclusive, porque eram muitos conflitos e a escassez, a falta de recursos humanos pra te apoiar a fazer tudo, embora a gente contasse com Veríssimo, com a Mônica, não é fácil administrar isso tudo. Mas hoje eu vejo que isso fez parte do trabalho. Foi uma parte do trabalho que eu precisava aprender também. A véspera da avaliação foi um trabalho da Mônica. O meu trabalho no dia da avaliação, e eu conversei muito com a Mônica sobre isso, com o Veríssimo, com a Luciane Patrício que nos ajudou por pouco tempo, mas nos ajudou muito, logo depois ela foi pra AGIR. Aprendi um monte de coisas com ela. Ela vinha com tudo organizado que nem a Mônica. Mas as vésperas da avaliação estávamos cheias de conflitos, tinha conflito em Campo Grande, que precisou de uma administração de três meses porque eles escreveram uma carta que eu revisei pra eles linha por linha. Eu chegava na reunião em Campo Grande 16h e teve dia que ficamos até 22h. Teve um dia em meio a penúria financeira em que os próprios alunos faziam a segurança do polo lá em Campo Grande. Esse trabalho foi muito difícil. Eu acho que os alunos aprenderam alguma coisa. Na carta, eles fizeram uma crítica à mídia, parece que eles não olham para as suas próprias práticas. O tempo inteiro era conversar com eles e entender o que eles queriam demandar exatamente e, nesse período, houve uma passagem muito interessante, onde um aluno falou assim “mas olha só, o senhor tá falando que é pra falar mal da polícia”. Eu expliquei que não era pra falar mal da polícia, eles estavam dizendo no texto deles que o problema da insegurança é de toda a sociedade, mas não é a sociedade que põe o *chuchu* (a arma como os alunos dizem) na cintura dele. É a

polícia militar, é a instituição que te autoriza a sair armado, te dá a arma, te dá o colete. Ela que te orienta a fazer essas coisas. E o aluno continuou, “mas professor, se a gente falar mal da polícia, um cara lá de Pernambuco fez isso em um livro e foi expulso da corporação.” Um outro aluno vira e questiona “ô professor, e a nossa liberdade acadêmica?” Eu respondi “pois é, e a nossa liberdade acadêmica?” Eles aprenderem a pensar de uma outra forma. É muito difícil.

Vou contar outra história pra chamar atenção pra esse ponto. Eu orientei na especialização de justiça e segurança um aluno que era piloto de helicóptero da polícia. Ele me explicou que fazia a formação de piloto fora da polícia e a polícia posteriormente credencia a formação dele. Esse aluno contou que uma vez estava dentro do helicóptero e viu o superior dele fazendo alguns procedimentos incorretos, mas não falou nada porque o cara era superior hierárquico dele. Eu questionei se ele ia deixar o helicóptero cair por que não podia falar nada, ao menos ele respondeu que o helicóptero ainda estava no chão. A força da hierarquia é muito maior que o conhecimento necessário pra lidar com as coisas do mundo.

Esse período que antecedeu o reconhecimento do curso, porque rolou esse conflito em Campo Grande e logo depois o caso do tapa em São Gonçalo, que foi muito difícil também. Essa experiência me afetou de verdade. Foi um momento em que eu não sabia como reagir. Eu tive uma interação que foi muito violenta da parte do aluno e eu não sabia como fazer. Felizmente eu estava com o Kant nesse dia e ele quem segurou a peteca. Mas foi difícil digerir isso. Por isso eu não estava em forma na época da avaliação. É curioso porque tivemos duas avaliadoras da área de administração com carreiras inversas - a professora Karen Menger da Silva Guerreiro saiu do ensino público para o ensino particular e a professora Claudia Fonseca Rosés tinha feito o caminho inverso. Elas tinham uma experiência em avaliação de cursos que foi importante. Elas estavam atrás dos documentos, mas quando elas viram o que era o curso e a reuniões de acolhimento com os professores e a visita ao polo. Essas sacadas da Mônica e do Kant durante a avaliação foram importantíssimas. E elas falaram isso, que tínhamos um curso montado, mesmo que com escassez de recursos, que era visível. Naqueles dias de avaliação, eu tive que me superar e fazer a performance que o curso precisava enquanto coordenador, carregando uma responsabilidade importante, eu não podia vacilar. Mas como realmente o trabalho era coletivo e estavam todos lá. Na hora

ficou fácil e deu pra segurar a peteca. Os dias que antecederam foram realmente difíceis. Nós tínhamos que passar segurança pras avaliadoras do INEP que sabiam da nossa responsabilidade naquele momento.

Uma coisa que é evidente. O CEDERJ é uma inovação com os polos de educação a distância. Não é assim em todo lugar. Nos outros lugares, a experiência é da UAB (Universidade Aberta do Brasil), que não é como no CEDERJ. Então, quando a gente as levou ao polo resolvemos o problema, porque elas tinham dúvidas e não tinham entendido o modelo do curso semi-presencial. Como explica um curso semi-presencial sem salas na Universidade? Só no modelo do CEDERJ!

O nosso programa de tutoria deve ser o mais enxuto, eficiente e performante de todo o CEDERJ. Aposto que não tem nenhum parecido com o nosso. Tanto que toda vez que pedimos mais tutores, eles nos deram sabendo que a gente andava na linha e, claro graças à Mônica. Proteger esse programa de tutoria é uma coisa à parte na administração desse curso e que merece reconhecimento.

O que fazemos é organizar e reunir políticas pra administrar recursos humanos que burocraticamente são contratados através da fundação CECIERJ e da Universidade. Agora, como orientar o trabalho, é outra coisa e o trabalho da Mônica a frente disso é fundamental.

### **Campo Minado: Agora, gostaríamos que comentasse o prêmio recebido, de Inovação, na UFF.**

O prêmio não fui eu quem ganhou. Nós ganhamos o prêmio. Foi no final de 2016. Foi uma premiação da Universidade Federal Fluminense organizada pela PROPPI e lembro que nos inscrevi na chamada e nós ficamos na frente de projetos de empreendimentos comerciais e coisas grandes. Ele veio em um momento muito importante porque em 2016, além do ano do golpe, foi o ano que a Faculdade de Direito resolveu nos excluir do seu projeto. A Universidade

acabou reconhecendo o valor dessas iniciativas todas e o prêmio saiu exatamente nesse momento. No início de 2017, na primeira reunião do ano do CUV foi criada a unidade de ensino InEAC na UFF, que acolheu o departamento de segurança pública e os outros cursos. O prêmio foi importante, pois foi avaliado por três consultores engenheiros que estavam no júri do prêmio e decidiram por isso. É o reconhecimento de um trabalho coletivo na área de formação de recursos humanos em Segurança Pública e Social. O social é, pra mim, o mais importante, inclusive a gente pensar essa falta de uma categoria melhor pra designar isso que estamos fazendo, inclusive a ausência dessa categoria fala sobre o tamanho do desafio que a gente tem. Tivemos que inventar algo que não existia, como que dá nome pra isso? E aí escolhemos o nome segurança pública e social. Falar dessa categoria é muito importante porque insere na discussão. É possível que daqui a alguns anos a gente encontre uma outra categoria, quando Segurança Pública for um problema de toda a sociedade, no sentido em que todos os seus pontos de vista forem integrados para produção de práticas de segurança menos violentas, mais justas, livres, solidárias e que a gente possa dialogar mais com esses direitos constitucionais. Quando essas práticas estiverem integradas é possível que a gente encontre um outro nome, mas até lá, foi o nome que encontramos pra falar de segurança pública do ponto de vista da sociedade. É isso que é a segurança pública e social, uma maneira de incluir os conhecimentos produzidos pela sociedade e não fundados apenas nos conhecimentos próprios das corporações das instituições jurídicas. O prêmio é um reconhecimento do tamanho desse desafio, mas também dessa execução bem sucedida. Desde que começou a rodar em 2012, não parou até hoje e não parou para nada, nem com crise financeira, nem com greve, nem com pandemia. Então é um curso resiliente como a sociedade brasileira.

**Campo Minado: Fale sobre o campo social de atuação para o qual pensa que estão sendo formados os tecnólogos em segurança pública da UFF.**

Hoje a gente consegue mostrar os impactos sociais desse curso através não só do número de alunos diplomados. A gente talvez seja o único caso dos cursos à distância no estado do Rio de Janeiro em que a evasão do curso presencial seja maior que a do

curso a distância. O Marcos Veríssimo<sup>2</sup> tem um trabalho sobre isso. O CEDERJ é um lugar de inclusão, mas os alunos do curso de tecnologia já são profissionais de segurança pública do estado, então eles já são incluídos. O desafio com eles é mesmo cognitivo, como que nós ensinamos esses alunos a pensar de um outro ponto de vista. Isso não significa que eles precisam abrir mão do ponto de vista deles. A demonstração disso foi aquele caso da formatura onde o aluno apareceu com a camiseta de campanha do presidente. Eles não abrem mão da maneira de pensar deles. O que particularmente eu acho que serve para mostrar que a gente não doutrina ninguém. Aquilo foi a demonstração empírica de que a gente não doutrina ninguém. Aliás, mais do que isso, o fato de os alunos terem reconhecido o papel daquele ritual, porque não teve reclamação de aluno na Universidade Federal Fluminense. Aliás, eu tive o apoio e a solidariedade de outros alunos. Os alunos entraram em contato comigo para apoiar a postura que eu tive. Uma coisa que a gente precisa se dar conta é que a existência desse curso permite isso. Não de um curso genérico de segurança pública, mas deste curso especificamente, e que a gente precisa levar em consideração: esses policiais tem um treinamento que é muito duro. Isso afeta o corpo deles. Faz parte desse treinamento nessas corporações o controle do corpo através do castigo. Eles relatam o problema com o castigo físico, o fato de ir preso. Então é difícil lidar com esse público e achar que não vão ter dificuldade. A gente foi identificando essas dificuldades ao longo do tempo e o produto principal é o diálogo. É a possibilidade do diálogo.

Os alunos veteranos hoje ajudam os mais novos. Socializam os mais novos. Eles se conhecem, criam redes, o curso mistura os agentes de segurança pública de todo estado. O cara que é bombeiro agora se relaciona na Universidade com o policial militar ou civil, com o guarda municipal, policial federal rodoviário. Na rua tem uma hierarquia e uma competição e no curso eles se tornam colegas. Eles passam a se conhecer e a compartilhar os problemas.

---

<sup>2</sup> VERÍSSIMO, M. Escola, quartel e faculdade: um relato etnográfico sobre a construção de novas tecnologias sociais a partir da constituição da carreira do Tecnólogo em Segurança Pública (UFF-CEDERJ). **Anais da 39ª Encontro Anual da ANPOCS**, 2015.

Esse efeito é fundamental. Se o curso de tecnólogo tem um problema, eu acho que é o único, um defeito de concepção, não é de execução, da gente conceber que os cursos de tecnologia têm que ser exclusivamente para profissionais das carreiras de segurança pública. Acho que esse curso também poderia servir para outros profissionais, inclusive para discussão sobre administração de conflitos, o problema da desigualdade de direitos, dessa concepção jurídica tradicional de desigualar o tratamento que a gente tem no Brasil. Isso seria útil pra muita gente. Então acho que o fato dele ser reservado pra profissionais de segurança pública é o único problema. Seria importante que a sociedade também pudesse ter contato com os profissionais, para que os profissionais entendessem esse ponto de vista da sociedade. Muitas vezes discutindo com os alunos, as concepções se confundem. Em uma discussão sobre uns policiais que estavam aparecendo mascarados, uma coisa que os nossos alunos argumentaram foi que “os bandidos poderiam andar mascarados e os policiais não. Então, se o policial se vestir que nem o bandido, a gente não vai saber quem é quem. Por isso tem uniforme, pra você se destacar e se distinguir e fazer diferente. Porque você não vai se distinguir só porque se veste diferente, mas vai se distinguir porque faz alguma coisa diferente. Esse diálogo explicita a teoria do poder da justiça e da segurança pública que admite que os agentes públicos podem descumprir a lei para fazer cumpri-la. A teoria do poder de direito deles é essa. Você pode ter práticas ilegais desde que atenda um fim juridicamente legal. Você pode torturar, porque se for pro cara confessar não tem problema algum. O juiz pode combinar a sentença com o promotor, porque se for pra condenar um cara que a gente acha que é culpado não tem problema nenhum. Então assim, isso se explicita na discussão porque os tutores ficam todos um pouco perdidos. Tem determinado momento que eles descobrem que isso está organizado de uma certa forma e começam a performar de uma maneira muito profissional. E é isso o que nós produzimos em relação a formação dos tutores.

Acho que nós precisamos nesse momento e é um momento em que as discussões sobre a segurança pública, pelo menos essa teoria do “*tiro porrada e bomba*”, se arrefeceram um pouco. A gente tem que aproveitar esse momento pra mostrar que nós não paramos de fazer o nosso trabalho. Sob todas as tempestades, sob todas as adversidades a gente continuou fazendo o trabalho no ensino a distância. A gente passou greves longas. Greves de professores, crise financeira e o curso de tecnólogo não parou.

Agora estamos passando por uma pandemia e o curso não parou. Então quer dizer, tem alguma coisa que ele está fazendo que é muito relevante e muito notável que a gente não pode deixar de reconhecer nesse momento e pensar nos potenciais dela. A gente tem que descobrir como nós falamos sobre o potencial desse curso, das coisas que já estamos fazendo nele. Contribuir pra essa discussão para ensinar os profissionais da segurança pública a ter um pensamento que incorpore a multidisciplinariedade, incorpore a reflexividade e o pensamento compreensivo porque o único recurso que eles têm definido é um recurso normativo abstrato e práticas profissionais muito violentas. Esse é o referencial deles. Eles se formam em meio a isso. Conhecimento jurídico abstrato, onde a rigor pode tudo, junto a práticas profissionais violentas. Eles não vão aprender a pensar de outra maneira e eles não vão aprender a pensar sobre o que estão fazendo. Vão achar que o tempo inteiro eles têm que fazer aquilo que já estão fazendo. Hora nenhuma vão parar pra pensar ou refletir sobre seus atos. Quantas vezes a gente já não viu justificada a tortura em várias questões? Quantas vezes tivemos que lidar com a questão dos assassinatos praticados por agentes públicos? E olha que eles nem falam de pena de morte, não tem nem esse constrangimento.

Eu lembro que quando eu estudava direito as pessoas falavam de pena de morte e a gente não consegue elaborar os problemas dessa maneira, mas também por causa dessas práticas. Essas práticas são muito violentas. A polícia mata demais. Essa polícia brasileira não tem limite. E a justiça brasileira trata esses homicídios como se fossem problemas quaisquer, como se não fosse nada relevante. Aliás, os homicídios quase não são julgados no Brasil.

Esse curso coloca pra gente muitos desafios profissionais e foi uma oportunidade de aprender tudo de uma vez só, a importância dessa gestão universitária e o cuidado com essa gestão; mas também a compreender que a Universidade é um espaço de acolhimento institucional da diferença da sociedade e uma parte importante de nosso trabalho é integrar essa diversidade por meio de regras, por meio de práticas que produzem confiança entre as pessoas. Eu fico muito feliz quando vejo nossos alunos do tecnólogo passando em mestrado, doutorado, quando um aluno vem me contar que passou no

mestrado. Eu fico super feliz. A quantidade de discussão sobre segurança pública que nós fomentamos em diferentes programas de pós-graduação é enorme. Esse instrumento que é a educação a distância e principalmente essa pedagogia da reflexividade que nós produzimos com o nosso trabalho tem um potencial enorme pra ser explorado na educação a distância. Temos instrumentos e tecnologia social, acho que conseguimos incorporar, influenciar e impactar a área de direito, quando muitos bacharéis em direito são mediadores do curso, alguns inclusive cursam o tecnólogo. Então o fato de a gente produzir a pedagogia da reflexividade e conseguir lidar com essa grande quantidade de alunos que formamos até hoje. Já temos em torno de 2046 alunos formados. Começamos a formar alunos em 2016.<sup>1</sup>

**Cmapo Minado:** De que maneira ele pensa que a Universidade poderá contribuir para a produção de políticas públicas que rompam com a tradição de pensar a segurança pública do ponto de vista do Estado, em favor de pensa-la do ponto de vista das sociedades?

Se tem uma coisa que eu aprendi é o seguinte. Estamos em um campo de disputas e nós não estamos em um campo de disputa que é todo na segurança pública. A gente está no campo da Universidade e você mostrar a importância e o impacto daquilo que você faz pra sociedade é importantíssimo. Mas como você vai receber recurso se as pessoas não reconhecem aquilo que você fez?

A gente teve poucos recursos. O CEDERJ sofreu com poucos recursos financeiros enquanto a gente estava se instalando, também não vinha muito da Universidade. Quando o CEDERJ se estruturou bem, conseguimos um segundo contrato. São contratos de secretaria que são importantes. Acho que conseguimos mostrar pra fundação o nosso valor e sempre pudemos contar com o apoio da Masako e do Carlinhos. E a Universidade hoje precisa parar pra pensar um pouco sobre a educação a distância. O problema de ter poucos recursos é que na hora que você está trabalhando, é difícil, mas a gente entende. As pessoas não sabem o que é esse negócio de segurança pública e no que ia dar. Viam como um curso que só dava problema. As pessoas viviam com medo sem saber direito o que era e quando começamos a formar as



primeiras turmas houve até um manifesto da primeira turma para o governador indagando qual o projeto para o aproveitamento institucional destes esforços individuais. Essas formaturas sempre aconteciam em momentos difíceis. Sempre tinha um problema pra administrar no meio do caminho. E teve a formatura dos 500 formandos que foi a maior da UFF. Conseguir formar 500 alunos numa turma só é algo notável dentro da Universidade. Com poucos recursos humanos, em alguns momentos achei que o curso ia desmontar e não ia conseguir se recuperar, mas eu sabia que eu não podia desistir. Porque finalmente as coisas estavam acontecendo porque estávamos ali em cima cuidando. E ele está em pé até hoje por causa disso. Ninguém saiu de cima dele, porque continuam cuidando e olhando por ele preocupados e pensando nos desafios do curso. Percebendo o que isso implica e o que abre para gente como possibilidade atualmente. O fato de ter poucos recursos humanos foi um fato que a gente teve que superar. E a gente só superou graças a essa capacidade de formação de recurso humanos que é muito grande. Teve um momento que a gente dependeu da Mônica e da Dylla pra tocar o curso. Eu não estou me excluindo, porque eu também tinha o papel de administrar e estar nos lugares, mas essa organização das rotinas burocráticas, que são muito importantes. Sempre organizamos as nossas rotinas burocráticas tendo em vista aos nossos valores institucionais. Não é ao contrário, a gente não é refém das rotinas administrativas que as pessoas inventam e não sabem nem o fundamento jurídico ou acadêmico delas. Então, acho que a ausência de recursos decorre de uma falta de reconhecimento da educação a distância dentro da Universidade. É um desafio que talvez seja maior pra Universidade Pública do que para os profissionais de segurança pública que são alunos do curso.

Quando comecei a conversar mais com os alunos, uma das coisas que eles diziam é que eles já tinham esses cursos à distância comuns. Eles já sabiam o que era fazer um curso em EaD, porque a SENASP já faz isso há muito tempo. A diferença que eles diziam era o seguinte, nas provas da SENASP eles faziam junto com o gabarito e a nossa eles não podiam fazer com o gabarito, então eles deixavam de estudar pra fazer a prova. Isso que eles contavam. Os alunos já estavam familiarizados com o ensino a distância, não especificamente com a

tecnologia utilizada pelo CEDERJ porque é um dispositivo de educação único. Mas a educação a distância é vista com muito preconceito ainda dentro da Universidade. Só pra não deixar de falar disso, estamos vivendo um momento em que a EAD parece ser uma saída interessante para lidar com as políticas de distanciamento social e as pessoas confundem com o ensino remoto, com a possibilidade de fazer live em algumas redes sociais, utilizada como extensão. São interações síncronas por meio desses aplicativos modernos e a educação a distância não é só isso. Escassez de recurso humano tem muito mais da Universidade do que CEDERJ. No CEDERJ o apoio do Carlinhos, da Masako, da Vânia e hoje da Marílvia é fundamental pro desenvolvimento do curso.

O impacto do curso é reconhecido pela sociedade. Ganhamos projeto FAPERJ pra financiar atividades acadêmicas no curso. Conseguimos também apoio das pessoas pra participar das atividades, outros eventos foram fomentados em outras cidades, que não foram organizados por nós, mas foram fomentados pela existência do curso. Isso é importante. O que estamos fazendo é conversar com as pessoas sobre esse problema da segurança pública pra elas entenderem que existe um outro ponto de vista. Não existe só o ponto de vista do estado sobre os problemas, mas que a sociedade também está vendo o que está acontecendo. Aprender e executar um projeto de escala tão ampla, principalmente quando a gente conseguiu o apoio da polícia militar, que fez aumentar a oferta de 500 pra 950 alunos em 12 polos por semestre. Foi uma loucura. E a escassez de recurso não é só de contrato pra recurso humano como secretaria, tutores, bolsa pra professor, é também o financiamento dessas atividades. Todas as atividades em que eu estive não foram financiadas com bolsa ou diária do CEDERJ. Acho que eu nunca recebi uma diária do CEDERJ, mas as atividades precisavam ser feitas. É um engajamento profissional que nós temos no âmbito da Universidade, porque a Universidade precisa garantir esse curso, porque o curso não é do CEDERJ, é da Universidade Federal Fluminense. Nós somos responsáveis pelo curso. É importante que a Universidade hoje se dê conta dos instrumentos que ela tem na mão. O Ensino a distância é o principal instrumento para expansão do ensino superior no Brasil. Eu reconheço que tenha limites, tem algumas coisas que realmente não dá pra ensinar a distância, mas o que dá pra ensinar a distância, o que podemos fazer, até onde podemos levar o ensino às pessoas? A questão hoje não é dizer o quanto a educação a distância exclui, porque a educação presencial exclui muito mais. Na educação presencial aprova-

se em um curso presencial, em média, 120 alunos por ano. O resto todo está excluído, os demais que queriam entrar e não conseguiram estão excluídos. Então isso é um problema da Universidade Pública e a Universidade não trata a exclusão como um problema. O vestibular é um instrumento de exclusão, não é pra incluir. E olha que o Enem conseguiu fazer do vestibular uma limonada. Porque você passa a concorrer em mais de um curso, você pode aproveitar nota. A nota vira um patrimônio. Imagine o vestibular. Você faz uma prova e não passou, você tem que tentar outra vez ano que vem. Então isso é excludente. A Universidade nunca pensou em incluir mesmo. Se não, a gente não teria salas pra 60 alunos, mas sim pra 400, 500 alunos e dar aula em um anfiteatro para poder incluir.

A educação a distância me parece um bom dispositivo pra fazer isso sem precisar construir muito prédio, vamos dizer assim. E a gente tem que ver o quanto a gente pode avançar nessa discussão. Claro que precisamos tratar dessa questão como um problema, mas o que exclui não é só a falta de acesso à internet. O curso presencial exclui muito mais do que um curso a distância. E o que dá pra fazer com isso? A gente tem esse instrumento que é a EaD e a Universidade Federal Fluminense é pioneira nesse processo, temos muita sorte de termos professores como o Celso Costa, a Regina Moreth e o Marcelo Corrêa, por exemplo. A Matemática da UFF foi pioneira nesse processo e ajudou a implementar a educação a distância na Universidade.

### **Campo Minado: Há algo que não perguntamos, mas que você gostaria de falar agora, neste momento?**

Esses projetos que estamos investidos são muito importantes. Temos que pensar em formas que mesmo que dentro da adversidade e, sempre contando com essas adversidades, encontrar novas formas de fazer as coisas. É claro que as dificuldades são muitas, mas não podem servir de justificativa para a gente não fazer nada. Esse curso é demonstração de que no momento oportuno nós conseguimos organizar isso tudo rapidamente. Aproveitamos uma oportunidade

e acho que estamos diante de novas oportunidades. Esse curso pode apresentar saídas que não está no leque dos gestores, em função dessa confusão do que é EaD e o que é ensino remoto e extensão.

Parabéns pelo trabalho de vocês por continuarem pensando sobre o que estamos fazendo e aprender com as diferentes dimensões que vamos tomando com esse trabalho, que não é só com os tutores, com os diretores, com os colegas da Fundação, de outras Universidades, os alunos, professores, é uma grande rede e um grande aprendizado com as muitas interações e oportunidades que esse curso propicia para as pessoas. Como conseguimos fazer isso incluindo o maior número de pessoas? Acho que o curso pode dar pistas pra gente. Espero que as pessoas se lembrem disso, dessa construção institucional valorizando esse trabalho de gestão porque é essa gestão que também guarda certo aprendizado do tempo. Esse apoio de todos me trouxe um acúmulo de conhecimento que me fez aprender e que me ajudou hoje a pensar a Universidade pública e os seus instrumentos. Esse curso é um resultado não apenas desses esforços, mas de pessoas que a gente nem conhece. Que a gente possa continuar pensando e valorizando esse trabalho. Vocês mediadores que administram as atividades complementares estão na ponta da inovação da educação a distância! Voilà!